

PUCRS

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Escola de Humanidades
Programa de Pós-Graduação em História

Carolino Marcelo de Sousa Brito

**“Bahia, o palco do nascimento do Brasil”: a consagração das cidades históricas
nacionais baianas na ditadura civil-militar (1966-1983)**

Porto Alegre, 2019

PÓS-GRADUAÇÃO - STRICTO SENSU



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES

CAROLINO MARCELO DE SOUSA BRITO

“BAHIA, O PALCO DO NASCIMENTO DO BRASIL”:
A CONSAGRAÇÃO DAS CIDADES HISTÓRICAS NACIONAIS BAIANAS
NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1966-1983)

Porto Alegre

2019

CAROLINO MARCELO DE SOUSA BRITO

“BAHIA, O PALCO DO NASCIMENTO DO BRASIL”:
A CONSAGRAÇÃO DAS CIDADES HISTÓRICAS NACIONAIS BAIANAS
NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1966-1983)

Trabalho de pesquisa de tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Tatyana de Amaral Maia

Porto Alegre

2019

CAROLINO MARCELO DE SOUSA BRITO

“BAHIA, PALCO DO NASCIMENTO DO BRASIL”:
A CONSAGRAÇÃO DAS CIDADES HISTÓRICAS NACIONAIS BAIANAS
NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1966-1983)

Trabalho de pesquisa de tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação
em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em História.

Aprovada em: _____ de _____ de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Gizele Zanotto – UPF

Prof^a. Dr^a. Maria Leticia Mazzucchi Ferreira – UFPEL

Prof^a. Dr^a. Luciana Murari – PUCRS

Prof^a. Dr^a. Gislene Monticelli – PUCRS

Prof^a. Dr^a. Tatyana de Amaral Maia - PUCRS – Orientadora

Porto Alegre
2019

Ficha Catalográfica

B862b Brito, Carolino Marcelo de Sousa

“Bahia, o palco do nascimento do Brasil” : a consagração das cidades históricas nacionais baianas na ditadura civil-militar (1966-1983) /

Carolino Marcelo de Sousa Brito . – 2019.

322f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Tatyana de Amaral Maia.

1. patrimônio cultural. 2. ditadura civil-militar. 3. cidades históricas baianas. I. Maia, Tatyana de Amaral. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Salete Maria Sartori CRB-10/1363

Dedico a painho, Jesuíno Farias Brito, in memorium

Agradecimentos

Como a minha trajetória não começou aqui nessa escrita, tenho que agradecer a todas as pessoas que de alguma maneira estiveram de meu lado nestes últimos anos.

Começo pelos meus queridos amigos. Agradeço a:

Bruna e Roberta Ramos Leite, que me apoiam em quase duas décadas de amizade, carinho, compreensão e respeito. Se não fosse por vocês, minhas queridas amigas, certamente eu não estaria hoje concluindo meu doutorado.

Rogério Reis, pelas longas conversas e apoio em toda minha trajetória. Nossa amizade é pura luz e, sem dúvida, me deu forças para chegar até aqui.

Mylena Alves, por ter me oferecer uma amizade tão preciosa num momento tão difícil de minha vida. Nossa amizade é uma de minhas maiores conquistas.

Edilene Gonçalves, por ter ficado de meu lado desde o primeiro dia que nos conhecemos. A vida acadêmica me deu uma grande amiga.

Luann Alves, não somente pelo apoio que tem dado desde que nos conhecemos, mas por ter sido um grande amigo por todo esse tempo.

Lucas André Gasparotto, pelas longas conversas sobre história que atravessava a madrugada no frio de Porto Alegre. Esses momentos foram muitos especiais para mim.

Caio Proença e Everton Pimenta, que fizeram de minha estadia em Porto Alegre mais instigante e agradável.

Mônica Andrade, pelo apoio e companheirismo em minha caminhada. Você sabe como poucos que este meu momento é uma conquista.

Aos que contribuíram diretamente na minha formação acadêmica, especialmente:

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). O presente trabalho foi realizado com apoio da CAPES.

Ao Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) por ter me recebido tão bem e apoiado minha pesquisa por todo este tempo. Sempre terei orgulho de ter concluído minha formação acadêmica neste programa e nesta instituição.

Aos professores que tive oportunidade de realizar seus cursos no Programa de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Marçal de Menezes Paredes, Luis Carlos dos Passos Martins, Tatyana de Amaral Maia e Marcos Napolitano.

Henriet Ilges e Carla, por terem sido sempre atenciosas e cuidadosas nesses anos. Vocês duas fizeram tudo parecer mais simples.

Helder Viana, por ter acreditado em meu trabalho desde quando me candidatei ao mestrado. Suas leituras e orientações me fizeram enxergar meu objeto com outro olhar.

Caroline Silveira Bauer e Luciana Murari, pela arguição cuidadosa na qualificação deste trabalho. Suas orientações foram fundamentais para a melhoria de minha escrita.

Minha orientadora Tatyana de Amaral Maia, não somente pela orientação dedicada, criteriosa e incentivadora, mas igualmente pela amizade que me proporcionou nestes anos.

Agradeço em especial a:

A minha família. Em particular: a minha mãe Custódia, meu pai Jesuíno Farias Brito (in memoriam) e minhas irmãs Gleide e Eliane Brito. Vocês quatro foram a minha sustentação desde o primeiro dia que sair de casa para estudar. Obrigado!

Ely Teixeira de Oliveira, meu marido. Nosso encontro no início dessa caminhada foi o momento mais importante de toda minha vida. Obrigado pela compreensão, apoio e carinho incondicional.

RESUMO

Esta tese tem como intuito compreender o processo de patrimonialização que sofreram diversas cidades baianas no período da ditadura civil-militar. As cidades em questão são Porto Seguro, Cachoeira, Lençóis, Rio de Contas, Mucugê, Monte Santo, Santa Cruz Cabrália e o centro histórico de Salvador. O discurso preservacionista na Bahia ganha tamanha visibilidade que passa a compor tanto os discursos das principais lideranças políticas como os principais agentes intelectuais da época. Nesta pesquisa, tendo em vista que o processo de tombamento dos conjuntos coloniais e de feição colonial transcorreu entre 1966 e 1983, partimos da suposição que os desdobramentos da ditadura civil-militar instalada em 1964 contribuíram para que uma reivindicação política das elites baianas ganhasse notoriedade, em harmonia com uma nova concepção de preservação urbana que se difunde no país na mesma ocasião.

Palavras-chave: patrimônio cultural; ditadura civil-militar; cidades históricas baianas

ABSTRACT

This thesis has the aim of understanding the process of patrimonialization which a number of different cities in the state of Bahia underwent during the period of rule of the civil-military dictatorship. The cities in question are Porto Seguro, Cachoeira, Lençóis, Rio de Contas, Mucugê, Monte Santo, Santa Cruz Cabrália and the historic center of Salvador. The preservationist discourse in Bahia gained sufficient visibility that it ended up shaping both the discourse of the main political leaderships and the main intellectual agents of the time. In this research, keeping in mind the process of official recognition of clusters of colonial buildings and architectural features as cultural heritage that took place between 1966 and 1983, we can work off of the assumption that the ramifications of the civil-military dictatorship, installed in 1964, contributed to the political demands of the elite of Bahia gaining a prominence compatible with the new conception of urban preservation that was taking hold in the country at the same time.

Keyword: cultural heritage, civil-military dictatorship, historical city of Bahia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Campanha publicitária do governo de Luis Viana Filho	120
Figura 2 – Campanha publicitária do governo de Luis Viana Filho	123
Figura 3 – Campanha publicitária do governo Antonio Carlos Magalhães.....	147
Figura 4 – Publicação do Jornal do Brasil, 13 de novembro de 1968.....	150
Figura 5 – Publicação do Jornal do Brasil, 2 de maio de 1974.....	151
Figura 6 – Publicação do Jornal do Brasil, 18 de julho de 1978.....	156

LISTA DE SIGLAS

ACM- Antonio Carlos Magalhães

IGHB - Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

ALB- Academia de Letras da Bahia

ABL- Academia Brasileira de Letras

Iphan- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Sphan- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Dphan- Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Fpac- Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia

Sudene- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Ipac–Bahia: Inventário de Proteção ao Acervo Cultural da Bahia.

CPDOC- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CFC- Conselho Federal de Cultura

CEC- Conselho Estadual de Cultura

Bahiatursa - Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia

CFT- Coordenação de Fomento ao Turismo

Embratur- Empresa Brasileira de Turismo

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

OEA- Organização dos Estados Americanos

BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento

DMPH - Divisão de Museus e Patrimônio Histórico

CEAB - Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo I - A reivindicação política do Conselho Estadual de Cultura da Bahia	
Introdução	26
1.1 - A fundação do Conselho Estadual de Cultura e a defesa da preservação do patrimônio histórico e artístico da Bahia	28
1.2 – Entre as denúncias de destruição e a difusão de novas concepções de preservação urbana no Conselho Estadual de Cultura	48
1.3 - O Conselho Estadual de Cultura baiano e a legislação da preservação do patrimônio estadual	61
1.4 - Os ideais cívico-patrióticos e o otimismo no processo de valoração das cidades históricas da Bahia na ditadura civil-militar	72
1.5 - A missão da Unesco no Brasil e o patrimônio nacional	84
Capítulo II - O patrimônio baiano em disputa	
Introdução	100
2.1 - A Bahia em anos ditatoriais: um cenário promissor ao regionalismo e ao patrimônio cultural	101
2.2 - O governo de Luis Viana Filho e a convergência à causa patrimonial	117
2.3 - Antonio Carlos Magalhães: o defensor do patrimônio baiano?	126
2.4 - Roberto Santos: entre a consolidação e disputa da pauta preservacionista	154
2.5 A visita de Médici a Bahia e o apoio às lideranças conservadoras arenistas	167
Capítulo III Toda cidade que puder a gente tomba!	
Introdução.....	183
3.1 - Entre a adesão e a recusa: o papel das municipalidades no processo de patrimonialização das cidades baianas na ditadura civil-militar.....	184
3.2 - A diretoria do Iphan e a resistência em relação ao patrimônio urbano da Bahia.....	201

3.3 - A ação do diretório regional do Iphan no processo de patrimonialização das cidades baianas.....220

3.4 - O papel de Paulo Ormino David de Azevedo e do Inventário de Proteção do Acervo Cultural no processo de patrimonialização das cidades baianas.....241

Capítulo IV- As narrativas nacionalistas e o reconhecimento das cidades históricas nacionais baianas

Introdução.....258

4.1 - As cidades históricas da Bahia: o monumental, expressivo e autêntico patrimônio histórico e artístico nacional.....260

4.2 As cidades históricas nacionais da “verdadeira Bahia” e da Bahia do descobrimento.....277

4.3. As cidades históricas nacionais dos sertões da Bahia.....292

Considerações finais.....305

Introdução

Esta tese tem como objetivo compreender a patrimonialização das cidades coloniais e de feição colonial baianas no período da ditadura civil-militar (1964-1985), a entendendo como um complexo processo de reivindicação regionalista que perpassa diferentes espaços políticos e intelectuais. As cidades que passaram por este processo de reconhecimento foram: Porto Seguro, Cachoeira, Lençóis, Rio de Contas, Mucugê, Itaparica, Santa Cruz Cabrália, Monte Santo e o centro histórico de Salvador. Temos pela frente o desafio de associar o tombamento de diversas cidades com um regime ditatorial que durou pouco mais de duas décadas no país. Nesse sentido, o regime aqui não é apenas um contexto político, histórico e social no qual ocorreu a preservação nacional de quase uma dezena de cidades localizadas em fronteiras baianas. Em vez disso, buscaremos analisar de que maneira o golpe civil-militar de 1964 permitiu que determinados grupos de políticos e intelectuais passassem a ocupar espaços governamentais e institucionais e a construir, a partir destes, uma ideia de nação que contribuiu para o resurgimento de antigas demandas das elites baianas, considerando-se ainda sua intersecção com uma nova concepção de preservação urbana que se consolida no cenário internacional.

Isso não quer dizer que assim que a ditadura teve início as elites baianas se reuniram num conclave regional para pleitear especificamente o tombamento dessas cidades elencadas. Longe disso, a reivindicação regionalista da Bahia assistida esses anos foi se estruturando e se transformando de acordo com as diversas mudanças que iam ocorrendo na política patrimonial brasileira no decorrer do processo. Em vez disso, será analisada a convergência das elites políticas e intelectuais em torno de um tema comum: o preservacionismo. Nesse sentido, exploraremos a especificidade do discurso preservacionista na Bahia tanto no campo político como no intelectual.

Com antecipação, advertimos que essa proposta implica em compreender um movimento político numa região periférica brasileira: a Bahia. Deslocar nossa análise para fora do eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais têm como intenção revelar que nesses anos ditatoriais a política preservacionista na Bahia passa por um grande

momento de efervescência política e intelectual. Isso ocorreu devido a uma série de fatos específicos que ali transcorreram: a visita de Michel Parent da Unesco, a convergência das lideranças políticas em torno do discurso preservacionista e a adesão de uma elite intelectual à causa patrimonial. Não estamos com isso buscando escrever sobre a política patrimonial brasileira tendo como centro a Bahia, senão nos debruçar sobre uma reivindicação política regionalista que pretendia deslocar para a Bahia a atenção daqueles que tinham em suas mãos o poder de reconhecer um determinado conjunto como patrimônio nacional.

Antes de adentrarmos nessas questões, porém, temos que nos dedicar antes a instauração de uma política patrimonial que ocorreu décadas antes do processo de patrimonialização que nos debruçamos. No início do século passado, o debate em torno do patrimônio surge num momento de grande inquietação pela afirmação da nacionalidade brasileira. Desta maneira, as primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo nacionalismo nas diversas áreas da cultura: seja na literatura, nas artes e na arquitetura. Num momento em que o estrangeirismo era evidente nas edificações das grandes e médias cidades, um grupo expressivo de intelectuais tratou de buscar em diversos cantos do país uma arquitetura genuinamente brasileira, encontrando e transformando em símbolo desse passado nacional a arquitetura colonial (NATAL, 2013).

Entretanto, foi apenas durante o Estado Novo que se observa, frente o esforço do Estado brasileiro na busca da integração do país, uma ação de identificação, de afirmação do patrimônio nacional. É nesse momento, na ditadura do Estado Novo, que tinha à frente Getúlio Vargas, que é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan)¹. No decorrer do estudo vamos aprofundar sobre a visão de patrimônio e cidade histórica nacional estabelecida pelo Sphan. Por hora, vale lembrar que o grupo de intelectuais que tiveram a prerrogativa de eleger e hierarquizar o

¹ Vale lembrar que nesse estudo, a depender do período abordado vamos nos referir ao atual Iphan como Dphan e Sphan. Durante as primeiras décadas de atuação o órgão era denominado como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), tendo mudado essa nomenclatura em 1946 para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan). Em 1970 o órgão passa a ser denominado como na atualidade, de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ver (REZENDE, GRIECO, TEIXEIRA, THOMPSON, 2015). Nesse sentido, de 1937 a 1946 vamos nos referir ao órgão como Sphan, de 1946 a 1970 como Dphan, e de 1970 em diante como Iphan.

patrimônio nacional foi justamente um grupo de modernistas escolhidos pelo então Ministro da Educação e Cultura Gustavo Capanema, dentre os quais o intelectual mineiro Rodrigo M. F. de Andrade, que se tornou o primeiro diretor geral do recém-criado Sphan.

Temos que levar em conta, como afirmou Márcia Romeiro Chuva, que “todo esse empreendimento deu-se de maneira centralizada, obviamente devido ao fato de se efetivar a partir de uma instituição federal, dentro de um regime autoritário, como foi o Estado Novo”. Isso fez com que a área central, instalada no Rio de Janeiro (capital federal), impusesse, às representações regionais criadas logo no primeiro momento do órgão (Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo), um “rigoroso controle”. Nessa perspectiva, a área central acabou legitimando-se enquanto “detentor legítimo do discurso autorizado”, no qual “o papel do diretor”, Rodrigo M. F. de Andrade, “foi decisivo na centralização das tomadas de posição”. Chuva comenta ainda que “a essa centralização somava-se uma espécie de centralidade, constituída por uma ‘rede mineira’ de agentes, que se configurou dentro do Sphan” (CHUVA, 2008, p. 62).

De acordo com Helena Maria Bomeny Garchet (1994), o discurso da “mineiridade” teve um papel central no órgão. Segundo a autora, o grupo dos modernistas mineiros protagonizou as primeiras décadas de atuação do Sphan, levando em consideração que estava ligado ao também mineiro Gustavo Capanema (BOMENY, 1994). A importância do político mineiro junto aos intelectuais modernistas foi tanta a ponto de o grupo que se formou em torno dele ser denominado de “constelação Capanema”. A aproximação de Capanema, com os intelectuais da Rua da Bahia, em Belo Horizonte, ocorreu em princípio do século XX, resultando na participação intensa dos mineiros na política cultural nacional no Estado Novo, uniformemente, no convite a Rodrigo Franco Melo de Andrade a assumir direção do Sphan em 1937, como observou a autora.

Por esta razão, a partir da criação do órgão, em 1937, a eleição de qualquer bem enquanto patrimônio nacional, inclusive cidades, passa obrigatoriamente pelo crivo da intelectualidade modernista instalada no órgão mais precisamente pelo processo de tombamento, denominação dada pelo Sphan ao ato de classificar um determinado bem cultural enquanto patrimônio nacional. A “rede mineira” tratou de situar a arquitetura

barroca mineira e as cidades coloniais do mesmo estado como expressão máxima da identidade nacional (CHUVA, 2009, SANT'ANNA, 2014). Como bem lembrou Marcia Sant'Anna, “quando essa instituição foi finalmente fundada, os ‘modernistas’ já haviam ‘descoberto’ o Brasil, isto é, já haviam decifrado o que acreditavam ser o caráter nacional”. Em outras palavras, para Sant'Anna, a escolha pelas cidades mineiras enquanto uma “produção artística, a seu ver, genuinamente brasileira” já estava dada antes mesmo de criado o Sphan (SANT'ANNA, 2014, p. 153).

É a partir da década de 1960, quando Rodrigo M. F. de Andrade deixa o comando do órgão, sendo substituído por Renato Soeiro, que o então Dphan inicia um longo processo de transformação. Ao contrário, entretanto, das primeiras décadas de atuação do Sphan, onde há certo consenso por parte de uma extensa historiografia em torno do papel central do grupo de modernistas mineiros no Sphan, o período que perpassa toda a ditadura civil-militar é confrontando por diferentes interpretações. Aliás, por muitas vezes, parece haver mais uma disputa em torno da memória dos anos em que Renato Soeiro e Aloísio Magalhães comandaram o órgão, do que propriamente historiográfica.

Encontramos em alguns estudos que se debruçam sobre a política patrimonial brasileira uma negação da atuação do arquiteto paraense Renato Soeiro como diretor do Iphan². O período que Soeiro exerceu o cargo de diretor do Iphan (1967-1979) é apresentado como um hiato entre a fase heroica de Rodrigo Melo Franco de Andrade e a fase moderna de Aloísio Magalhães por José Gonçalves e Maria Cecília Londres Fonseca³. Além disso, referem-se a sua gestão como uma continuidade na atuação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, entretanto, sem a visibilidade e prestígio de seu antecessor junto à política patrimonial. José Gonçalves é um dos autores que justifica a exclusão do nome e gestão de Soeiro em seu estudo, argumentando que durante esta gestão, devido à colaboração dele com seu antecessor, Rodrigo de Melo e Franco, não

² Renato Soeiro exerceu o cargo de diretor do IPHAN (1967-1979), indicado pelo seu antecessor Rodrigo Melo Franco de Andrade, mas atuava no instituto desde as primeiras décadas de sua fundação.

³ Este intelectual pernambucano assumiu a presidência do IPHAN após a saída de Renato Soeiro em 1979. E embora estivesse à frente do IPHAN quando alguns sítios urbanos baianos tenham sido tombados, estes processos se iniciaram na atuação de seu antecessor: Renato Soeiro, que esteve estritamente ligado a Rede de Intelectuais que se formou na ditadura civil-militar.

havia provas de “quaisquer mudanças significativas em termos da política oficial do patrimônio” (GONÇALVES, 1996, p. 49).

Maria Cecília Londres Fonseca (2009) vai pelo mesmo caminho de Gonçalves (1996), pois aponta que Soeiro, o legítimo sucessor de Rodrigo, não gozou do mesmo prestígio junto a autoridades e personalidades que o modernista mineiro teve na primeira fase do Sphan, o que segundo ela acabou por associar o ressurgimento da questão do patrimônio na década de 1980 à figura carismática de Aloísio Magalhães. Nesse sentido, Fonseca (2009) descreve esse período em que Soeiro esteve à frente no órgão:

O esforço de reformulação feito pelo Iphan no final dos anos 60 e início dos anos 70, através do recurso à consultoria internacional e ao envolvimento dos governos estaduais, não foi suficiente para recuperar o prestígio e o relativo poder de que a instituição gozava durante a gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade (FONSECA, 2009, p. 160).

Em oposto a Gonçalves (1996) e Fonseca (2009), Paulo Ormino David de Azevedo (2013) e Márcia Sant’Anna (2014) apresentam outra leitura sobre o período que Soeiro esteve à frente do Iphan. Para ambos ocorreu um importante avanço na gestão de Soeiro na política patrimonial brasileira. Azevedo, inclusive, dedicou-se a escrever um extenso estudo sobre a gestão Renato Soeiro, intitulado “Renato Soeiro e a institucionalização do setor cultural no Brasil”. Nele, afirma que:

Não só as grandes transformações ocorridas na Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) deram-se naquele período como Renato Soeiro foi mais além da questão patrimonial, sendo um dos principais responsáveis pela institucionalização do setor cultural no Brasil (AZEVEDO, 2013, p. 20).

Seguindo a mesma tendência que Azevedo, Márcia Sant’Anna descreve a gestão de Soeiro como o início da fase moderna no Iphan:

Na realidade, a “fase moderna” da preservação no Brasil começa com Renato Soeiro. Não é verdade que, durante sua gestão, por força de

uma possível falta de brilho, o órgão tenha deixado de ter visibilidade no interior da burocracia ou junto à sociedade. Ao contrário, foi um momento em que o IPHAN esteve em bastante evidência e sem o qual, provavelmente, o período de Magalhães não seria possível (SANT'ANNA, 2014, p. 209).

De nossa parte, corroboramos com a leitura de Azevedo que toma interpretações de Gonçalves e Fonseca como “apressadas” (AZEVEDO, 2013, p. 20). Seria por demasiado contraditório, de um lado, defendermos no decorrer deste estudo que o patrimônio esteve no centro das atenções no regime ditatorial e de outro afirmar que o Dphan, entre 1967 e 1979, na era Soeiro, não tenha gozado de prestígio junto ao mesmo governo militar ou a sociedade civil. De toda maneira, depois de publicados estudos como os de Tatyana Maia (2013)⁴ e Janaina Cordeiro (2012)⁵ sobre a difusão do nacionalismo na ditadura civil-militar, em vez de tomarmos apenas um único agente como responsável por todo um processo de avanço na política patrimonial da época, como defende toda essa historiografia anteriormente citada⁶, talvez, fosse mais coerente centrar nossa análise em todo um projeto político do regime ditatorial instalado em 1964, no qual o patrimônio logrou um papel central.

Antes de qualquer coisa é importante dizer como surgiu nosso interesse por este tema. Na verdade, essa tese é o desdobramento de várias inquietações que foram surgindo após a conclusão do mestrado em história em 2013⁷. Naquele momento, o tombamento de Mucugê e do Cemitério Santa Isabel, realizado nos últimos anos da década de 1970, me despertou para as seguintes indagações: quais discursos levaram ao processo de patrimonialização de uma cidade e uma necrópole oitocentista na segunda metade da década de 1970? Quais discursos a legitimaram enquanto patrimônio nacional? No intento de responder a estas questões percebi que o tombamento de

⁴ A publicação aqui utilizada de Tatyana Maia (2013) é fruto de sua tese de doutorado "Cardeais da cultura nacional": o Conselho Federal de Cultura e o papel cívico das políticas culturais na ditadura civil-militar (1967-1975), defendida em 2010 no Programa de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

⁵ Trata-se de sua tese: "Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)", defendida em 2012, no Programa de História da Universidade Federal Fluminense.

⁶ Seja o eleito Renato Soeiro ou Aloísio Magalhães.

⁷ BRITO, Carolino Marcelo de Sousa. Ruínas sobre a Serra do Sincorá: o processo de patrimonialização de Mucugê e do Cemitério Santa Isabel (1970-2012). Dissertação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

Mucugê não era uma ação preservacionista isolada. Em vez disso, estava inserido em um processo de reivindicação política que emerge na Bahia, no período da ditadura, que buscava o tombamento de diversas cidades baianas como patrimônio nacional. Certamente, as respostas ali elencadas não me satisfizeram. Faltava uma análise mais densa e crítica que relacionasse esses vários tombamentos ocorridos na Bahia em um período de duas décadas. A continuidade desta pesquisa permitiria responder a essas indagações suscitadas neste primeiro momento, eis aqui a justificativa para a escrita dessa tese.

A produção historiográfica sobre a política patrimonial brasileira instaurada na ditadura civil-militar tem sido expressiva nas últimas décadas. Os primeiros estudos, que de alguma maneira abarcam o período em questão, vem sendo produzidos desde 1980, todavia, na última década houve uma expansão dessa produção acadêmica. Em geral, pode-se dizer que essas pesquisas foram realizadas nas universidades, nas mais diversas áreas de conhecimento, dentre as quais vale destacar: Arquitetura e Urbanismo, História, Museologia, Antropologia, Geografia e Sociologia⁸. Sendo assim, por conta das especificidades de cada área, tais estudos se direcionam para determinadas problematizações, abrangendo diferentes análises e objetos, que em algum momento se relacionam com essa escrita. Em outras palavras, serão aqui apontados os estudos que em algum aspecto dialogam com o processo de reconhecimento das cidades históricas da Bahia na ditadura civil-militar, destacando as contribuições que cada autor proporcionou a esta tese.

Com relação aos estudos que se dedicam a compreender o processo de patrimonialização das cidades baianas no período por nós estudado, temos conhecimento de apenas três deles: Mangili (2015), Aguiar (2001) e Brito (2013), e todos buscam analisar o tombamento de um sítio urbano de maneira isolada. Mangili (2015) debruça-se sobre o tombamento de Lençóis, Aguiar (2001) analisa a consagração de Porto Seguro como patrimônio nacional e o nosso estudo anterior, Brito (2013) disserta sobre a patrimonialização de Mucugê. Os textos citados trazem importantes considerações sobre os respectivos conjuntos analisados, incorporadas no decorrer de

⁸ Predomina entre estas as produções em formato de dissertações e teses, dentre as quais muitas foram publicadas em livros, algumas inclusive pelo Iphan.

nossa escrita, contudo, nenhum desses autores tentou compreender a patrimonialização das cidades coloniais e de feição colonial baianas como um processo de reivindicação política elaborada por todo o período ditatorial através de uma complexa atuação das elites intelectuais e políticas, algo que nos propomos a fazer. Nesse sentido, faltou a esses estudos fazer uma conexão entre os processos de tombamento que ocorreram nesses anos. É claro que cada cidade foi tombada com suas especificidades, mas temos que ter em conta que estava em curso um processo de reivindicação política que se organizou em diversas frentes tendo como intuito a preservação do maior número possível de sítios urbanos coloniais e de feição colonial.

Mas afinal o que queremos dizer quando nos referimos a cidades coloniais e de feição colonial? As cidades coloniais são aquelas que surgiram entre o século XVI e finais do século XVIII e que possuem o traçado urbano típico daquela época. Na Bahia, as cidades de Porto Seguro, Cachoeira, Rio de Contas, Itaparica, Santa Cruz Cabrália, Monte Santo e o centro histórico de Salvador são exemplares tipicamente coloniais, embora estejam presentes nesses conjuntos outros elementos arquitetônicos. Não é possível dizer que o centro antigo de Salvador e o conjunto de Cachoeira, por exemplo, são puramente coloniais após quase dois séculos de diversas transformações urbanas e estéticas. As cidades de feição colonial são aquelas que ergueram-se após a independência do Brasil, mas em grande medida mantiveram o estilo estético aos moldes do colonial. Entendemos por cidades de feição colonial os conjuntos de Lençóis e Mucugê, duas cidades originárias de meados do século XIX⁹. Porém, mesmo datando do Brasil Império, ambas as cidades apresentam uma forte influência da arquitetura colonial.

De acordo com Mangili, “tendo Lençóis se formando a partir de 1844, o ‘colonial’ certamente não se refere ao período histórico, e sim ao estilo arquitetônico”. Mangili destaca ainda que “as características da arquitetura colonial estão predominantemente presentes no casario mais modesto, enquanto nos sobrados das famílias mais abastadas predominaram traços de movimentos revivalistas, como o neoclássico e o neogótico, e o eclético” (MANGILI, 2015, p. 100). Nesse sentido, o

⁹ Santa Isabel do Paraguassú, atual Mucugê, foi na verdade o primeiro povoamento da Chapada Diamantina do ciclo da extração do diamante (PINA, 2000).

termo colonial em Lençóis e Mucugê referem-se ao estilo arquitetônico encontrado em parte expressiva de seus conjuntos, sobretudo desta última. Por esta razão, em vez de denominar tais cidades de colonial, que associa a ideia de cidades erguidas no extenso período de colonização portuguesa, utilizaremos o conceito de cidades de feição colonial, uma vez que mantiveram características arquitetônicas e urbanísticas do período colonial. Apesar disso, é importante lembrar que Lençóis e Mucugê serão tomadas, muitas vezes, como cidades coloniais no momento em que as elites baianas passam a reivindicar seus tombamentos.

O nacionalismo nessa escrita é tomado como um discurso e/ou uma narrativa. Essa questão tanto historiográfica como teórica, não pode ser apresentada de maneira mais aprofundada aqui, contudo é importante destacar que o nacionalismo apresenta-se enquanto uma narração que está em constante negociação entre os grupos sociais envolvidos nesse processo de identificação cultural. Para Durval Muniz de Albuquerque (1999), os discursos nacionalistas que dão forma à ideia de nação estiveram em disputa entre os diversos grupos intelectuais no Brasil nas primeiras décadas do século passado. Desse modo, a ideia de origem da nação foi construída por meio da alteridade dos respectivos passados regionais.

O regionalismo baiano participou do debate em torno da construção da ideia de nação desde as primeiras décadas do século XX, assim como paulistas, mineiros, pernambucanos e tantos outros. Segundo Oliveira (2013), no início do século XX, Xavier Marques – integrante do IGHB – produziu sua interpretação a respeito da constituição da nação no contexto das disputas entre o regionalismo nordestino, encabeçado por Gilberto Freyre, e o modernismo paulista, que tinha à frente os intelectuais modernistas. Oliveira afirmou que o discurso regionalista de Xavier Marques revela-se dissonante do regionalismo nordestino centralizado no Recife, quando considerou a “Bahia e não os estados do Nordeste (...) o berço mais tradicional onde se gestou o Brasil” (OLIVEIRA, 2013, p.73). Oliveira assegura ainda que o regionalismo baiano se construiu como antagônico aos regionalismos paulista e nordestino, no instante em que produziu uma interpretação alternativa sobre a formação da nação, centrada nos eventos transcorridos em solo baiano (OLIVEIRA, 2013).

Tomando aqui o patrimônio enquanto um semióforo, que tem como finalidade mediar a relação entre um determinado presente com o passado, encontramos justamente nesses elementos simbólicos os lugares privilegiadas para entender essas narrativas nacionais. Nesse sentido, entendemos uma cidade histórica nacional enquanto “semióforo”, conceito esse forjado pelo historiador polonês Krzysztof Pomian, em seu clássico estudo sobre a musealização de objetos materiais intitulado “coleções”¹⁰. Pomian (1984) destaca que essa materialidade não tem o mesmo valor para todos os grupos, quer dizer, aquela mesma cultura material pode possuir um significado simbólico para determinada coletividade, ao passo que para outra coletividade não.

Sobre o processo de significação histórica de um objeto, Pomian (1984) destaca que a diferença na percepção entre o que se vê, o visível (presente), com o invisível (passado), é que este último só é possível por meio do discurso, da narrativa, da linguagem, “é a linguagem que engendra o invisível” (POMIAN, 1984, p. 68). Logo, partindo desta leitura de Pomian (1984) sobre a significação desta cultura material por meio do discurso, da linguagem e da narrativa, nos parece harmonioso tomar o nacionalismo como uma formação discursiva, como propõe Craig Calhoun (2008), como um dispositivo, como sugere Durval Muniz Albuquerque Jr (2009), ou enquanto uma narrativa, como recomenda Homi Bhabha (Bhabha, 1998). Como bem lembrou Craig Calhoun:

¹⁰ No referido texto, Pomian identificou a capacidade que alguns objetos possuem de mediar nossa relação com outros espaços invisíveis, inclusive, com o passado e com os mortos. Para Pomian (1984), os objetos museificados não possuem mais sua utilidade para qual foi construído. Assim, roupas e sapatos não servem mais para vestir e calçar. Lâmpades, não são mais utilizados para iluminar as ruelas escuras. Facas, garfos e colheres não auxiliam mais na alimentação cotidiana, ou seja, sua exclusiva função é de se oferecer ao olhar, mediando à relação do presente com o passado por meio de determinadas narrativas, a exemplo da nacional. Contudo, conforme aponta Pomian (1984), alguns raros objetos têm duas funções na sociedade: os semióforos, que são dotados de significados, por proporcionar aos espectadores o prazer estético, o reconhecimento científico e o valor histórico; os objetos utilitários, aqueles que têm uma utilidade de uso cotidiano, que desempenham na sociedade a função para qual foram construídos, pela cultura humana. Entre estes objetos se encontra o patrimônio arquitetônico, pois mesmo tombados esses edifícios continuam a exercer sua função de habitação ou alguma ocupação institucional e comercial. Contudo, o que nos interessa nesta escrita é a função de semióforo, ou mais precisamente como uma dada cultura material foi engendrada pela narrativa nacional. Isto é, como o discurso do nacionalismo transformou esta cultura material em símbolo totêmico da origem cultural e política da nação, embora seu estudo não seja direcionado a significação da cultura material por meio da narrativa nacionalista.

O nacionalismo é uma formação discursiva que dá forma ao mundo moderno. É um modo de falar, escrever e pensar sobre as unidades básicas da cultura, política e noção de seu lugar no mundo, que ajuda a constituir nações como dimensões reais e poderosas da vida social. As nações não existem “objetivamente” antes de existirem em termos discursivos. Da mesma forma, porém, nações surgidas a partir da fala e do sentimento também são estruturas materiais “reais” de solidariedade e reconhecimento (CALHOUN, 2008, p. 38).

Estes autores, Calhoun (2008), Bhabha (1998) e Albuquerque Jr (2009), embora possuam interpretações distintas sobre o nacionalismo, encontram na linguagem o seu campo de disputa. É por meio da linguagem que os nacionalismos emergem e se disseminam. Esses autores deslocam suas respectivas análises para o conflito, a luta, a disputa e a ambivalência em torno do nacionalismo e no momento em que ocorre a construção da identidade nacional. Assim sendo, tomaremos o patrimônio nacional a partir dessa premissa, como resultado de luta e disputa sobre o passado.

As narrativas nacionalistas de origem engendram esses objetos materiais como símbolos de um determinado passado, tornando, por exemplo, determinadas cidades enquanto símbolos do passado da nação. Esse processo de disputa em torno do nacionalismo está em curso desde os primeiros anos do século XX, assim como a fabricação do patrimônio histórico e artístico nacional. As reflexões de Pomian, se cruzadas com aquelas realizadas por Albuquerque Junior¹¹ e Bhabha, nos auxilia a compreender as disputas travadas pelos discursos regionalistas para se tornar o discurso dominante sobre o passado da nação. Tendo em conta que o nacionalismo que se difunde nas primeiras décadas do século XX homogeneizou as ideias sobre o passado nacional, a disputa no caso do patrimônio se condicionou em reconhecer qual região era detentora do passado mais original e mais monumental.

Temos que levar em conta que no momento em que o patrimônio no Brasil foi eleito há um esforço em associá-lo a um determinado regionalismo: o mineiro-paulista. Nesse sentido, o discurso regionalista baiano, tal como o regionalismo mineiro, buscou legitimar-se enquanto discurso nacionalista nas duas décadas que perdurou o regime

¹¹ Durval Muniz de Albuquerque (1999) compreende o nacionalismo como um dispositivo, tomando esse conceito de Michel Foucault.

ditatorial. A Bahia desde o início do século passado estava imersa nos debates em torno da formação da nação e da identidade nacional, contudo, será durante a ditadura civil-militar que suas narrativas nacionais ganham notoriedade, sobretudo, no processo de patrimonialização de seus sítios urbanos. Isso ocorreu justamente por uma política do regime de adotar um nacionalismo mais plural do ponto de vista regionalista. Na prática, o que essa visão nacionalista dos anos ditatoriais produziu na política patrimonial foi reconhecer outros regionalismos existentes no Brasil além do mineiro e paulista.

Foi nesses anos que a Bahia encontrou visibilidade para seus discursos preservacionistas. Foi nessa época que os discursos nacionalistas baianos puderam ser enunciados e aceitos pelos “regimes de verdade” vigentes. É por meio desses discursos nacionalistas e patrióticos difundidos pelo regime que a intelectualidade baiana encontrou legitimidade por uma positividade de saber, para que suas cidades históricas fossem legitimadas como símbolos da nação. Foucault ressalta a importância dos intelectuais por ocuparem uma “posição específica, mas cuja especificidade está ligada às funções gerais do dispositivo de verdade em nossas sociedades” (FOUCAULT, 1999, p. 13). Ao realizar sua argumentação, Foucault aponta a importância do intelectual no regime de verdade, pois este sujeito “funciona ou luta ao nível geral deste regime de verdade, que é tão essencial para as estruturas e para o funcionamento de nossa sociedade” (Ibidem, p. 13).

E, por esta razão, o intelectual está inserido no combate “pela verdade” ou “em torno da verdade”. Por regimes de verdade, Foucault entende como “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (ibidem, p.13). O autor apresenta sua compreensão da verdade como sendo um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A “verdade” está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. “Regime” de verdade” (Ibidem, p. 13). É interessante observar que, para Foucault, a verdade não significa um conjunto das coisas verdadeiras que estão à espera da sua descoberta ou a se fazer aceitar. Ao tomar a nação na perspectiva foucaultiana, entendemos que a nação não estava à espera de ser descoberta,

em vez disso, os símbolos da nação podem ser compreendidos como objeto de saber/poder estruturado como um regime de verdade, uma vez que para Foucault “aquilo qualificado de verdadeiro não habita num já-aí; antes, é produzido como acontecimento num espaço e num tempo específicos. No espaço, na medida em que não pode ser válido em qualquer lugar; no tempo, porque algo é verdadeiro num tempo propício” (CANDIOTTO, 2007, p. 204).

Queremos dizer, com a leitura Foucault sobre regime de verdade, que um determinado grupo de intelectuais, reunidos no Conselho Federal de Cultura, permitiu que uma determinada reivindicação regionalista avançasse nesses anos, nem sempre restrito ao órgão competente (Dphan), como veremos. Nesse sentido, podemos tomar a memória nacional a partir da perspectiva de Michel Foucault, que “considerou que quem controla as memórias dos grupos também controla as suas dinâmicas internas, o que torna evidente a relação entre memória e poder” (PERALTA, 2007, p. 12). Em síntese, Elsa Peralta destaca que:

Ao reconhecer a existência de diferentes ideias, instituições e discursos, Foucault não considera ser possível a emergência de uma verdade única, universal e hegemônica que exerça um domínio sobre toda a sociedade, concedendo sempre um espaço à resistência e à negociação de significados. Portanto, não se pode falar na verdade do conhecimento num sentido absoluto, mas numa “formação discursiva”: uma troca de ideias na esfera pública, mediante a qual certas questões, agendas e definições são estabelecidas como resultado das lutas de poder entre os participantes nesse discurso, definindo um determinado “regime de verdade” que permite que as acepções predominantes num determinado momento se tornem inteligíveis (PERALTA, 2007, p.12).

Seguindo essa perspectiva, para Foucault, a memória nacional igualmente é compreendida como formação discursiva, e enquanto tal “suporta um ‘regime de verdade’ que se encontra em permanente revisão” (Ibidem, p. 12-13). É sobre esta revisão da memória nacional que trata este estudo, uma revisão pleiteada pelas elites políticas e intelectuais baianas. O debate sobre o nacionalismo é determinante para a compreensão do processo de valoração de uma determinada cultura material como

patrimônio nacional, posto que compreendemos esta valoração como resultado de uma construção discursiva. Uma dada cultura material, como objetos, arquitetura e até mesmo cidades sofreram este processo de significação através do discurso do nacionalismo vigente em um determinado momento. Essa formação discursiva fabricou historicamente a autenticidade deste patrimônio arquitetônico como símbolo da nacionalidade.

Diante disso questionamos: como se dá esse processo de reconhecimento de um determinado bem como semióforo? De que maneira ocorre a patrimonialização das cidades coloniais e feição colonial baianas? Nosso entendimento sobre essa questão é baseado nos textos de dois autores: Llorenç Prats (1997) e Jean Davallon (2015; 2014)¹². Llorenç Prats (1997) se propõe a analisar o patrimônio enquanto construção social e, dentre outras coisas, destaca que esse processo simbólico só é concluído quando um repertório patrimonial é ativado, que de forma resumida significa o instante que o determinado patrimônio é reconhecido enquanto tal, todavia, Prats rejeita a ideia de que a sociedade elege o patrimônio. Para o autor, a função de eleger o patrimônio é exercida não pela coletividade como às vezes o discurso patrimonial faz transparecer, embora destaque que a sociedade possa “aderir e outorgar (ou opor e recusar) uma representação, esta imagem, este discurso”, quem elabora “esta representação, esta imagem, este discurso são pessoas reais com nome e sobrenome, e a serviço, mais ou menos consciente, de ideias, valores e interesses concretos, tão legítimos ou espúrios como quiserem, mas reais” (PRATS, 1997, p. 33)¹³.

Na visão de Prats, quem ativa um determinado repertório patrimonial não é quem quer e sim quem pode, “isto é, em primeiro lugar, os poderes constituídos. O poder político fundamentalmente, os governos locais, regionais, nacionais” (PRATS, 1997, p. 33)¹⁴. Com essa fala, Prats enfatiza que o reconhecimento de um patrimônio sempre se dá na esfera política. Quer dizer, um determinado bem material ou imaterial

¹² Os textos de Llorenç Prats e de Jean Davallon foram publicados em espanhol e francês. As duas publicações em espanhol tiveram a tradução para o português feita por mim. O texto de Davallon foi traduzido por Erystenys Reis, com meu auxílio de revisão conceitual. Em toda publicação em língua estrangeira faço a citação em nota de rodapé na língua original e no texto em português.

¹³ “Al servicio, más o menos consciente, de ideas, valores e intereses concretos, tan legítimos o tan espúreos como se quiera, pero reales” (PRATS, 1997, p. 33).

¹⁴ “Es decir, en primer lugar, los poderes constituidos. El poder político fundamentalmente, los gobiernos locales, regionales, nacionales” (PRATS, 1997, p. 33).

somente é reconhecido enquanto tal quando o Estado o ativa, o reconhece, o legitima enquanto tal. Para Prats, a disputa em torno do patrimônio é a disputa pela representação da identidade, seja local, regional ou nacional.

Ao contrário de Prats, Davallon se volta para a patrimonialização, que a conceitua logo no início do texto enquanto um “processo pelo qual um grupo reconhece o estatuto de patrimônio aos objetos materiais ou não materiais, de modo que o grupo se torna o herdeiro de quem os produziu e tem a obrigação de mantê-los para representá-los” (DAVALLON, 2014, p. 1) ¹⁵. Além de conceituar, Davallon propõe uma compreensão das ações que levam à patrimonialização, chamada por ele de gestos. Contudo, deixa bem claro que “esses gestos não dão conta de explicar as práticas únicas de cada caso de patrimonialização, porém definem as ‘condições (pré-requisitos, critérios) de sucesso’” ¹⁶. Quer dizer, Davallon esquematiza as ações que levam um determinado bem material ou imaterial a ser patrimonializado, a receber a distinção de patrimônio. De maneira abreviada, o autor afirma que as ações responsáveis pela patrimonialização são:

O primeiro desses gestos é o *interesse* que um coletivo ou um grupo social mais ou menos amplo e organizado tem pelo objeto. Se resume ao reconhecimento (a sensação) de um “valor” que o objeto tem antes mesmo da determinação precisa de seus “valores”. O segundo gesto corresponde à *produção do conhecimento* sobre o objeto e seu mundo de origem. Não existe reconhecimento do status do patrimônio cultural que se faça sem a mobilização ou produção de conhecimento que serve para estabelecer a natureza e origem do objeto. O terceiro consiste na *declaração do status de patrimônio*. Um objeto só se torna patrimônio a partir do momento onde ele é declarado como tal. Essa declaração é um ato performativo, cuja a forma pode variar de uma simples declaração pública à um ato jurídico ou administrativo sinalizando à um procedimento de registro ou classificação. 4 – O quarto gesto é o da organização do *acesso do coletivo/grupo ao objeto patrimonial*. Pressupõe-se que os membros do coletivo são efetivamente os beneficiários da existência desse patrimônio e de sua exposição (onde tem a relação com o primeiro gesto). O quinto e

¹⁵ La patrimonialisation est le processus par lequel un collectif reconnaît le statut de patrimoine à des objets matériels ou immatériels, de sorte que ce collectif se trouve devenir l’héritier de ceux qui les ont produits et qu’à ce titre il a l’obligation de les garder afin de les transmettre (Davallon, 2014, p. 1).

¹⁶ Ces gestes ne rendent pas compte de la diversité des pratiques propres à chaque cas de patrimonialisation, mais définissent les « conditions de félicité » (Davallon, 2014, p. 1).

ultimo gesto é a *transmissão às gerações futuras* desses objetos patrimoniais. Instaure-se uma continuidade no tempo, uma relação, do presente, entre o passado e o futuro (DAVALLON, 2014, p. 1-2)¹⁷.

Em linhas gerais, a patrimonialização das cidades coloniais e de feição colonial baianas seguiu as três ações do processo descrito por Jean Davallon. As duas últimas ações só seriam possíveis avaliar se nosso estudo se dedicasse a compreender o momento após esses conjuntos receberem o status de patrimônio, ou seja, depois do tombamento desses sítios urbanos. Nosso objetivo é compreender o processo de reivindicação e a legitimação dessas cidades enquanto patrimônio, por esta razão nos interessam as três primeiras ações descritas por Davallon (2014). São elas: o “interesse” da elite política e intelectual baiana por determinadas cidades coloniais e de feição colonial; o esforço dessa intelectualidade em “produzir conhecimento” sobre esses sítios; e, por fim, o momento e de que maneira estas cidades foram declaradas o “status de patrimônio” nacional.

No decorrer de nossa pesquisa fomos nos deparando com um grande número de possibilidades de fontes históricas. Na medida em que determinadas questões foram surgindo, outras fontes foram sendo exploradas para compreender melhor esse complexo processo de reivindicação política na Bahia do regime ditatorial. Encontrávamos os processos de tombamento existentes no Iphan, uma documentação privilegiada para compreender tanto os grupos políticos e intelectuais que reivindicavam

¹⁷ Le premier de ces gestes réside dans *l'intérêt* porté à l'objet par un collectif ou un groupe social plus ou moins large, plus ou moins organisé. Il se traduit par la reconnaissance (le sentiment) d'une « valeur » de l'objet, antérieurement à toute détermination précise de ses « valeurs ». Le second geste correspond à *la production de savoir* sur l'objet et son monde d'origine. Il n'existe pas de reconnaissance d'un statut de patrimoine culturel qui se fasse sans mobilisation ou sans production d'un savoir servant à établir la nature et l'origine de l'objet. Le troisième consiste en la *déclaration du statut de patrimoine*. Un objet ne devient patrimoine qu'à partir du moment où il est déclaré comme tel. Cette déclaration est un acte performatif dont la forme peut varier, depuis la simple énonciation publique jusqu'à l'acte juridique ou administratif signant une procédure d'inscription ou de classement. Le quatrième geste est celui de l'organisation de *l'accès du collectif à l'objet patrimonial*. Il présuppose que les membres du collectif sont effectivement les bénéficiaires de l'existence de ce patrimoine et de son exposition (d'où la relation avec le premier geste). Le cinquième et dernier geste est celui de la *transmission aux générations futures* de ces objets patrimoniaux. Il instaure une continuité dans le temps, une relation, depuis le présent, entre le passé et le futur (Davallon, 2014, p. 1-2).

a elevação de determinadas cidades a patrimônio nacional como a receptividade do órgão quando a este pleito regionalista.

No entanto, nem sempre este material de tombamento contemplava uma visão complexa sobre esse processo de reivindicação política. Damos-nos conta de que a imprensa poderia nos fornecer um material de grande relevância para nossa análise. Isso nos levou a explorar as publicações dos jornais da época a todos os temas que nos interessava, seja a visão de uma determinada municipalidade sobre o processo de tombamento daquela localidade, seja o pleito de determinados grupos de intelectuais em favor da preservação de conjuntos urbanos e arquitetônicos espalhados pelas fronteiras da Bahia. No momento que avançamos, alguns cenários foram se desenhando, fazendo com que os jornais se transformassem de uma fonte complementar aos processos institucionais para um espaço público singular em que embates políticos em torno do patrimônio tenham transcorrido.

De qualquer maneira, temos que esclarecer que os jornais não foram analisados somente em suas publicações cotidianas e autorais, mas também naquelas peças publicitárias que ali eram publicadas. Não é nossa intenção tomar a imprensa como produtora de uma visão de patrimônio. Isso certamente seria outra análise a que neste momento não nos propomos. Em vez disso, pretendemos utilizar os textos jornalísticos para demonstrar que durante a ditadura civil-militar determinados líderes políticos baianos encontraram no patrimônio um importante vetor para o desenvolvimento do turismo no estado, assim como se tornou um dos debates centrais dos seus respectivos governos, ou seja, os jornais como veículo de informação política.

Além disso, as instituições da época produziram um extenso material sobre o tema do patrimônio, como a Revista de Cultura da Bahia do Conselho Estadual de Cultura e o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (Ipac-Bahia)¹⁸. Se junta a esta produção intelectual um conjunto de leis e regulamentações institucionais sobre a preservação do patrimônio nacional e baiano, que no decorrer do estudo foi sendo regulamentada e publicada. Nesse sentido, tratamos de privilegiar todo documento que contribuísse para compreender as diversas nuances do discurso preservacionista que a

¹⁸ Sempre que utilizarmos no texto a sigla Ipac-Bahia estaremos nos referindo ao Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. É importante fazer essa ressalva porque a Fundação do Patrimônio e Artístico Cultural da Bahia (FPAC) após uma mudança institucional se transforma no Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC). Nesse caso, o referido instituto será sempre referido pela nomenclatura da época: Fundação do Patrimônio e Artístico Cultural da Bahia (FPAC).

Bahia assistiu entre meados de 1960 e meados de 1980, e para tanto um conjunto extenso de vestígios foram selecionados e analisados no decorrer de nossa escrita. Esta grande variedade de documentos nos permite compreender as nuances do discurso preservacionista instaurado na Bahia, observando as diferenças e as disputas num momento em que o patrimônio esteve no centro do debate político naquele estado.

É importante explicar a delimitação de nosso recorte temporal, que vai de 1966 a 1983. Esses anos abarca justamente o momento em que ocorreu a difusão de determinadas ideias preservacionistas na Bahia e a reivindicação política em favor da preservação de diversas cidades coloniais e de feição colonial existente em seu território. Tal escolha se deve por este período abarcar eventos como: a viagem de Michel Parent à Bahia, que ocorreu em 1966; a criação do Conselho Estadual de Cultura da Bahia em 1967; a realização do I e II Encontro dos Governadores, ocorridos em Brasília (1970) e Salvador (1971); o processo de patrimonialização das cidades baianas, que ocorre entre os anos finais da década de 1960 até 1983, respectivamente entre a retomada do processo de tombamento de Porto Seguro e a conclusão do tombamento do centro histórico de Salvador.

Capítulo I - A reivindicação política do Conselho Estadual de Cultura da Bahia

Introdução

Em meados de 1960, os conjuntos de Porto Seguro, Cachoeira, Lençóis, Rio de Contas, Mucugê, Itaparica, Santa Cruz Cabralia, Monte Santo e o centro histórico de Salvador não eram protegidos em sua integridade¹⁹, não eram tombados pelo órgão federal responsável: a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan)²⁰. Até essa data, estes sítios urbanos não haviam sido consagrados como patrimônio histórico e artístico nacional e não tinham sido reconhecidos enquanto cidades históricas, tampouco eram considerados símbolos totêmicos da nação. Diante disso, indagamos neste capítulo: Quais discursos preservacionistas levaram à proteção desses conjuntos urbanos e arquitetônicos? Quem são os intelectuais baianos que pleitearam esse processo de reconhecimento? Como os discursos nacionalistas do Regime contribuíram para esse processo de reconhecimento? Qual o papel do Conselho Estadual de Cultura da Bahia e do Conselho Federal de Cultura nesse processo de patrimonialização? Qual a importância da Missão da Unesco na Bahia? Qual o alcance da concepção de preservação urbana preconizada por Michel Parent no Brasil e na Bahia?

Encontramos na segunda metade da década de 1960, os acontecimentos que levaram ao reconhecimento dos sítios urbanos como patrimônio nacional. Nesse sentido, ocorreram nesses anos a: circulação no Brasil de novas concepções de preservação urbana que contribuiu para a emergência de um discurso preservacionista

¹⁹ No caso específico de Salvador, o Dphan havia tombado em 1959 um conjunto urbano e arquitetônico da Sé e do Passo (MATOS, 2014). Todavia, o Centro Histórico de Salvador só seria tombado em 1983, incluindo em sua preservação uma vasta área urbana e arquitetônica. A reivindicação das elites intelectuais baianas nestes anos será justamente pela ampliação do tombamento ocorrido no final da década de 1950. Logo, apesar de ser considerado um conjunto urbano e arquitetônico, consideramos o tombamento do núcleo do Pelourinho uma ação limitada, não contemplando o centro antigo de Salvador em sua integridade.

²⁰ Vale lembrar que nesse estudo, a depender do período abordado vamos nos referir ao atual Iphan como Dphan e Sphan. Durante as primeiras décadas de atuação o órgão era denominado como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), tendo mudado essa nomenclatura em 1946 para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan). Em 1970 o órgão passa a ser denominado como na atualidade, de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ver (REZENDE, GRIECO, TEIXEIRA, THOMPSON, 2015). Nesse sentido, de 1937 a 1946 vamos nos referir ao órgão como Sphan, de 1946 a 1970 como Dphan, e de 1970 em diante como Iphan.

na Bahia, tendo como principal pauta a proteção de cidades, paisagens urbanas e de centros históricos; a criação do Conselho Federal de Cultura e do Conselho Estadual da Bahia, que apresentou um papel protagonista no processo de reivindicação na salvaguarda dos conjuntos urbanos e arquitetônicos; além da reivindicação por parte dos grupos políticos baianos em investimentos para a preservação, conservação, restauro e uso do patrimônio arquitetônico da Bahia, quando estes encontraram nas heranças culturais do passado o principal vetor do desenvolvimento do turismo.

Desse modo, este primeiro capítulo tem como intenção problematizar os agentes intelectuais desse processo político que reivindicou o reconhecimento do passado da Bahia. Será analisada a construção discursiva da intelectualidade conservadora que foi institucionalizada pela ditadura civil-militar na Bahia. Nessa parte da escrita estarão difusas em nossas análises as novas concepções de preservação urbana que circularam pelo Brasil nessa época, para assim compreender o discurso do CEC em defesa da preservação dos conjuntos urbanos e arquitetônicos. Assim, diante das denúncias de desaparecimento do acervo ali encontrado, os discursos preservacionistas se respaldaram em concepções que eram adotadas no cenário internacional: Carta de Veneza (1964), nas Normas de Quito (1967) e na Missão da Unesco no Brasil.

Acreditamos que a ditadura permitiu que um determinado regime discursivo regionalista emergisse na segunda metade da década de 1960. A reivindicação dos conselheiros baianos emerge em um momento propício: a ditadura civil-militar. O Brasil viveu durante o regime um momento de grande nacionalismo, do culto a pátria, a valorização do passado e a rememoração de eventos cívicos como o sesquicentenário (MAIA, 2012; CORDEIRO, 2014). Foi nesses anos que a Bahia encontrou visibilidade para seus discursos preservacionistas. Foi nessa época que os discursos nacionalistas baianos puderam ser enunciados e aceitos pelos regimes de verdade vigentes. É por meio desses discursos nacionalistas e patrióticos difundidos pelo regime que a intelectualidade baiana encontrou legitimidade por uma positividade de saber, para que suas cidades históricas fossem legitimadas como símbolos da nação.

Este capítulo igualmente irá se debruçar sobre a visita de Michel Parent a Bahia. A discussão em torno deste tema tem como objetivo compreender a emergência de um projeto político que se instaurou nas governanças estaduais conservadoras da época,

pois acreditamos que a visita do representante da Unesco na Bahia foi fundamental para a clivagem patrimonial das lideranças conservadoras da Bahia nos anos ditatoriais. É possível igualmente observar a harmonia entre a concepção de patrimônio brasileiro preconizado por Michel Parent e aquela que se difundia no país, no qual a preservação de conjuntos assume um papel central. Na verdade, esta última parte do capítulo pretende contextualizar esse outro evento ocorrido em finais da década de 1960, que em grande medida vai ser responsável pela emergência de um discurso preservacionista no campo político baiano, completando assim o cenário reivindicatório das elites baianas nesta época.

A questão que conduz esse primeiro capítulo concerne em compreender os discursos preservacionistas do Conselho Estadual de Cultura e os primeiros desdobramentos da visita de Michel Parent a Bahia. É problematizar a reivindicação intelectual e política que levou, nos anos seguintes, ao processo de patrimonialização de Porto Seguro, Cachoeira, Lençóis, Rio de Contas, Mucugê, Itaparica, Santa Cruz Cabrália, Monte Santo e do centro histórico de Salvador.

1.1 A fundação do Conselho Estadual de Cultura e a defesa da preservação do patrimônio histórico e artístico da Bahia

Em 14 de maio de 1967, em plena ditadura civil-militar, foi outorgada a Constituição da Bahia de 1967, pelo então governador biônico²¹ Luiz Viana Filho. No documento, encontram-se artigos que direcionaram a criação do Conselho Estadual de Cultura (CEC) e sua normatização. Constata-se, no documento, que caberia ao Conselho da Bahia exercer um papel consultivo a respeito das atividades culturais do estado, no qual teria destaque a proteção do seu patrimônio histórico e artístico, entre os quais abrangia uma vasta tipologia, incluindo os “documentos, as obras e os lugares

²¹ Segundo Luis Felipe de Alencastro, após a vitória dos candidatos pessedistas nos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro ao cargo de governador, “o regime deu o troco editando o AI-2 e o AI-3 (1966), com as cassações de JK, Lacerda e Ademar de Barros, as restrições ao STF, a extinção dos partidos políticos e as eleições indiretas para governador e prefeito das capitais” (ALENCASTRO, 2014, p. 7). Nesse sentido, tanto Antonio Carlos Magalhães como Luis Viana Filho foram beneficiados com a eleição indireta para a capital baiana e governo estadual. No caso de ACM esse modelo autoritário o levou a assumir os dois cargos por indicação dos generais presidente, a prefeitura uma vez e o governo estadual por duas vezes.

de valor histórico ou artístico, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e as jazidas arqueológicas”²².

Art. 119 - A lei criará o Conselho Estadual de Cultura, que terá função consultiva, no que respeita às atividades culturais do Estado, e normativa, na aplicação dos recursos advindos do Fundo de Cultura e de outras fontes.

Art. 120 - As ciências, as letras e as artes são livres, cabendo ao poder público o incentivo à pesquisa e ao ensino científico e tecnológico.

Parágrafo único - Os documentos, as obras e os lugares de valor histórico ou artístico, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e as jazidas arqueológicas ficam sob a guarda do Poder Público, na forma que a lei estabelecer²³.

Na mesma data, a constituição baiana declarou como Monumento Histórico Estadual a cidade colonial de Cachoeira, localizada no Recôncavo Baiano.

Art. 139 - A cidade da Cachoeira é declarada monumento histórico estadual e ficará sob a proteção do Poder Público, na conformidade da lei, que definirá as paisagens e os locais dotados de valor histórico, artístico e de particular beleza.

Parágrafo único - O Estado mandará erigir, na cidade da Cachoeira, monumento aos heróis de 25 de junho e a Simões Filho, respectivamente, em consagração de seus serviços à independência e à Bahia²⁴.

Desse modo, é possível dizer que no mesmo momento da criação do CEC ocorre o reconhecimento de Cachoeira como uma cidade histórica baiana. Em outras palavras, já circulavam na Bahia os discursos em favor da proteção do seu conjunto urbano e

²² Américo Simas Filho, Revista de Cultura da Bahia, 1969, p. 58.

²³ Américo Simas Filho, Revista de Cultura da Bahia, 1969, p. 58.

²⁴ Ibidem, grifo meu.

arquitetônico. Cachoeira, a partir deste momento, tornar-se-ia símbolo deste processo político de reconhecimento das cidades baianas enquanto patrimônio histórico e artístico nacional. Em grande medida, tomamos como emblemática a elevação de Cachoeira a monumento estadual em 1967, pois a ação demarca o início do processo de reivindicação da preservação das cidades baianas nos anos da ditadura civil-militar, quando os intelectuais que compuseram o Conselho Estadual de Cultura da Bahia tiveram um papel determinante.

Em 13 de setembro de 1967, alguns meses após a declaração da constituição baiana, o governo baiano, por meio das Leis nº 2463 e nº 2464, instituiu o Conselho Estadual da Bahia (CEC) juntamente com o Conselho Estadual de Educação (CEE). As referidas Leis foram outorgadas pelo governador biônico Luiz Viana Filho. Conforme se evidencia nos artigos da Lei nº 2463, uma das principais atribuições dos conselheiros seria se dedicar à preservação do patrimônio histórico e artístico do estado e o documento revela igualmente o prestígio que esses intelectuais teriam na política cultural junto ao poder executivo do estado.

Artigo 91 - O Conselho Estadual de Cultura terá atribuições relativas às atividades culturais, ao patrimônio histórico ou artístico, a aplicação dos fundos dos planos de cultura e outras em lei; artigo 92 - as deliberações dos Conselhos Estadual de Educação e Cultura serão: a) resolução b) pareceres; artigo 93 - os assuntos sujeitos à deliberação do Conselho Estadual de Educação e de Cultura são de iniciativa do poder Executivo e do próprio Conselho; artigo 94 - a função de Conselheiro é considerada de relevante interesse e o seu exercício tem prioridade sobre o de quaisquer cargos públicos, de que sejam titulares os Conselheiros²⁵.

Os intelectuais indicados pelo poder executivo estadual formariam o Conselho da Bahia, tendo como uma de suas principais funções normatizar as políticas culturais e propor medidas para a proteção do patrimônio histórico e artístico do estado, como definido no seu regimento. Desse modo, os CECs assumiriam a nível estadual o mesmo papel que o Conselho Federal de Cultura assumiu na esfera nacional: a defesa da cultura

²⁵ Revista da Cultura da Bahia, 1968, p. 8.

baiana e a preservação do seu patrimônio histórico e artístico. Ademais, a concepção de nacionalismo estabelecida no CFC será fundamental no processo de reconhecimento dos conjuntos urbanos e arquitetônicos da Bahia como patrimônio histórico e artístico nacional.

Nesse sentido, a instauração do CEC da Bahia é resultado da política de regionalização implantada pelo CFC. O Conselho nacional buscou assim estimular a criação dos Conselhos Estaduais de Cultura (CECs), além dos Conselhos Municipais de Cultura (CMCs). Os Conselhos Estaduais e Municipais foram percebidos como fundamentais para que as políticas culturais implantadas pelo CFC chegassem a todo o país. Tendo em conta que a “criação desses conselhos estaduais e municipais era necessária à formação de um ‘sistema nacional de cultura’ capaz de atender às diversas demandas regionais constitutivas da nacionalidade”. Nesta esteira, os Conselhos municipais deveriam se articular com os CEC de seu respectivo estado, enquanto este último deveria estar articulado “às diretrizes gerais do Conselho Federal de Cultura, mas a autonomia de cada conselho estadual ou municipal foi preservada”. Contudo, no primeiro momento, o processo de regionalização dos CECs mostrou-se deficiente, pois muitos destes “foram criados às pressas, sem estrutura ou verba definidas, existindo apenas para cumprir a exigência federal e disputar os poucos recursos destinados ao CFC” (MAIA, 2012, p. 104-105).

O CFC exerceu um papel determinante na política cultural brasileira nos primeiros anos da ditadura civil-militar, tendo em vista que ocorreu a organização e execução de ações contínuas do Estado por meio de investimentos no setor cultural. Tal setor foi considerado estratégico pelos militares, perante a necessidade de definir os rumos da cultura nacional e em formar cidadãos conscientes e devotos à pátria. O CFC teve uma atuação marcante no Estado ditatorial brasileiro, especialmente entre 1967 a 1975, se dedicando, principalmente, a respeito da cultura regional, memória, identidade e o patrimônio histórico e artístico nacional, cernes indissociáveis para o grupo intelectual (MAIA, 2012). Maia (2012) revela ainda que o momento de maior prestígio do CFC foi justamente na gestão de Jarbas Passarinho, que se tornou na época um dos principais agentes na defesa do patrimônio nacional. Foram sob sua gestão e fruto de sua ação que ocorreram na época eventos como o I e II Encontro dos Governadores,

realizados nas cidades de Brasília e Salvador, em 1970 e 1971, respectivamente. De acordo com Maia (2012), no discurso inaugural na primeira versão do conclave:

Jarbas Passarinho ressalta que o Encontro trataria das várias faces do patrimônio, ou seja, “não só o patrimônio artístico, não só o patrimônio histórico, não só o patrimônio cultural, não só o patrimônio natural, mas todo o patrimônio da Nação e da gente brasileira”. Para o ministro, além dos poucos recursos destinados à preservação, o descaso do cidadão brasileiro com sua história, aliado à falta de civismo, impedia o culto aos monumentos, verdadeiras alegorias da nação brasileira. As autoridades ali reunidas deveriam buscar alternativas para solucionar o descaso das autoridades públicas e também da população, que não só ameaçava como já comprometia o patrimônio com perdas irreparáveis (MAIA, 2012, p.166).

Além da regionalização dos Conselhos, o CFC reconheceu as culturas regionais como integrantes da cultura nacional neste período. Desse modo, os discursos em defesa da nação foram passando por algumas transformações em meio a continuidades. Esta rede de intelectuais que, desde o início do século XX, havia tomado a missão de forjar a identidade nacional, passava agora, na ditadura civil-militar, por uma importante mudança no que concerne à questão do nacionalismo na política patrimonial brasileira. Sobre essa modificação, Maia afirma que “o Conselho Federal de Cultura incorporou as características gerais do regionalismo nacionalista e observava na organização política do país os traços comprobatórios da identidade regional como marca da nacionalidade” (MAIA, 2012, p. 143).

Nesse sentido, diferentemente das primeiras décadas do século XX, nos anos do regime, o regionalismo passou a ser considerado como importante vetor da integração nacional. Essa mudança em relação ao regionalismo e nacionalismo constrói-se por meio da rede intelectual formada no CFC, constituído por um grupo plural, originário de diversas regiões brasileiras²⁶. Para Maia “esse regionalismo, associado à

²⁶ Maia (2012) ainda destaca que o Conselho efetivamente era formado por representantes de vários estados brasileiros. Deste modo, compunha o Conselho Federal de Cultura nomes como Adonias Filho, Afonso Arinos, Dom Marcos Barbosa, Gilberto Freyre, Ariano Suassuna, Arthur Reis, Cassiano Ricardo, Raquel de Queiroz, Hélio Viana, Josué Montello, Manuel Diegues Junior, Pedro Calmon, Raymundo Faoro, Renato Soeiro (grifo nosso, diretor do IPHAN em anos do Regime Militar), dentre outros. Sendo

valorização da mestiçagem permitia a construção de um discurso otimista sobre o Brasil e sua relação com as outras nações” (MAIA, 2012, p. 179). Para os conselheiros, o Brasil era plural e era esse pluralismo “que definia a sociedade brasileira não era excludente, ao contrário, visto do plano externo, irmanava as mais diferentes regiões do país, edificando a nação” (MAIA, 2008, p. 179).

A partir da criação dos CEC's observamos a emergência de um novo olhar para as culturas regionais, consideradas como integrantes da cultura nacional. Neste sentido, as heranças culturais existentes em várias regiões do país poderiam agora vir a ser tomadas como símbolos da nação. Os conjuntos urbanos e arquitetônicos espalhados pela Bahia, que haviam sido preteridos pela política patrimonial nas primeiras décadas de sua institucionalização, poderiam agora ser reconhecidos como cidades históricas nacionais. Essa nova compreensão da cultura nacional contribui para a emergência de discursos de reivindicação preservacionista como os que (re) surgem na Bahia. A leitura de um país plural, no qual o regional é somatório da nacionalidade, permite que a partir daquele momento diversos discursos regionais fossem enunciados e aceitos como nacionais. A interpretação da nação pelas culturas regionais defendida pelo CFC deu visibilidade aos discursos nacionalistas de determinadas regiões. Os discursos regionalistas que se pretendiam nacionais, a exemplo do baiano, encontra legitimação institucional para serem reconhecidos.

A legislação que instituiu o Conselho Estadual da Bahia deixa evidente que dentre as principais atribuições dos conselheiros baianos encontrava-se a preservação das heranças culturais baianas, portanto, competia aos membros do CEC “propor medidas em defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado”. Além da preservação patrimonial, o CEC se dedicaria à distribuição de verbas a instituições culturais, o que na prática teve acesso a um parco orçamento para este fim, cabendo ainda aos conselheiros o encargo de manter o intercâmbio com os seus pares do Conselho Federal de Cultura (CFC) e demais CECs, o que na prática só ocorreu de maneira intensa com os primeiros, como veremos no decorrer do texto.

assim, é possível apontar que a valorização das culturas regionais como integrantes da nação brasileira partiu de um grupo, composto de intelectuais de várias regiões brasileiras, sobretudo do Norte e Nordeste.

Artigo 36 – o Conselho Estadual de Cultura tem por finalidade exercer as funções consultivas e normativas, sobre as artes, ciências e o patrimônio histórico e cultural, competindo-lhe:

- 1 – propor medidas em defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado;
- 2 – propor medidas e modificações que visem à expansão e preservação das artes, ciências e letras;
- 3 – opinar sobre a concessão de auxílio às instituições culturais;
- 4 – manter intercâmbio com o Conselho Federal de Cultura e com os Conselhos Estaduais de Cultura;
- 6 – exercer outras atribuições que lhe forem conferidas em Lei²⁷

Recaia-se sobre o governador, o reconhecido intelectual Luiz Viana Filho, a incumbência de nomear os doze futuros membros do Conselho Estadual de Cultura. O CEC seria formado por doze integrantes eleitos pelo poder executivo, além dos seus respectivos suplentes.

Artigo 37 – O Conselho Estadual de Cultura, compõe-se de doze (12) membros nomeados pelo Governador do Estado, com prévia aprovação do Poder Legislativo, entre pessoas eminentes da cultura, residentes no Estado e de reconhecida idoneidade, os quais deverão representar as diversas artes, ciências e letras²⁸.

Viana Filho era um dos principais representantes da intelectualidade baiana e até mesmo nacional da época. Além de professor catedrático de história do Brasil da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, o então governador da Bahia era membro de vários institutos intelectuais, entre os quais o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia; a Academia de Letras da Bahia; membro benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; membro correspondente da Academia Internacional de Cultura Portuguesa, da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Portuguesa de História. Para exercer a função prestigiada de conselheiro, era necessário que os indicados apresentassem uma notória trajetória intelectual e deveriam igualmente ser reconhecidos pelas suas contribuições à cultura baiana.

²⁷ Revista da Cultura da Bahia, 1968, p. 8.

²⁸ Ibidem.

A instituição do Conselho propriamente dita, com as nomeações dos conselheiros, teve início no ano seguinte, em 9 de março de 1968, quando no salão nobre da Secretaria de Educação e Cultura da Bahia, em Salvador, realizou-se a cerimônia para a instalação do Conselho Estadual de Educação e Cultura. O evento contou com a presença de diversas autoridades baianas e do presidente do Conselho Federal de Cultura, o intelectual Josué Montello. De modo geral, a presença de Montello demonstra a importância da regionalização dos Conselhos para o CFC. O evento teve como oradores o Secretário da Educação Navarro de Britto e o Presidente do CFC José Montello:

Tendo o primeiro feito uma saudação aos novos conselheiros e agradecido a presença do Presidente do Conselho Federal de Cultura, que por sua vez fez uma excelente explanação sobre o que vem a ser o órgão que preside, e pediu a colaboração de todos, no sentido de atingir as metas culturais no país²⁹

Na mesma data, tomaram posse do cargo de conselheiros os intelectuais de grande prestígio no estado, homens que atuavam nas mais variadas áreas na Bahia, entre os quais se encontravam renomados artistas plásticos, escritores, arquitetos, jornalistas, professores universitários, entre outros. Na ocasião, os indicados por Luiz Viana Filho para compor o Conselho Estadual de Cultura estavam: José Calasans Brandão da Silva, Francisco Peixoto Magalhães Neto, Diógenes de Almeida Rebouças, Godofredo Rebello de Figueiredo Filho, Carlos Eduardo da Rocha, Mário Cravo Junior, Hélio Simões, Thales Olympio Góes de Azevedo, Américo Furtado de Simas Filho, Nelson de Souza Sampaio e Odorico Tavares. Nos primeiros anos, o CEC foi Presidido pelo conselheiro Nelson de Souza Sampaio. Grosso modo, parte dos nomeados pelo governador apresentava grande prestígio intelectual, muitos dos quais se dedicavam desde as primeiras décadas do século XX a atividades associadas às artes e às ciências na Bahia³⁰.

²⁹ Diário de Notícias, 11-03-1968. Apud Revista da Cultura da Bahia, 1968, p. 17.

³⁰ Revista da Cultura da Bahia, 1968, p. 18.

Tatyana de Amaral Maia, em seu estudo sobre os membros do Conselho Federal de Cultura, os conceitua como intelectuais conservadores. Para tanto, analisa o itinerário social desses intelectuais, que perpassaram partidos políticos conservadores e se tornam defensores do regime instaurado em 1964. No caso dos conselheiros baianos, em geral, não encontramos na trajetória desses intelectuais uma dedicação maior à política. Temos ali um grupo diverso, nomes como Francisco Peixoto Magalhães Neto, que tanto apresentou certo entusiasmo com o golpe civil-militar de 1964³¹ como compôs comissões do regime para a comemoração dos 500 anos de Pedro Álvares Cabral. Por outro lado, temos Mário Cravo Junior, que pouco antes de assumir sua função no Conselho Estadual de Cultura se juntou a Jorge Amado num protesto contra a violência policial do regime ao movimento estudantil³². De todo modo, não dá para afirmar que esses intelectuais em geral defendiam uma mudança estrutural na sociedade brasileira. Sendo assim, acreditamos que em razão da própria concepção de Bahia e do patrimônio baiano elaborado pelos conselheiros do CEC nessa época é possível conceituá-los enquanto conservadores. Veremos que o passado da Bahia e de seu patrimônio defendida pelos conselheiros estavam associados a uma imagem produzida por instituições como o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que apresentava uma visão de história demasiadamente conservadora.

Assim como o CFC, o Conselho Estadual da Bahia estruturou-se em câmaras, contudo, com o número menor do que o nacional. O CFC organizou-se por meio de quatro câmaras: Artes, Ciências Humanas, Letras e Patrimônio Histórico e Artístico (MAIA, 2013). No CEC, a estrutura limitou-se às câmaras de Letras, Arte e Patrimônio e Ciências. Observa-se que houve uma fusão entre as especialidades de Artes e do Patrimônio Histórico e Artístico no órgão da Bahia. Alguns componentes de outras câmaras se debruçaram sobre o tema da salvaguarda das heranças culturais do estado,

³¹ Vale lembrar que Francisco Peixoto Magalhães Neto era pai de Antonio Carlos Magalhães, político que como mostraremos adiante, se mostrou um dos principais articuladores da desestabilização do governo João Goulart no Congresso Nacional.

³² Jornal do Brasil, “Costa e Silva em diálogo com estudantes”, 13 de agosto de 1968, p. 9. É importante lembrar que a passagem de Mário Cravo Junior pelo CEC foi rápida. No segundo triênio já não compunha mais o quadro do órgão (CARVALHO, 2013). Da mesma forma, Francisco Peixoto Magalhães Neto participou pouco tempo do órgão, pois faleceu no dia 31 de março de 1969 (informação retirada do verbete do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-peixoto-de-magalhaes-neto>, acessado em 07 de julho de 2018).

contudo, os membros da Câmara de Arte e Patrimônio se dedicaram de maneira sistemática ao tema no Conselho.

Em função de esta pesquisa tratar do processo de reconhecimento das cidades baianas na ditadura civil-militar, vamos nos debruçar especialmente sobre os discursos e as estratégias que emergem da Câmara de Arte e Patrimônio. Acreditamos que os intelectuais que se reuniram na Câmara se tornaram, a partir daquele momento, os principais agentes da intelectualidade do estado na reivindicação da preservação dos conjuntos urbanos e arquitetônicos baianos. No órgão, seus discursos nacionalistas tiveram visibilidade e circularam por uma determinada rede intelectual que estava integrada, especialmente no CFC.

A Câmara de Arte e Patrimônio foi composta neste primeiro momento por Diógenes de Almeida Rebouças, Godofredo Rebello de Figueiredo Filho, Carlos Eduardo da Rocha, Mário Cravo Junior, Américo Furtado de Simas Filho³³. Nos ano seguinte, Fernando Luiz da Fonseca se juntou aos demais componentes da Câmara de Arte e Patrimônio. Entre os conselheiros dessa câmara, Diógenes Rebouças e Fernando Luiz da Fonseca eram arquitetos de formação³⁴. Alguns anos mais tarde, se juntou aos membros do CEC outro profissional da arquitetura, Mário Mendonça Oliveira, contudo, diferentemente de Fernando Luiz Fonseca, o aludido intelectual ocupou a Câmara de Ciências.

Aqui, pode-se observar que o Conselho Estadual de Cultura da Bahia, assim como o Conselho Federal de Cultura, reuniu nas câmaras “as personagens de proeminência de cada especialidade” (MAIA, 2012, p. 27). Basta ver que se concentraram, na Câmara de Arte e Patrimônio, intelectuais prestigiados, que atuavam na área de proteção patrimonial no estado há décadas, seja em instituições preservacionistas ou debruçando-se em diversas pesquisas que versavam sobre o patrimônio arquitetônico. Nessa perspectiva, podemos afirmar que a Câmara de Arte e Patrimônio do CEC da Bahia apresentou um perfil próximo à Câmara de Patrimônio

³³ Revista da Cultura da Bahia, 1968, p. 18.

³⁴ A informação a respeito da formação em arquitetura de Diógenes Rebouças consta num publicação de Nivaldo Vieira de Andrade Junior “Diógenes Rebouças e a modernização de Salvador”.

Histórico e Artístico Nacional do CFC, que concentrava renomados intelectuais no campo da proteção de bens culturais³⁵.

Na Bahia, a câmara responsável pela proteção das heranças culturais concentrou os principais nomes estaduais da causa preservacionista e muitos deles apresentavam um perfil acadêmico dos estudos da arquitetura e sua conservação. Trata-se de intelectuais que vinham há algumas décadas dedicando-se aos estudos da arquitetura baiana e ao patrimônio histórico e artístico do estado. Contudo, no CEC, esses intelectuais se reuniram em um mesmo espaço institucional, compondo uma rede intelectual que tinha como uma das principais pautas a defesa da cultura nacional e do patrimônio histórico e artístico nacional. Não por acaso, esses intelectuais apresentaram no Conselho a causa patrimonial como uma das suas principais demandas, notadamente a proteção de conjuntos urbanos e arquitetônicos.

Os espaços de sociabilidade frequentados pelos membros do CEC e CFC se assemelham, com as particularidades das esferas nacionais e regionais. Uma expressiva parcela dos integrantes do CFC pertencia a instituições tradicionais como a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (QUINTELLA, 1984. Apud MAIA, 2012). Por sua vez, uma parcela significativa do CEC baiano era membro das mesmas instituições tradicionais, contudo, em suas sucursais regionais. Referimos-nos especificamente ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e à Academia de Letras da Bahia (ALB) (SOTO, 2012; CARVALHO, 2013). Como veremos durante o decorrer desse texto, a circulação dos conselheiros por estas redes intelectuais³⁶ ecoou nos discursos do CEC. Muitos dos discursos regionalistas construídos desde as primeiras décadas do século XX pela intelectualidade baiana agrupada no IGHB são retomados no CEC, mais precisamente nas narrativas que as

³⁵ Rodrigo Franco Melo de Andrade e Renato Soeiro compuseram a referida Câmara do Conselho Nacional, ambos foram diretores do então Sphan e Dphan, tendo o segundo assumido o lugar de Rodrigo de Andrade no CFC após a morte de Rodrigo de Andrade. Completava a Câmara de Patrimônio no CFC nomes como Afonso Arinos de Melo Franco, Hélio Vianna, dom Marcos Barbosa, Pedro Calmon e Raymond Castro Maya (MAIA, 2012).

³⁶ Vale ressaltar que utilizamos o conceito tal como concebido por Eduardo Devés-Valdés, enquanto “un conjunto de personas ocupadas en la producción y difusión del conocimiento, que se comunican en razón de su actividad profesional, a lo largo de los años”. O autor ainda destaca que “la determinación de quien es y quien no, es parcialmente histórica, pues, dependiendo del grado de profesionalización del quehacer intelectual, se aceptará con mayor facilidad a ciertas personas para que se integren a dicha red” (DEVÉS-VALDÉS, 2007, p. 30).

reconheceram enquanto cidades históricas. Além disso, pode-se observar outro vínculo institucional dos conselheiros: a Universidade Federal da Bahia. Grande parte dos membros do CEC compunha o quadro de professores da universidade (SOTO, 2012). No que tange o vínculo dos conselheiros com o IGHB e ALB pode-se destacar que:

Na primeira gestão (1968-1971), sete deles (60%), dos 12 conselheiros titulares, eram membros da Academia de Letras da Bahia e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Na segunda gestão (1971-1973), dos quatro conselheiros empossados, apenas Mário Mendonça de Oliveira não fazia parte dessas instituições. Na terceira gestão (1973-1975), continuou essa mesma tendência, sendo que a única nomeação nova foi a de Adriano Pondé, que era membro da Academia de Letras. Na quarta gestão (1979-1983), foram empossados seis novos conselheiros, sendo que três dos empossados pertenciam a uma dessas duas instituições (SOTO, 2012, p. 64).

No que toca os membros da Câmara de Arte e Patrimônio, o único que integrava as referidas instituições era Godofredo Filho. O intelectual era integrante tanto do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) como da Academia de Letras da Bahia (ALB). No entanto, outros membros tais como Diógenes Rebouças, Américo Simas Filho, Fernando Luiz da Fonseca e Mário Mendonça de Oliveira compartilhavam o fato de serem professores e pesquisadores da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Godofredo Filho também exerceu a docência na mesma universidade, entretanto, décadas antes de fazer parte do Conselho.

Aliás, como bem lembrou Márcia Sant’Anna, “nesse período Bahia começou a se impor no cenário nacional como um importante centro de estudos e pesquisas nesse campo” (SANT’ANNA, 2014, p.238-239). Especificamente, a Faculdade de Arquitetura da Bahia se consolidava como um importante centro de pesquisas sobre a arquitetura colonial baiana e seu patrimônio arquitetônico, dentre os quais vale destacar o Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia (CEAB), da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, (...), que, segundo Fernando Luiz Fonseca, pesquisava “há alguns

anos, os problemas relativos a evolução urbana de Salvador e do Recôncavo”, além da arquitetura colonial baiana³⁷

O CEAB foi fundado na década de 1940 por Américo Simas Filho, consolidando-se nestas décadas os estudos sobre a arquitetura e conseqüentemente sobre os bens arquitetônicos. (MATTOS, 2014). Além de Simas Filho, outro conselheiro compunha o quadro do CEAB: Fernando Luiz Fonseca. No CEAB, Américo Simas Filho publicou “diversos estudos importantes sobre: a história da “evolução física de Salvador”; teorias e métodos de restauração; metodologias de preservação de sítios históricos; e história do preservacionismo no Brasil” (MATTOS, 2014, p. 48-49). Fernando Fonseca, assim como Simas Filho, dedicou-se aos estudos da arquitetura baiana colonial, especialmente os exemplares do Recôncavo baiano. Fonseca produziu, durante as décadas de 1960 e 1970, obras que tratavam a respeito da arquitetura religiosa e civil baiana, especialmente do recôncavo, e da arquitetura militar portuguesa no estado³⁸.

Vale destacar ainda o conselheiro Mário Mendonça de Oliveira, que se tornou, a partir da década de 1960, em uma das principais referências intelectuais na Bahia e no país na área de preservação patrimonial, se dedicando especialmente à área de conservação e restauro e aos estudos da arquitetura militar portuguesa no Brasil. Nas décadas de 1960 e 1970, realizou diversas especializações na área de história da arte e conservação e restauro na Itália, um dos países referências nos estudos do patrimônio na Europa³⁹. Embora integrasse a Câmara de Ciências, Mário Mendonça reforçava este corpo intelectual em defesa do patrimônio arquitetônico que se formou no Conselho Baiano, que tinha como característica principal o fato de serem respeitados pesquisadores nesse campo.

³⁷ Fernando Luiz Fonseca, Revista de Cultura da Bahia, 1970, p. 88.

³⁸ Ver FONSECA, Fernando Luiz da. Santo Antônio do Paraguaçu e o Convento de São Francisco do Conde. Salvador, BA: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1988. 124 p. FONSECA, Fernando Luiz da. Primórdios da arquitetura religiosa no recôncavo baiano: introdução ao estudo. Salvador, BA, 1960. Dissertação (Livre docência) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura, 1960. FONSECA, Fernando Luiz da. Arquitetura militar da cidade do Salvador: introdução ao estudo. 1971.

³⁹ Referências sobre a trajetória do conselheiro estadual foram encontradas na página do Conselho de Arquitetura e Urbanismo no Brasil: <http://www.caubr.gov.br/a-restauracao-e-uma-arte-e-uma-tecnica/> e na página do Instituto dos Arquitetos do Brasil <http://www.iab-ba.org.br/arquitetos-atuantes-no-estado-recebem-premiacao-iab-ba-2016/>, consultado em 10/03/2017.

Além destes intelectuais de formação na arquitetura, merece destaque outro membro da Câmara de Arte e Patrimônio: Godofredo Filho. O intelectual dedicava-se há décadas à causa patrimonial na Bahia, pois assumiu o cargo de diretor regional do Sphan no estado desde o momento de sua fundação, onde se manteve até 1974⁴⁰. O cargo é atribuído à estreita relação de Godofredo Filho com os intelectuais modernistas brasileiros, especialmente com Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade e Rodrigo Mello Franco de Andrade (MATTOS, 2014). O estudo de Ana Teresa Góis Soares de Mattos (2014) demonstra que uma rede intelectual baiana, que inclui Américo Simas Filho, Godofredo Filho, Thales de Azevedo e Diógenes Rebouças e Fernando Peres, pleiteou junto ao Sphan o tombamento dos mais antigos conjuntos urbanos e arquitetônicos de Salvador.

Parte do grupo intelectual que esteve à frente do processo de reivindicação apresentada por Mattos (2014) irá compor uma década mais tarde o Conselho Estadual de Cultura, entre os quais estão: Américo Simas Filho, Godofredo Filho, Thales de Azevedo e Diógenes Rebouças. Dentre os vários intelectuais estudados por Mattos, Godofredo Filho articulou-se como o principal protagonista do tombamento do núcleo do Pelourinho realizado pelo Sphan no ano de 1959. Mattos revela ainda que Godofredo, desde a fundação do Sphan, empenhava-se em preservar o patrimônio arquitetônico de Salvador e do interior do estado. Em resumo, a escrita de Mattos defende que, durante a década de 1950, uma determinada intelectualidade baiana, no qual figuram futuros membros do CEC e da Câmara de Arte e Patrimônio, batalhou e logrou o tombamento de um importante fragmento do casario colonial de Salvador em 1959, abrangendo o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Sé e do Passo (MATTOS, 2014). Tal estudo evidencia que a intelectualidade baiana já se movimentava para lograr a salvaguarda de conjuntos urbanos e arquitetônicos baianos desde a década de 1950, quando encontraram grande resistência por parte da intelectualidade do Sphan.

⁴⁰ Godofredo Filho também atuou como professor na Universidade da Bahia, onde ministrou as disciplinas Arquitetura no Brasil na Escola de Belas Artes na década de 1940 e a disciplina História da Arte Brasileira, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Bahia na década de 1950 (MATTOS, 2014).

A abertura do processo de tombamento da cidade de Porto Seguro no Sphan data do mesmo ano em que ocorre o tombamento no núcleo arquitetônico de Salvador, pleiteado por Godofredo Filho⁴¹. Entretanto, o processo de tombamento da cidade baiana só será retomado em 1968, na ditadura civil-militar, quando o processo de reivindicação das cidades baianas estava em curso. Cachoeira e demais cidades coloniais do Recôncavo nem chegaram a ter um processo de tombamento aberto no órgão federal. Os diversos conjuntos urbanos baianos adentram a década de 1970 sem proteção alguma, sem serem reconhecidos como cidades históricas nacionais. Portanto, será somente na ditadura civil-militar que voltará a tona a preservação de alguns sítios urbanos baianos, como Porto Seguro, quando emergirá a reivindicação da salvaguarda de outros conjuntos baianos como Cachoeira, Lençóis, Rio de Contas, Mucugê, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Jaguaripe, Itaparica, Santa Cruz Cabrália, Monte Santo, além da ampliação do tombamento do Centro Antigo de Salvador. E é sobre esse processo que este estudo se debruça: a patrimonialização nacional das cidades históricas baianas em anos do regime.

Com a criação do Conselho Estadual de Cultura em 1968, alguns nomes desta intelectualidade reúnem-se, se somando a estes outros intelectuais atuantes na proteção patrimonial, para dar continuidade as suas reivindicações políticas, que pleiteavam o tombamento das cidades coloniais baianas. Contudo, no CEC esta rede intelectual teve visibilidade em um momento em que se amplia aquilo que se concebe como cultura nacional. Tais mudanças permitiram que a intelectualidade baiana, reunida no Conselho, em proximidade com o Conselho Federal, buscassem o reconhecimento de diversas cidades históricas baianas, inclusive pela ampliação da área tombada no Pelourinho em 1959.

No que diz respeito ao trânsito dos conselheiros baianos com o CFC, podemos afirmar que, durante os primeiros anos do funcionamento do Conselho Estadual de Cultura (1968-1973), os seus membros mantiveram certa proximidade com os integrantes do Conselho Federal, pois estes “também eram convocados para colaborar com alguns projetos do CFC, como o Calendário Cultural, a comemoração de

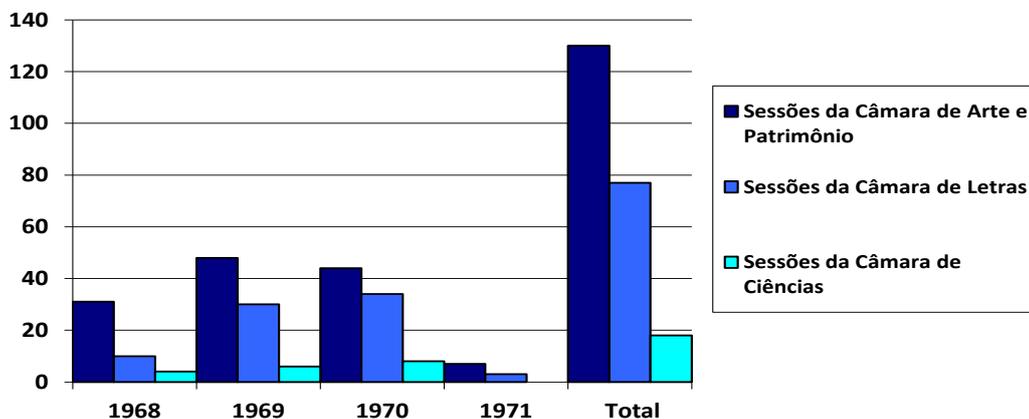
⁴¹ Processo de tombamento do Conjunto arquitetônico e paisagístico de Porto Seguro, nº processo: 800-T-68.

efemérides e a obra História da Cultura Brasileira, indicando a existência de uma relação de proximidade entre o CFC e os CECs” (MAIA, 2012, p. 105). No caso do CEC-BA, essa aproximação se deu em diversos momentos, mas merecem destaque: as visitas dos conselheiros nacionais ao órgão estadual; as homenagens prestadas aos intelectuais atuantes no CFC, notadamente daqueles membros nascidos em terras baianas, a exemplo da condecoração prestada ao intelectual baiano Pedro Calmon em Salvador; e o prestígio que os intelectuais baianos mantiveram com os seus pares a nível federal⁴². Por fim, como apresentaremos nessa escrita, podemos destacar que as narrativas nacionalistas da Bahia circularam pelo Conselho Federal de Cultura.

O órgão mostrou-se empenhado nos primeiros anos de seu funcionamento (1968 e 1971), quando assumiram a competência de orientar o governo do Estado em realizar o Plano Estadual de Cultura e, sobretudo, na luta pela proteção de suas heranças culturais. Todavia, no que tange às sessões específicas das câmaras, teve destaque a Câmara de Arte e Patrimônio Histórico. Os conselheiros da câmara em questão se reuniram diversas vezes nesse período, apresentando-se como a mais produtiva se tomarmos como referência as atividades realizadas no Conselho. A Câmara de Arte e Patrimônio apresentou o maior número de reuniões no período em questão, dada a grande demanda e o empenho dos conselheiros na salvaguarda patrimonial no estado. Em segundo lugar, com certo distanciamento da primeira, encontrava-se a Câmara de Letras. A Câmara das Ciências apresentou-se como aquela que havia organizado o menor número de sessões nos primeiros anos de atuação do CEC.

⁴² Alguns membros da Câmara de Arte e Patrimônio apresentavam proximidade com a intelectualidade do então Dphan. Fernando Luiz Fonseca, por exemplo, afirma que desenvolveu o texto “Ensino e pesquisa na defesa dos bens culturais”, de 1971, a pedido do membro do CFC Renato Soeiro, o que demonstra que havia um importante diálogo dos membros desta câmara com seus pares na esfera federal. Sem falar de Godofredo Filho que há décadas mantinha estreita relação com Rodrigo de Andrade e Renato Soeiro como diretor regional do 2º distrito do Sphan de Salvador.

Gráfico 1 - Atividades do Conselho Estadual da Bahia (1968-1971)



Fonte: Revista da Cultura da Bahia, 1970, p.139⁴³.

Desde os primeiros números da Revista de Cultura da Bahia, publicada pelo Conselho, houve um grande número de textos que se dedicavam ao tema do patrimônio histórico e artístico do estado e sua preservação. Os artigos produzidos pelos conselheiros baianos revelam que o CEC se debruçou sistematicamente sobre a temática da salvaguarda do seu patrimônio. Acreditamos que o direcionamento dos conselheiros para essa temática tenha duas principais razões: o compromisso explícito do Conselho em ter que propor medidas de salvaguarda patrimonial no estado; o CEC, sobretudo a Câmara de Arte e Patrimônio, ser composto por renomados arquitetos e intelectuais que se debruçavam há anos aos estudos da arquitetura baiana e na defesa do patrimônio histórico e artístico no estado.

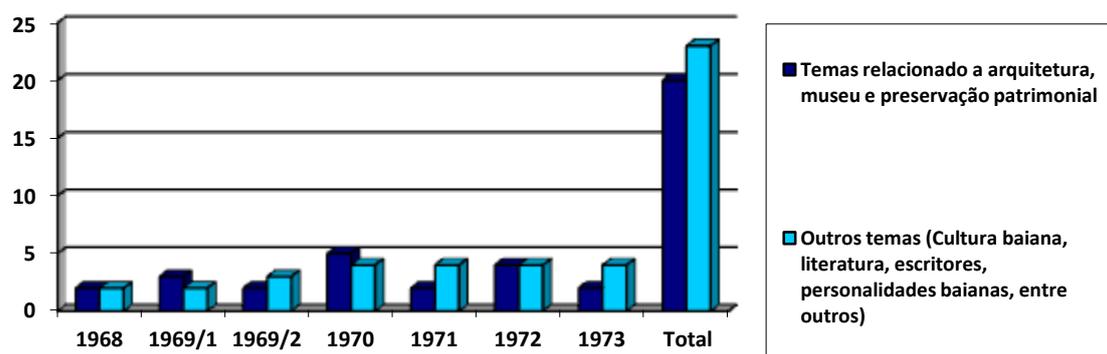
No CEC, esta rede intelectual pôde exercer com apoio institucional a suas atividades ligadas à causa patrimonial. Os intelectuais baianos tiveram acesso ainda a um espaço de divulgação no CEC. Suas pesquisas, que versavam sobre o tema de seus

⁴³ O ano de 1971 corresponde apenas aos primeiros meses (Revista da Cultura da Bahia, 1970, p. 139)

interesses, passaram naquele momento a ser publicadas na Revista de Cultura da Bahia, organizada pelo Conselho. Desse modo, os intelectuais que eram estudiosos da arquitetura e do patrimônio arquitetônico encontraram no Conselho um espaço profícuo para que seus discursos em defesa das heranças culturais da Bahia fossem enunciados e aceitos por esta intelectualidade.

Os temas das publicações da Revista de Cultura da Bahia foram bem variados, considerando-se os textos assinados pelos conselheiros e colaboradores. Os textos versavam sobre diversas temáticas, correspondentes às áreas de investigação das câmaras de Arte e Patrimônio, Letras e Ciências. Encontram-se estudos, preposições e conferências produzidos e apresentadas pelos membros do CEC e colaboradores. Nos oito primeiros números da Revista publicada pelo CEC, entre os anos de 1968 e 1973, se destacam uma grande variedade de textos publicados pelos conselheiros e colaboradores. No entanto, há um grande número de textos que se debruçava sobre a arquitetura civil, religiosa e militar da Bahia, os museus e a preservação do patrimônio histórico e artístico do estado. Esses artigos foram assinados quase que exclusivamente pelos conselheiros da Câmara de Arte e Patrimônio.

Gráfico 2- Temas publicados na Revista de Cultura da Bahia - CEC



Fonte: Revista da Cultura da Bahia

Nesse sentido, é possível afirmar que no CEC estes intelectuais se reuniram e tiveram espaço para escreverem sobre os temas que lhes eram caros. Os textos que versavam sobre a temática patrimonial foram assinados, especialmente, pelos conselheiros dotados na Câmara de Arte e Patrimônio, com destaque para o engenheiro civil Américo Furtado de Simas Filho⁴⁴ e o arquiteto Fernando Luiz da Fonseca. Em linhas gerais, os artigos mencionados se dedicavam aos temas relacionados à questão patrimonial, versando sobre: a arquitetura civil e religiosa colonial baiana; a destruição do patrimônio histórico e artístico do estado; a legislação estadual para se preservar as heranças culturais do passado; as novas concepções nacionais e internacionais de preservação urbana; e as propostas e estudos sobre as cidades baianas que careciam de proteção.

Esses intelectuais chegaram ao CEC com uma determinada experiência na atuação em defesa do patrimônio arquitetônico da Bahia e estavam em contato há algum tempo com a rede intelectual responsável pela política patrimonial brasileira. Demonstravam conhecer as novas concepções de preservação urbana que estava sendo implantada na Europa, tendo em conta que estas ideias circularam pela América Latina na segunda metade da década de 1960. Como veremos nessa escrita, as novas concepções internacionais de preservação urbana foram associadas aos discursos de valorização que se baseavam no patriotismo e no nacionalismo – vigentes no Brasil desde as primeiras décadas do século XX – para buscar o reconhecimento dos conjuntos urbanos e arquitetônicos baianos.

Além disso, podemos tomar a declaração de Cachoeira como uma síntese do discurso patrimonial difundido no CEC entre 1968 e 1974. Assim, enquanto os conselheiros baianos empenhavam-se em regulamentar a salvaguarda da cidade do recôncavo acabaram por estruturar suas estratégias para a preservação do patrimônio histórico e artístico baiano. Em linhas gerais, a intelectualidade baiana reunida no Conselho empenhou-se em: regulamentar a salvaguarda do conjunto urbano e

⁴⁴ A informação que Américo Simas Filho é engenheiro civil foi retirada de uma página da Universidade Federal da Bahia dedicada a ele. Apesar de sua formação ser em engenharia civil, Simas Filho se dedicou na Universidade Federal da Bahia a estudar a arquitetura baiana e brasileira. <https://cparq.ufba.br/americo-furtado-de-simas>, acessado em 10/08/2018.

arquitetônico de Cachoeira; pesquisar e preservar o patrimônio histórico e artístico existente no estado, especialmente os conjuntos urbanos e arquitetônicos; orientar a regulamentação para a preservação a nível estadual de suas heranças culturais⁴⁵.

Neste momento, ocorre uma ampliação do que se entende por patrimônio urbano, mas não somente, se amplia também a rede intelectual que teria a função de reconhecer uma determinada arquitetura ou cidade como patrimônio histórico e artístico nacional. Antes, este grupo estava limitado à instituição responsável por este reconhecimento: o Sphan. Contudo, na segunda metade da década de 1960, com a criação dos Conselhos Federais e Estaduais de Cultura, se amplia esta rede intelectual voltada à defesa do patrimônio nacional. Embora muitos destes intelectuais compunham o cenário intelectual brasileiro desde as primeiras décadas do século XX, será na ditadura civil-militar brasileira que muitos destes tiveram espaços em instituições de *intelligentsia* do Estado.

Se a “Constelação Capanema” era restrita aos modernistas dos estados do sudeste brasileiro, principalmente mineiros, os integrantes do CFC era formado por um grupo diversificado, nascidos nos quatro cantos do país. Ali estava confrontando diversos discursos regionalistas que datavam de pelo menos dos primeiros anos do século XX. Não é por acaso que será com este grupo que as culturas regionais seriam tomadas como elementos que integravam e que eram uma característica da cultura nacional. Aqui está o momento de ruptura, nos anos do regime, quando o Conselho Federal de Cultura legitima as culturas regionais como elementos da nação, ou seja, enquanto uma das principais características da cultura nacional. Neste instante abre-se espaço para que surja a reivindicação das intelectualidades regionais como a baiana, inclusive para o reconhecimento de seus conjuntos urbanos, até então preteridos pela política patrimonial brasileira.

Essa mudança na compreensão da cultura nacional, juntamente com a difusão no país de novas concepções de preservação urbana nas décadas de 1960 e 1970 possibilita que a reivindicação política baiana encontre espaço para ser legitimada. A partir da

⁴⁵ Os conselheiros, como veremos, tinham pela frente grandes desafios, dadas as limitações da legislação estadual e a resistência do Iphan em tomar os conjuntos urbanos e arquitetônicos localizados na Bahia.

fundação do CFC, os discursos nacionalistas baianos foram enunciados e aceitos como legítimos pela intelectualidade conservadora que fora responsável pela compreensão da cultural nacional nos anos do regime. Além disso, diante da resistência do Sphan em tomar as cidades baianas, a intelectualidade baiana recorrerá ao poder executivo militar para que reconheça cidades como Porto Seguro, Cachoeira e Lençóis como Monumento Nacional. Por esta razão, o processo de patrimonialização das cidades históricas Bahia deve ser compreendido como resultado da ditadura civil-militar e das ações de preservação implantadas nestes anos.

1.2 Entre as denúncias de destruição e a difusão de novas concepções de preservação urbana no Conselho Estadual de Cultura

O Brasil passou por diversas transformações nos primeiros anos que se instaura a ditadura civil-militar. O rápido crescimento das cidades brasileiras é acompanhado de uma expressiva expansão das áreas industrializadas pelo país. A atividade industrial chega até determinadas regiões onde até então predominavam as atividades econômicas vigentes no campo, como é o caso da Bahia. Destacam-se ainda aquelas áreas no interior que possuíam importantes acervos patrimoniais, inclusive cidades e centros históricos “que passavam, rapidamente, de uma realidade de estagnação econômica para outra de crescimento acelerado e pressão demográfica em função da metropolização (...), da implantação de indústrias em seus arredores” (SANT’ANNA, 2014, p. 206).

O crescimento urbano provocado pela rápida industrialização agravou assim a situação da conservação do patrimônio cultural brasileiro. Pesa o fato de essa expansão urbana ter ocorrido em áreas com grande concentração de edificações e conjuntos urbanos e arquitetônicos, protegidas ou não pela instituição nacional competente. A expansão da urbanização no Brasil levou a importantes mudanças na preservação de áreas urbanas no país. Portanto, em meados da década de 1960, “já estavam definitivamente instalados os problemas que levaram a um redirecionamento na política de preservação do patrimônio urbano até então praticadas pelo Iphan” (SANT’ANNA, 2014, p. 206).

Neste mesmo período, circularam no Brasil as novas concepções de preservação urbana. Esses anos assistem à realização de diversos conclaves, organizados, notadamente por órgãos como a Unesco e OEA. Por esta razão, “o patrimônio ganha uma dimensão internacional a partir da consciência de que seu valor transcendia as fronteiras nacionais”. Tais encontros resultam em diretrizes patrimoniais, a exemplo da Carta de Veneza, de 1964 e das Normas de Quito, de 1967. A carta de Veneza é fruto do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, tendo como patrocinador a Unesco, por meio do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). Assim, o encontro lança a “Carta Internacional sobre a conservação e a restauração de monumentos, mais conhecida como Carta de Veneza. Inspirada na Carta de Restauo italiana, esse documento teve uma repercussão internacional enorme” (AZEVEDO, 2016, p. 239).

Em 1967, ocorreu em Quito, capital equatoriana, a Reunião sobre a Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, realizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA). No conclave estava em debate uma manifesta preocupação com o patrimônio urbano, que enfatizava a necessidade de expansão das zonas de proteção. Essa leitura ampliava a preservação, em vez de somente o monumento arquitetônico, todo o entorno urbano deveria ser preservado. Assim, os conjuntos urbanos e arquitetônicos passam a ser tomados enquanto paisagens urbanas, valorizando cada vez mais o “aspecto ambiental e cada vez menos a questão arquitetônica” (SANT’ANNA, 2014, p. 239-240)⁴⁶.

No entanto, a principal referência do Encontro estava nos usos do patrimônio cultural para o desenvolvimento dos países da América Latina. Assim, as Normas de Quito “pregavam abertamente a utilização do patrimônio cultural para alavancar o desenvolvimento dos países membros por meio do turismo. A palavra chave era ‘*puesta en valor*’ ou promoção dos monumentos e sítios históricos para o mercado turístico”. Todavia, não era nova essa política de preservação defendida em Quito para a América Latina, pois “se inspirava na recuperação econômica de países como Itália, França e Espanha, depois da II Guerra Mundial (...). Desse modo, as novas concepções de

⁴⁶ Ver também em Normas de Quito, acessadas na página: <http://portal.Iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso no dia 22/06/2017.

preservação patrimonial apresentou uma grande repercussão na época, pois esta política cultural recomendada às nações latino-americanas partiu “não só da OEA, como da Unesco, no final da década de 1960” (AZEVEDO, 2016, p. 240). Tais diretrizes circularam igualmente na intelectualidade brasileira que pensava a preservação patrimonial, inclusive no Conselho Estadual de Cultura da Bahia.

Em suma, os encontros internacionais de Veneza e de Quito ratificam que o patrimônio urbano tornava-se um importante vetor de desenvolvimento local e regional por meio do turismo cultural. Esse discurso ganha força nos países da América Latina, pois encontraram nas heranças culturais do passado uma fonte de riqueza para o desenvolvimento econômico e social da região, marcada pela pobreza e desigualdade social. Além disso, a Carta de Veneza ampliava aquilo que se compreendia como patrimônio urbano. Em vez de conjuntos excepcionais, tal como era preconizado pela Carta de Atenas, o encontro ocorrido em 1964 “elevava a monumento o tecido urbano modesto e trivial” (SANT’ANNA, 2014, p. 211). Neste momento, ampliou-se a necessidade de preservação urbana no Brasil, tendo em conta que a noção de conjuntos urbanos e arquitetônicos de característica modesta deveria agora ser tombada.

Para Márcia Sant’anna (2014), predominava no Brasil até a primeira metade da década de 1960 a concepção de preservação urbana defendida pela Carta de Atenas de 1933. Em função disso, havia resistência por parte da intelectualidade modernista do Sphan em aderir aos novos preceitos defendidos pela Carta de Veneza. No entanto, outros fatores viriam a contribuir para a adoção das novas diretrizes preconizadas no Encontro de Veneza, o que por sua vez permitiu que a reivindicação da Bahia para a preservação de suas cidades fosse em parte lograda, ou seja, que algumas das cidades consideradas históricas fossem preservadas.

Fernando Luiz Fonseca e Américo Simas Filho produziram diversos textos no Conselho a respeito da proteção de bens culturais. Todavia, outros conselheiros como Godofredo Filho, José Calasans e Carlos Eduardo da Rocha contribuíram com textos versando sobre as heranças culturais do passado, mesmo que estes dois últimos

compusessem a Câmara de Letras⁴⁷. Os textos versaram, sobretudo, a respeito da legislação federal e estadual referente à salvaguarda, sobre as denúncias do desaparecimento do patrimônio arquitetônico baiano e acerca dos novos preceitos de preservação urbana que estavam sendo difundidos no Brasil. No entanto, o cerne desta produção discursiva versava a respeito da urgência em se preservar os fragmentos urbanos, os centros históricos e as cidades em sua integridade no estado.

A construção discursiva produzida nos primeiros anos de atuação do CEC baiano é sintomática desse debate, dentre os textos que se destacam estão: “Sugestões da Câmara de Arte e Patrimônio Histórico”, “Considerações em torno de uma metodologia adequada para o estudo de centros históricos”, “Notáveis Ruínas”, “Sistema de proteção aos bens patrimoniais”, “Legislação de proteção aos bens culturais” e “Ensino e pesquisa na defesa dos bens culturais”. Neles, a intelectualidade baiana reunida na Câmara de Arte e Patrimônio do Conselho expuseram: os ideais cívico-patrióticos difundidos pelo regime; as narrativas nacionais construídas desde as primeiras décadas do século XX pela Bahia; pleitearam uma legislação estadual que permitisse os tombamentos das cidades históricas baianas; criticaram a limitação dos tombamentos realizados pelo Dphan no estado; e buscaram legitimar determinadas cidades como históricas, sobretudo Salvador, e as cidades coloniais do Recôncavo baiano: Cachoeira e Santo Amaro estavam entre elas.

As novas concepções de preservação urbana estabelecidas em Quito e Veneza se difundiram no cenário latino-americano e em outras partes do mundo, inclusive podem ser encontradas nos discursos da intelectualidade que compôs o CEC da Bahia. Assim, estavam presentes no Conselho baiano os discursos que direcionavam a ampliação dos conjuntos que deveriam ser tombados, juntamente aos preceitos de uso patrimonial, que atrelava a proteção das heranças culturais ao desenvolvimento local e regional por meio do turismo cultural. Em grande medida, as diretrizes preconizadas nos referidos conclaves reforçaram a reivindicação que estabeleceram desde os primeiros anos de fundação do CEC. Juntamente com o Compromisso de Brasília, fruto do Encontro dos

⁴⁷ No primeiro ano de fundação do CEC, o conselheiro Carlos Eduardo da Rocha compôs o quadro da Câmara de Arte e Patrimônio, sendo transferido para a Câmara de Letras com a chegada de Fernando Luiz Fonseca.

Governadores realizado na capital federal em 1970⁴⁸. Os conselheiros utilizaram esses novos preceitos como estratégia de legitimação dos seus discursos. Como pode ser constatado nas palavras do conselheiro Américo Simas Filho:

Nos dias atuais, após a “Carta de Veneza”, a “Carta de Quito”, a “Conferencia Europeia dos Ministros Responsáveis pela Defesa e Valorização de Sítios e Conjuntos de Interesse Histórico e Artístico”, no âmbito internacional, e do “Compromisso de Brasília” no nosso país, estas ideias já contam com a adesão de parte apreciável, da sociedade contemporânea⁴⁹.

Ou ainda quando citam o conceito de preservação urbana adotado pela Carta de Veneza em 1964.

A noção de monumento compreende não só a criação arquitetônica isolada, mas, também, a moldura em que ela está inserida. O monumento é inseparável do meio onde se encontra situado e, bem assim, da história da qual é testemunho. Reconhece-se, conseqüentemente, um valor monumental tantos aos grandes conjuntos arquitetônicos quanto às obras modestas que adquiriram, no decorrer do tempo, significação cultural e humana⁵⁰.

Seguindo tal roteiro, em 6 de novembro de 1969, na Câmara de Artes e Patrimônio Histórico, Américo Simas Filho dividiu com seus pares o seu texto “Considerações em torno de uma metodologia adequada para o estudo de centros históricos”, no qual demonstrou um notório empenho dos conselheiros a respeito da preservação urbana na Bahia. Conforme Simas Filho, há tempos a Câmara de Artes e Patrimônio Histórico vinha debatendo a respeito da preservação dos sítios urbanos baianos, mais precisamente sobre a preservação das cidades coloniais do estado.

⁴⁸ Nos capítulos seguintes nos debruçaremos com mais afinco sobre os Encontros de Brasília e Salvador, enfatizando reivindicação da intelectualidade e dos grupos políticos baianos no que tange ao reconhecimento do acervo patrimonial do estado.

⁴⁹ Américo Simas Filho, Revista de Cultura da Bahia, 1971, p. 17.

⁵⁰ Revista de Cultura da Bahia, 1969, p. 17.

Há tempos vem esta Câmara debatendo a respeito da necessidade de proceder, na Bahia, a estudos das nossas cidades coloniais mais importantes – Cachoeira, Santo Amaro, Nazaré, São Francisco do Conde, Maragogipe, Rio de Contas – através da elaboração de programas de investigações visando a conservação de seus núcleos históricos e partes mais significativas, podendo-se alcançar, inclusive, o tombamento da própria cidade, como monumento estadual⁵¹

Segundo o conselheiro, era necessário que a preservação contemplasse não somente os monumentos isolados. Havia a necessidade de se preservar as cidades mais importantes, os seus núcleos históricos e até mesmo o tombamento da cidade em integridade a natureza circundante. No entanto, para ele, nos estudos sobre esses conjuntos deveriam ser incluídos outros critérios além da valorização arquitetônica e urbanística. A fala de Américo Simas Filho revela que o Conselho compreendia que a preservação das cidades históricas deveria levar em conta o desenvolvimento local e regional.

Quantas das cidades baianas antes citadas e outras mais, uma vez devidamente estudadas não poderão, também, apresentar perspectivas de amplo desenvolvimento urbano, dentro de um planejamento físico-cultural que respeite continuidade entre o nosso passado e o nosso futuro, em termos de real desenvolvimento. (...) **os estudos propostos, a respeito das nossas cidades antigas mais representativas – Cachoeira, Santo Amaro, Jaguaripe, Minas do Rio de Contas, Nazaré, São Francisco do Conde e outras devem visar à salvação de seu “Cuore” histórico, de seus conjuntos urbanos mais típicos, de seus bairros mais expressivos, de seus monumentos mais característicos, no sentido de se possibilitar, naquelas que apresentam condições mais propícias de desenvolvimento, agora ou no futuro⁵².**

Neste momento, ecoam as novas concepções de preservação urbana entre os conselheiros, que de maneira geral associava a proteção dos conjuntos coloniais e de

⁵¹ Américo Simas Filho, Revista de Cultura da Bahia, 1969, p. 21, grifo meu.

⁵² Revista da Cultura da Bahia, 1968, p.22, grifo meu.

feição colonial ao desenvolvimento econômico e social daquela localidade por meio da instalação do turismo cultural. Essa visão fica clara quando Américo Simas Filho afirma que “tais estudos deveriam considerar, devidamente, critérios de valores não somente urbanísticos e arquitetônicos, mas também econômicos, sociais, históricos e outros, envolvidos no processo de surgimento e desenvolvimento de cidades e regiões”⁵³.

Os membros da câmara se debruçam sobre os conceitos, as teorias e metodologias que estava em voga na Europa e demais países da América Latina naquele momento. A principal referência europeia encontrada nos textos incidia nos modelos de proteção das cidades e centros históricos existentes na Itália, pois segundo Simas Filho, “os italianos, que se dedicam a tais estudos desde muito tempo, já alcançaram uma maturidade que nós, brasileiros, estamos longe de atingir. É válido, por isso mesmo, que busquemos conhecer a experiência de especialistas, no trato de tais assuntos”⁵⁴. Acreditamos que a aproximação com o modelo italiano evidenciado nos discursos do conselheiro baiano seja em função do trânsito de alguns destes intelectuais com as universidades italianas⁵⁵.

Surgem também referências latino-americanas de conjuntos urbanos e arquitetônicos que haviam sido preservados. Simas Filho destaca o caso da cidade histórica de Santo Domingo, na República Dominicana, como um exemplo a ser seguido pelas cidades baianas. Em síntese, tanto o modelo italiano quanto o modelo dominicano de proteção de cidades e centros históricos defendiam a salvaguarda arquitetônica ambiental, enfatizando a importância dos estudos histórico-culturais e socioeconômicos sobre os sítios urbanos. Essa opinião pode ser encontrada na referência utilizada pelo conselheiro, quando destaca que o projeto de restauração de Santo Domingo é executado “com critério integral de valores não somente urbanísticos e arquitetônicos, mas também dos que constituíram o planejamento do desenvolvimento físico da cidade”⁵⁶. Em resumo, as ideias de Eugenio Pérez Montas são uma síntese do que havia defendido Américo Simas Filho. Portanto, o texto revela que os discursos dos

⁵³ Américo Simas Filho, Revista da Cultura da Bahia, 1969, p. 21.

⁵⁴ Américo Simas Filho, Revista de Cultura da Bahia, 1969, p. 23.

⁵⁵ Nas décadas de 1960 e 1970, os professores/pesquisadores da Universidade Federal da Bahia dão continuidade em seus estudos na Europa, especialmente na Itália.

⁵⁶ “no solamente urbanísticos y arquitectónicos, sino también de los que constituyeron la planificación del desarrollo físico de la ciudad” (MONTAS, 1967, p.38. Apud Américo Simas Filho, Revista de Cultura da Bahia, 1969, p. 31).

conselheiros baianos estavam em sintonia com os novos modelos de preservação urbana vigente na Europa e na América Latina.

Vale lembrar que estava sendo difundida igualmente na Europa e na América Latina a associação entre preservação e promoção do turismo. Todavia, de acordo com Carvalho (2013), “a atividade turística, iminente na Bahia, era vista por alguns dos conselheiros como um problema”, uma vez que “para eles, o caráter cosmopolita do turismo retirava dos baianos as suas características mais tradicionais e isto acarretaria na perda de uma identidade baiana mais voltada ao passado e ligada às tradições de suas elites políticas e culturais” (CARVALHO, 2013, p. 76). Levando em conta a interpretação de Carvalho (2013), é possível dizer que os conselheiros não adotaram à risca o discurso preservacionista que a Unesco defendia nesta mesma época para o Brasil, inclusive para a Bahia. Sant’Anna lembra que quando esteve no Brasil, Michel Parent, representante da Unesco, preconizou uma política patrimonial “em três pilares”, especificamente “na ampliação do conceito de patrimônio urbano que deveria começar a incluir toda a arquitetura modesta, antes considerada sem valor; no aproveitamento turístico desse patrimônio e, finalmente, em sua preservação, através da ação integrada do poder público e do planejamento urbano” (SANT’ANNA, 2001, p. 183)⁵⁷.

As premissas europeias e latino-americanas de preservação urbana encontravam nas pesquisas um dos principais meios para lograr a salvaguarda dos sítios urbanos. Por esta razão, as pesquisas sobre o patrimônio arquitetônico baiano foram defendidas com tanta veemência na escrita dos conselheiros, conforme evidencia Fernando Luiz Fonseca nos textos “As notáveis ruínas” e “Ensino e pesquisa na defesa dos bens culturais”. No primeiro, logo no início de sua escrita o conselheiro relata que ele e os demais membros do Conselho da Bahia haviam realizado diversas viagens pelo Recôncavo Baiano com o objetivo de buscar “estruturas notáveis, carentes de proteção e de cuidado especiais”⁵⁸. Em função disso, os conselheiros preconizam que deveriam ser coletadas e documentadas aquelas edificações e cidades que no passado foram estruturas inteiras. Fernando Luiz Fonseca afirma que a intenção desse trabalho

⁵⁷ “en la ampliación del concepto de patrimonio urbano que debería empezar a incluir toda la arquitectura modesta, antes considerada sin valor; en el aprovechamiento turístico de ese patrimonio y, finalmente, en su preservación, a través de la acción integrada del poder público y de la planificación urbana” (SANT’ANNA, 2001, p. 183).

⁵⁸ Fernando L. Fonseca, Revista da Cultura da Bahia, 1970, p. 77

realizado nas excursões dos conselheiros consistia em “apresentar um primeiro levantamento das peças consideradas de valor e merecedoras da atenção para conservação”. Entre as quais ressaltou “as cidades de: Lençóis, Mucugê, Valença e Rio de Contas, além das cidades do Recôncavo, como S. Francisco do Conde, Sto Amaro, Maragogipe, Nazaré e Jaguaripe, que são merecedoras das atenções de todos no sentido de preservar o patrimônio histórico e artístico do passado”⁵⁹.

A pesquisa será recorrentemente defendida pelo Conselho como a mais importante ação na luta pela proteção dos bens culturais, como recomenda as Cartas de Veneza, de Quito, a Conferência Europeia dos Ministros Responsáveis pela Defesa e Valorização de Sítios e Conjuntos de Interesse Histórico e Artístico a nível internacional e o Compromisso de Brasília a nível nacional. Por esta razão, Fonseca defende em sua escrita a ação conjunta que a criação de Centros de Estudos nas universidades brasileiras, como os existentes na Universidade de São Paulo e Universidade Federal da Bahia, para a realização de uma investigação sistemática sobre o caro tema, em uma ação conjunta com o Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura, sob a supervisão de órgãos como o Dphan.

Essa premissa era adotada pelo CEC da Bahia, tanto que contava com a colaboração do Centro de Estudos de Arquitetura da Bahia. Somam-se a isso determinadas ações como a realização de viagens dos conselheiros a determinadas áreas e cidades do estado, especialmente coloniais, que tinham como finalidade igualmente avaliar a situação do patrimônio arquitetônico existente pelo estado. Era urgente conhecer o estado de conservação em que se encontrava o vasto acervo baiano. Nesse sentido, ao passo que realizavam as excursões pela Bahia e pesquisavam o seu patrimônio arquitetônico, os conselheiros passam a construir no órgão o discurso da urgência de preservação. Para eles, o acervo patrimonial da Bahia corria o risco de ter o mesmo fim que diversos exemplares arquitetônicos coloniais: se tornar uma ruína. Após a realização das excursões, os conselheiros apresentaram uma situação de descaso com o patrimônio, denunciando o processo de destruição de edificações e de sítios urbanos pretéritos. Neste sentido, Fernando Luiz Fonseca destacava que a Bahia estava **“perdendo, pouco a pouco, o seu acervo monumental acumulado no tempo de**

⁵⁹ Fernando L. Fonseca, Revista da Cultura da Bahia, 1970, p. 77.

colonização. Edifícios notáveis, cujo valor histórico e artístico não se pode calcular, transformaram-se em menos de meio século, em ruínas tristes e feias”⁶⁰.

Portanto, o conselheiro denunciava a situação preocupante em que se encontrava o patrimônio arquitetônico encontrado em todo estado. O acervo monumental da Bahia estava desaparecendo com a ação do tempo e pelo descaso da sociedade. Atribuiu ainda tanto a falta de legislação quanto a aplicação das leis vigentes de proteção patrimonial como as causas da destruição das riquezas culturais. Apesar de se referenciar ao acervo histórico e artístico baiano, Fonseca acaba enfatizando o desaparecimento do patrimônio arquitetônico de uma determinada região da Bahia. Para ele, as edificações de Salvador e cidades do recôncavo eram aquelas que mais sofriam com o descaso e com o desgaste do tempo, afirmando ser **lamentável que o acervo monumental da Bahia esteja desaparecendo. (...) pois o desleixo dos homens vem acelerando a destruição desse acervo monumental.** Mas é curioso notar que o conselheiro dá mais ênfase à destruição que vinha ocorrendo nos **“magníficos edifícios da cidade do Salvador e Recôncavo”**⁶¹.

O conselheiro apontava que a perda de diversas edificações coloniais na capital baiana ocorria há décadas, lembrando, inclusive, de construções religiosas demolidas nas primeiras décadas do século XX, quando o Governo da Bahia executou a remodelação urbana em Salvador⁶². Naquela data, várias edificações religiosas foram

⁶⁰ Fernando Luiz Fonseca, Revista da Cultura da Bahia, 1971, p. 79, grifo meu.

⁶¹ Fernando Luiz Fonseca, Revista da Cultura da Bahia, 1971, p. 83, grifo meu.

⁶² Em resumo, pode-se concluir que, nas primeiras décadas do século XX, as elites baianas rejeitaram tudo aquilo que estava associado ao longo período colonial: a sua estrutura urbana, a arquitetura e a população africana, com seus hábitos e costumes ‘não civilizados’. Sob estes preceitos, as autoridades públicas justificaram a necessidade de “intervir no espaço público, no espaço privado, e mudar os hábitos de vida”, com o objetivo de modificar “a estrutura colonial, para atender às novas necessidades, de mudar a aparência da cidade, com a introdução de uma nova estética” (PINHEIRO, 2011, p.24). Nasce assim, no momento de grande decadência econômica e política da Bahia, o projeto que tinha como objetivo arrancar Salvador do seu passado, imagem que envergonhava suas elites. A capital baiana deveria acompanhar as demais cidades brasileiras, transformando-se na urbes moderna do século XX, com espaços públicos com suas fontes e monumentos de mármore aos moldes parisienses, as ruas arborizadas e alinhadas, com largas e extensas avenidas, em perfeita harmonia com os hábitos tidos como civilizados, espelhando-se na Europa (FERREIRA FILHO, 1994; LEITE, 1996; ALBUQUERQUE, 1997; PERES, 1999; PINHEIRO, 2011). A reivindicação das elites baianas leva o poder público a dar início ao processo de reforma urbana na cidade, que seria realizada ao longo de décadas. No entanto, coube ao governador José Joaquim Seabra instaurar, no ano de 1912, a “mais importante intervenção realizada em Salvador” (PINHEIRO, 2011, p. 213).

demolidas pela reforma urbana, tocada pelo governador José Joaquim Seabra (1912-1916), dentre as quais se destacam a Igreja da Ajuda, a Matriz de São Pedro, a Igreja do Rosário do Pereira e o Convento e Igreja das Mercês. Alguns anos mais tarde, em 1933, o discurso do progresso e do urbanismo demolidor – que defendia a destruição do passado colonial – leva à demolição da Igreja da Sé Primacial do Brasil⁶³. Nesse sentido, o Conselho expõe que o desaparecimento do patrimônio arquitetônico baiano, especialmente da capital e Recôncavo, vinha ocorrendo sistematicamente há mais de meio século.

Desapareceram da cidade do Salvador, entre outras, as igrejas da Sé e de São Pedro Velho. O solar Coronel, na Massaranduba, e os edifícios mais antigos da zona comercial na cidade baixa, tiveram o mesmo destino. No Pelourinho, duas dezenas de casas foram consumidas pelos incêndios e todos nós guardamos na lembrança a fatalidade irremediável que sofremos pela perda do Paço do Saldanha. No Recôncavo, nas cidades de Cachoeira, Santo Amaro, Nazaré, Jaguaripe e Maragojipe, encontramos exemplares da arquitetura injuriados e ofendidos em sua pureza original. São bens de inestimável valor em estão a passar os seus dias de vicissitudes. (...) É necessário salvar êsse legado imenso. A conjugação de esforços no sentido de orientar e educar, constitui a chave mestra para a preservação dos tesouros culturais de nossa terra⁶⁴.

Fernando da Rocha Peres (1999) revela em seu estudo “Memórias da Sé” os principais agentes responsáveis pela demolição do casario colonial e igrejas centenárias em Salvador: o governo de Seabra e a intendência municipal da capital. Os governos estadual e municipal contaram ainda com o apoio de parte da intelectualidade baiana – que naquele momento compunha o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – e dos jornais baianos para difundir dos ideais do urbanismo demolidor. Em linhas gerais, as

⁶³ Não se encerra em 1912 a destruição do patrimônio arquitetônico civil e religioso da Cidade da Bahia. Em 1928, em outro momento do processo da reforma, o plano de “melhoramento” urbano, se direcionou especificamente para a Igreja da Sé Primacial do Brasil. E é neste instante que será travada uma batalha em torno da preservação de sua mais importante construção religiosa. Diferentemente da década de 1910, importantes setores das elites baianas partiram em defesa da preservação da Sé, inclusive grupos que se mostraram entusiastas com a primeira fase das demolições arquitetônicas, especificamente os intelectuais do IGHB (PERES, 1999).

⁶⁴ Fernando L. Fonseca, Revista da Cultura da Bahia, 1970, p. 79, grifo meu.

elites baianas mostraram um grande entusiasmo com a modernização da Cidade da Bahia. Tais elites ansiavam pela sua modernização urbana, devido à recusa de qualquer aspecto do período colonial (PERES, 1999). Assim, a estrutura urbana, a arquitetura e a população africanizada foi tomada como arcaica, atrasada e não civilizada⁶⁵.

Todavia, a destruição das heranças culturais do passado, que teve início na entrada do século XX, contava naqueles anos com outro perigo eminente: a urbanização acelerada provocada pelo crescimento econômico no estado na década de 1960 e 1970. Para Fonseca, “a implantação das indústrias junto às cidades tradicionais” na Bahia colocava em risco o vasto patrimônio arquitetônico, sobretudo em Salvador e cidades do Recôncavo, pois o surgimento das indústrias “provoca um impacto sensível no aumento da população, gerando assim um crescimento desordenado das suas áreas habitacionais e fazendo nascer a chamada especulação imobiliária”⁶⁶.

O desenvolvimento e a modernização urbana possuíam tanto aspectos benéficos como prejudiciais. Contudo, mais prejudicado com o crescimento urbano – se mal organizado – encontrava-se o acervo patrimonial baiano. A situação da rápida urbanização agravava o risco de seu desaparecimento, que já estava em curso há décadas, seja pela ação do tempo ou pela noção de “progresso” que apresentava a sociedade baiana. Conforme Fonseca pesava ainda o fato da instalação industrial e do consequente inchamento das cidades se concentrarem justamente nas regiões que se concentrava o maior acervo arquitetônico da Bahia: a capital com seu entorno e o Recôncavo. Como bem enfatizou Fonseca, **“receamos que os valores arquitetônicos da Cidade da Bahia e do Recôncavo venham a desaparecer muito em breve, em nome do progresso e do desenvolvimento”**. E complementa que “as cidades antigas que crescem em virtude da implantação industrial sofrem transformações naturais que,

⁶⁵ Além da estrutura urbana, a arquitetura colonial igualmente sofreu o mesmo processo de desvalorização e de rejeição por parte dos abastados, sendo considerada uma estética ultrapassada, assim como ocorreu no restante do país. Entre as principais pautas de modernização da época estava a remodelação arquitetônica, inspirando-se nos estilos que chegavam do velho continente, sobretudo o ecletismo. Uma nova imagem arquitetônica, inclusive remodelando a antiga, seria um meio de embutir Salvador nos trilhos do século XX, ou melhor, “romper com o passado colonial, introduzindo novos modelos arquitetônicos, em moda na Europa” seria “a melhor maneira para se alcançar a modernidade e o progresso” (PINHEIRO, 2011, p. 15).

⁶⁶ Fernando Luiz Fonseca, Revista de Cultura da Bahia, 1970, p. 85-86.

por um lado, podem ser benfazejas nos aspectos urbanísticos, por outro, danosas à arquitetura pretérita”⁶⁷.

A apreensão do CEC com o avanço da industrialização em Salvador e Recôncavo datam das primeiras sessões realizadas pela Câmara de Arte e Patrimônio. Para os conselheiros da Câmara, a estrutura rodoviária e portuária construída em função da criação do Centro Industrial de Aratu (CIA) agravava a situação do patrimônio arquitetônico baiano. O perigo de destruição era eminente diante da vasta quantidade do acervo patrimonial nas áreas de expansão industrial, inclusive as edificações localizadas nas áreas rurais dos municípios em que se instalaram. Em julho de 1968, na sessão realizada pela referida câmara, os conselheiros recorreram ao presidente do Conselho para que este:

Se dirija ao Exmo. Senhor Secretário de Educação e Cultura, a fim de que este digne-se a solicitar, com urgência, do Senhor Diretor do Centro Industrial de Aratu (CIA), sejam enviadas para exame deste Conselho as plantas relativas ao traçado das estradas que dão acesso ao pôrto de Aratu, no que isso possa interessar à sua maior ou menor proximidade dos conjuntos arquitetônicos do Engenho Freguesia e do Engenho Matoim, sítios no município de Candeias, monumentos dos mais importantes da arte colonial brasileira e, como tais, tombados para os efeitos da lei que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico do país. Igualmente pede que a solicitação em causa seja extensiva a plantas ou projetos de eventuais obras de qualquer natureza, na vizinhança ou nas imediações dos aludidos imóveis⁶⁸.

Fernando Luiz Fonseca comentou que em função do conseqüente crescimento urbano era necessário que fossem implantados bons planos urbanísticos para que revertesse essa tendência de destruição das riquezas culturais baianas. Por esta razão era tão importante ações mais concretas na proteção patrimonial, especialmente em relação aos tombamentos destes bens. Contudo, ele destaca que na Bahia a situação possuía um agravante, havia diversos edifícios ou até mesmo conjuntos urbanos e arquitetônicos que não possuíam nenhum tipo de preservação. Neste ínterim, as críticas de Fonseca e

⁶⁷ Fernando Luiz Fonseca, Revista da Cultura da Bahia, 1970, p. 83, grifo meu.

⁶⁸ Revista da Cultura da Bahia, 1968, p. 22.

demais conselheiros foram direcionadas ao governo estadual e ao Dphan: ao primeiro por não regulamentar o órgão competente pelo tombamento estadual, ao segundo diante da limitação de seus tombamentos no estado⁶⁹.

1.3. O Conselho Estadual de Cultura baiano e a legislação da preservação do patrimônio histórico e artístico do estado

Os intelectuais do Conselho baiano assumem a responsabilidade enquanto elite cultural em buscar a preservação do seu patrimônio histórico e artístico nacional, todavia, para que a proteção das heranças do passado ocorresse de maneira intensificada, era preciso que houvesse a participação da população neste processo. Caberia então à elite intelectual educar os cidadãos brasileiros sobre a importância em se preservar as riquezas culturais construídas pelas sociedades pretéritas. O apoio dos brasileiros comuns para a causa patrimonial era um gesto cívico-patriótico à nação. Em um dos textos, Simas Filho aborda a questão do dever da intelectualidade para com a sociedade e com a salvaguarda patrimonial, onde destaca que existe “sobretudo nos países em desenvolvimento, a errônea compreensão de que a proteção de bens culturais – especialmente a conservação de monumentos – é uma questão que só interessa a uma minoria intelectualizada, pois a sua beleza e significação só por esta seria compreendida e usufruída⁷⁰

Américo Simas Filho complementa que era comum atribuir às chamadas elites a responsabilidade de conservação dos bens culturais, ou seja, os conservadores das heranças culturais do passado. Entretanto, para o conselheiro, a tarefa mais importante das elites, inclusive intelectual, seria a tarefa de educar a população brasileira sobre a relevância em proteger os legados do passado. Em síntese, era preciso conscientizar os brasileiros sobre os grandes homens e vestígios materiais das civilizações do passado. Era somente reconhecendo o passado que o Brasil se tornaria uma grande nação no futuro. A preservação estava associada à própria ideia de civilidade. O papel de educar

⁶⁹ Fernando Luiz Fonseca, Revista da Cultura da Bahia, 1970, p. 85-86.

⁷⁰ Américo Simas Filho, Revista de Cultura da Bahia, 1970, p. 65.

as massas tornava-se para Simas Filho uma das principais funções das elites intelectuais e a mais eficaz, pois:

É sobejamente conhecido eu uma sociedade torna-se que uma sociedade torna-se guardiã de sua herança cultural, quando adquire consciência do valor das obras que testemunham e explicam seu passado. A partir daí, a simples hipótese da destruição de tais bens, levará o povo a colaborar com entusiasmo a perseverança, ajudando, por isso mesmo aos organismos responsáveis por tal mister⁷¹.

Após enfatizar o papel das elites no processo de conscientização da população sobre a preservação das heranças culturais do passado, Simas Filho traça um histórico da legislação nacional e estadual a respeito da salvaguarda patrimonial. No texto “Sugestões da Câmara de Arte e Patrimônio Histórico”, de 1969, os conselheiros criticaram o Plano Estadual de Cultura realizado pelo Estado, pois não atendia ao que se esperava de um programa estruturado⁷². Defenderam igualmente que o governo baiano concebesse um Plano que abarcasse a preservação do monumental patrimônio histórico e artístico do estado, pois o documento proposto até aquele momento não contemplava “nem uma palavra sequer, sobre a proteção do acervo monumental”⁷³. Para o Conselho Estadual de Cultura, tratava-se de um lapso imperdoável o Estado não incluir no Plano Estadual de Cultura as diretrizes que contemplassem a proteção às heranças culturais da Bahia.

Os conselheiros enfatizaram que este esquecimento não era condizente com a própria constituição estadual baiana outorgada por aquele mesmo governo. A constituição determinava ser responsabilidade do Estado a proteção do seu acervo patrimonial. Além disso, o governo havia instituído o CEC com o desígnio de propor medidas de proteção do seu patrimônio histórico e artístico. Logo, caberia ao Estado cumprir seus compromissos sancionados para com a proteção de suas heranças

⁷¹ Ibidem.

⁷² O documento em questão havia sido analisado pelo CEC naquele momento. Segundo os conselheiros, em vez de um Plano Estadual de Cultura, o governo estadual havia realizado uma “breve análise do contexto cultural baiano”.

⁷³ Revista de Cultura da Bahia, 1969, p. 12.

culturais. Diante disso, o Conselho baiano sugeriu ao governo que formulasse o programa apresentado, “no sentido de bem conhecer, preservar, recuperar, valorizar e utilizar de modo mais racional, os bens imóveis e móveis de interesse artístico, histórico e cultural existentes no Estado, em ação coordenada com o Dphan e do Conselho Federal de cultura”⁷⁴.

Nos textos, é possível encontrar mais críticas tecidas pelos membros do CEC ao Estado, embora acompanhadas de elogios ao comprometimento daquele governo com a preservação patrimonial. Os conselheiros louvaram as ações do governo baiano em criar entre os anos de 1967 e 1968 diversos órgãos ligados à proteção do patrimônio histórico e artístico, inclusive o próprio Conselho. Além do CEC, foram regulamentadas a criação da Fundação do Patrimônio Artístico Cultural (Fpac) e a Divisão de Museus e Patrimônio Histórico (Dmph) e o Departamento de Turismo estadual. Conforme o CEC, “o interesse demonstrado pelo atual Governo, no que concerne a essa proteção do nosso acervo artístico e cultural, honra qualquer administração”⁷⁵.

No entanto, a principal crítica do CEC direcionou-se justamente às funções do Fpac, Dmph e Departamento de Turismo. Segundo os conselheiros, o governo baiano havia criado diversas instituições estaduais com o mesmo propósito: promover a preservação do patrimônio histórico e artístico estadual. Na prática, as recém-regulamentadas Fundação do Patrimônio Artístico Cultural, Divisão de Museus e Patrimônio Histórico e Departamento de Turismo possuíam as mesmas funções ou bastantes similares do que o Conselho. Os conselheiros lotados na Câmara de Arte e Patrimônio advertiram que naquele momento existiam **“diversos órgãos do Governo tratando da mesma matéria, repetindo-se atribuições e competências, isto é, há dualidade de órgão com fins idênticos ou similares, o que é contraindicado, do ponto de vista da eficiência, da produtividade dos serviços, sema públicos ou privados”**⁷⁶. Neste instante ressaltaram que caberia ao Conselho Estadual de Cultura formular a política cultural do Estado e caso não fosse respeitada sua função não haveria o porquê de o órgão continuar funcionando.

⁷⁴ Ibidem, p. 13.

⁷⁵ Ibidem, p. 13.

⁷⁶ Revista de Cultura da Bahia, 1969, p. 15-16, grifo meu.

Conselho Estadual de Cultura, Divisão de Museus e Patrimônio Histórico, Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico da Bahia, além do Departamento de Turismo, na Secretaria de Assuntos Municipais e Serviços Urbanos, têm atribuições similares, em vários pontos. Não há, até o momento, de forma explícita, a necessária coordenação na execução dos Planos e Programas afins, de sorte a ser reservada ao Conselho de Cultura a sua função precípua de formular a política cultural do Estado, o que só será possível a partir do momento em que haja o conveniente entrosamento dele, Conselho, com diversos órgãos do Estado - e não só da Secretaria de Educação e Cultura, na elaboração de planos setoriais, que se somarão bom Plano Estadual de Cultura, para cada ano. **De forma diversa não vemos utilidade no Conselho,** nem possibilidade de adequada utilização de meios para atingir os fins que se consubstanciarão nas metas a serem atingidas no campo cultural, mediante esforços conjugados dos diferentes setores estaduais que trabalham na área, **competindo, ademais, ao Conselho de Cultura, por seu turno, o entrosamento com o Conselho Federal de Cultura, na defesa dos interesses do Estado da Bahia, na elaboração do Plano Nacional de Cultura**⁷⁷.

O CEC se deparava ainda com outra barreira na legislação estadual. Naquele momento, a Bahia havia regulamentado a criação da Divisão de Museus e Patrimônio Histórico, que seria o órgão responsável pelo tombamento de uma extensa tipologia de bens culturais que estava à espera de proteção. Entre as principais atribuições do DMPH do executivo estavam “inventariar, classificar e tombare monumentos, obras, documentos e objetos, sítios de valor histórico e artístico existentes no Estado, promovendo sua conservação”⁷⁸. Contudo, o órgão encontrava-se apenas regulamentado, não havia sido implantado pelo Estado, ou seja, não estava em funcionamento.

Por conseguinte, o patrimônio histórico e artístico baiano não poderia ser protegido na esfera estadual. Apesar de reconhecerem os esforços do governo estadual em criar a DmPh, o Fpac e o próprio CEC, os conselheiros baianos denunciava que o Estado se mostrava omissos em relação à consolidação de um órgão que pudesse efetuar o tombamento estadual. A falta de um órgão estadual que efetivasse a salvaguarda dos bens patrimoniais limitava as ações do próprio CEC, que tinha como uma das principais atribuições promover a proteção do vasto acervo patrimonial baiano. Até mesmo a

⁷⁷ Ibidem, p. 13, grifo meu.

⁷⁸ Revista de Cultura da Bahia, 1969, p. 61.

cidade histórica de Cachoeira, decretada Monumento Estadual em 1967, dependia de uma legislação estadual. Até aquele momento, não estava regulamentada sua proteção enquanto bem cultural do Estado.

Logo, segundo os integrantes do CEC caberia ao Estado realizar um planejamento para o melhor aproveitamento dos recursos estaduais na preservação do patrimônio histórico e artístico. Estes recursos deveriam ser direcionados para a realização de estudos a respeito dos sítios urbanos do estado. Como dito anteriormente, as pesquisas são citadas nos textos dos conselheiros como o primeiro passo para sua preservação, portanto, era preciso recursos para a elaboração de estudos sobre estes conjuntos urbanos e arquitetônicos. Em síntese, os conselheiros defendiam que os primeiros passos para a salvaguarda de um determinado exemplar arquitetônico ou sítio urbano consistia em: pesquisá-los, registrá-los e inventariá-los. Era necessário inventariá-los para lograr seus tombamentos. Nesse momento, os conselheiros ressaltaram que precisavam:

Estudar os núcleos urbanos, as áreas e paisagens humanizadas, os sítios naturais e jazidas arqueológicas do Estado, **em termos de sua proteção, através do tombamento parcial e de conjuntos urbanos**, de modo a permitir que sejam conservados testemunhos do nosso passado cultural que, de outra forma, serão devastados pelo “progresso”. Quando entendido e praticado sem a adequada vinculação com as raízes culturais da região e do país a que deve servir⁷⁹.

Nessa perspectiva, no instante em que expunham a falta de legislação para proteger as heranças culturais do passado baiano, os conselheiros destacaram a falta dos tombamentos tanto das edificações isoladas como nos conjuntos urbanos e arquitetônicos baianos, sobretudo coloniais e de feição colonial. Na esfera estadual, o órgão que seria incumbido de tombar os bens estaduais, a Divisão de Museus e Patrimônio Histórico, não havia sido implantado pelo governo, estava apenas regulamentado. As várias cidades coloniais baianas poderiam vir a ser reconhecidas

⁷⁹ Revista de Cultura da Bahia, 1969, p. 21-22, grifo meu.

como patrimônio estadual. No entanto, nem mesmo a preservação da cidade de Cachoeira tinha sido regulamentada pelo Estado. Considerando-se que uma **“multiplicidade de órgãos para fins idênticos ou muito semelhantes**, sem que as respectivas atribuições e competências estejam convenientemente definidas e articuladas, do que resulta inconveniente dispersão dos poucos recursos existentes, sem que se alcancem resultados compensadores”⁸⁰.

Diante desta situação, o CEC recomendou algumas providências a adotar, merecendo destaque a “proposição de uma nova estrutura para os órgãos vinculados a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional”. Além disso, os conselheiros da Câmara de Arte e Patrimônio propuseram a “regulamentação, reformulação e atualização da Legislação Estadual”. Mais uma vez, os conselheiros manifestam que a proteção dos sítios urbanos do estado apresentava-se como uma questão central no órgão e apontam alguns aspectos importantes ainda pouco conhecidos que deveriam ser aplicados na Legislação atualizada, entre os quais destacamos a **“delimitação, para efeitos da legislação de proteção, nas cidades em que existem núcleos ou conjuntos monumentais”**⁸¹. Os princípios de preservação urbana como recomendava a Carta de Quito e Veneza deveriam ser instaurados, de modo que expandisse a salvaguarda de áreas urbanas.

Há uma valorização por parte dos conselheiros nas ações estabelecidas desde a década de 1930 pelo Dphan, contudo, o Conselho da Bahia afirmava a legislação federal necessitava de “retificação, complementação ou atualização”. Para o CEC era preciso descentralizar a preservação do patrimônio brasileiro. Entretanto, nas décadas de 1960 e 1970 a legislação baiana não garantia o tombamento estadual, pois, “dificuldades de várias ordens” retardaram “o tombamento preconizado” pela Lei nº1.452, de 10-9-1961⁸². Assim, apesar de preconizarem a descentralização da preservação no Brasil, a Bahia ainda dependia exclusivamente do tombamento nacional durante a ditadura.

⁸⁰ Américo Simas Filho, Revista de Cultura da Bahia, 1971, p. 67, grifo meu.

⁸¹ Ibidem, p. 70, grifo meu.

⁸² Afirmação encontrada no trabalho apresentado pelo Conselho Estadual de Cultura no I Encontro dos Governadores realizado em Brasília, em 1970.

A Bahia, pela variedade e opulência de seu acervo monumental, necessita, urgentemente, de organizar-se para o conveniente tombamento de imóveis, moveis e demais bens culturais, eu estão a exigir a devida proteção do poder publico, em vista do que representam como legitima expressão de nossa formação e desenvolvimento⁸³.

Diante desse cenário, o CEC recomendava que a Divisão de Museus não fosse responsável pelo tombamento dos bens culturais do estado. Em vez disso, sugeriam que o órgão ficasse a cargo da importantíssima responsabilidade de “planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades relativas aos Museus públicos existentes e a serem criados na Bahia”. Para os conselheiros, o Fpac “não tem nem deverá ter atribuições de tombamento e sim a de estudar e sugerir ao órgão próprio tal providencia”. Como solução do impasse o Conselho recomendava a criação “de um Colegiado, constituído por pessoas de notório conhecimento nos assuntos a serem tratados, indicados pelo Governador e órgãos universitários e públicos vinculados ao assunto”⁸⁴. As atribuições do referido Colegiado seriam:

Deliberar sobre o inventário, classificação e tombamento dos monumentos, obras, documentos e objetos de valor histórico e artístico, inclusive monumentos naturais e sítios de peculiar beleza ou pitoresco, existentes na Bahia, que ainda não tenham sido tombados pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou sejam por lei considerados Monumentos Nacionais⁸⁵.

Perante a limitação da regulamentação estadual, os conselheiros direcionaram suas reivindicações e críticas ao Dphan, órgão responsável pelo tombamento dos bens culturais no Brasil. A relação dos intelectuais baianos com o Dphan se mostrou paradoxal. Acreditamos que a principal razão desta contradição se deve ao fato da proximidade destes intelectuais com o órgão, inclusive tendo o diretor regional do Dphan, Godofredo Filho, como membro do CEC. Nesse sentido, as críticas do CEC direcionaram para o Governo do Estado e para o Dphan. O primeiro por não ter

⁸³ Américo Simas Filho, Revista de Cultura da Bahia, 1969, p. 69.

⁸⁴ Ibidem, p. 69-70.

⁸⁵ Ibidem, p. 70.

regulamentando um órgão que pudesse a vir realizar os tombamentos a nível estadual e o órgão federal por não tombar conjuntos urbanos e arquitetônicos que eram exemplares notórios das heranças culturais da nação. Nesse ínterim, os conselheiros encontravam na ampliação do tombamento do conjunto urbano e arquitetônico da cidade colonial de Salvador uma medida urgente para conter a destruição do acervo monumental que ocorria na capital baiana. Para o CEC, a proteção legal era o recurso mais eficaz na salvaguarda da cidade histórica mais expressiva do Brasil.

Em um destes casos, ao dissertar o estado de conservação de um exemplar arquitetônico localizado nas proximidades de Salvador, Simas Filho ressalta ser lamentável que aquela **“estrutura não seja, como muitas outras da Bahia, incluída no Livro do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou esteja sob a proteção do Estado”**⁸⁶. Crítica semelhante é realizada por Fernando Luiz Fonseca, quando afirma que **“infelizmente, no caso particular de edifícios ou conjuntos característicos não tombados, nada pode ser feito para o seu resguardo, salvo a consciência de seus moradores e proprietários”**⁸⁷. A declaração de Fernando Fonseca é acompanhada de denúncias de destruição do patrimônio arquitetônico de Salvador, inclusive dos conjuntos urbanos arquitetônicos:

Na cidade do Salvador podemos apontar não só casas isoladas, mas ruas inteiras, que sofreram nesses últimos 10 anos esse impacto estarrecedor. A zona comercial, na cidade baixa, onde existiam notáveis prédios característicos de uma época passada, foram substituídos por novas estruturas mais modernas. O antigo corredor da Vitória (Av. Sete de Setembro) perdeu seus Solares mais característicos e sua beleza paisagística sofreu em virtude das novas massas arquitetônicas erguidas aí. A zona de Itapajipe, com seus solares e casas de fins do século passado e princípio deste, degrada-se progressivamente, e em breve, os seus sobrados serão substituídos por estruturas de muitos andares⁸⁸.

O conselheiro argumentou que a Cidade do Salvador possuía um acervo com **“tamanha riqueza”**. No entanto, grande parte deste acervo ainda não havia sido

⁸⁶ Américo Simas Filho, Revista da Cultura da Bahia 1970, p. 82-83-84, grifo meu.

⁸⁷ Fernando Luiz Fonseca, Revista de Cultura da Bahia, 1970, p. 87, grifo meu.

⁸⁸ Fernando Luiz Fonseca, Revista de Cultura da Bahia, 1970, p. 87, grifo meu.

tombada, não contando assim com nenhum tipo de proteção. Neste momento, Fernando Fonseca ressalta que o Dphan não conseguia “**conter a sanha do chamado progresso**” na cidade. Apesar da crítica, o conselheiro ressaltou o esforço do órgão federal na Bahia, que seria “**digno dos mais altos elogios**”. Diante daquele cenário de perda do rico acervo arquitetônico, o intelectual reafirmou a importância do auxílio da população, pois caberia “a todo cidadão cioso dos seus deveres para com a sua cidade, consultar os organismos competentes, quando necessário fôr para impedir o alijamento das nossas mais caras relíquias”⁸⁹. Conforme o conselheiro:

Tal declaração concerne e se aplica também ao Recôncavo e todo o Estado da Bahia, particularmente às cidades de Santo Amaro, Cachoeira, Nazaré, Lençóis, Rio de Contas e outras, as quais são, ao lado de outros núcleos habitacionais, os relicários do passado brasileiro, as que melhor guardam suas tradições históricas com amor e veneração, desde que os seus filhos, assim como os bons cidadãos da nova Salvador, procurem por todos os meios, como é sabido, salvar suas obras de arte e dar-lhe nova vida⁹⁰.

Como dito anteriormente, o tombamento realizado pelo Dphan no Centro Antigo de Salvador em 1959 estava restrito ao núcleo do Pelourinho, quer dizer, não abarcava demais conjuntos do casario colonial. Para Fonseca, os esforços estaduais estavam sendo realizados pela Universidade Federal da Bahia, no que toca à pesquisa⁹¹, e pela Fundação do Patrimônio e Artístico Cultural em relação às restaurações do monumental conjunto colonial da capital baiana. Todavia, o tombamento só poderia ser realizado neste momento na esfera federal, devido à falta de legislação estadual no que tange ao tombamento, além, claro, do prestígio encontrado no tombamento nacional. Por esta

⁸⁹ Fernando L. Fonseca, 1969, p. 66, Revista da Cultura da Bahia, grifo meu.

⁹⁰ Ibidem, grifo meu.

⁹¹ Fernando Luiz Fonseca ressaltou que o Centro de Estudos de Arquitetura da Bahia (CEAB) era mantido com a participação dos discentes dos últimos anos de arquitetura, no qual se realizava “um estudo sistemático de levantamento cadastral, bibliográfico e fotográfico dos edifícios mais importantes e característicos dessa zona, no sentido de criar na consciência dos jovens profissionais (...) a necessidade de revalorização destes bens culturais”. Declara ainda que a universidade cumpria “a tarefa que lhe cabe no ensino da preservação dos bens pretéritos e sugere, quando solicitada, os meios convenientes ao resguardo desses bens” (Fernando Luiz Fonseca, Revista de Cultura da Bahia, 1970, p. 88-89).

razão, a reivindicação e as críticas dos conselheiros se voltaram para o órgão responsável em tombar os bens culturais brasileiros: o então Dphan.

Era recorrente ainda que os conselheiros, no momento que manifestavam suas denúncias advertirem que o Dphan se esforçava no intuito de proteger as cidades coloniais e de feição colonial. No entanto, no momento em que são realizadas as denúncias à destruição do patrimônio arquitetônico baiano, os membros do CEC apontavam que grande parte destes bens não foram sequer tombados pelo órgão federal e por isso não possuíam nenhuma proteção. Tais críticas às ações limitadas ao Dphan são acompanhadas de elogios ou até mesmo são justificadas diante da imensidão do acervo patrimonial baiano e na ação rápida do tempo. A ressalva realizada por Fernando Fonseca destaca o “trabalho gigantesco do Dphan que, zelosamente e com esforço ingente, com as poucas verbas que lhes são destinadas, empreende o magistral trabalho de consolidar ruínas e restaurar monumentos”. Contudo, explica que **“infelizmente, se o acervo é grandioso, o tempo é esse algoz insensível e frio”**⁹².

Para o CEC, o órgão federal havia salvado os mais importantes monumentos históricos, sobretudo as edificações religiosas e militares isoladamente, contudo, as “cidades históricas” estavam à espera de proteção, pois ainda careciam de tombamento. A perspectiva de Fonseca aproximava-se daquela realizada pelo Conselho Estadual da Bahia, na apresentação do órgão no I Encontro dos Governadores realizado em Brasília em 1970. No texto os conselheiros apontam a falta de recursos financeiros e de técnicos especializados como as principais barreiras na proteção dos bens culturais da Bahia.

O decreto-Lei nº 25, de novembro de 1937, não é força de expressão dizer-se que possibilitou à Bahia a salvação de seus melhores monumentos: ou porque evitasse sua demolição ou transformação, ou porque os favorecesse com obras de restauração mais ou menos vultosas. A partir de 1937, não houve ano em que o antigo Sphan deixasse de acudir, em grande ou modesta escala, às necessidades de estabilização ou recuperação de imóveis tombados sob sua proteção. **E, se mais não o foram, a culpa recai sobre a falta de recursos financeiros adequados para os fins propostos e até mesmo sobre a**

⁹² Fernando Luiz Fonseca, Revista de Cultura da Bahia, 1970, p. 87, grifo meu.

escassez de técnicos e operários especializados, que não foi possível improvisá-los. Assim, dificuldade de toda ordem conferiam a tais serviços, sobretudo naqueles primeiros anos, um certo grau de heroicidade, sem esquecer o trabalho de esclarecimento e persuasão levado a efeito para remover incompreensões, animosidades e frequentes pruridos de modernismo iconoclasta⁹³.

Há uma valorização por parte do Conselho Estadual da Bahia nas ações do Dphan no estado desde a década de 1930. No qual reconhecem a preservação e a conservação de diversos monumentos arquitetônicos baianos pelo órgão. Assim, o legado da preservação no estado era fruto das ações do Dphan, mas naquele momento, já não eram suficientes. Os conselheiros afirmavam que a legislação federal necessitava de “retificação, complementação ou atualização”⁹⁴.

São encontrados, ainda, nos textos produzidos pelos conselheiros baianos, diversos fragmentos que se dedicaram aos ensinamentos de Rodrigo Mello Franco de Andrade, membro do Conselho Federal de Cultura e primeiro diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em vários escritos, os conselheiros elogiavam e se referenciavam à contribuição de Lúcio Costa e demais membros do então Sphan para a política patrimonial brasileira. Em 1969, Godofredo Filho escreveu um texto em homenagem a Rodrigo, falecido naquele ano, do qual nutria uma grande amizade. Em sua escrita relata a dedicação do modernista mineiro à causa patrimonial no Brasil. Godofredo afirma que Rodrigo de Andrade:

De poucos homens investidos em funções ou cargos de responsabilidade administrativa se poderá dizer o que, nestes dias que sucederam ao de sua morte, é constante no parecer de todos: que sacrificou inequívocas possibilidades de prestígio no mundo das letras, da advocacia, da diplomacia e acaso da política, somente para votar sua existência à difícil tarefa de criar entre nós a mentalidade de que se deve proteger a todo custo, com lucidez e coragem, o tesouro de tradição e de beleza plástica que os antepassados nos deixaram. (...) A essa tarefa, como escreveu seu amigo e companheiro da DPHAN, Carlos Drummond de Andrade, ele

⁹³ Apresentação do Conselho Estadual de Cultura no I Encontro dos Governadores, Brasília, 1970, grifo meu.

⁹⁴ Afirmação encontrada no trabalho apresentado pelo Conselho Estadual de Cultura no I Encontro dos Governadores realizado em Brasília, em 1970.

devotou "uma vida obscura e gloriosa, agarrando à sua mesa de trabalho como um santo à sua forma de sacrifício e de autodestruição"⁹⁵.

As críticas ao Dphan podem ser compreendidas ainda como uma reação da intelectualidade baiana reunida no CEC frente ao “mineirismo” que se instalou no órgão nas primeiras décadas de seu funcionamento⁹⁶. Até aquela data, os intelectuais modernistas que elegeram as cidades coloniais mineiras enquanto símbolos da nação haviam preterido demais conjuntos urbanos e arquitetônicos erguidos fora das fronteiras das Minas Gerais setecentistas⁹⁷. Esse esquecimento institucional produzido por parte da intelectualidade modernista vigorou até a década de 1960. Nessa perspectiva, o desaparecimento dos sítios urbanos baianos mostrava-se urgente, pois até o ano de 1969 não havia nenhuma cidade tombada em sua integridade pelo Iphan no interior do estado. Enquanto o tombamento do Pelourinho, realizado em 1959, estava restrito ao núcleo do centro antigo de Salvador⁹⁸.

1.4 Os ideais cívico-patrióticos e o otimismo no processo de valoração das cidades históricas da Bahia na ditadura civil-militar

Acreditamos que, antes de revelar como a intelectualidade do Conselho buscou o reconhecimento das cidades baianas, devemos apresentar os discursos patrióticos que permearam o Conselho da Bahia, que estava em sintonia com o nacionalismo difundido

⁹⁵ Godofredo Filho, *Revista de Cultura da Bahia*, 1969, p. 11.

⁹⁶ De acordo com um relatório do Sphan/Pró-Memória de 1982, 70% do patrimônio cultural brasileiro (monumentos e obra de arte) estavam situados em Minas Gerais (Pró-Memória, 1982). Rodrigo justificou essa concentração argumentando que, no século XVIII, mais que em qualquer outra região do país, um número superior de monumentos e obras de arte “com afeição mais expressiva” foi produzido em Minas Gerais” (GONÇALVES, 2002, p. 69).

⁹⁷ Desde as primeiras décadas do século XX, as cidades mineiras, mais especificamente Ouro Preto, estabeleceram-se como um modelo de patrimônio urbano do país, que deveria ser preservado a todo custo. A cidade de Ouro Preto foi reconhecida como cidade-monumento, ocorrendo a valorização histórica e artística sobre a mesma, ela foi percebida como uma obra-de-arte em sua integridade, uma moldura de cidade colonial preservada pelo tempo, tendo os modernistas um papel determinante na institucionalização da cidade histórica (NATAL, 2007).

⁹⁸ O tombamento foi fruto de uma verdadeira batalha da intelectualidade baiana junto ao Dphan.

pelo regime na época. Tendo em conta que as narrativas nacionalistas que engendrariam determinadas cidades baianas enquanto históricas, enquanto símbolos do passado da nação sustentavam-se por meio dos ideais cívico-patrióticos, especialmente Porto Seguro, Cachoeira e Lençóis. Assim, a valorização das ações patrióticas da Bahia e dos baianos no passado encontra-se presente nas narrativas nacionalistas do CEC. O uso de valores cívico-patrióticos pode ainda ser tomado como uma estratégia por parte do CEC para lograr a valorização dos conjuntos urbanos e arquitetônicos na ditadura civil-militar, isto é, buscaram o reconhecimento destes por meio do discurso cívico-patriótico, tendo em conta que o ideário cívico-patriótico esteve no cerne do nacionalismo difundido dos governos militares.

Conforme Tatyana de Amaral Maia, a ideia de civismo foi reelaborada pela ditadura civil-militar, considerando que desde a Primeira República havia a presença desse ideário cívico no Brasil. Os primeiros anos do regime foram marcados por atos institucionais como o AI5. Sendo assim, o civismo difundido por governos militares determinava que a harmonia social e segurança nacional permitissem a retirada dos direitos políticos, civis e sociais dos cidadãos. Em função disso, Maia afirma que o civismo nesses anos se sobrepunha à ideia de cidadania, por conseguinte, a ditadura priorizava “os deveres dos cidadãos, qualquer ação do Estado em defesa da nação encontrava-se legitimada” (MAIA, 2012, p. 173). O patrimônio histórico e artístico nacional tinha um papel fundamental nesse processo de conscientizar os cidadãos sobre os valores do civismo e do culto à pátria como demonstra Maia, cabendo aos intelectuais do CFC a tarefa de instituir políticas culturais para preservar e difundir o patrimônio cultural e artefatos culturais ligados à memória nacional.

O papel da cultura seria realçar os elementos que compõem a nação. A defesa da cultura foi considerada fundamental para a formação de cidadãos conscientes tanto de seu papel de devoção à pátria quanto da necessidade de solidariedade social. Ampliaram-se, dessa forma, os artefatos utilizados na elaboração do discurso cívico a partir da Primeira República. Além da história, geografia e literatura nacional ensinadas nos bancos escolares, era fundamental a encenação desses artefatos por meio de monumentos, comemorações públicas de efemérides, preservação dos conjuntos arquitetônicos, manifestações folclóricas etc (MAIA, 2012, p. 173).

O discurso dos intelectuais do Conselho Federal de Cultura esteve atrelado aos discursos dos militares em defesa da soberania e unidade nacional, tendo o civismo um papel central neste projeto conservador e otimista da ditadura civil-militar. E para que este civismo despertasse nos cidadãos uma consciência nacional, era necessária a organização de políticas culturais que fossem direcionadas à proteção do passado, possibilitando a construção de narrativas históricas do passado em comum, com a função de formar cidadãos conscientes dos seus deveres cívicos, voltados para a manutenção da nação (MAIA, 2012). Nesta esteira, “a elaboração de representações ancoradas na formação do sentimento cívico concebido como sinônimo de patriotismo foi considerada fundamental pelos grupos civis e militares atuantes no Estado” (MAIA, 2012, p. 132). Daí a importância de salvaguardar e divulgar a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional para os governos militares, sendo “considerado indispensável na formação do civismo nacional” (MAIA, 2012, p. 184).

A ideia de civismo como elemento-chave na construção da consciência nacional estava ancorada na organização de uma política de proteção do passado. Esse passado compreendido como memória era considerado o elemento-síntese da tradição nacional – esta a principal responsável por fornecer os registros da nacionalidade. Assim, o passado deveria ser cultuado por meio do ensino e da cultura. Esse culto era identificado com o patriotismo necessário à construção do imaginário social, ao estabelecimento de laços de solidariedade e à reciprocidade necessária entre o Estado e a sociedade civil (MAIA, 2012, p. 184).

Desta maneira, para Tatyana Maia, o culto ao civismo, enquanto valor absoluto, seria responsável por construir os aparatos simbólicos da nação, a exemplo de “hinos, os heróis, as datas singulares, os mitos de origem” (MAIA, 2012, p. 174). Até mesmo a ação dos membros do CFC na proteção do patrimônio histórico e artístico nacional era considerada pelos conselheiros como uma “ação patriótica”. O mesmo pode se estender para a função dos conselheiros estaduais. É relevante ressaltar que, além do CFC e do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a disseminação do ideal cívico também esteve presente em outros setores institucionalizados da ditadura, dentre os quais a criação da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) e a inserção nos currículos

escolares das disciplinas de Educação Moral e Cívica e Estudo dos Problemas Brasileiros, em 1969.

Outra autora que destaca o papel do culto cívico-patriótico na ditadura civil-militar é Janaína Cordeiro⁹⁹. Em seu estudo, Cordeiro (2013)¹⁰⁰ sustenta que a comissão que esteve à frente das celebrações cívicas do sesquicentenário da independência do Brasil era formada por membros de prestigiadas instituições da sociedade civil. Na primeira metade da década de 1970, “a cultura cívica se expressou de maneira significativa nos meios intelectuais e acadêmicos”, notadamente, uma determinada intelectualidade, na qual destaca o papel da Academia Brasileira de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, as associações esportivas e algumas associações feministas que apoiaram o Golpe de 1964. Desse modo, afirma que a “característica que particularizava” este momento era “o otimismo e a fé no futuro do país, tão próprios dos anos do Milagre” (CORDEIRO, 2013, p. 28).

Observamos também que o otimismo sobre o futuro do Brasil propagado pelos militares também esteve presente no Conselho Estadual de Cultura da Bahia. Segundo Carlos Fico (1984), embora não tenha sido constituída pelos militares a leitura otimista do país, estes a utilizaram para construir a imagem do Brasil como um país do futuro, consolidada nos anos do “Milagre Econômico”. No momento em que se enaltece o Brasil se constrói a imagem que o país estava a caminho do desenvolvimento e de se tornar uma grande nação (FICO, 1984). Desse modo, naquele determinado presente se contemplava o futuro da grande nação. Ao mesmo tempo o regime se voltou para o

⁹⁹ Tanto em Janaina Cordeiro (2012) como em Tatyana do Amaral Maia (2012) está presente esta discussão sobre o papel dos civis na ditadura civil-militar. As duas historiadoras fazem referências ao texto organizado por Denise Rollemberg e Samantha Quadrato (2010), no qual diversos historiadores vão além da interpretação binária de resistentes e apoiadores do Regime. Por sua vez, esses estudos se utilizam do conceito de zona cinzenta de Pierre Laborie para pensar a participação dos civis na ditadura instaurada em 1964. Laborie publica um artigo na referida coletânea organizada por Rollemberg e Quadrato (2010).

¹⁰⁰ O estudo de Janaina Martins Cordeiro (2013) aponta o consenso e um consentimento da sociedade civil à ditadura por meio das comemorações cívicas que ocorreram nos primeiros anos da década de 1970. Janaina Cordeiro compreende que a Comissão Executiva Central, criada em janeiro de 1972, contou com a participação dos civis nas celebrações do sesquicentenário, revelando o apoio ao regime de diversos setores da sociedade brasileira. Entre os integrantes que organizaram as comemorações estavam os presidentes do Conselho Federal de Cultura e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de tantas outras instituições civis, pois “a comissão representou um bom exemplo de como a ditadura usufruiu e soube articular, sempre, apoios civis e militares” (CORDEIRO, 2013, p. 18).

passado na nação, marcada pela história-pátria, que valorizava os grandes acontecimentos cívicos e os heróis símbolos desses eventos.

O otimismo presente naqueles anos é permeado pelo patriotismo, lançando o olhar sobre os grandes heróis e as heranças culturais desde a chegada dos colonizadores. Assim como a história-pátria difundida pelo regime, o patrimônio histórico e artístico nacional datava do momento da descoberta do Brasil pela civilização europeia. A Bahia privilegia-se desta leitura de história estabelecida pela ditadura civil-militar. Neste ínterim, a cultura cívico-patriótica, à valorização do passado heroico da Bahia e o discurso otimista permearam o processo de reivindicação das cidades baianas. O que revela que os ideais nacionalistas difundidos pelos militares circularam na intelectualidade por eles institucionalizada, inclusive aquela à frente da política patrimonial brasileira. Nesse sentido, o reconhecimento das cidades históricas da Bahia pode ser tomado como resultado do ideário do civismo e patriótico promovido pelos governos militares. No Conselho Estadual de Cultura é notória a difusão dos ideários cívico-patriótico associada à preservação patrimonial.

Fernando Fonseca tomou posse como membro do CEC no dia 15 de julho de 1969. Como de costume, o intelectual realizou um discurso para todo o conselho. Suas palavras iniciais discorreram sobre sua trajetória, enfatizando sua defesa em nome das tradições e do patrimônio histórico e artístico da Bahia, destacando que a aproximação com seus novos pares ocorreu no momento que os membros do Conselho realizaram uma excursão ao estado vizinho do Sergipe. Fonseca relata que na viagem teve oportunidade de percorrer as ruas coloniais da cidade de São Cristovão com os demais conselheiros. Em seu discurso fica visível qual seria sua principal pauta no CEC: o patrimônio arquitetônico baiano, notadamente, os conjuntos urbanos e arquitetônicos.

Para o intelectual, as sociedades pretéritas haviam ensinado uma lição aos homens de seu tempo. No passado, belos e autênticos exemplares arquitetônicos foram destruídos simplesmente por terem sido considerados uma arquitetura atrasada por aquele determinado presente. Cita como exemplo a arquitetura gótica e o barroco, que no passado haviam sido desvalorizadas por terem sido classificadas sem valor artístico e histórico. O conselheiro toma esse processo de esquecimento como referência para que no Brasil não ocorresse o mesmo com a arquitetura pretérita. Naquele momento de

grande crescimento econômico, a sociedade brasileira deveria reconhecer estes bens arquitetônicos construídos no passado e não cometer os mesmos erros de sociedades pretéritas que haviam destruído as heranças culturais de um passado distante.

De tudo que tenho visto e vivido, o que mais de perto me tem tocado o coração e mais me aflige tem sido o destino das cidades e de suas populações. Por isto, ousou dizer: é preciso reacender na alma das cidades as chamas das tradições que, pouco a pouco, vão desaparecendo em face a novos interesses a novas aspirações. O homem moderno (...) na sua tentativa de adaptação às novas condições, diante de ofertas fantásticas, caminha célere para a frente, negando o passado e injuriando as novas realizações de seus ancestrais. A história da Arquitetura está farta destes ensinamentos, e nos conta como as gerações mais novas negam as mais antigas. Basta lembrar que uma das mais belas e autênticas manifestações artísticas do gênero humano, pelo seu verticalismo, por suas soluções espaciais e estruturas, foi chamada de arte bárbara, ou arte gótica. Também o barroco, com o seu dinamismo, que se transforma em arte miraculosa, é designado como pérola defeituosa e sem valor¹⁰¹.

Fonseca, se mostrando um grande defensor das tradições baianas, defendeu que somente a preservação da cultura poderia levar à construção de uma nação forte e poderosa. Neste ínterim, o crescimento econômico que colocava em risco o patrimônio arquitetônico é positivado pelo conselheiro. No desenvolvimento econômico pelo que passava o país, a Bahia era uma oportunidade para investir na proteção e restauração do patrimônio arquitetônico, investimento este que poderia vir tanto do setor privado, por meio de empresas que se instalaram no Centro Industrial de Aratú, como pelo poder público. Suas palavras evidenciam ainda os ideais cívico-patrióticos que permearam os discursos dos militares e da intelectualidade conservadora institucionalizada pela ditadura civil-militar na época. Para o conselheiro baiano, o reconhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional era um dever patriótico de todos os brasileiros.

A cultura preservada e enriquecida torna mais forte e poderosa a nação que a criou. As tradições não podem ser abandonadas;

¹⁰¹ Fernando L. Fonseca, Revista da Cultura da Bahia, 1969, p. 67.

precisam ser cultuadas e revividas. **As tarefas de ensinar, conservar e admirar, segundo as vocações particulares, estão aguardando á todos os bons brasileiros que desejam cumprir mais um dever com o seu Estado e a Pátria.** (...) os exemplos arquitetônicos do passado falam da história da humanidade e dos avanços tecnológicos e artísticos. As pedras das construções contam a história da evolução humana tão bem como as letras¹⁰²

Em anos do Milagre Econômico, a proteção das heranças culturais do passado passa a ser positivada diante de uma perspectiva no futuro. O patrimônio histórico e artístico emerge como um vetor de desenvolvimento para o estado. Conforme Fonseca, era preciso que o Brasil reconhecesse suas tradições para que caminhasse rumo ao futuro. A grande nação estava por vir, mas para isso era necessário que todos participassem desse processo de valorização das tradições do passado. O reconhecimento do passado nacional é tomado como fundamental para a consolidação do Brasil enquanto grande pátria, forte e civilizada. Para Fonseca, aquele momento de grande crescimento vivido pelo Brasil nos anos do regime era o instante de ação, pois **“a todos compete acompanhar o desenvolvimento da nação**, ora sugerindo, ora participando dos magnos problemas de planificar e construir as cidades, construindo e restaurando as estruturas do conhecimento humano, para legar aos que nos sucederão uma pátria forte e civilizada”¹⁰³.

Leitura similar é realizada por Fernando Luiz Fonseca em outro texto, publicado no ano seguinte na Revista de Cultura da Bahia, onde afirma que a ”preservação dos testemunhos do passado representa um avanço na civilização. Um povo culturalmente forte é aquele que zela, admira, e preserva os bens recebidos de seus ancestrais, pois as relíquias do nosso passado clamam hoje, em ruínas notáveis, a ação de todos aqueles que desejam ver o Brasil crescer¹⁰⁴.

Conforme Fernando Fonseca, os anos do “milagre econômico” seriam **“o momento de ação. Quando o Brasil avança e cresce com os trabalhos das fabricas e quando forças morais imanam-se para impulsionar as maquinas que nos levarão a**

¹⁰² Fernando L. Fonseca, Revista da Cultura da Bahia, 1969, p. 67, grifo meu.

¹⁰³ Ibidem, grifo meu.

¹⁰⁴ Fernando Luiz Fonseca, Revista de Cultura da Bahia, 1970, p. 86, grifo meu.

um estágio mais evoluído” ¹⁰⁵. O conselheiro, assim como os seus pares do CFC, evidencia o otimismo vivenciado pela intelectualidade conservadora na época do regime (MAIA, 2012). Ao mesmo tempo, suas palavras sinalizam que a industrialização e o crescimento econômico não eram desarmônicos com a preservação do patrimônio arquitetônico. Aliás, o desenvolvimento proporcionado naqueles anos poderia ser benéfico para a proteção das heranças do passado. Passado, presente e futuro são associados em seu discurso preservacionista. Preservar as relíquias do passado seria primordial para a constituição de uma grande nação e civilizada.

O Nordeste e a Bahia nestes anos apresentaram um grande crescimento econômico, devido ao crescimento de suas atividades econômicas, principalmente a indústria. O estado, até os primeiros anos da década de 1960, era dependente das atividades agroexportadoras, todavia, na década de 1960 e 1970, industrializou-se. A industrialização no estado foi possível devido à política de desconcentração industrial realizada pelos governos militares nos primeiros anos após a instalação do regime. Os baianos assistiram a instalação do Polo Industrial de Aratu no ano de 1967, juntamente com diversas outras indústrias ligadas, notadamente, aos setores petroquímicos. Desse modo, o crescimento econômico nas décadas de 1960 e 1970 levou a uma rápida e expressiva expansão das áreas urbanas, sobretudo na capital e em cidades próximas. Como resultado deste crescimento, ocorre o aumento significativo das classes médias e de um operariado com melhor poder aquisitivo no estado (TEIXEIRA, GUERRA, 2000).

A Bahia se destacou no período da ditadura civil-militar como um dos estados que apresentou uma das maiores taxas de crescimento econômico (CORDEIRO, 2012) e ainda beneficia-se do projeto de desconcentração industrial promovida pelo regime (TEIXEIRA, GUERRA, 2000). O explícito apoio das elites políticas conservadoras baianas à “revolução” e ao regime civil-militar estabelecido em 1964 também contribuiu para os vários investimentos no estado (DANTAS, 2008). Neste ínterim, foi no período ditatorial que o estado nordestino “conheceu um período de grande crescimento econômico e urbano, principalmente a partir da segunda metade da década de 1960, coincidindo com os mandatos de Antonio Carlos Magalhães tanto na Prefeitura de

¹⁰⁵ Ibidem, p. 85-86, grifo meu.

Salvador como no Governo do Estado”. Assim, com o rápido crescimento e modernização, “a Bahia se mostrava como uma espécie de vitrine nordestina – e mesmo nacional – do milagre brasileiro” (CORDEIRO, 2012, p. 77).

Para Fonseca, a Bahia caminhava ao lado do Brasil, pois vivia seu grande momento econômico desde sua decadência consolidada no século XIX. O grande projeto do desenvolvimento regional realizado pela ditadura, além da instalação de Centros Industriais nas regiões mais pobres do país, abarcava os grandes problemas estruturais do país, como a habitação, educação, saúde e até mesmo o urbanismo. Apesar de não mencionar o governo militar, Fonseca expõe em seu discurso o apoio ao projeto de desenvolvimento regional que era implantado pelo Regime na Bahia, quando afirma que:

Nos presentes dias, quando o dinamismo pela industrialização configura-se nas fábricas que deverão estabelecer o equilíbrio das distorções regionais e, quando os planos governamentais voltam-se para solucionar os problemas de habitação, educação e saúde, sinto que os pontos capitais do urbanismo: trabalhar, habitar, circular e recrear estão sendo aplicados com justiça; resta , agora, mostrar o tesouro oculto que possuem as cidades, fonte de uma vida passada, das qual devem os seus filhos se orgulhar. Com a força do exemplo, devemos pesquisar o passado para reter conhecimento e zelar para construir para o futuro. O conceito é, pois, de crescer e evoluir¹⁰⁶.

O conselheiro ainda pontua que crescimento que o país assistia levaria o país ao futuro. Os anos de regime são descritos por Fonseca com certo otimismo e patriotismo. Por conseguinte, vislumbrava no ano de 1969 o momento oportuno para que fosse implantado um projeto de proteção dos bens culturais do país. O milagre econômico, contudo, deveria também impulsionar a ação dos brasileiros em prol da preservação das heranças do passado. O desenvolvimento passa a ser tomado como uma ação positiva. Em sua opinião, as empresas que se instalavam na Bahia e que colocavam em risco a proteção do patrimônio histórico e artístico poderiam contribuir para sua preservação.

¹⁰⁶ Fernando Luiz Fonseca, Revista de Cultura da Bahia, 1969, p. 67-68, grifo meu.

Em sua fala, o conselheiro expõe a necessidade de mudanças nas leis preservacionistas. Assim, defendeu que as leis vigentes fossem adaptadas a um país que se industrializava e crescia em passo acelerado.

Das experiências anteriores ficaram exemplos concretos que, adaptados ao tempo atual, poderão sobreviver. E os moços, vendo este exemplo, praticarão para o futuro e, e assim fizermos, o legado será positivo e o saldo credor. A imprensa, as bibliotecas, as exposições, os museus, os arquivos, os espetáculos e as festividades cívico-religiosas, enfim, todos os veículos da difusão cultural, além das escolas, precisam ser protegidas para que as informações do conhecimento possam atingir, nas cidades e no campo, cada vez a um maior número de pessoas. **E se a industrialização do Estado, também fonte de cultura, possibilitar os meios necessários às novas conquistas humanas, caberá a uma legislação apropriada a tarefa de preservação da herança do passado. Só as leis adaptadas às novas condições poderão sugerir as medidas e as diretrizes mais justas e acertadas para que o homem possa compreender e respeitar os tesouros culturais**¹⁰⁷.

Desde 1969, Thales de Azevedo dissertava sobre o cenário cultural e econômico que passava a Bahia naquele ano. Onde destaca que o estado vivia um momento de grande ápice intelectual, com a emergência de diversos estudiosos e investigadores, “especialmente de ensaístas, de poetas, de publicistas, de oradores, de críticos das letras e das artes, de romancistas, cronistas e contistas, de biógrafos, historiadores e artistas”. Neste período, a capital baiana testemunhava a um intenso crescimento e a realização de grandes reformas urbanas. Salvador assistia ainda a um momento de grande visibilidade, notadamente “a riqueza monumental e histórica sobre uma paisagem de surpreendente encanto”. A Bahia ainda iniciava a sua industrialização, com a abertura do Centro Industrial de Aratu, mas já se consolidava como um “centro de artes e estudos dos mais importantes do país”. Este momento de efervescência cultural e crescimento econômico caminhavam junto ao empenho do governo estadual que tinha a frente Luiz Viana Filho. O governo baiano vinha incentivando a vida cultural no estado, por meio de ações como “a construção do Teatro Castro Alves, a

¹⁰⁷ Fernando Luiz Fonseca, Revista de Cultura da Bahia, 1969, p. 68, grifo meu.

criação de uma Diretoria de Ensino Superior e Cultura e do Conselho Estadual de Cultura”¹⁰⁸.

Visão próxima àquela esboçada por Thales de Azevedo em 14 de outubro de 1972, no texto: “Bahia: retrato de uma terra cercada de encantos por todos os lados”¹⁰⁹. Nele expõe as mudanças sociais e econômicas que o estado passava naqueles anos do Milagre Econômico. A Bahia assistia a abertura de grandes indústrias, a construções de hidrelétricas pelo interior do estado, a exploração de petróleo no Recôncavo, ao crescimento das suas cidades e das classes médias urbanas, a aumento de suas universidades e das pesquisas ali realizadas. Para o conselheiro, o estado se transformava em polo de desenvolvimento no país, atraindo cada vez mais investimentos. Tais transformações proporcionava, para ele, um ar moderno em suas cidades. Tais mudanças contrastavam com a Velha Bahia, a Bahia em que Azevedo havia crescido, a Bahia que vivia da glória do seu passado.

Essa foi uma Bahia – assim lembrada sem os rigores dos cronogramas e dos calendários – romântica, ideal um tanto vaga, d’ua memória de circunstância. Uma terra e uma gente que se moviam entre velhas glórias e desenganos que começavam. A beira do “enigma baiano”, eu ainda desafiava os velhos políticos e os jovens economistas como Nestor Duarte, **aquela era uma Bahia â procura de novos caminhos que haviam de ser descobertos no estudo das suas realidades e no planejamento do seu futuro, para que surgisse, sonhando mas realizando, com estradas, “polos de desenvolvimento”, “cacau, petróleo e Paulo Afonso”, “Universidade e novas Escolas, empresários, e incorporadores, Seminários de Música, Teatro, rádios e tevês, novos jornais, túneis, viadutos, investimentos, siglas, praias cheias, petroquímica guinkanas, micro-ondas, gravadoras, restaurantes que não havia, turismo, candomblés, artistas plásticos, hotéis de luxo, sessões da Sudene, negócios, poetas modernos...** Curiosamente, essa não é apenas uma Bahia de lembranças do passado, de recordações dos velhos, de saudades e suspiros “do meu tempo”¹¹⁰.

¹⁰⁸ Thales de Azevedo, Revista de Cultura da Bahia, 1969, p. 16.

¹⁰⁹ Texto publicado originalmente no Jornal A Tarde em 14 de outubro de 1972. Sendo republicado no mesmo ano na Revista de Cultura da Bahia.

¹¹⁰ Thales de Azevedo, Revista de Cultura da Bahia, 1972, p. 72, grifo meu.

Com certo saudosismo da Velha Bahia, Azevedo descreve a imagem da uma “nova Bahia”. Para ele o estado se modernizava em passo acelerado, em poucos anos, bastava ver as fábricas que eram abertas a todo instante. O progresso caminhava ao lado de novos comportamentos, novas formas de viver, que apressava o tempo dos baianos. Sob um novo ritmo de tempo, a Bahia assistia ao nascimento de um novo ciclo de crescimento impulsionando pela industrialização. A Bahia saía enfim da decadência que entrou no final do século XIX, o “enigma baiano”¹¹¹. O otimismo de Azevedo é evidente quando afirma que o estado ingressava em uma nova era de prosperidade e crescimento, transformando a vida dos baianos. Conforme Thales de Azevedo, naquele momento emergia:

Uma nova Bahia, “grande Bahia”, que se projeta e se recria, que inspira novos alentos, ar poluído, que se impacienta no trânsito engarrafado pelo progresso, e se isola em apartamentos empoleirados pela modernidade, rompe trevos, pistas duplas, elevados, abre fábricas, atrai capitais, viaja e se promove nas colunas sociais, usa barba e cabeleiras, miniquinis, calças, “longas”, funda bancos, descruza os braços, joga em estádios, cumpre horários, anda apressada, buzina, pesquisa, s’interroga, vê caras novas... Nem por isso “já era...”: aquela velha Bahia – que progride e às vezes piora – ainda tem muito do que é caracteristicamente sem e a faz o encanto dos que visitam e descobrem e particularmente dos que a redescobrem, vivendo-a, no traçado antigo, nos passeios estreitos”¹¹².

Desta maneira, os discursos otimista e patriótico permearam os Conselhos Federal e Estadual da Bahia. Além disso, veremos que tais discursos, otimista e patriótico contribuíram para o reconhecimento das cidades coloniais e de feição colonial baianas como patrimônio nacional, tendo em vista a Bahia havia sido palco de lutas cívico-patrióticas e os baianos terem demonstrado seu patriotismo ao defender a nação. O otimismo marcava também o discurso preservacionista, que vislumbrava a Bahia

¹¹¹ Trata-se da decadência econômica vivida pela Bahia entre finais do XIX e início do século XX, é denominada pela historiografia de “enigma baiano”, que seria decorrente “de sua descapitalização, da crescente deteriorização da indústria do açúcar na região e da mudança do eixo das decisões centrais do País no final do século XIX” (PINHEIRO, 2011, p. 192).

¹¹² Thales de Azevedo, Revista de Cultura da Bahia, 1972, p.73, grifo meu.

como um dos principais destinos turísticos do Brasil. Enquanto a elite baiana pregava que economia baiana caminhava para se tornar uma das mais pulsantes do país, o patrimônio baiano passa a ser tomado como um dos mais importantes vetores desse processo de desenvolvimento. Todavia é importante lembrar que o reconhecimento das “cidades históricas” da Bahia ocorreu somente junto ao grupo de intelectuais baianos lotados no Conselho Estadual de Cultura e a outros órgãos estaduais, como veremos adiante. O reconhecimento desses sítios urbanos como patrimônio nacional por parte do então Dphan seria uma longa batalha que a intelectualidade baiana teria que travar durante quase duas décadas.

1.5 A missão da Unesco no Brasil e o patrimônio nacional

Segundo Cecília Pereira (2012), na Conferência Geral da Unesco, realizada em 1949, teve início o debate no órgão sobre a melhor maneira de proteger e conservar os bens culturais, “chamados então de ‘antiguidades, monumentos e lugares de caráter histórico’”. Afirmo a autora que, naquele ano, assim como na Conferência realizada no ano seguinte (1950), foram debatidas questões sobre o turismo associado à conservação, a reconstrução da Europa no pós-guerra e os recursos para a conservação dos bens culturais. Diante desse quadro, “se tornou premente (...) a formação de um aporte técnico para os aspectos e problemas que diziam respeito à conservação de bens culturais” (PEREIRA, 2012, p. 25). Pontua também que o debate em torno dessas questões resultou, anos mais tarde, em 1957, na criação do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM), que teve um papel determinante na criação de missões pelo mundo.

Em 1964, pouco mais de uma década depois, outras pautas entram em questão na Unesco, com destaque para a criação de um centro que tinha como objetivo formar profissionais habilitados para a conservação do patrimônio em um dos países latino-americanos. Pereira (2012) comenta o fato do Brasil ainda não ser integrante do ICCROM naquele ano, o que levou à escolha do México para a instalação do Centro Latinoamericano de Estudios para La Conservación y Restauración de Bienes

Culturales¹¹³. Desse modo, a partir de então, uma das principais frentes de ação da Unesco para a conservação dos bens culturais estava na colaboração com a formação de técnicos especialistas na área de conservação e restauro. No Brasil, seguindo essa diretriz, o órgão internacional “apoiou a criação dos primeiros cursos de conservação na década de 1970, realizados pela parceria entre as universidades públicas e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)”, ministrado de maneira itinerante, em universidades de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Salvador (PEREIRA, 2012, p. 28).

Entretanto, no caso brasileiro, a primeira colaboração da Unesco e a mais importante ocorreu alguns anos antes, na segunda metade da década de 1960, a partir da missão executada por Michel Parent. Não obstante, o Brasil não foi o único a receber a missão do órgão internacional, pois diversos países do continente americano, africano e asiático solicitaram a referida cooperação técnica do órgão internacional. No caso brasileiro, segundo Sant’Anna (2015), a missão teve início com a solicitação do apoio técnico à Unesco pelo então presidente do Dphan, Rodrigo Melo Franco de Andrade. A aludida solicitação visava a atender às novas demandas da sociedade brasileira em relação ao acervo patrimonial (SANT’ANNA, 2015). A respeito das missões, Pereira (2012) afirmou que:

Eram uma modalidade de cooperação técnica que se relaciona com o estudo ou a exploração realizada por um especialista, expert ou consultor contratado pela UNESCO. Esse consultor era enviado a países solicitantes, para atuar em nome da Organização, com um objetivo específico, num tempo delimitado e as suas considerações assumiriam um caráter pedagógico e técnico. Em missão, ele atuava como um mecanismo de difusão de ideias e colaborava, a partir de sua formação e em nome do conhecimento, de modo a assegurar o lugar da verdade e da técnica, dentro dos limites aceitos pela UNESCO (PEREIRA, 2012, p. 28).

Parent realizou sua viagem pelo país por alguns meses, entre 1966 e 1967, visitando regiões que possuíam em seu acervo tanto edificações, conjuntos urbanos e

¹¹³ Pereira (2012) afirma que o Brasil só passou a integrar o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCRROM) ainda em 1964, meses após a instalação do Centro Latinoamericano de Estudios para La Conservación y Restauración de Bienes Culturales no México.

arquitetônicos e sítios arqueológicos¹¹⁴. Conheceu um vasto acervo do patrimônio, no qual figuravam tanto exemplares preservados pelo Dphan como aqueles que ainda não possuíam nenhum tipo de proteção naquele momento. O intelectual percorreu vários estados brasileiros, do norte ao sul, visitando, sobretudo, cidades coloniais, como Parati, Ouro Preto, Congonhas, São Luís, Alcântara, Olinda, Belém, Igarassú, dentre outras, mas não somente, também avaliou o patrimônio rural e de missões jesuíticas (PARENT, 2008). Na Bahia, ele se dedicou a avaliar o acervo de dois conjuntos urbanos e arquitetônicos, não coincidentemente visitou aqueles conjuntos tomados pelo CEC, nos anos seguintes, como as principais cidades históricas do estado: Salvador e Cachoeira. Segundo Claudia Leal (2008), a importância da missão realizada por Parent se deve por diversas razões, dentre as quais destacam-se a “data de sua visita às cidades brasileiras, (...) das primeiras de que se teve notícia; à extensão (...), que compreendeu 35 cidades; mas principalmente à importância de Parent no campo da preservação do patrimônio e seu compromisso com instâncias várias de proteção dos bens culturais” (BAETA, 2008, p. 7).

Em suma, pode-se afirmar que, em sua excursão, Parent identificou um amplo acervo, que apresentava uma vasta tipologia de edificações religiosas, civis, militares e conjuntos urbanos e arquitetônicos, erguidos desde o século XVI (PARENT, 2008). Para Cecília Pereira (2012), o então Dphan apresentou duas possibilidades de roteiro para o representante da Unesco. Em linhas gerais, a primeira contemplava apenas as principais cidades históricas brasileiras como Ouro Preto, e a segunda opção, escolhida por ele, “deveria estender-se desde o extremo Norte à extremidade Sul do Brasil e do litoral à região central do país, tendo em vista menos a conservação e valorização de monumentos isolados, do que o beneficiamento de sítios de interesse artístico, histórico e paisagístico” (PEREIRA, 2012, p. 87).

¹¹⁴ A missão do órgão internacional teve como resultado o relatório escrito por Michel Parent, intitulado: *Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique* (Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico). O relatório, publicado em março de 1968 pelo órgão internacional, foi elaborado após duas vindas de Parent ao Brasil, a primeira ocorreu de novembro de 1966 a janeiro de 1967 e a última de março a junho de 1967. O relatório foi traduzido por Claudia F. Baeta Leal em 2008, numa publicação do IPHAN. Contudo, utilizamos nesse texto tanto o texto original em francês como sua obra traduzida. LEAL, Claudia F. Baeta (org.). *As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent*. Rio de Janeiro: IPHAN; Copedoc, 2008. PARENT, Michel. *Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique*. Paris: Unesco, 1968.

Márcia Sant'Anna (2015) afirma que o rápido crescimento urbano ocorrido nas décadas de 1950 e 1960 suscitou o debate em torno de mudanças na preservação urbana no país. Diante de uma intensa urbanização emerge a busca por novas medidas de proteção e conservação dos bens culturais, um caminho alternativo às normas adotadas pelos modernistas no Iphan desde a década de 1930. A política de preservação aplicada no órgão não seria mais suficiente para atender a essa nova demanda gerada pela acelerada urbanização que passava o país. De acordo com Sant'Anna (2014), as cidades históricas tombadas pelo Iphan apresentavam, na segunda metade da década de 1950, "apenas problemas de manutenção". Contudo, com a aceleração da industrialização, agravou-se a situação dos problemas urbanos no país, inclusive em relação à proteção do patrimônio arquitetônico protegido pelo órgão federal. Perante esse cenário, o Iphan encontrava-se "completamente despreparado, e, para enfrentá-las, Rodrigo M. F. de Andrade solicitou, em 1965, apoio técnico a UNESCO" (SANT'ANNA, 2014, p. 207).

Em síntese, Sant'Anna pontua que a missão da Unesco tinha como intuito "assessorar o Iphan na tarefa de formular uma política para a conservação do patrimônio e colocar o Brasil no mapa do turismo cultural". A autora revela que o estudo produzido pelo intelectual europeu "passou a constituir a base de toda a atuação futura não só do Iphan mas de todo o governo federal com relação ao patrimônio: sua preservação através do planejamento urbano e do aproveitamento turístico" (SANT'ANNA, 2014, p. 207). Sant'Anna expõe ainda uma síntese do diagnóstico e das recomendações realizadas por Michel Parent em sua passagem pelo Brasil, quando:

Elaborou um diagnóstico abrangente da situação do patrimônio cultural do Brasil, realizando estudos sobre as cidades de Paraty, Salvador, Olinda e Ouro Preto, e também sobre o Iphan, e identificou um grande potencial turístico no país, digno do interesse internacional. Grandemente influenciado pela Lei Malraux, recomendou o planejamento como forma de manter sob controle os impactos do desenvolvimento turístico na conservação dos conjuntos históricos e a ação integrada do poder público como forma de gestão. (...) Para tanto o Iphan deveria ser reestruturado administrativamente, ter seu orçamento aumentando, investir no recrutamento e na formação de novos técnicos e, sobretudo, repartir a tarefa da preservação com outras esferas de poder. A descentralização do sistema foi vista como necessária para o atendimento das novas exigências da preservação dos moldes preconizados pela carta de Veneza (1964), a qual, ao

definir como monumento uma arquitetura trivial e menor, ampliou consideravelmente o universo a tombar e a proteger (SANT'ANNA, 2014, p. 207).

Nos anos seguintes, outros estrangeiros desembarcaram no Brasil com o objetivo de formular propostas voltadas para a proteção do patrimônio e desenvolvimento do turismo cultural, contudo, diferentemente da primeira missão, estas se restringiram a determinadas cidades que haviam sido priorizadas por Parent. Nesse sentido, o projeto de preservação desenvolvido junto à Unesco tem continuidade no país. Em um curto espaço de tempo, entre 1967 e 1970, esses técnicos vêm ao país, se dedicando a melhorar a conservação das principais cidades históricas. O inglês Graeme Shankland se dedicou a elaborar um projeto para o centro antigo de Salvador, enquanto a proposta de Parati esteve sob responsabilidade do belga Frédéric Limburg Stirum e Ouro Preto ficou a cargo do português Alfredo Viana de Lima (PEREIRA, 2012; SANT'ANNA, 2014).

No relatório, Parent se dedicou a dissertar sobre as características e aspectos da cultura brasileira. Segundo sua interpretação, dentre essas características estavam: a valorização da tradição, encontrada em práticas cotidianas de ritos, decorrentes de crenças e costumes ancestrais, e a aptidão à modernidade, que possibilitou, por exemplo, a construção de Brasília e de outras arquiteturas modernas após a guerra¹¹⁵. No entanto, conforme Parent, esse aspecto entre a tradição e a modernidade brasileira apresenta uma face contraditória, uma vez que o Brasil almejava o novo, ao passo que perpetuava suas tradições. Apesar disso, o inspetor da Unesco afirmava que essa paradoxal tendência permitiu, contudo, que aqui existisse um “importante repositório cultural, no marco da vida passada, das cidades de arte, dos bairros antigos, antes aristocráticos e hoje populosos, outrora testemunho de esplendor e hoje em um estado de degradação paralelo à degradação econômica daqueles que ali vivem” (PARENT, 2008, p. 45).

No estudo, o representante da Unesco produziu uma resenha histórica sobre todas as cidades que visitou pelo país. Antes, porém, de se dedicar a uma escrita

¹¹⁵ Acreditamos que Michel Parent se refere a II Guerra Mundial.

específica sobre os diversos sítios históricos brasileiros, Parent realizou algumas análises históricas, sociais e econômicas, e dentre essas estão: as narrativas da origem da formação social, cultural e política do Brasil, desde a chegada dos colonizadores portugueses; aspectos e características da cultura brasileira; a arquitetura colonial e suas especificidades; e a respeito das potencialidades da atividade turística nas cidades históricas¹¹⁶. No que tange às narrativas de origem, o intelectual estrangeiro apresentou no relatório as tradicionais narrativas de formação do espaço geográfico nacional, que estão consolidadas por meio da historiografia e pela narrativa patrimonial brasileira desde as primeiras décadas do século XX. Contudo, no texto, Parent evitou hierarquizá-las ou legitimar uma destas narrativas como aquela progenitora da nação brasileira, ao contrário do que realizaram os intelectuais modernistas que estiveram à frente do Sphan.

As narrativas apresentadas por Parent partem do século XVI em diante, quando, segundo o intelectual, teve início o desenvolvimento da arquitetura em terras brasileiras, pois diferentemente dos astecas no México e incas no Peru, “as populações autóctones brasileiras careciam de toda astúcia arquitetônica” (PARENT, 1968, p. 14). Para o inspetor da Unesco, esse aspecto da arte e da construção indígena restringiu os nossos vestígios à arquitetura lusitana, ou seja, a nossa herança artística e arquitetônica mais remota era aquela produzida pelos colonizadores. A arquitetura religiosa encontrou um importante destaque no relatório de Parent, quando atribuiu aos jesuítas as edificações majestosas dos primeiros séculos de colonização portuguesa, ressaltando que muitas dessas igrejas se encontravam intactas. Aliás, assim como a intelectualidade modernista, Parent encontra na herança portuguesa a característica predominante da arquitetura brasileira, mas aqui, em terras tropicais, rompe com sua progenitora, quando apresenta características particulares, abarcando as diversas regiões coloniais, inclusive o Nordeste.

Os portugueses importaram para o Brasil, já no século XVI, os métodos europeus de construção. Os jesuítas instalados pelo primeiro governador, Tomé de Souza, na Bahia, sua capital, e depois em São Paulo – onde implantaram seu quartel-general –, foram os primeiros construtores. A primeira série de igrejas brasileiras, do final do século

¹¹⁶ Vale destacar que não era objetivo da missão a orientação de tombamentos ao Iphan, embora Parent tenha recomendado a expansão da preservação de Olinda e Salvador.

XVI ao final do século XVII, é, portanto, essencialmente uma arquitetura jesuítica, feita com grande simplicidade, da qual subsistem alguns exemplares intactos e, sobretudo, numerosos vestígios nos imóveis construídos posteriormente. No século XVIII, esse desenvolvimento é obra da arquitetura barroca que, com alguma defasagem em relação à Europa, adquire no Brasil um caráter verdadeiramente explosivo: a arte barroca que ornamenta as igrejas da Bahia, de Recife, de Olinda, do Rio e de todo o Estado de Minas Gerais, é além disso, no Brasil, a emergência de uma arquitetura apropriada ao ambiente, e que não tarda a assumir nos trópicos características particulares (PARENT, 2008, p. 49)

Acrescenta-se a isso outro aspecto pois, em nenhuma parte do texto, Parent descreve a arquitetura das cidades coloniais baianas e nordestinas como mera reprodução lusitana, como fizeram os modernistas Iphanianos. Sobre as narrativas de colonização, Parent, em linhas gerais, legitimou uma determinada narrativa histórica que tomava o país como uma conquista forjada por meio da luta dos portugueses colonizadores contra uma “natureza rebelde”. A colonização teria ocorrido em várias frentes, dividido em ciclos socioeconômicos:

(1) A epopeia da cana-de-açúcar, nos séculos XVII e XVIII, fez o Nordeste e suas cidades de arte: Salvador, Olinda, Recife, Igaraçu, São Luís, Alcântara, etc. (2) A epopeia dos bandeirantes e a extração do ouro e das pedras preciosas, no século XVIII, fizeram as cidades de arte do Estado de Minas Gerais: Ouro Preto, Congonhas, Sabará, etc. (3) A epopeia do café, no século XIX, fez o desenvolvimento do Rio e de São Paulo. (4) Mais recentemente, a breve epopeia da borracha, na Amazônia, polarizou pela quarta vez as energias brasileiras e deixou como marca, no coração da floresta impenetrável, a fantasmática cidade de Manaus. (5) E, no século XX, devemos acrescentar a epopeia da criação mais promissora, Brasília, a “capital da esperança” (PARENT, 2008, p. 44).

Observa-se que parte das narrativas históricas descritas por Michel Parent, especialmente a narrativa dos bandeirantes, não se difere daquelas construídas e legitimadas pela intelectualidade modernista no Sphan. A epopeia bandeirante¹¹⁷, como

¹¹⁷ A consolidação desta interpretação que toma os bandeirantes como responsáveis pela integração nacional data das primeiras décadas do século XX, quando os intelectuais de São Paulo – que alçou representatividade na historiografia nacional – elegeram os bandeirantes, o nomadismo, a interiorização como os agentes determinantes desse processo (ALBUQUERQUE JR, 1999). Além da epopeia

vem evidenciando diversos estudos, legitimou na década de 1930 um determinado patrimônio histórico e artístico e as cidades históricas nacionais (CHUVA, 2009; NATAL, 2007). Márcia Chuva (2009) enfatiza o papel das viagens de “descobertas” realizadas pelos modernistas paulistas a Minas Gerais – Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral – no processo de legitimação da epopeia bandeirante na narrativa patrimonial brasileira. Segundo Chuva, na década de 1920, “a eleição das cidades históricas mineiras aliada ao espírito bandeirante reatualizado com tais viagens de descobertas, definiram, em grande medida, a história que passaria a ser contada e recontada, inscrita e reconhecida em monumentos como patrimônio nacional” (CHUVA, 2009, p. 102).

Desse modo, podemos observar que a narrativa que engendrou o reconhecimento das cidades coloniais mineiras como símbolo do passado nacional está presente na leitura de Michel Parent. Por outro lado, está presente também em sua escrita a epopeia dos senhores de engenho, assim como aquelas que a sucederam¹¹⁸. Entretanto, num primeiro momento, o Sphan tombou edificações isoladas no Nordeste açucareiro colonial, sobretudo igrejas barrocas, sobrados e fortes. Nessa lógica, o órgão preteriu as cidades coloniais do litoral nordestino e açucareiro por considerá-las demasiadamente portuguesas, sacralizou a epopeia bandeirante enquanto narrativa fundante e as cidades coloniais mineiras enquanto símbolo do passado nacional.

Entre 1966 e 1967, os anos em que o intelectual da Unesco percorreu o país, ele se deparou com um vasto acervo preservado pelo Dphan, porém, diversas edificações e cidades ainda se encontravam à espera de uma proteção institucionalizada. No caso da Bahia não havia nenhuma cidade histórica em sua integridade reconhecida enquanto patrimônio nacional. Desse modo, no estado, os bens preservados pelo Dphan se limitavam a edificações isoladas, sobretudo, exemplares da arquitetura religiosa e militar, com exceção do tombamento à área correspondente ao núcleo central do

bandeirante, está presente ainda aquela narrativa histórica que explicava o processo de formação da nação a partir da perspectiva da intelectualidade nordestina.

¹¹⁸ No relatório, estão presentes ainda as narrativas que estão associadas aos ciclos econômicos do café, borracha e a construção da cidade de Brasília, enquanto capital federal. Dentre as cidades do ciclo da borracha estão Manaus e Belém (PARENT, 2008).

Pelourinho. A salvaguarda de Cachoeira e demais cidades baianas, inclusive a ampliação da área tombada do centro antigo de Salvador, só viriam a acontecer anos após a passagem de Parent pelo Brasil. Embora não fosse objetivo da missão propor a preservação de conjuntos urbanos e arquitetônicos, o representante da Unesco acabou sugerindo a ampliação do tombamento de Salvador, São Luis e Olinda, dentre outras (BAETA, 2008; SANT'ANNA, 2015).

Como já exposto, determinados estudos apontam que as principais razões do Dphan ter preterido distintas cidades no Brasil, inclusive as baianas, são essas serem consideradas demasiadamente portuguesas ou por estarem localizadas em áreas densamente urbanizadas, a exemplo do Rio de Janeiro, Olinda e Salvador (MATTOS, 2014; MOTTA, 2002; SANT'ANNA, 2015). No entanto, em seu relatório, em vez de reproduzir a construção discursiva estabelecida desde a fundação do Sphan, Parent desestruturou e reconfigurou essa interpretação institucionalizada. O intelectual da Unesco teceu diversos elogios ao patrimônio encontrado no território brasileiro, com destaque para o barroco que aqui se desenvolveu e as cidades históricas existentes em diversas regiões. Como bem esclareceu Baeta (2008) no relatório, “as cidades também foram apresentadas em comparação com outras, em nível mundial, a partir de suas qualidades singulares, excepcionais, e, portanto, de interesse universal” (BAETA, 2008, p. 26). Nessa perspectiva, Parent classificou:

Parati e sua arquitetura urbana de “excepcional homogeneidade”; o Rio de Janeiro, “cuja paisagem é uma das mais belas e mais famosas do mundo”; Salvador, “uma das mais surpreendentes cidades de arte do mundo” e onde as tradições culturais seriam tão variadas e vivas que “o Brasil pode testemunhar diante dos visitantes suas culturas específicas”. Parent deu destaque ainda, entre tantas outras cidades a que se referiu, a Olinda, “uma das jóias do Brasil”; São Luís, “a cidade dos pequenos palácios”; Alcântara, uma cidade entre arruinada e preservada, “a Pompéia ou a Herculano brasileira”; Brasília, obra urbanística e arquitetônica descrita como “a principal atração do Brasil” naquele momento, enfatizando também a singularidade da cidade colonial de Goiás e as “cidades de arte” de Minas Gerais: Sabará, Congonhas do Campo, São João Del Rei, Tiradentes, Caetés, Barão de Cocais, Santa Bárbara, Catas Altas, Santa Rita Durão, Mariana e Ouro Preto, a principal delas. No Rio Grande do Sul, o perito chamou atenção para São Miguel, “o testemunho mais

comovente de um empreendimento histórico fundado pelos jesuítas para preservar os índios do genocídio” (BAETA, 2008, p. 26-27).

Verifica-se desta maneira que diversas cidades históricas receberam destaque em sua escrita. No que se referem especificamente às cidades mineiras, o intelectual relatou em seu estudo que nas terras altas de Minas Gerais encontravam-se diversas cidades de arte, dentre as quais se destacava Ouro Preto, considerada por ele como principal cidade de arte daquele estado. Apesar de suas palavras enaltecem a estética colonial, a antiga capital mineira foi descrita por Parent como a segunda mais importante cidade histórica brasileira, no instante em que declarou que “Ouro Preto é, depois de Salvador, na Bahia, a cidade de arte mais rica do Brasil” (PARENT, 2008, p. 125). Tal afirmação, além de não considerar Ouro Preto como a principal cidade de arte brasileira – como fez os modernistas Iphanianos – Parent acaba por consagrar Salvador com essa designação. Acreditamos que sua interpretação foi determinante para a emergência da reivindicação política na Bahia em defesa da salvaguarda de seu patrimônio e de suas cidades históricas, tanto no campo intelectual como no campo político, como evidenciaremos no decorrer desse capítulo.

Não obstante, não se encerra nessa fala a admiração de Parent pela capital baiana. Em vários momentos do relatório, ele expõe certo entusiasmo com a Salvador antiga, retratada por ele como **“uma cidade cuja magnitude e qualidade dos bairros antigos são comparáveis às mais célebres cidades de arte europeias”** (PARENT, 2008, p. 87). Em suas palavras, Salvador teria presenciado um longo período de riqueza, quando fora a sede administrativa da colônia portuguesa, um importante centro econômico em razão da cana-de-açúcar e o principal porto no comércio entre Portugal e a África. Foi justamente nesses séculos que a capital baiana assistiu ao seu esplendor arquitetônico, comparável a Toledo na Espanha, considerada pela Unesco uma cidade histórica excepcional, testemunho histórico de diversas civilizações¹¹⁹.

¹¹⁹ Entre as civilizações destacadas pela Unesco estão: o Império Romano, Emirado de Córdoba, o Reino Visigodo e o século XVI, e a Espanha do século XVI. As informações aqui expostas sobre a cidade histórica de Toledo foram encontradas no parecer de inscrição da cidade espanhola como patrimônio da humanidade (ICOMOS, 1986, p. 5). O estudo foi encontrado na página da Unesco: <http://whc.unesco.org/en/list/379/documents/>, acessado no dia 26/09/2017.

Salvador, a capital do Estado da Bahia, conhecida no exterior por este nome, é a primeira cidade de arte do Brasil. Erguida sobre dois patamares de um promontório rochoso, Salvador conheceu uma era de grande riqueza no século XVIII, no centro da área de produção da cana-de-açúcar. Principal porto de ligação com Portugal para a exportação de açúcar e com a África para a importação de escravos negros, Salvador foi fundada pelo governador-geral Tomé de Souza para ser a sede da administração do Brasil, assim permanecendo por mais de dois séculos. **No final do século XVIII, no momento em que Salvador começa a declinar, ela é uma cidade de arte comparável a Toledo; cem igrejas erguem-se em suas praças, ruas e ruelas que serpenteiam ao longo de um relevo acidentado que oferece ao visitante uma contínua renovação de planos, vistas e acessos (...)** (PARENT, 2008, p. 88, grifo meu).

Além disso, o centro antigo da capital baiana foi tomado por Parent como o mais notório exemplar da arquitetura urbana do período colonial, chegando a considerá-la **“uma das mais surpreendentes cidades de arte do mundo”** (PARENT, 2008, p. 49-50, grifo meu). Junto a essa interpretação, Parent sempre buscava denunciar **“a destruição em curso do mais precioso conjunto arquitetônico brasileiro”** (PARENT, 2008, p. 88). Para ele **“há apenas 30 anos, esta cidade única em todo o continente americano, atingida por uma lenta e inexorável decadência, ainda estava arquitetonicamente intacta”**, contudo, **“a destruição sistemática da antiga Salvador começou”** (PARENT, 2008, p. 88). Nessa perspectiva, conforme o autor, o centro antigo de Salvador, dentre tantas cidades históricas no país, figurava como aquela que se encontrava no estágio mais avançado de destruição, e por esta razão o poder público brasileiro deveria tratá-la com prioridade.

Michel Parent reproduziu uma leitura similar em um artigo publicado na Revista Correa da Unesco. No texto, descreve que dentre as principais manifestações da arte brasileira estão os sobrados coloniais encontrados em conjuntos urbanos homogêneos como Salvador da Bahia, Olinda, São Luis e as cidades mineiras. Destaca que há pelo menos cinco décadas esses conjuntos urbanos suntuosos vinham passando pelo processo de descaracterização, se transformando apenas em uma sombra do que já foram no passado. Conforme suas palavras, este era o caso do centro antigo de Salvador:

Deslumbrante e desperdiçado ao mesmo tempo, Salvador da Bahia apresenta uma face contraditória quando a observa pela primeira vez. A igreja de São Francisco da Penitencia (...) é uma de muitas que, junto com seus tesouros de arte e de arquitetura, constituem um exemplo típico do estilo barroco brasileiro do começo do século XVIII. O composto de igrejas está entre os grandes conjuntos urbanos de uma nobreza arquitetônica evidente, mas hoje arruinados em razão do descuido e do deterioramento do tempo (PARENT, 1968, p. 15)¹²⁰.

Dentre os motivos apontados por Parent está o fato de “a aristocracia ter abandonado estes conjuntos arquitetônicos, como tem deixado também suas fazendas”. Para ele, com a saída da aristocracia dos centros antigos das cidades, uma população mais carente passou a ocupar esses lugares. Os sobrados coloniais passaram então a ser arrendados e habitados por uma grande quantidade de pessoas. Assim, as referidas moradias coloniais “transformaram-se em favelas congestionadas de gente, que ninguém tem se preocupado em pintar, limpar, reconstruir”. Além disso, conclui que essas áreas urbanas “subsistem em grande decadência, ameaçados de modernização e também de medidas de saúde inadequadas e ineficazes para aqueles que vivem neles” (PARENT, 1968, p. 14).

Além do patrimônio de feição lusitana, Parent destacou outro aspecto de Salvador: a herança da cultura africana. O intelectual tratou de valorizar práticas culturais ali existentes, como o candomblé e a capoeira, e tomá-las como importantes atrações para os seus visitantes¹²¹. Vale destacar que Unesco não havia estabelecido ainda a categoria de patrimônio imaterial ou intangível¹²². Assim, para Parent, além de um rico acervo arquitetônico, em Salvador era “preciso acrescentar (...) o atrativo da cultura afro-americana” (PARENT, 2008, p. 93). Tais características contribuía para

¹²⁰ A citação original do texto traduzido: “Deslumbrante y destartalado a la vez, Salvador de Bahía presenta una faz contradictoria al que lo ve por vez primera. La iglesia de San Francisco de la Penitencia (izquierda) es una de tantas que, junto con sus tesoros de arte y de arquitectura, constituye un ejemplo típico del estilo barroco brasileño a comienzos del siglo XVIII. La cohorte de iglesias se levanta entre grandes conjuntos urbanos de una nobleza arquitectónica evidente pero hoy arruinados por el descuido y el deterioro del tiempo” (PARENT, 1968, p. 15).

¹²¹ Somente em 1985 os primeiros terreiros de candomblé começam a ser tombados pelo Iphan. Ver Velho (1990).

¹²² A noção de patrimônio imaterial só passa a compor o discurso preservacionista da Unesco nos primeiros anos do século XXI. Informações encontradas na página do órgão internacional: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/intangible-heritage/>, acessada em 02/08/2017.

que essa cidade viesse a se tornar um dos principais destinos turísticos da América do Sul.

A admiração de Michel Parent pela Cidade da Bahia pode ser observada novamente em outra ação do intelectual no Brasil. Em 1983, anos mais tarde de sua passagem pelo Brasil, o inspetor da França veio a Salvador para realizar o estudo da candidatura da cidade a patrimônio da humanidade pela Unesco. Segundo Baeta (2008), em 1983, quando presidia o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), Parent “retornou ao Brasil, em 1983, com a missão de avaliar a proposta brasileira de reconhecimento oficial do Centro Histórico de Salvador como Patrimônio Cultural da Humanidade, o que se consagrou em 1984” (BAETA, 2008, p. 8).

É evidente que um representante da Unesco apresentava um enorme prestígio junto à intelectualidade brasileira, especialmente junto a aqueles que compunham o campo do patrimônio, tanto que as diretrizes sugeridas por Parent foram implantadas no Iphan, no Fpac e no governo federal, conforme revela Sant’Anna (2015, p. 207). Seguindo essa perspectiva, é possível imaginarmos que sua leitura sobre o patrimônio nacional igualmente teve uma considerável repercussão, se levarmos em conta o reconhecimento que Salvador teve no relatório do intelectual da Unesco. Ao eleger Salvador a mais importante cidade de arte brasileira, o maior potencial turístico da América do Sul, e ao compará-la com a cidade histórica espanhola de Toledo, Parent rompe com a interpretação produzida pela intelectualidade modernista mineira e paulista. No momento em que toma Salvador como a mais importante cidade histórica nacional, Parent contribui com a reivindicação política baiana que buscava o reconhecimento de seus sítios urbanos, seja no campo intelectual ou no campo político.

Vale ressaltar que Michel Parent não esteve inserido nas disputas em torno da identidade nacional que envolveu os embates entre os regionalismos que emergiram no Brasil desde as primeiras décadas do século XX. Sendo assim, o intelectual não estava influenciado pelos discursos regionalistas que construíram, em meio a disputas intelectuais, a identidade nacional. Em outras palavras, enquanto estrangeiro não participou dos debates que elegeram elementos simbólicos de nossa nacionalidade, como a arte, a arquitetura e as cidades históricas genuinamente nacionais. Para ele, Ouro Preto e as demais cidades coloniais mineiras não possuíam um significado que

remetesse à ideia de nação, de cidade arte símbolo do passado nacional. Isso explica a sua leitura sobre as cidades históricas, quando ele nomeia Salvador – preterida pelos modernistas do Iphan por décadas – a cidade arte brasileira, quando a equipara com uma das mais importantes cidades históricas europeias: Toledo na Espanha.

Em vez disso, seu discurso preservacionista e sua interpretação sobre o patrimônio existente no país corresponde àquele vigente na Europa pós-Segunda Guerra, quando o patrimônio cultural foi tomado como um importante vetor do desenvolvimento econômico europeu por meio do turismo cultural. A França do pós-Guerra, país em que Parent era o inspetor, passou a encontrar, no turismo cultural, impulsionada pelo extenso acervo patrimonial, uma de suas principais atividades econômicas. Não à toa, Parent elege Salvador a cidade de arte brasileira ao mesmo tempo em que a considera ter o maior potencial turístico da América do Sul. Em sua opinião, a Cidade da Bahia poderia vir a ser a cidade histórica do Brasil.

Diferentemente dos intelectuais brasileiros, provenientes das diferentes regiões do país, Parent não esteve imerso nos discursos regionalistas e nas disputas em torno da narrativa e identidade nacional. Por meio dessa escrita, venho revelando que a construção de uma narrativa nacional através do patrimônio ainda estava em disputa naquele momento da missão da Unesco. O embate em torno das cidades símbolo da nação não se encerrou nas primeiras décadas do século XX. Ao contrário, estava em curso desde a criação dos Conselhos Estaduais de Culturas o processo de reivindicação política que pleiteava o reconhecimento dos sítios urbanos da Bahia enquanto cidades históricas nacionais.

Grosso modo, podemos concluir que Michel Parent desloca sua atenção para as cidades coloniais do Nordeste, especialmente Salvador. Além disso, não toma a cidade colonial de Ouro Preto como símbolo do passado da nação, como fizeram os modernistas mineiros e paulistas. Parent tampouco descreve Salvador como berço da civilização brasileira ou reproduz qualquer discurso regionalista baiano, até porque não estava presente em sua fala essa questão de identidade nacional. No entanto, definir Salvador como a cidade de arte do Brasil e atribuir a esta o maior potencial turístico da América do Sul contribuíram para a emergência da reivindicação política baiana que buscava o reconhecimento de suas cidades históricas. No relatório, Parent, “na esteira

desse documento internacional e dos interesses do turismo cultural, (...) manifestou-se favorável aos tombamentos extensos, propondo-os efetivamente para Salvador e Olinda” (SANT’ANNA, 2015, p. 207-208).

Não sabemos se a consagração da cidade baiana como a principal cidade histórica brasileira no relatório de Parent teve alguma repercussão no órgão federal ou uma reação contestatória por parte dos intelectuais modernistas ali instalados. É curioso notar, porém, que cerca de um ano depois da publicação do texto da Unesco, Rodrigo Melo Franco de Andrade reafirmava, numa palestra no seu estado natal, que “**a maior concentração dos monumentos que integram o patrimônio histórico e artístico nacional**”¹²³.

Ademais, podemos observar que a reivindicação do Conselho Estadual da Bahia, que emerge pouco tempo depois da missão da Unesco, estava em harmonia com a recomendação de Parent em favor da ampliação do tombamento do centro antigo de Salvador, tendo em conta que se tratava de uma das áreas mais arruinadas do Brasil. Parent, em razão do estado de deterioração que se encontrava o centro antigo de Salvador, a elencou como a cidade histórica brasileira que necessitava com mais urgência dos recursos financeiros para sua recuperação arquitetônica. De tal modo, Parent recomendava que:

Salvador (Bahia) é, de longe, no plano financeiro, o mais importante deste estudo. Seu interesse nos parece capital, pois este projeto apresenta, em escala maior, o problema da salvaguarda global de uma cidade cuja magnitude e qualidade dos bairros antigos são comparáveis às mais célebres cidades de arte europeias. Mas as degradações irreversíveis são iminentes, e daí a urgência extrema da intervenção. Mas tampouco poderíamos negligenciar neste capítulo a pura joia que é Olinda (Pernambuco), uma cidade típica, absolutamente intacta (PARENT, 2008, p. 87).

O fato de Michel Parent eleger Salvador a cidade de arte brasileira teve grande repercussão no campo intelectual e político baiano. Em grande medida, o prestígio

¹²³ Palestra de Rodrigo M. F. de Andrade lida em Ouro Preto, 01 de julho de 1968, no Ciclo de Conferências Histórica, Artística e Cultural de Minas (ANDRADE, 1987, p. 73-74).

intelectual que detinha o representante da Unesco e sua interpretação sobre o acervo patrimonial brasileiro, sem dúvida, colaboraria com o tombamento das cidades coloniais e de feição colonial da Bahia. Isso pode ser percebido nas publicações da imprensa que sempre enfatizava que Salvador havia sido eleita a principal cidade histórica brasileira por Michel Parent. Em outras palavras, a passagem de Parent pelo estado foi determinante para a convergência de sua elite política a causa patrimonial, como será analisada posteriormente.

Capítulo II - O patrimônio baiano em disputa

Introdução

O eixo deste capítulo é a adoção de uma política preservacionista pelos governos arenistas baianos. Nesse sentido, vamos analisar primeiro a trajetória política e intelectual das principais lideranças arenistas baianas para posteriormente compreender a emergência de uma política patrimonial nas gestões estaduais num momento em que a Bahia era governada por políticos que ascenderam ao poder justamente por conta do golpe civil-militar de 1964. Nesse caso, não se trata de uma reivindicação em favor da preservação das cidades coloniais e de feição colonial propriamente dita, como promoveram as elites intelectuais baianas do período. Por seu turno, os governos estaduais biônicos passam a partir de um determinado momento a se empenhar em recuperar o seu acervo patrimonial com o intuito de promover a atividade turística no estado.

O recorte temporal aqui igualmente coincide com a reivindicação intelectual baiana. Por esta razão às vezes o discurso dos políticos e intelectuais se confunde ou se cruza, mas apesar disso buscaremos demarcar as diferenças desses projetos políticos. Temos que ter em conta que nestes anos o turismo cultural passa a ser visto como uma das principais saídas para o desenvolvimento regional do Nordeste. A Bahia seguiu à risca esses preceitos, tendo em vista que tinha um grande acervo patrimonial a sua disposição para ser explorado ao máximo pela promoção do turismo. Nossa intenção é revelar que este projeto político estava em harmonia tanto com o desenvolvimentismo como com o discurso nacionalista difundido pelo regime.

As perguntas a ser respondidas neste capítulo de nossa escrita são: Quais discursos regionalistas estavam difusos nas falas das principais lideranças políticas baianas? De que maneira o discurso preservacionista emerge na Bahia do regime? Por quais razões o discurso preservacionista logrou certa centralidade nos debates políticos da política conservadora baiana? Quais medidas foram instauradas pelos governos arenistas que tinha como cerne a política patrimonial?

Nesse sentido, buscaremos evidenciar que os governos biônicos de Luis Viana Filho, Antonio Carlos Magalhães e Roberto Figueira Santos contribuíram de alguma

maneira para que as cidades coloniais e de feição colonial da Bahia fossem tombadas entre 1966 e 1983, tendo em mente a seguinte premissa: enquanto a Bahia se projeta para ser um dos principais destinos turísticos do país, o discurso preservacionista torna-se central nas falas das lideranças arenistas. Para tanto, nos debruçaremos sobre a forma como cada governante lidou com a preservação do patrimônio, evidenciando a grande visibilidade que esta temática recebeu na época.

2.1 A Bahia em anos ditatoriais: um cenário promissor ao regionalismo e ao patrimônio cultural

O golpe civil-militar de 1964 reconfigurou o cenário político baiano, que passou a ser protagonizado quase que exclusivamente por lideranças políticas golpistas, não por acaso foram aqueles diretamente beneficiados após a ruptura democrática¹²⁴. É o que revelam as pesquisas de Fabio Dantas Neto, intitulada “Tradição, autocracia e carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia, 1954-1974” (2005), e de José Alves Dias com seu estudo “Rumo ao Palácio: estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura” (2016).

Para Dantas Neto, lideranças políticas conservadoras como Juracy Montenegro Magalhães, Luis Viana Filho e Antonio Carlos Magalhães se revelaram protagonistas e notórios entusiastas da por eles chamada “revolução” de 1964. Ainda sustenta que: Antonio Carlos comandou na bancada baiana do legislativo nacional o processo de desestabilização do governo João Goulart; Luis Viana Filho seguiu o mesmo roteiro, apresentando-se como apoiador do golpe e integrante do primeiro grupo de ministros no governo Castelo Branco; Juracy Magalhães foi outro nome expressivo da política baiana que se articulou para a instalação do regime. No entanto, Juracy Magalhães, afastado do país como embaixador nos Estados Unidos, não teve o mesmo prestígio que os demais. Como resultado, conforme lembrou Fabio Dantas Neto, “a nova ordem militar e o novo status quo econômico, (...) premiaram dois quadros da política regional expropriada, Antonio Carlos e Luis Viana Filho, com a missão e a reputação de delegados federais

¹²⁴ Nessa esteira, até Antonio Lomanto Junior, eleito em 1962 por voto popular e próximo ao governo João Goulart, adere ao golpe no último momento.

gerentes da modernização da sua terra” (DANTAS NETO, 2013, p. 280). E complementa que:

O movimento militar de 1964, além da violência contra a sociedade civil – com repressão ao mundo sindical e movimentos sociais e caça às bruxas no mundo da cultura – e dentro do serviço público, processo sobre o qual há um amplo conhecimento histórico (...) provocou forte impacto na sociedade política baiana. (...) Reorientou a linha político-administrativa do governo, cassou mandatos, depois prefeitos de importantes cidades, recuperou a influência nacional de Juracy Magalhães, investiu o deputado Luiz Viana Filho na chefia da Casa Civil de Castelo Branco e levou ao reconhecimento, pelo novo círculo de poder, de Antonio Carlos Magalhães como quadro político da Revolução, ensejando-lhe infiltração crescente e veloz no ambiente palaciano (DANTAS NETO, 2013, p. 238).

Leitura similar foi a realizada por Dias (2016), que observou que Luiz Viana Filho e Juracy Magalhães se firmaram como as principais forças políticas baianas depois do golpe civil-militar de 1964, tendo em conta que estes estiveram à frente do “esquema udenista baiano montado para a desestabilização do governo de João Goulart e a conspiração contra a democracia”. Não à toa, após o golpe, Juracy e Viana Filho “foram prestigiados com cargos na embaixada nos Estados Unidos e no gabinete civil, respectivamente” (DIAS, 2016, p. 48). Dias igualmente aponta a ascensão de Antonio Carlos após o golpe de 1964, do qual se mostrou outro protagonista, considerando-se “que, além de ter negociado nos bastidores a candidatura de Castelo Branco, foi o principal disseminador da tática sorbonista de criar um clima psicológico tenso que favorecesse a queda de Goulart”, o acusando de “ineficiente, corrupto e golpista” (DIAS, 2016, p. 105).

A promulgação do Ato Institucional nº 3 estabeleceu, entre outras coisas, o fim da eleição direta para os cargos de governador e prefeito das capitais dos estados da federação; e um sistema partidário que permitia apenas o funcionamento de dois partidos, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) em favor do governo, e outro de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Nesse sentido, o bipartidarismo, como ficou conhecido, levou as lideranças tradicionais baianas a filiarem-se na Arena, oriundos de diversos partidos políticos. Ainda assim, a Arena “na

Bahia também foi um partido ambivalente, pois, ao mesmo tempo em que agregou em seus quadros vertentes políticas divergentes em vários aspectos, manteve o perfil ideológico conservador, característicos das legendas que o antecederam” (DIAS, 2016, p. 15). Não obstante, para Dias, isso não significou uma convivência pacífica, ao invés disso o partido foi palco de uma acirrada disputa pela sua dianteira e pelos cargos executivos mais almejados, como o comando estadual e a prefeitura da capital.

Para Dias, a Arena dividiu-se entre vários grupos, comandados por lideranças que há tempos tinham proeminência na política estadual e por líderes que despontam e ganham notoriedade no regime. Em um cenário marcado pelo apadrinhamento, alianças e traições, políticos como Luis Viana Filho, Juracy Magalhães, Antonio Lomanto Junior, Antonio Carlos Magalhães, Jutahy Magalhães e Roberto Santos passaram a disputar o poder político estadual. É justamente essa disputa que nos interessa. Embora suas pesquisas sigam caminhos e objetivos diferentes, os dois autores convergem a respeito da ascensão e consolidação de Antonio Carlos como maior liderança política baiana dos anos ditatoriais. Logo, esse processo de consolidação do carlismo ocorreu em quase uma década, justamente entre os anos em que ACM tem seu nome cotado para chefe do poder executivo municipal e o término de seu primeiro governo estadual.

Sendo assim, podemos afirmar, por meio dos estudos supracitados, que apesar de terem sido diretamente beneficiados com a ruptura democrática, após 1964 não estava assegurada a nenhum dos políticos baianos golpistas o comando do poder estadual. Nessa perspectiva, as principais lideranças conservadoras da Bahia, agrupadas na Aliança da Renovação Nacional, buscariam cada um a sua maneira o aumento do seu capital político para alcançarem o comando do poder estadual, por meio do apoio do executivo militar e/ou do reconhecimento social. É justamente nesse jogo político de disputa que se configura uma guinada de determinadas lideranças arenistas à causa patrimonial. Nesse sentido, temos como objetivo compreender as razões e os interesses por trás da adoção dessa pauta preservacionista por parte dos governadores biônicos baianos. Acreditamos que essa clivagem mostrou-se um dos alicerces do processo de reivindicação que buscava o tombamento das cidades baianas de feição colonial.

Antes de qualquer coisa, devemos esclarecer que ante esse quadro extenso de lideranças políticas, optamos por nos debruçar com mais afinco sobre os três nomes que governaram a Bahia durante o regime: Luis Viana Filho, Antonio Carlos Magalhães e Roberto Santos. Tal escolha se deve em razão de terem sido esses políticos os principais responsáveis pela emergência de uma reivindicação política instaurada na Bahia em defesa do seu patrimônio cultural e pela instalação e manutenção de uma política preservacionista na esfera estadual. Nesse sentido, refletir sobre o grupo social que pertenciam e as instituições acadêmicas e literárias que frequentaram possibilita compreender os valores, os discursos regionalistas e até a visão de passado na qual estes estiveram imersos.

O itinerário social nos leva a entender melhor os agentes que estiveram à frente de um processo de reivindicação política que almejava dar à Bahia e suas elites um lugar de destaque na identidade nacional que fizesse jus a progenitora da nação. Aos moldes do que é proposto por Jean-François Sirinelli (2003), deve-se elaborar uma compreensão das redes de sociabilidade que conviveram estes governadores, se atendo para espaços acadêmicos e literários, como instituições, associações e revistas. Á vista disso, estamos analisando a trajetória intelectual desses políticos, uma vez que igualmente compuseram estas redes de sociabilidade. Temos que levar em conta que embora tenham governado a Bahia no período ditatorial esses atores políticos transitavam entre o campo político e intelectual com certa facilidade, especialmente Luis Viana Filho e Roberto Santos. Antonio Carlos é um caso a parte, pois não era reconhecido enquanto intelectual. Ao dissertar sobre a relação do membros do Conselho Estadual de Cultura com os governantes da Bahia no período da ditadura, Anselmo Carvalho afirmou que:

Os governadores Luiz Viana Filho e Roberto Santos, acadêmicos que eram, foram tratados como colegas pelos conselheiros e reconhecidos como homens de cultura. Antônio Carlos Magalhães foi reconhecido pelo esforço e atendimento às demandas do CEC. Foram comuns as suas visitas e sugestões no plenário. Demais membros do governo visitavam o Conselho, principalmente em datas comemorativas (CARVALHO, 2013, p. 41).

No entanto, embora seja questionável a indicação de Antonio Carlos a determinadas instituições literárias, como veremos no decorrer desse estudo, este político frequentou praticamente os mesmos ambientes acadêmicos que seus antecessor e sucessor, absorvendo a visão regionalista compartilhada pelas elites intelectuais baianas.

Roberto Santos tinha um perfil mais próximo de Viana Filho do que seu antecessor, pois ambos trilharam suas carreiras no campo intelectual e não haviam assumido nenhum cargo executivo até o golpe de 1964. Professor da Universidade Federal da Bahia, Roberto Santos compôs o quadro de intelectuais do regime desde 1964: como membro do Conselho Federal de Educação, órgão que presidiu entre 1971 e 1974; e enquanto reitor da Universidade Federal da Bahia, de 1967 a 1971¹²⁵. Entretanto, Viana Filho, ao contrário de Santos, transitava entre o campo intelectual e político com mais desenvoltura, pois exerceu por décadas o mandato de deputado federal ao passo que redigiu uma extensa produção historiográfica, tendo como temas principais a história da Bahia e as biografias de grandes personalidades brasileiras¹²⁶. Viana Filho havia sido Chefe da Casa Civil no governo Castelo Branco, com o qual mantinha uma relação muito próxima¹²⁷. Além de ministro, acumulava outra função junto ao chefe do executivo, seguramente relacionada à sua intelectualidade, Viana Filho era encarregado de revisar os discursos escritos pelo general-presidente Castelo Branco. Já Antonio Carlos inclinou-se quase que exclusivamente à vida política.

Em relação à origem social, todos apresentavam uma procedência parecida, pois descendiam de famílias que há longa data ostentavam certa proeminência no campo político e intelectual baiano. Algumas dessas famílias ajudavam a comandar a Bahia desde a segunda metade dos oitocentos, como é o caso da família Viana e Santos. Luis Viana Filho era o único que descendia diretamente das oligarquias agrárias do sertão

¹²⁵Informações retiradas em verbetes e produções da Fundação Getúlio Vargas: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbeta-biografico/roberto-figueira-santos>.

¹²⁶ A seguir uma parte da extensa produção de estudos históricos produzido por Luis Viana Filho: *A Sabinada. A República Baiana de 1837*, 1938; *O Negro na Bahia*, 1946; *A Bahia Espoliada*, 1958; *A Verdade na Biografia*, 1945; *A vida de Rui Barbosa*, 1941. **Fonte:** GASPARG, Lúcia. *Luis Viana Filho*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/>. Acesso em: 8/08/2018.

¹²⁷ Prestou diversas homenagens ao Presidente-general Castelo Branco após sua morte. Inclusive, chegou a publicar um livro sobre o seu governo no ano de 1975. Ver VIANA FILHO, Luís. *O Governo Castelo Branco*, 1975, 604p. (Documentos brasileiros, v.n Rio de Janeiro).

baiano. Seu pai, Luis Viana, bacharel em direito pela Faculdade do Recife, se dedicou por um determinado tempo à magistratura e no campo político se consolidou como um dos políticos mais prestigiados da Primeira República na Bahia, tanto que se elegeu o último governador baiano do século XIX. Além disso, anos mais tarde Luis Viana assumiu outros cargos políticos, dos quais vale destacar o de senador federal¹²⁸.

Roberto Santos, por sua vez, era filho de Edgard Santos, que vinha de uma família que ocupava posições de grande proeminência no cenário político, dentre as quais deputado, senador estadual e magistrado do Supremo Tribunal Federal. Roberto Santos era neto, pelo lado paterno, de João Pedro dos Santos, bacharel em direito pela Faculdade de Direito do Recife, que comandou diversas secretarias dos governos estaduais, inclusive a secretaria da Fazenda. Além disso, o avô de Roberto Santos ocupou por várias vezes a cadeira de deputado federal pela Bahia¹²⁹. Edgard Santos, que estudou na Faculdade de Medicina da Bahia – instituição que retornou como catedrático –, ocupou os cargos de ministro da educação no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e foi o primeiro reitor da Universidade da Bahia¹³⁰. E apesar de não ter assumido cargo político no governo estadual, Santos era muito próximo do grupo udenista de Juraci Magalhães¹³¹.

Antonio Carlos Magalhães, talvez, fosse o único que podemos enquadrar como proveniente de uma família que não tinha uma tradição política expressiva. Podemos sustentar essa leitura se pensarmos que ACM não possuía nomes de notoriedade política ou intelectual em uma linhagem familiar num passado distante, como tinham os demais governadores. Seu pai, Francisco Peixoto Magalhães Neto, médico, desempenhou a docência na Faculdade de Medicina da Bahia e foi eleito para a legislatura federal pelo

¹²⁸ Informações retiradas em verbetes e produções da Fundação Getúlio Vargas: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VIANA,%20Luis.pdf>. Tais dados foram acessadas em 24/09/2018.

¹²⁹ Informações retiradas em verbetes e produções da Fundação Getúlio Vargas: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SANTOS,%20Jo%C3%A3o%20Pedro%20dos.pdf>. Tais dados foram acessadas em 19/09/2018.

¹³⁰ Em 1950 a Universidade da Bahia se transformou em Universidade Federal da Bahia.

¹³¹ Informações retiradas em verbetes e produções da Fundação Getúlio Vargas: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/roberto-figueira-santos>, https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Edgar_Santos. Tais informações foram acessadas em 20/09/2018.

Partido Social Democrático (PSD) ¹³². Ademais, algumas dessas famílias mantinham entre elas uma relação muito estreita. É o caso dos Magalhães e Santos, tanto que Edgard Santos é apontado como um dos padrinhos políticos de Antonio Carlos Magalhães na sua primeira candidatura a deputado estadual, na década de 1950 (DIAS, 2016).

Não cessam por aí as semelhanças entre as lideranças arenistas baianas. Viana Filho, Roberto Santos e Antonio Carlos seguiram a mesma trajetória acadêmica de seus pais e cursaram as mais tradicionais instituições de ensino do Nordeste da época: a Faculdade de Direito do Recife e a Faculdade de Medicina da Bahia ¹³³. Desde os oitocentos os filhos das famílias mais abastadas da Bahia concluía seus estudos nestas instituições tradicionais (LEITE, 2006). Pelo visto, essa prática ainda vigorava na primeira metade do século XX, ao menos naquelas famílias que se mantiveram no poder político estadual. É o caso das famílias em questão, considerando-se que Viana Filho, Roberto Santos e Antonio Carlos Magalhães nasceram e cresceram nas primeiras décadas do século passado. Tal interpretação está em concordância com aquela realizada por José Alves Dias, que descreve a Bahia da ditadura como uma “sociedade em que a tradição e autenticidade eram valores referenciais da cultura política” (DIAS, 2016, p.110).

Podemos pensar ainda em outras características e discursos que cultuavam as elites baianas que remanesciam dos oitocentos, dentre os quais merece atenção o culto aos homens públicos de grande erudição e a eloquência aos púlpitos da arena política. Datava dessa época a visão de que aquela região produzia há séculos os mais notórios políticos e intelectuais do país. Por esta razão, a Bahia tinha sido denominada por suas elites como a Atenas Brasileira (LEITE, 2006). Acreditamos que essa visão sobre a vocação dos baianos para os púlpitos políticos ainda perdurava no decorrer da segunda metade do século XX e ganham notoriedade na ditadura civil-militar. Basta ver que políticos baianos que manifestavam uma grande erudição na escrita e na oratória

¹³² Informações retiradas em verbetes e produções da Fundação Getúlio Vargas: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbe-biografico/francisco-peixoto-de-magalhaes-neto>. Tais dados foram acessados em 20/09/2018.

¹³³ Viana Filho estudou direito na Faculdade do Direito do Recife e os outros dois cursaram medicina na centenária Faculdade de Medicina da Bahia.

estiveram no cerne do poder político estadual e nacional na ditadura, a exemplo de Roberto Santos e Luis Viana Filho.

Nessa perspectiva, desde os novecentos as elites baianas cultuavam a “aptidão” que seus filhos apresentavam para a arena política¹³⁴. Não por acaso a formação dos descendentes dessas famílias tinha passagem obrigatória por determinados espaços intelectuais. As instituições acadêmicas e literárias podem ser vistas aqui como um lugar de entrada, um itinerário para a entrada destes sujeitos na esfera política. Temos que ter conta que, até as primeiras décadas do século XX, não havia uma clara divisão de políticos e intelectuais. Muitos transitavam ali entre as duas áreas com muita frequência e facilidade. A atuação de diversos nomes proeminentes da política baiana, seguindo uma tendência nacional, ora dedicava-se mais a atividades políticas, ora a atividades intelectuais.

É claro que na segunda metade do século XX essa divisão vai se desfazendo. O que queremos dizer com isso, entretanto, é que Luis Viana Filho, Roberto Santos e Antonio Carlos Magalhães, que nasceram respectivamente em 1907, 1926 e 1927¹³⁵, ainda viveram sob essa tradição política baiana. Com efeito, somava-se à Faculdade de Medicina outros espaços de saber tradicionais que eram ocupados pelas elites políticas e intelectuais baianas desde finais do XIX: a Academia de Letras da Bahia (ALB) e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB)¹³⁶. Viana Filho era membro das duas instituições baianas supracitadas, do mesmo modo integrava as correspondentes

¹³⁴ No capítulo anterior já mostramos, por meio da escrita de Rinaldo Leite (2001), que estas instituições aglutinaram boa parte dos atores que conduziram uma construção discursiva que atribuía à Bahia as grandezas do passado, como ter sido berço da civilização brasileira. Esse regionalismo, todavia, surge nas primeiras décadas do século XX como uma resposta ao declínio das elites baianas no cenário político nacional, no intuito de reestabelecer a posição alcançada por elas no Império.

¹³⁵ As informações foram retiradas dos verbetes biográficos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC): <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/antonio-carlos-peixoto-de-magalhaes>, <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/roberto-figueira-santos>, <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/viana-filho-luis>. Tais dados foram acessados em 20/09/2018.

¹³⁶ Quando dissemos século XIX nos referimos ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, criado em 1894, pois a Academia de Letras da Bahia foi criada em 1917. Ainda assim, ambas as instituições exerceram um papel determinante na formação de um determinado discurso nacionalista baiano nas primeiras décadas do século XX (LEITE, 2006).

nacionais: Academia Brasileira de Letras e Instituto Histórico e Geográfico da Bahia¹³⁷. O prestígio que Viana Filho gozava nestas instituições tradicionais se deve ao fato de ter escrito uma extensa e diversa produção historiográfica. Já Roberto Santos assumiu a cadeira da ALB em 10 de agosto de 1971, quase duas décadas após Edgard Santos passar a integrar a mesma instituição literária. Diferentemente do pai, Francisco Peixoto Magalhães Neto, que pertenceu às duas instituições, ACM não integrou o quadro de membros do IGHB¹³⁸.

É interessante notar que tanto Antonio Carlos como Roberto Santos assumiram as suas respectivas cadeiras na Academia de Letras da Bahia em plena ditadura civil-militar¹³⁹. É possível aqui trazer à nossa discussão o estudo de Diego Cunha a respeito da relação da Academia Brasileira de Letras (ABL) com a ditadura civil-militar. Em linhas gerais, Cunha descreve o itinerário político dos intelectuais da ABL mais inclinados à direita, pois, em sua maioria, desde as primeiras décadas do século XX, os imortais se alinhavam aos grupos mais conservadores da sociedade brasileira. Para ele, entre os anos de 1964 e 1979, a ABL não apresentou uma mudança quanto à escolha de seus futuros membros, contudo, “a maioria era escolhida entre as elites culturais conservadoras que, nesse período, eram muito próximas do regime militar” (CUNHA, 2014, p.556). O resultado desse perfil conservador podia ser encontrado num conjunto de valores que eram compartilhados por estes intelectuais que pertenciam a esta instituição. Em síntese, “as elites políticas, militares e culturais” difundiam e enalteciam:

O civismo, o patriotismo e o anticomunismo; a ideia da existência de uma “cultura autêntica” e de uma identidade nacional fundada em uma língua comum, o português, e na religião cristã; mitos como o da

¹³⁷ Informações retiradas da: página do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/lvfilho.html>. Tais dados foram acessados em 18/10/2018; VIANA FILHO, Luís. O Governo Castelo Branco, 1975, 604p. (Documentos brasileiros, v.n Rio de Janeiro).

¹³⁸ Francisco Peixoto Magalhães Neto foi ainda presidente do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Informações retiradas em verbetes e produções da Fundação Getúlio Vargas: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbeta-biografico/francisco-peixoto-de-magalhaes-neto>. Tais dados foram acessados em 20/09/2018.

¹³⁹ Revista da Academia de Letras da Bahia, n° 55, março de 2017. Salvador, Academia de Letras da Bahia - ISSN 1518-1766.

cordialidade, traço que seria próprio do povo brasileiro, ou o da ausência de violência na história do país (CUNHA, 2014, p. 557).

Sem dúvida, todos esses valores elencados eram compartilhados por essas lideranças políticas na Bahia. Não por acaso estes valores se harmonizavam perfeitamente com o regionalismo por eles defendido. Diante desse quadro apresentado por Cunha (2014), podemos considerar que ao eleger Roberto Santos e Antonio Carlos Magalhães, talvez, a ALB se alinhasse a ABL no que se refere à escolha de políticos e intelectuais conservadores e a aproximação com nomes próximos do regime ditatorial. Como se vê, os governadores biônicos baianos trilharam um itinerário social comum a aqueles pertencentes às elites políticas, econômicas e intelectuais da Bahia.

Dito isto, é possível dizer que estes atores políticos estiveram em contato desde muito cedo com esses valores da tradição política baiana, que tinha como principal característica o regionalismo baiano. Desta maneira, não há dúvida que o regionalismo baiano, que considerava a Bahia o berço da civilização brasileira, compunha um dos discursos mais recorrentes do campo político e intelectual baiano.

Em uma entrevista, cedida a um grupo de jornalistas, Antonio Carlos Magalhães, ao ser questionado sobre sua atuação fervorosa em defesa da Bahia, a tão polêmica “baianidade”, declarou que havia uma má vontade por parte do centro-sul do país quando os políticos do Nordeste pleiteavam investimentos para a região. Para ele, os políticos de outras regiões tratavam qualquer investimento no Nordeste como se fosse uma esmola ou um favor a esta parte do país. Entretanto, confrontando essa postura política, ACM defende que estes recursos eram um direito de uma terça parte da população brasileira, e enaltece que **“foi esse terço da população que formou esta civilização**, que deu sustentação para que se formasse, até mesmo, o parque industrial paulista. Foram as divisas das exportações de produtos primários nordestinos que viabilizaram, em grande parte, o parque industrial brasileiro”¹⁴⁰. Seguindo esta perspectiva, Antonio Carlos reafirmava a dívida histórica que o Brasil tinha com a Bahia e com o Nordeste em virtude da grande contribuição para a formação da nação e da acumulação de capital que levou à consolidação do parque industrial brasileiro.

¹⁴⁰ MAGALHÃES, 1995, p.189.

Antonio Carlos, no momento em que reassume o cargo de governador biônico, em 1979, demonstrava visivelmente que seu discurso regionalista era uma reatualização daquele construído nas primeiras décadas do século XX, quando afirmava que “a Bahia merece com seu passado glorioso, suas honrosas tradições, o valor de seus filhos, o seu enorme potencial, a grandeza de sua vontade, que todos nós nos unamos, num só esforço, para recuperar o tempo perdido”¹⁴¹. Mais uma vez, políticos como ACM recorriam às glórias do passado para buscar recursos para a economia regional, inclusive para preservar os vestígios materiais legado desse passado de opulência. Da mesma forma, o passado é acionado para legitimar a grande transformação pela qual passava o estado no regime ditatorial.

Ora, é notório que este regionalismo presente na fala de Antonio Carlos será o mesmo que sustentou a defesa do patrimônio existente em seu território. De um lado, o discurso preservacionista sustentava-se pelo regionalismo baiano, marcado pelo protagonismo desse estado na gênese da nação. Por outro lado, o discurso patrimonial pode ser pensado como uma ramificação de uma determinada estratégia política que vigorava no cenário político há algum tempo: a defesa da Bahia e dos baianos. Para angariar apoio popular, suas lideranças políticas adotavam o discurso pautado na defesa dos interesses da Bahia e dos baianos, acompanhado de ações que pleiteava recursos para o desenvolvimento regional.

É importante lembrar que, de acordo José Dias, esta estratégia política sustentava-se por meio do discurso regionalista há muito arraigado na classe dirigente daquele estado. O historiador afirma que as principais lideranças políticas baianas utilizavam, há algum tempo, a estratégia de defenderem e venerarem a Bahia e o Nordeste para obter “simpatia popular”. Nomes como Luis Viana Filho e Juracy Magalhães estavam entre esses políticos que recorriam e inauguraram essa prática. Nesse sentido, seu uso não seria abandonado na ditadura. Ao contrário, seria amplamente utilizado.

Aliás, para Dias, tal cultura política adaptou-se de maneira harmônica em tempos do ufanismo nacional propagado pelo regime. Todavia, ele afirma que Antonio

¹⁴¹ MAGALHÃES, Antônio Carlos. O discurso do novo governador. A Tarde, 16 de março de 1979. APUD CARVALHO, 2013, p. 109.

Carlos Magalhães foi o político que “utilizou a baianidade como estratégia de coesão das frações da classe dirigente existentes na Bahia, uma vez que havia um ambiente político e social propício a essa cultura política sustentada no ufanismo nacionalista” Bahia (DIAS, 2016, p. 154). O exemplo mais emblemático da adoção dessa prática política pelo carlismo está nas “camisas de gola polo, listradas com as cores da Bahia” que o líder e seu grupo passaram a adotar nos espaços públicos e palanques do estado (DIAS, 2016, p. 122).

O fato de Antonio Carlos ter recorrido à estratégia com mais excelência, não quer dizer que outros políticos não a empregaram nos anos ditatoriais. É o caso de Luis Viana Filho, um dos precursores desta prática, de acordo com Dias (2016). Nesse caso específico, outras facetas do discurso regionalista emergem na fala dessa liderança arenista. Referimos-nos notadamente ao discurso que enaltecia a vocação à política e a ampla participação dos baianos no cenário político nacional, largamente utilizado por Viana Filho na incumbência de lograr benesses para a bancada arenista de seu estado de origem.

Em 1967, quando Costa e Silva fora anunciado como futuro presidente-general, Viana Filho fez a seguinte consideração a respeito da presença de baianos no futuro governo: “Não sabemos nada. Estamos esperando que o futuro Governo acabe de constituir-se para saber qual será a participação da Bahia. Nós da Bahia aceitamos encargos, mas não disputamos cargos”¹⁴². Como visto, o político se preocupa em ressaltar que os baianos não estavam à procura de benesses políticas. Porém, alguns dias depois, quando estava formada a equipe ministerial, o discurso de Viana Filho tomava um rumo diferente, passando a reclamar da ausência de baianos nos pastas ministeriais¹⁴³. Nesta ocasião, o cacique arenista “manifestou a frustração dos baianos –

¹⁴² Jornal do Brasil, 28 de fevereiro de 1967, 1º Caderno, p.4.

¹⁴³ É bom lembrar que conforme Dias (2016), diferentemente do período Castelo Branco, no governo Costa e Silva, Viana Filho assistiu a uma perda de prestígio junto ao regime. Contudo, isso não significa que o grupo arenista baiano, então liderado por Viana Filho, deixasse de lograr cargos e espaço no mais alto escalão do regime. Além disso, a reivindicação manifestada pelo cacique arenista se deu exatamente no momento de formação do governo Costa e Silva, o que pode indicar que neste primeiro momento o seu prestígio não havia ainda se esvaziado.

pela ausência do Estado no Ministério do Marechal Costa e Silva –, em carta que enviou ao Presidente eleito”¹⁴⁴.

E é neste instante que o político recorreu à mesma estratégia discursiva de seus conterrâneos no período da Primeira República: a tradição de baianos ocuparem o alto escalão do Estado Nacional. De acordo com Viana Filho, “a Bahia não reivindica cargos (...) mas **por tradição, desde o Império o Estado sempre colaborou com os governos da Nação, através de seus melhores filhos**”¹⁴⁵. De fato, a participação dos baianos era a mais expressiva no Império, quando chegaram a compor um terço do Ministério. Todavia, desde o início da Primeira República, os políticos baianos vinham perdendo prestígio e espaço no cenário político nacional, como lembrou Rinaldo Leite (2005). Apesar disso, a fala de Viana Filho revela a permanência desse discurso regionalista no campo político conservador baiano. Arrisco dizer que, na ditadura, tal discurso ganha força com a ascensão de lideranças políticas pertencentes às elites políticas tradicionais baianas.

Deste modo, em linhas gerais, os discursos regionalistas encontrados nas falas de ACM e Luis Viana Filho pautavam-se num passado opulento e distante para reivindicar tanto maior participação no poder do regime como investimentos para a Bahia. Pelo que tudo indica, a ditadura permitiu que os políticos baianos intentassem lograr o prestígio que tiveram num passado muito distante do cenário político nacional¹⁴⁶. Não à toa, Viana apropria-se desse determinado discurso para pleitear espaço na equipe ministerial de Costa e Silva. Ao que parece, a pressão política liderada pelo arenista surgiu efeito, pois, alguns dias mais tarde, a coluna do então ex-presidente-general Castelo Branco, bem próximo ao político baiano, noticiava que o Presidente-general Costa e Silva havia anunciado a Juraci Magalhães e Luis Viana Filho, a entrega do Ministério da Comunicação à Bahia¹⁴⁷, sendo escolhido um perfil mais técnico para a área, assumido pelo engenheiro baiano Carlos Furtado Simas¹⁴⁸.

¹⁴⁴ Jornal do Brasil, 1967, 7 de março, p. 5

¹⁴⁵ Jornal do Brasil, 1967, 7 de março, p. 5.

¹⁴⁶ Referimo-nos ao período imperial (ver Leite, 2006).

¹⁴⁷ Jornal do Brasil, 1967, Coluna do Castelo, 8 de março, 1º Caderno, p.4.

¹⁴⁸ Carlos Furtado Simas era irmão de Américo Simas Filho, futuro membro do Conselho Estadual de Cultura. Simas Filho era um dos enérgicos defensores do patrimônio histórico e artístico da Bahia no CEC e atuava ainda como pesquisador da área na Universidade Federal da Bahia.

Em outra notícia sobre o caso, publicada no mesmo dia, o Jornal do Brasil deixa transparecer o real motivo da concessão quando descreve que “sensível a motivos políticos e atento a conveniência da consolidação das suas bases parlamentares, o presidente eleito Costa e Silva decidiu promover a primeira modificação no seu anunciado ministério e cortou da lista o nome do General Candal da Fonseca”. A reportagem complementa expondo que Costa e Silva “dará a pasta à Bahia¹⁴⁹. Além desse episódio citado, encontramos nos jornais da época muitos outros casos envolvendo a classe política baiana em defesa de uma maior participação no regime. Esses políticos, em geral, eram arenistas ou apadrinhados destes, que pleiteavam posições no alto escalão ministerial e em outros órgãos como a SUDENE¹⁵⁰.

Não me parece forçoso vincular a reivindicação em defesa do patrimônio baiano ao discurso de veneração à sua terra natal. Sendo assim, é mais que razoável sustentar o seguinte argumento: o discurso em defesa da Bahia, largamente utilizado por suas lideranças políticas, obviamente estende-se para a defesa do patrimônio histórico e artístico encontrado em suas fronteiras, até porque o patrimônio arquitetônico e as cidades de feição colonial representavam, como nenhum outro bem cultural, os valores e o regionalismo/nacionalismo partilhados pelas elites baianas desde finais do XIX. E como estamos observando no decorrer deste estudo, esses valores associados a uma determinada visão do passado perduravam e ganham visibilidade na ditadura.

Mas, esse não foi o único motivo que levou essas lideranças baianas a se tornarem expoentes da causa patrimonial. Conforme vem sendo sustentado, os anos ditatoriais foram marcados pelo ufanismo nacionalista, comemorações cívicas-patrióticas e o empenho em salvar o patrimônio histórico e artístico nacional. Não resta dúvida que a disseminação do nacionalismo do regime mostra-se decisivo para a emergência de uma reivindicação regionalista que tinha como cerne o tombamento de sítios urbanos coloniais e de feição colonial. Contudo, acreditamos que outros fatores também foram determinantes, notadamente as ações da Unesco em auxiliar a preservação do patrimônio cultural brasileiro, o que incide exatamente sobre a primeira

¹⁴⁹ Jornal do Brasil, 1967, 8 de março, p.1.

¹⁵⁰ Jornal do Brasil, 1967

missão da Unesco, empreendida por Michel Parent, um dos eventos que levou a convergência da classe dirigente da Bahia à causa preservacionista.

Em nossa pesquisa tivemos o cuidado de analisar as falas de Luis Viana Filho e Antonio Carlos Magalhães que foram publicadas nos jornais nos primeiros anos do regime ditatorial, entre 1964 e 1967,¹⁵¹ ou seja, entre o golpe e o começo de seus respectivos mandatos no comando do executivo estadual e municipal (Salvador). É interessante observar que não encontramos nesses noticiários nenhum discurso de Viana Filho e ACM que remetesse à preservação do acervo patrimonial baiano. De modo geral, nos jornais publicados nestes três anos, os dois políticos dedicaram-se em: defender e exaltar o golpe e a ditadura civil-militar que se instaurou no Brasil (sempre atacando o perigo comunista) e a pleitear tanto maior participação dos políticos conservadores baianos no regime como investimentos para o estado.

Será somente após assumirem a prefeitura da capital baiana e o governo estadual que Viana Filho e Antonio Carlos passaram a ocupar-se do tema da proteção do patrimônio. Deste modo, a emergência de uma determinada política patrimonial voltada ao turismo somente ocorre após 1967, exatamente, após a passagem de Michel Parent pelo estado. Acreditamos que tenha sido precisamente nos encontros de Parent com o governador Luis Viana Filho e prefeito Antonio Carlos Magalhães a gênese desse projeto político. Sant'Anna já destacou que tanto a criação da FPAC como a política preservacionista que se associa ao desenvolvimento do turismo é resultado das instruções de Michel Parent (SANT'ANNA, 2001, 2014). Além de corroborar com tal leitura, podemos nos atentar para outro desdobramento da passagem de Parent pelo estado: os usos políticos em torno da causa patrimonial na Bahia.

Para tanto, é necessário retornar nosso olhar para o relatório produzido por Parent, sobretudo, os relatos a respeito dos encontros que teve com intelectuais e autoridades políticas no decorrer de sua viagem pelo país. Em uma das visitas a Salvador – acompanhado pelo diretor do Embratur, Wladimir de Souza – Parent

¹⁵¹ Roberto Santos não consta aqui pelo seguinte fato: este político só emerge como candidato a governador em 1975. Ou seja, Santos não ocupava cargos estritamente políticos até esta data. Nesse sentido, somente Luis Viana Filho e ACM tiveram contato com Michel Parent. Mesmo assim, as ideias preservacionistas permearam igualmente o governo de Roberto Santos, como constataremos no decorrer desse estudo.

lembrou que esteve por diversas vezes com autoridades para tratar de questões relacionadas à salvaguarda do patrimônio. No campo intelectual destaca-se Paulo Ormino de Azevedo, na época, professor da Universidade Federal da Bahia, e Godofredo Filho, diretor do Dphan regional. Já no campo político, Parent destacou que “na Bahia, o governador do Estado, Sr. Luís Viana, nos recebeu diversas vezes, bem como o prefeito de Salvador e o secretário de Estado da Educação e da Cultura, Sr. Coutinho, e seu sucessor, Sr. Arco” (PARENT, 2008, p. 191).

Dentre os vários temas discutidos com os políticos baianos, certamente o centro histórico de Salvador mereceu maior atenção. A restauração deste conjunto era tomado como “prioridade das prioridades”, para o representante da Unesco, devido à “necessidade imperiosa de salvar, no prazo mais curto – consideradas as ameaças – a primeira cidade de arte do Brasil”. No entanto, Parent era otimista quanto à recuperação do conjunto perante o comprometimento de Luis Viana Filho com essa demanda. Para Parent, o mandatário manifestava **“a intenção de constituir brevemente uma fundação de direito público, que receberia fundos tanto do governo federal, do Estado e da Prefeitura, quanto de organismos semipúblicos, como a Embratur** (PARENT, 1968, p. 94). Como se nota, desde o primeiro momento se considerava uma ação conjunta entre os diversos poderes da federação, tocando a responsabilidade de preservação tanto para o governo federal, estadual e municipal¹⁵². Além disso, apesar de trazer à tona os encontros com Luis Viana Filho e ACM, será o primeiro, então governador, que ganhará destaque na agenda do emissário da Unesco.

Desta forma, o relato de Parent acusa o momento da emergência e a adoção de um projeto político de preservação associado ao desenvolvimento da atividade turística. É evidente que a receptividade de Viana Filho e Antonio Carlos ao discurso preservacionista se deve em partes a um discurso regionalista amplamente disseminado nas elites baianas. Tal discurso, entre outras coisas, reconhecia a Bahia como berço da civilização brasileira, venerava um passado patriótico de suas elites e defendia que os baianos tinham uma vocação genuína para participarem da vida pública nacional. Sem dúvida, este fator é determinante para a instauração de uma reivindicação política que

¹⁵² A pauta da descentralização ganha visibilidade nos Encontros de Brasília (1970) e Salvador (1971), como veremos adiante.

acabou levando ao reconhecimento das cidades baianas de feição colonial enquanto patrimônio nacional.

Esse certamente não será o único motivo para a adoção de uma agenda compromissada com a recuperação do acervo patrimonial ali encontrado, tendo em conta que as propostas preconizadas por Parent entrariam em consonância com velhas práticas políticas e com planos pessoais de ascensão ao poder. E é sobre a adoção dessa política preservacionista nos governos baianos que versam nossas análises a seguir, destacando, dentre outras coisas, a disputa em torno dessa causa por parte das principais lideranças conservadoras baianas.

2.2 O governo de Luis Viana Filho e a convergência à causa patrimonial

Como dito, Luis Viana Filho mostrou-se protagonista da bancada baiana golpista de 1964. Crítico ferrenho a João Goulart e às mudanças que esse governo representava, Viana Filho teve um papel determinante no regime ditatorial brasileiro. Foi também aquele que inaugurou o discurso preservacionista no comando estadual, quando instituiu dois órgãos voltados para a causa patrimonial: a Fundação do Patrimônio Artístico Cultural e o Conselho Estadual de Cultura¹⁵³. O primeiro sob a recomendação da Unesco e o segundo órgão atendia à expansão dos conselhos regionais concebida pelo Conselho Federal de Cultura. A interferência do regime na política cultural do governo de Viana Filho não cessa na criação do CEC. Agrega-se, ao conselho, a abertura de Casas da Cultura e de museus pelo estado.

Começamos pela adoção do modelo de preservação preconizado por Michel Parent pelo governo de Viana Filho. Conforme Paulo Ormindo de Azevedo, esse modelo recomendando por Parent para o Brasil não era novo na América Latina, pois havia sido “introduzido na região em projetos aprovados pela OEA e/ou UNESCO”¹⁵⁴.

¹⁵³ Conforme mostramos no capítulo anterior, o CEC foi criado numa expansão e regionalização do Conselho pensado pelo regime e pelo Conselho Federal de Cultura.

¹⁵⁴ O texto de Paulo Ormindo David de Azevedo, “La lenta construcción de modelos de intervención en centros históricos americanos” foi publicado em espanhol. Para melhor compreensão do texto optamos por traduzi-lo. O trecho em questão citado em espanhol: “Este modelo fue introducido en la región en proyectos apoyados por la OEA y/o UNESCO” (AZEVEDO, 2001, p.303).

Para este autor, o México foi um dos primeiros países a adotar uma “experiência nesta linha”, por meio do “Programa de Remodelação dos centros cívicos da Cidade do México, de 1967, que pretendia transformar as principais praças do centro em polos de desenvolvimento” (AZEVEDO, 2001, p. 303)¹⁵⁵. E complementa que “este mesmo modelo seria recomendado pelo arquiteto Michel Parent, em missão da Unesco no Brasil, no ano seguinte. Seu informe serviria de orientação aos primeiros trabalhos realizados na Bahia e em outros centros históricos brasileiros” (AZEVEDO, 2001, p.303)¹⁵⁶.

O texto de Azevedo acaba por evidenciar que essa concepção de preservação urbana pautada pelo turismo cultural difunde-se por meio da OEA e Unesco em países que possuíam ricos acervos patrimoniais, o que por sua vez estava em harmonia com os preceitos recomendados com as Normas de Quito, onde o turismo adquire papel central (AZEVEDO, 2015). Sob nosso olhar, no Brasil, o caso da Bahia torna-se emblemático por ter sido abraçada com certo entusiasmo pelos governantes arenistas, mas que se inicia com a gestão de Luis Viana Filho. O entusiasmo com a possibilidade de fazer da Bahia a Meca do turismo nacional norteou a reivindicação orquestrada pelo campo político baiano em busca de recursos para a recuperação do seu extenso acervo patrimonial.

O binômio turismo e preservação fica evidente no decreto n° 20.530, assinado por Viana Filho em 3 de janeiro de 1968 para regulamentar a instituição da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural. O artigo 3º, como se pode observar abaixo, sintetiza tal concepção preservacionista:

Serão turísticos e culturais os fins da Fundação e se prendem dentro do binômio cultura e turismo, à estabilização, restauração e aproveitamento condigno dos bens imóveis e móveis de interesse turístico, para fins de seu conhecimento, promoção e adequada utilização como centro turístico e de difusão cultural. (decreto n° 20.530 de 3 de janeiro 1968, grifo meu, IPAC, 1997, p. 22).

¹⁵⁵ “Programa de Remodelación de los centros cívicos de la Ciudad de México, de 1967, que pretendía transformar las principales plazas del centro en polos de desarrollo” (AZEVEDO, 2001, p.303).

¹⁵⁶ “Su informe serviría de orientación a los primeros trabajos realizados en Bahía y otros centros históricos brasileños (AZEVEDO, 2001, p.304).

A Bahia assistiu ainda à abertura de casas de cultura, novamente, em parceria do governo estadual com o Conselho Federal de Cultura. Conforme Tatyana Maia, embora mais modesto, o modelo de casa de cultura pensada pelo CFC se inspirou naquele implantado na França, sob o comando do ministro da cultura André Malraux, sendo “consideradas unidades cívicas, responsáveis pela democratização do acesso à cultura nos pequenos e médios municípios brasileiros” (MAIA, 2012, p. 214) ¹⁵⁷. A interpretação da historiadora reforça a nossa tese de que a convergência à causa patrimonial dos governos baianos é fruto de um projeto nacionalista instituído pelos militares. Na Bahia, Lençóis, que anos depois seria tombada pelo Iphan, foi escolhida para receber a primeira Casa de Cultura do estado. Seguindo uma orientação do CFC, a casa de cultura foi instalada no local onde nasceu o intelectual Afrânio Peixoto, a escolha da edificação também se deu por critérios históricos, dado que atribuíram à casa seu valor patrimonial. O ato de inauguração contou com as presenças do governador Luis Viana Filho e dos membros do Conselho Federal, Adonias Filho e Pedro Calmon¹⁵⁸.

No que se refere à política museal, Soto assinala que Viana Filho criou a Fundação dos Museus, por meio da Lei nº 2.879, de 20 de janeiro de 1971. A lei levou à abertura de diversos museus pelo estado. Se considerarmos as informações da autora, é possível dizer que os museus abertos na época concentraram-se no Recôncavo e na capital baiana. Tal escolha seguia a tendência da intelectualidade baiana instalada no CEC, de concentrar seus esforços na preservação do patrimônio dessa região, em que se encontrava Salvador, Cachoeira, Santo Amaro, Maragogipe e Jaguaripe. Dentre os museus abertos no governo de Luis Viana Filho destacam-se: o Museu de Artes da Bahia, localizado em Salvador; o Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, situado em Candeiras; O Museu das Alfaias em Cachoeira. Vale ressaltar ainda, outra ação

¹⁵⁷ Ao que tudo indica, os ideais de Malraux se difundiram no país por diversas frentes, pois para Sant’Anna (2015), a proposta de Parent para a política preservacionista brasileira era “grandemente influenciado pela Lei Malraux”(SANT’ANNA, 2015, p. 207). Para Azzi (2010), quando assumiu o Ministério da Cultura da França em 1959, cargo que ocupou por uma década, André Malraux dizia “ser essencial o papel do Estado como gerenciador das ações culturais, pondo-as à disposição do maior número de pessoas que desejassem usufruir delas”. Pelo visto, a visão de Malraux sobre a cultura ecoava harmonioso o projeto dos militares para o Brasil (AZZI, 2010, p. 154).

¹⁵⁸ Boletim do Conselho Federal de Cultura, EC., Ano 1 - nº 1, Janeiro/março de 1971, p.196.

institucional: a construção da nova sede da Biblioteca Central do Estado da Bahia, localizado na capital baiana (SOTO, 2012).

Como vem sendo apresentado, a preservação do patrimônio estava desde o primeiro momento do governo de Viana Filho associado à promoção do turismo na Bahia. Era esse o preceito central da política preservacionista defendida pela Unesco e por Michel Parent. Seguindo essa perspectiva, a atividade turística mereceria grande atenção de Viana Filho, tanto que criou a Hotéis de Turismo da Bahia S.A, a gênese da Bahiatursa. De acordo com Carvalho (2013), a Bahiatursa:

Criada através do decreto estadual nº 2.563, de 28 de agosto de 1968, nasceu no âmbito da Secretaria dos Assuntos Municipais e Serviços Urbanos, e passaria em 1971 para o âmbito estatal, compondo a estrutura da Secretaria da Indústria e Comércio do governo do Estado da Bahia (SIC). Em 1973 muda de nome e de razão social passando de Hotéis de Turismo do Estado da Bahia S/A – Bahiatursa, para Empresa de Turismo da Bahia S/A. Dentre suas atribuições principais, de início, estavam a construção de Hotéis por todo o estado da Bahia. Porém, no decorrer de sua existência e concatenada com o projeto de ampliar a oferta de serviços e instalações turísticas na Bahia, a empresa passou a ter mais atribuições.

Nesse sentido, a criação e ampliação da Bahiatursa ocorreram justamente entre os governos arenistas de Luis Viana Filho e Antonio Carlos Magalhães¹⁵⁹. Com base na documentação analisada, fica evidente que desde o governo Luis Viana Filho o turismo é pensado como um dos vetores do desenvolvimento regional. É o que podemos conferir na peça publicitária do governo de Viana Filho, publicada em janeiro de 1969

¹⁵⁹ Cabe lembrar que Carvalho destacou também que as ações dos governos baianos voltadas para a estruturação da atividade turística no estado foram alvo de interpretações institucionais na década de 1990. Trata-se de um livro publicado pela Bahiatursa em 1998, de autoria de Paulo Guadenzi, em comemoração às três décadas de sua fundação, onde periodizou a atividade turística no estado. Em síntese, para Carvalho (2013), o texto “foi elaborado muito mais como uma reafirmação de que todo o desenvolvimento do turismo baiano foi mérito do grupo carlista do que um momento comemorativo. Em sua narrativa, o turismo estava ruim ou em queda nos governos opositores e antecessores a Antônio Carlos Magalhães” (CARVALHO, 2013, p. 87). É importante lembrar que o grupo carlista foi o único que voltou ao poder estadual baiano após o fim da ditadura em 1985. E por esta razão, buscou construir, como revelou Carvalho, uma interpretação sobre os governos anteriores em que atribuía ao carlismo o estabelecimento e consolidação do turismo no estado.

no *Jornal do Brasil*, onde o turismo recebeu notória projeção. Em diversas páginas do material abordam-se o tema do turismo, seja por meio da divulgação em si dos encantos e riquezas culturais que a Bahia oferecia aos turistas (patrimônio, museus, manifestações culturais e as paisagens naturais) ou expondo os investimentos que o governo de Viana Filho vinha realizando na área, a exemplo da construção de hotéis e rodovias para ter acesso a regiões com grande potencial turístico. Com a imagem a seguir podemos conferir o realce que o seguimento do turismo adquiriu nos anos que Viana Filho comandou a Bahia.

Figura 1: Campanha publicitária do governo Luis Viana Filho



Fonte: *Jornal do Brasil* (sem autoria) ¹⁶⁰

O empenho de Viana Filho com o desenvolvimento da atividade turística pode ser interpretada ainda “como uma das ações típicas do governo militar, de institucionalização da atividade, nos governos estaduais do Nordeste, sob a forma de empresas públicas de promoção da atividade” (FERREIRA E DANTAS, 2013, p. 120).

¹⁶⁰ *Jornal do Brasil*, Janeiro de 1969, Bahia Turismo, Suplemento JB (Propaganda), p. 3.

Continuando nesta direção, podemos observar em outras ações a inclinação da gestão de Viana Filho para a promoção da atividade turística em favorecimento da economia regional. Na mesma época em que criou a Fundação do Patrimônio e a Hotéis de Turismo do Estado da Bahia S/A, Viana Filho e demais governadores do Nordeste se reuniram para que fossem mantidos os incentivos ao turismo para a região, assegurados pelos Artigos 34 e 18 da Lei n.3.995/61¹⁶¹, é o que mostra uma matéria do Jornal do Brasil publicada em finais de 1967. Diante do temor de que o governo federal realizasse mudanças nas leis que beneficiavam a expansão do turismo no Nordeste, os governadores da região elaboraram o documento: Dinâmicas e Razões da Manutenção do Sistema de Incentivos ao Nordeste. Em função disso, os governadores enviaram um telegrama para o Presidente-General Artur da Costa e Silva, pleiteando a manutenção dos incentivos à região, redigido pelo governador baiano. Somos levados a acreditar que Viana Filho assume o papel de líder da região nesta pauta em virtude de sua estreita relação com os militares, tendo em mente que esta estratégia permitiria uma melhor aceitação da reivindicação apresentada no executivo militar.

Como bem explicita o documento, os governadores nordestinos pediam ao Presidente-General a impugnação “do Decreto Lei n.33, a vigorar em janeiro [1968], que beneficiará a indústria turística nacional com os mesmos recursos empregados no desenvolvimento do Norte e Nordeste”¹⁶². Para o grupo do executivo estadual nordestino, o decreto Lei n.33 levaria à redução dos recursos para a região, considerando que estendia os benefícios dos artigos 34 e 18 para todo o país. Havia ainda o agravante: competindo com as mesmas condições fiscais, o Nordeste perdia em aspecto de competitividade perante regiões como o sul e sudeste. Nas palavras do governador baiano:

Testemunho do que representa para as regiões do Nordeste e da Amazônia, as mutilações nos incentivos fiscais, conforme o pretendido no Decreto-Lei 55, cuja vigência perturbará gravemente o

¹⁶¹ A lei na prática facultava “as pessoas jurídicas e de capital 100% nacional efetuarem a dedução de até 50%, nas declarações do imposto de renda, de importância destinada ao reinvestimento ou aplicação em indústria considerada, pela SUDENE, de interesse para o desenvolvimento do Nordeste” (COLOMBO, 2012, p. 84 APUD Brasil, Câmara dos deputados, Lei n.3.995/61, Art. 34).

¹⁶² Jornal do Brasil, 21 de dezembro de 1967, p. 20.

processo de desenvolvimento regional, os signatários vêm solicitar de V. Ex^a que, reiteradamente se tem revelado sensível às aspirações do povo daquelas regiões, suste a aplicação do referido decreto¹⁶³.

A mesma matéria indicava, todavia, que o pleito dos governadores teve apoio do governo militar. Citando o telegrama enviado por Faustino Pôrto Sobrinho, chefe do Gabinete do Ministro do Interior, o jornal diz que estava assegurada a decisão do Presidente-General Costa e Silva de “reduzir de 50% para 15% a dedução no imposto de renda destinada ao incentivo à indústria de turismo” para as demais regiões do país. Faustino Pôrto Sobrinho finalizava sua correspondência afirmando que “esta foi a maior vitória do Nordeste e que, com a decisão do Presidente, os incentivos para aquela região estão salvos”¹⁶⁴.

Não sabemos se de fato a mobilização política dos nordestinos resultou num ganho imediato de investimentos para a atividade turística na região. O que podemos concluir é que esse movimento reivindicatório evidencia duas questões importantes: o interesse dos governadores nordestinos em torno do incremento da atividade turística para a região, liderado pelo representante da Bahia; e o capital político que estes representantes estaduais nutriam junto ao regime, previsível se considerar que seus nomes foram indicados pelo executivo militar da época. Assim, não resta dúvida que a pauta do desenvolvimento do turismo dessa região ganha força nos primeiros anos do regime na gestão Viana Filho, assim como o entendimento de que esta atividade mostrava-se uma das mais viáveis para seu crescimento econômico.

Descolamos agora nosso olhar para a imagem que o governo Viana Filho buscou construir em relação a sua atuação no campo do patrimônio. Viana Filho, assim como os demais governadores biônicos, produziu no decorrer de seu mandato peças publicitárias sobre seu governo. Dentre os temas que ganham notoriedade estava a preservação do patrimônio cultural, sempre associado ao turismo cultural, o que nos leva a observar a visibilidade que o tema alcançou nesse governo. Não por acaso, o anúncio governamental destaca que a gestão de Luis Viana Filho “**criou a Fundação**

¹⁶³ Ibidem, p.20.

¹⁶⁴ Jornal do Brasil, 21 de dezembro de 1967, p.20.

para salvar o Pelourinho”. De fato, aquela havia sido a intenção primordial de sua criação, mas não deixa de ser revelador que a peça publicitária busque elaborar a imagem do governo Viana Filho como aquele que se esforçava para recuperar o centro antigo de Salvador.

Figura 2: Campanha publicitária do governo de Luis Viana Filho

12 — Bahia Turismo, Suplemento JB, Janeiro, 1969



Governo criou fundação para salvar Pelourinho

A Fundação de Pelourinho nasceu em 20 de Janeiro de 1969, com o objetivo de preservar e restaurar o centro histórico de Salvador, conhecido como Pelourinho. O governo estadual criou a entidade para coordenar as ações de conservação e recuperação do patrimônio arquitetônico e urbanístico da região.

Desde a sua criação, a Fundação tem atuado em diversas frentes, incluindo a restauração de edifícios históricos, a criação de espaços públicos e a promoção de atividades culturais. O trabalho da Fundação é essencial para garantir que o Pelourinho mantenha sua identidade histórica e seja preservado para as futuras gerações.

Entre as ações realizadas pela Fundação, destacam-se a restauração do Palácio de São João, a criação do Museu de Arte Moderna de Salvador e a implementação de projetos de revitalização urbana. Além disso, a Fundação também promove eventos culturais e turísticos, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região.

O trabalho da Fundação é apoiado por diversos órgãos governamentais e pela sociedade civil. A entidade conta com uma equipe de profissionais especializados em arquitetura, engenharia e gestão, comprometidos com a missão de salvar e preservar o Pelourinho.

Com o apoio de todos, a Fundação de Pelourinho continuará trabalhando para garantir que o centro histórico de Salvador seja preservado e restaurado, tornando-se um destino turístico de destaque e um espaço de convivência para todos.

Fonte: Jornal do Brasil (sem autoria) ¹⁶⁵

O texto cita ainda que o propósito do órgão não se limitava à recuperação do conjunto urbano e arquitetônico da área central de Salvador. Sendo bem objetivo, o

¹⁶⁵ Jornal do Brasil, Janeiro de 1969, Bahia Turismo, Suplemento JB (Propaganda), p. 18.

anúncio concluía que a FPAC estava “**destinada a ser um órgão da maior atuação no plano geral do desenvolvimento cultural e econômico do Estado**”¹⁶⁶. Conforme fica evidente, a criação da fundação estava incorporada a um projeto político de desenvolvimento econômico da região empreendido pelo governo de Luis Viana Filho. Nesta lógica, a Fundação do Patrimônio estadual é instituída com a missão de salvar o Pelourinho e desenvolver a economia regional por meio da atividade turística, tendo como principal vetor o patrimônio cultural. É a partir dessa concepção de preservação que o governo de Viana Filho passa a tomar o turismo como uma área estratégica para o crescimento econômico estadual, juntamente com o setor industrial. A partir deste momento, o rico e extenso patrimônio encontrado em seu território tornar-se-ia o principal atrativo e vitrine para a atividade turística na Bahia.

Na peça publicitária publicada no *Jornal do Brasil*, constam ainda outra questão que nos chama a atenção: a colaboração entre instituições acadêmicas e órgãos internacionais com a FPAC. Nesse sentido, o texto traz à tona a participação da Unesco e Michel Parent na gênese da fundação e suas sugestões para o que se fazer com os “velhos e degradados quarteirões coloniais” da Bahia. De maneira geral, Parent defendia a recuperação e o uso turístico do acervo patrimonial, atrelado à melhoria social dos moradores dessas áreas e em parceria com a atividade privada¹⁶⁷. Eram destaque ainda as parcerias com o Centro de Estudos Arquitetônicos Brasileiro, da Universidade Federal da Bahia¹⁶⁸.

Além da Unesco, a Organização dos Estados Americanos (OEA) igualmente mereceu notoriedade na peça. Todavia, a parceria com a OEA estava voltada para a ajuda técnica e financeira. O texto enfatiza que essa colaboração “irá (...) ajudar decididamente o início real das obras de restauração e aconselhar tecnicamente o planejamento financeiro do projeto [de reforma do Pelourinho]”¹⁶⁹. Não fica nítido, nesse trecho, se o governo baiano acreditava ou não se a OEA fosse conceder um financiamento para a execução do projeto. Entretanto, alguns meses depois, em outra

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 18.

¹⁶⁷ *Jornal do Brasil*, Janeiro de 1969, Bahia Turismo, Suplemento JB (Propaganda), p. 18.

¹⁶⁸ Já vínhamos destacando a mobilização dos membros do CEC, que compunham o quadro de pesquisadores da referida universidade e centro de estudos, em favor da preservação das cidades de feição colonial baianas.

¹⁶⁹ *Jornal do Brasil*, Janeiro de 1969, Bahia Turismo, Suplemento JB (Propaganda), p.18.

publicação da imprensa, o diretor da Divisão de Restaurações e Cultura da OEA, Guillermo Zandegui, “explicou que as obras de restauração do Pelourinho deverão demorar de 2 a 3 anos e que em parte serão financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)”¹⁷⁰. Voltaremos a tratar sobre a batalha dos governos arenistas para lograr recursos internacionais para a preservação do Pelourinho. Por hora, pode-se dizer que Viana Filho governava a Bahia na época em que surge o assunto de financiamento internacional para a recuperação daquele que seria o seu maior acervo patrimonial: o Pelourinho.

Diante do que foi exposto, podemos concluir que a gestão de Luis Viana Filho pode ser apontada como a responsável pela instauração de uma política preservacionista governamental na Bahia, marcada pelo entusiasmo com o uso do extenso acervo patrimonial para alavancar a atividade turística, pensada como área estratégica para o crescimento da economia regional. Sem dúvida, a inclinação à causa patrimonial desse governo estava de acordo com as ações do regime voltadas para o setor cultural, como a criação dos Conselhos de Cultura federal e estaduais e o incentivo à abertura de instituições estaduais para a preservação do patrimônio. Os governos que iriam suceder Luis Viana Filho seguiram à risca esse projeto político. Nessa perspectiva, o patrimônio, ao mesmo tempo em que se torna um tema obrigatório nos discursos e ações dos governos arenistas passa a ser motivo de disputa nas propagandas oficiais desses mesmos governos.

2.3 Antonio Carlos Magalhães: o defensor do patrimônio baiano?

Segundo Fabio Dantas Neto (2013), até o golpe de 1964, Antonio Carlos não estava entre os deputados mais votados e/ou mais prestigiados da Bahia. Contudo, após o golpe, em 1966, ACM alcança o posto de segundo parlamentar mais bem votado do estado e foi após essa votação expressiva que assumiu o cargo de prefeito biônico de Salvador, indicado pelo governador Luis Viana Filho e pelo presidente militar Castelo Branco. Dantas Neto atribui a escolha pelo nome de Antonio Carlos a três fatores: “a) uma junção dos interesses de Juracy Magalhães e Luis Viana Filho, em torno do nome

¹⁷⁰ Jornal do Brasil, 1º Caderno, 27/11/1968, p. 14.

de Antonio Carlos, b) um acerto nacional dos dois últimos com Castelo Branco, (...), c) uma ‘divisão do bolo’ feita por Antonio Carlos usando sua intimidade com o marechal-presidente” (DANTAS NETO, 2013, p. 287). ACM, a partir daquele momento, se dedicou a construir sua imagem enquanto um gestor competente, quando contou com a ajuda do alto escalão militar. A repercussão de sua administração era fundamental para o projeto político de Antonio Carlos, pois sua projeção enquanto prefeito poderia levá-lo ao Palácio da Ondina, ou seja, uma gestão destacada poderia lhe garantir o cargo de governador do estado.

Por esta razão ACM deu início a uma gestão que tinha como principal proposta transformar a cidade por meio da realização de grandes obras em favor da sua modernização urbana. Antonio Carlos contava com uma vantagem: a ajuda dos presidentes militares que, além de colocá-lo no cargo, ainda liberaram expressivos recursos do governo federal à prefeitura soteropolitana. Tal proximidade de ACM com os presidentes militares é apontada por Dias (2016), que afirma que durante o regime “era recebido sem agendar previamente no gabinete presidencial e nas agências de financiamento” (DIAS, 2016, p. 74).

Como bem lembrou Dantas Neto (2013), Antonio Carlos encontrou um ambiente político favorável para conseguir recursos com os militares para tocar a sua administração municipal. Nessa perspectiva, logo após assumir o cargo, o político baiano foi até Brasília e retornou à Bahia com a notícia de ter recebido apoio financeiro de Castelo Branco para a cidade. O repasse financeiro é interpretado por Fábio Dantas como um “gesto pessoal do marechal-presidente, praticamente uma doação, como prêmio pela amizade e serviços prestados por Antonio Carlos, desde o golpe” (DANTAS NETO, 2013, p. 289).

Os anos em que esteve à frente da capital baiana foram fundamentais para sua projeção como principal liderança da elite política baiana. Nesse momento, no final da década de 1960, o político baiano ainda não havia se consolidado como uma grande liderança da política baiana e do quadro da ARENA regional, pois só logrou esse feito no início da década de 1970, quando tem seu nome indicado ao poder estadual (DANTAS NETO, 2006). Será somente no final de sua administração como prefeito que Antonio Carlos conquistará a “confiança dos militares e o aval da elite estadual para

governar a Bahia” (DANTAS NETO, 2006, p. 278). Antonio Carlos, desde o primeiro momento, segundo Dantas Neto (2013), projetava construir sua imagem como “prefeito do século”, e para isso adotou como estratégia as seguintes pautas:

Dinamização administrativa, (ancorada em defesa enfática da austeridade e combate ao “empreguismo”); capacitação financeira da prefeitura, via aumento da arrecadação; subordinação da atividade política e da relação com a Câmara Municipal a esses objetivos administrativos; **e modernização da cidade, controlando o uso urbano da orla marítima, alimentando projetos de recuperação do centro histórico e, a curto prazo, um plano de obras viárias para ligar cumeadas aos fundos dos vales, por onde a cidade se espriava** (DANTAS NETO, 2006, p. 292, grifo meu).

Nota-se que uma das estratégias de Antonio Carlos para construir uma imagem positiva de sua gestão passava pela recuperação do patrimônio arquitetônico da capital baiana, sempre atrelado à modernização da cidade. A recuperação do centro antigo constrói-se por meio de um projeto de urbanização que apresentava como principais ações: a restauração do casario colonial e a abertura das grandes avenidas de vale, para a retirada do tráfego da área que se encontrava em um grande risco de destruição. Nessa esteira, para Dantas Neto (2013), “mais do que a reforma administrativa ou a capacitação financeira do município, a face mais marcante da gestão ACM na prefeitura de Salvador foi o plano de obras viárias que executou e a correlata reforma urbana que promoveu” (DANTAS NETO, 2006, p. 304).

Nessa perspectiva, o mandato de prefeito teve um papel fundamental na projeção de Antonio Carlos Magalhães enquanto liderança política e é justamente nestes anos que algumas de suas bandeiras políticas começam a serem definidas, a exemplo do preservacionismo. Todavia, antes de qualquer coisa é preciso fazer uma conexão entre as gestões de Luis Viana Filho e Antonio Carlos. Este último assumiu a prefeitura de Salvador no mesmo ano em que Viana Filho esteve à frente do governo estadual. Em síntese, as gestões de Viana Filho e ACM alinharam-se desde o início em torno de determinados temas: a modernização de Salvador e da Bahia, a industrialização, o desenvolvimento do turismo e a preservação das heranças culturais. No caso específico da política patrimonial haverá igualmente o alinhamento entre o poder estadual e

municipal, contudo, haverá um esforço por parte de Antonio Carlos Magalhães para se apropriar gradualmente desta pauta.

Nossa leitura pode ser sustentada através da atuação de Luis Viana Filho e Antonio Carlos Magalhães na imprensa da época. Os títulos expressaram de forma explícita a intensa mobilização em favor da causa patrimonial por parte do campo intelectual e político baiano, especialmente este último. Os próprios enunciados das matérias evidenciam este pressuposto: “Pelourinho: uma tradição restaurada”, *Jornal da Bahia*, de 03 de abril de 1967; “A recuperação do Pelourinho”, de 13 de agosto de 1968, “Visite o Pelourinho antes que ele acabe”, de 20 de março de 1969, “Pelourinho será restaurado pela OEA”, 7 de maio de 1969, “Cachoeira onde nasceram os heróis”, de 5 de agosto de 1971, “A nova Bahia”, de 27 de fevereiro de 1973, “Tombamento: para preservar os tesouros que o tempo deixou, de 12 de setembro de 1973, todos do jornal carioca o *Globo*; “Pelourinho é restaurado para mostrar a visitante arte e cultura da Bahia”, de 8 de setembro de 1968, “Governo criou Fundação para salvar Pelourinho”, de 03 de fevereiro de 1969, “O novo Pelourinho”, de 6 de maio de 1969, ambos do carioca *Jornal do Brasil*; “O Pelourinho será atração turística”, do *Jornal O Estado de São Paulo*, de 10 de maio de 1969; “Bahia: o novo Pelourinho”, de 23 de julho de 1971, e “Bahia restaura o velho Pelourinho”, de 28 de janeiro de 1973¹⁷¹, ambos *Correio Braziliense*.

Observe que as reportagens citadas são publicadas entre 1967 e 1973, justamente no período em que Luis Viana Filho conduz a Bahia e Antonio Carlos Magalhães comanda Salvador e torna-se o sucessor do primeiro no governo estadual. Nestes anos, deparamos-nos com uma cifra significativa de publicações voltadas para o patrimônio, sobretudo sobre o Pelourinho. As publicações passam a retratar o entusiasmo das lideranças arenistas com a vinda de supostos investimentos internacionais e a consequente transformação de Salvador num dos principais destinos turísticos do país, sempre associando o centro antigo de Salvador às ações do poder estadual e municipal. Nessa linha de raciocínio, temos a reportagem do *Correio*

¹⁷¹ Lembrando que as publicações elencadas compõem apenas uma parte daquilo que fora produzido pela imprensa baiana e nacional na época que versaram sobre a notoriedade do patrimônio cultural baiano, preservação, investimentos, recuperação e o turismo.

Braziliense, “Bahia: o novo Pelourinho”, de 23 de julho de 1971, no qual afirmava que “o velho e histórico Largo do Pelourinho está sendo restaurado de verdade. **Tudo ali é considerado como de prioridade tanto pela Prefeitura como pelo Governo da Bahia**”¹⁷².

Além disso, algumas dessas reportagens davam ênfase à perda do patrimônio arquitetônico da Bahia¹⁷³, mas sempre se atrelando a um discurso otimista, quando miravam sua recuperação e seu uso econômico num futuro próximo. Aliás, a escrita dos periódicos era marcada pelo otimismo, sempre ressaltando que “**o Pelourinho irá renascer como um revalorizado centro turístico**”¹⁷⁴. Outras tantas publicações da imprensa mencionavam as palavras de Michel Parent sobre os vestígios da Salvador colonial, numa clara estratégia de valorar aquele acervo, assim como reforçar a reivindicação que pleiteava junto ao governo militar investimentos para a sua recuperação¹⁷⁵. No caso das citações de Parent, a menção mais comum era quando se afirmava que o Pelourinho era “**considerado pela UNESCO o conjunto arquitetônico colonial mais importante da América do Sul**”¹⁷⁶ ou o fato de ter recebido do intelectual francês o título de “**a cidade de arte brasileira**”, o que só corrobora nossa visão de que a passagem de Parent pela Bahia teve grande repercussão na agenda política dos governos arenistas biônicos.

Seguindo essa perspectiva, em 3 dezembro de 1967, o superintendente de Turismo de Salvador, Flávio Costa – jornalista de profissão –, publicou no Jornal da Bahia o texto intitulado “Pelourinho: um sonho vai a Paris e pode voltar transformado em dólares”, no qual descreve que “**o Governador Luis Viana Filho e o Prefeito Antonio Carlos Magalhães estão eufóricos com a evolução dos acontecimentos em**

¹⁷² Correio Braziliense, de 23 de julho de 1971, p. 3 (grifo meu).

¹⁷³ A exemplo do que podemos encontrar no texto: “Visite o Pelourinho antes que ele acabe”, O Globo, de 20 de março de 1969, escrito por Ivan Curvelo.

¹⁷⁴ Jornal O Globo, publicação de 5 de agosto de 1971.

¹⁷⁵ As falas de Parent para valorizar o conjunto arquitetônico do centro antigo de Salvador ou as ações da Unesco tendo ele como representante eram recorrentemente citadas nos noticiários, dentre os quais podemos destacar: “Visite o Pelourinho antes que ele acabe”, O Globo, de 20 de março de 1969, escrito por Ivan Curvelo; O Globo, de 7 de maio de 1969. “Pelourinho uma tradição restaurada”, de Florisvaldo Matos, Jornal do Brasil, 13 de novembro de 1968; O novo Pelourinho: uma arquitetura do turismo, de Virginia Cavalcanti, do, Jornal do Brasil, 13 de junho 1969, p.4, Caderno B; Pelourinho, de Cícero Sandroni, Correio da manhã, 21 de fevereiro de 1968, p. 7.

¹⁷⁶ O Globo, de 7 de maio de 1969.

relação ao Pelourinho”. Nele, descreve que os políticos receberam cartas de Carlos Chagas, Embaixador do Brasil junto à Unesco, onde se relatava o processo que estava em curso para lograr um financiamento internacional junto a Unesco, para o projeto de restauração do centro histórico de Salvador. Além disso, Chagas expôs a opinião de Michel Parent a respeito da região central da capital baiana, que a descreveu como **“o mais interessante e o único que pode, de imediato, obter auxílio”**¹⁷⁷. A fala de Chagas demonstra que a visita do representante da Unesco à Bahia teve grande repercussão entre as lideranças políticas baianas, tanto que adotam sua concepção de preservação associada ao turismo.

Observa-se que, além dos recursos internacionais, a publicação de Flavio Costa evidencia a adoção de uma preservação patrimonial associada à instauração do turismo cultural na Bahia, tal como fora preconizado por Michel Parent em sua visita à Bahia. Diante destas notícias que chegavam da Europa, providências deveriam ser tomadas, segundo Costa, para que fosse estruturada a instituição de preservação do patrimônio estadual¹⁷⁸. O Instituto seria responsável por realizar o grande projeto de restauração de que carecia o centro histórico de Salvador e por criar nesta área um centro cultural e turístico, financiados pelo tão esperado auxílio internacional com a ajuda da Unesco, razão da empolgação dos políticos baianos¹⁷⁹.

Cerca de um ano mais tarde, o jornalista baiano Florisvaldo Matos escreve para o Jornal do Brasil a reportagem “Pelourinho uma tradição restaurada”, que igualmente destacava a parceria dos governos estadual e municipal¹⁸⁰. Não sabemos a ligação do jornalista com Luis Viana Filho e Antonio Carlos, mas é notório que o texto ocupa-se em elogiar as ações preservacionistas dos dois mandatários, sobretudo do derradeiro. Logo no início, Flores pondera, com grande entusiasmo, que os velhos sobradões e igrejas começavam a retomar sua feição original do período colonial. Isso ocorria, segundo ele, por “três fatores”: o início das atividades da Fundação do Patrimônio

¹⁷⁷ Jornal da Bahia, 03-04/12/1967 ((IPAC, 1997, p. 20 e 21).

¹⁷⁸ As providências ambicionadas por Costa ocorreram um mês depois da publicação em questão, quando em 04 de janeiro de 1968 a Fundação foi então estruturada e regulamentada pelo governador Luis Viana Filho, com o decreto nº 20.530. Trata-se da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (FPAC), criada dois meses antes da referida publicação, com a lei nº 2.464, em 15 de setembro de 1967. Publicação do diário oficial da Bahia (IPAC, 1997, p. 19 e 21).

¹⁷⁹ Ibidem.

¹⁸⁰ O jornalista citado era correspondente do Jornal do Brasil e chefe da sucursal Bahia.

Artístico e Cultural da Bahia, o empenho da Superintendência de Turismo de Salvador e o apoio do prefeito Antonio Carlos Magalhães ao plano de recuperação arquitetônica¹⁸¹. Em meio à atuação da FPAC, verifica-se o esforço do autor em associar as ações do governo Viana Filho com a gestão municipal.

Apesar disso, mesmo querendo enaltecer a gestão de ACM, a publicação jornalística acaba por evidenciar o papel coadjuvante do poder municipal no plano de recuperação do Pelourinho, quando afirma que a “prefeitura de Salvador, de sua parte, tem dado um estímulo substancial: participando ativamente da Fundação, tem contribuindo muito para a restauração de vários edifícios do Terreiro de Jesus, e principalmente do conjunto da ladeia o Cruzeiro de São Francisco – defronte a famosa igreja barroca”¹⁸². Observa-se que as ações do poder municipal se caracterizavam enquanto auxiliares do governo de Luis Viana Filho, até porque era a esfera estadual que comandava a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia e possuía uma verba mais robusta para a área cultural, boa parte advinda da extração do petróleo realizada em seu território. Para Dantas Neto, no caso específico da recuperação do Pelourinho:

Era mais limitada a intervenção da prefeitura, posto que – tanto pelo vulto dos recursos necessários a “requalificação” da área, como por envolver tratamento de patrimônio histórico e arquitetônico – o assunto era afeto de outras instâncias de poder e requeria, inclusive, colaboração financeira de instituições internacionais, tendo a prefeitura papel coadjuvante. Mesmo assim o tema não ficou fora da atenção do prefeito. Adiantou-se na verbalização antecipatória do que seria, por exemplo, um Pelourinho restaurado e “devolvido à cidade” que dali teria sido exilada, pela degradação física dos prédios e pelo ambiente “marginal” que a miséria de parte de seus moradores lhe emprestava (DANTAS NETO, 2006, p. 306)”.

Nesse sentido, Dantas Neto toca em um ponto importante: a limitação do poder municipal para restaurar o centro antigo de Salvador. Embora tenha exposto a promessa carlista de devolver à “cidade” o Pelourinho “recuperado”, posto que não era seu objetivo, o cientista político não direcionou sua análise para o esforço de Antonio

¹⁸¹ Jornal do Brasil, 1968, 13 de novembro, p. 8.

¹⁸² Ibidem, p.8.

Carlos de transformar sua imagem em defensor do patrimônio da Bahia. A limitação financeira ou de incumbência administrativa do poder municipal em nada tinha a ver com as estratégias utilizadas por ACM para se construir como um político competente que dedicava sua vida em defesa da Bahia e de suas riquezas culturais.

Algum tempo depois, em meados de 1969, o assunto do financiamento internacional da Unesco volta a estampar os jornais, todavia, apresentava uma notável mudança: Luis Viana Filho sequer é mencionado, enquanto Antonio Carlos Magalhães passa a despontar nas publicações como o político que lutava para lograr o suposto financiamento junto ao órgão internacional. Como mostramos anteriormente, Viana Filho em todo o seu mandato tomou o patrimônio como uma de suas principais pautas na área cultural, contudo, passa a aparecer menos na imprensa, na medida em que ocorre a intensificação das aparições de Antonio Carlos para tratar sobre a defesa do Pelourinho, numa clara tentativa de monopolizar a pauta no campo político estadual, buscando se tornar o defensor do patrimônio baiano. Entretanto, o entusiasmo apresentando pelo político dois anos antes dá lugar a um discurso cético e pessimista. Passada a euforia com a vinda dos supostos recursos, Antonio Carlos passa a atacar a atuação da Unesco.

Em 10 de junho de 1969, o “Jornal do Brasil” publica que o prefeito de Salvador, Antonio Carlos Magalhães, cansou de esperar pela cooperação da Unesco que chegaria “através de um crédito que seria concedido pelo BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento]”¹⁸³. O prefeito acreditava que após todo aquele tempo e o envio de

¹⁸³ Vale a pena fazer uma ressalva referente à expectativa de Antonio Carlos em lograr empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Embora tenha focado mais na Unesco, o político também abordou a possibilidade de a prefeitura lograr crédito internacional através da Organização dos Estados Americanos (OEA), mais precisamente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Se levarmos em consideração os exemplos do Peru e Panamá, o plano carlista de recorrer ao apoio estrangeiro não se mostrava desconexo com o que acontecia na América Latina. De acordo com Eduardo Rojas e Claudio de Moura Castro (1999), em 1974, o BID emprestou para o governo do Peru a cifra de US\$ 26,5 milhões de dólares, destinados à conservação do seu patrimônio cultural. Nota-se que o financiamento ao governo peruano destinava-se para o desenvolvimento do turismo e “a conservação e reabilitação de vários edifícios que formam parte do patrimônio cultural de Cuzco” (ROJAS e CASTRO, 1999, p.1). Algum tempo depois foi a vez do governo do Panamá receber do banco internacional empréstimos para “reabilitar e conservar várias estruturas do centro histórico da Cidade do Panamá” (ROJAS e CASTRO, 1999, p. 1). Embora liberados na década de 1970, o processo político que levou aos empréstimos citados principia-se alguns anos antes, ou seja, no mesmo período da reivindicação carlista. Portanto, a estratégia política de ACM de recorrer aos órgãos internacionais mostrava-se adequada e em sintonia com as ações da OEA em favor da preservação patrimonial na América Latina. Não sabemos por

diversos técnicos a Salvador, “nem daqui a dez anos sai esse financiamento” e que diante da “tão desencantada ajuda” externa decidiu levar adiante aquele projeto de transformar o Pelourinho num bairro turístico. Comenta ainda que, indagado por dois jornalistas franceses sobre aquela empreitada, ele respondeu que “quando terminarmos a obra, o financiamento chegará”¹⁸⁴.

Alguns dias mais tarde, em 21 de junho de 1969, o “Jornal da Bahia” volta a falar sobre o tema, com o texto “Silêncio da Unesco leva o prefeito a decidir recuperar o Pelourinho”¹⁸⁵, no qual Antonio Carlos afirma que irá tocar as obras de restauro com recursos próprios e com uma parceria do setor privado. Alguns dias depois, ACM proferiu um discurso semelhante para o Jornal A Tarde:

“Prefeito expõe plano de recuperação: Pelourinho”

Reunido, ontem, em seu gabinete, com os proprietários de imóveis do Pelourinho, o prefeito de Salvador Antonio Carlos Magalhães expôs os planos de recuperação daquele conjunto arquitetônico, começando por mostrar que desistiu de esperar **“pelo sempre prometido mas nunca concretizado auxílio da UNESCO”**. Disse que fará a restauração do Pelourinho com recursos municipais e contando com apoio e colaboração de vários estabelecimentos bancários, indústrias, firmas do comércio, pessoas ricas e, principalmente, dos proprietários dos imóveis ali existentes.¹⁸⁶

É interessante notar que na época em que foram publicadas as reportagens do Jornal da Bahia e do A Tarde, se aproximava o fim de seu mandato como prefeito de Salvador¹⁸⁷. Observe que Antonio Carlos não disse que realizaria tal feito caso assumisse o poder estadual algum tempo depois, até porque a escolha por seu nome para substituir Luis Viana Filho se concretiza tempos depois, com o apoio deste último (DANTAS NETO, 2006). Desta maneira, o político afirmava que realizaria a restauração do centro antigo de Salvador no curto espaço de tempo que restava de sua

que razão, mas na época, ao contrário do Peru e Panamá, o Brasil não teve cogitado nenhum tipo de financiamento da organização.

¹⁸⁴ Jornal do Brasil, publicados nos dias: 10 de junho de 1969 (IPAC, 1997, p. 72).

¹⁸⁵ Jornal da Bahia, publicados nos dias: 21 de junho de 1969 (IPAC, 1997, p. 73).

¹⁸⁶ Jornal A Tarde, 05 de julho de 1969.

¹⁸⁷ Nessa época, já havia uma movimentação por parte dos arenistas para que Antonio Carlos substituísse Luis Viana Filho no Palácio de Ondina, inclusive com apoio deste último.

gestão. Nessa perspectiva, tendo em conta o pouco tempo que restava para terminar sua gestão municipal, podemos afirmar que desde o primeiro momento o discurso carlista referente a esta pauta acaba extrapolando o otimismo, revelando-se muitas vezes falacioso. Aqui, levando em consideração que era impossível realizar em poucos meses uma restauração que na prática não ocorreu em décadas, fica nítido que a clivagem do arenista à causa patrimonial mostrava-se muitas vezes puramente retórica, uma estratégia que se mostrava eficiente junto ao regime que difundia um discurso nacionalista e junto a uma elite baiana que ansiava pela proteção de suas riquezas culturais.

Em finais da década de 1960, o discurso otimista das lideranças arenistas baianas era compartilhada com o diretor do Dphan, Renato Soeiro. É o que podemos concluir a partir da publicação do Estado de São Paulo de 10 de maio de 1969, que logo no início afirma que “em 1973, se tudo ocorrer de acordo com os projetos que estão sendo realizados pelos técnicos do Serviço do Patrimônio Histórico do Ministério da Educação e da Unesco, o bairro do Pelourinho, em Salvador, (...) será transformado em foco de atração turística”. Mais a frente traz à tona a fala de Renato Soeiro sobre a recuperação do centro antigo de Salvador, afirmando que “serão restaurados não só os mil edifícios dos séculos XVIII e XIX, que compõe o bairro e que atualmente estão quase desabando, transformados em casas de cômodos, mas também o calçamento, o sistema de esgoto, os encanamentos”. Isso significa que a expectativa positiva em relação à transformação da área em atração turística não esteve circunscrita apenas nas falas de Luis Viana Filho e ACM. Entretanto, na mesma publicação, Soeiro destaca o papel da Unesco nesse processo de restauração da área, quando “explicou que era necessário deixar bem claro a participação da Unesco em todo o projeto”. Nas palavras de Soeiro, “a UNESCO não financia projetos, apenas fornece a assistência técnica”, a exemplo do que vinha sendo realizado no Egito, na Represa de Assuã, “cujas obras de salvamento dos monumentos históricos foram financiados por firmas de todo o mundo, embora a UNESCO fornecesse os técnicos”¹⁸⁸

¹⁸⁸ O Estado de São Paulo, 10 de maio de 1969 (IPAC, 1997, p. 19 e 21).

É curioso notar que pouco tempo antes, em 1966, o grupo dirigente do Dphan manifestava uma visão próxima daquela apresentada por Antonio Carlos a respeito da Unesco. O estudo de Claudia Feierabend Baeta Leal (2015) levanta algumas reflexões sobre a expectativa da diretoria do órgão em relação à missão da Unesco. Para ela, “para além do óbvio interesse na preservação do patrimônio nacional, que constituía a própria missão e responsabilidade da diretoria, a parceria com a Unesco apontava para várias possibilidades de assistência, fosse de recursos financeiros, fosse de provisões técnicas e intelectuais para sua tarefa” (LEAL, 2016, p. 109). Nessa lógica, Leal complementa que o órgão acreditava que a assistência da Unesco:

Dava-se por meio da elaboração de documentos e pareceres técnicos, envio de peritos, treinamento de pessoal, projetos promocionais de monumentos, museus e conjuntos arquitetônicos, além de envolver, conforme entendimento da própria DPHAN, “concurso financeiro de estabelecimento de crédito internacional, sob responsabilidade da UNESCO, para conservação e recuperação de monumentos e proteção da natureza nos territórios dos Estados membros” (LEAL, 2016, p. 109).

Na época da publicação do Estadão, quando ACM esbravejava na imprensa que iria restaurar o centro antigo de Salvador com recursos municipais, Renato Soeiro deixa bem claro que o projeto de recuperação do Pelourinho estava “**sendo realizado com o auxílio do governo Luis Viana Filho**, que criou a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, órgão destinado a executar as obras do projeto”. Nessa perspectiva, uma ação do poder municipal sequer é mencionada, nem ao menos como auxiliar ao governo estadual. Isso corrobora nossa interpretação que a restauração do Pelourinho e a reutilização econômica que ia ser promovida por Antônio Carlos no poder municipal, nestes anos ditatoriais, existiu de maneira mais restrita nas páginas dos jornais da época e nas campanhas publicitárias de seu mandato.

Com base no material analisado, sobretudo publicações de jornais e peças publicitárias do governo estadual e municipal, é possível estruturarmos da seguinte maneira a estratégia carlista de apropriar-se dessa pauta: num primeiro momento, ACM, enquanto prefeito, busca se associar à política patrimonial instaurada pelo governo de

Luis Viana Filho; posteriormente, quando se aproxima o final de sua gestão municipal começa a tomar a frente do processo de reivindicação política que buscava recursos para restaurar o centro antigo de Salvador ao mesmo tempo em inclui essa área da cidade no projeto de reforma urbana que realizava na época; por fim, em seu primeiro mandato de governador assume o discurso preservacionista enquanto uma de suas principais bandeiras políticas e passa a se colocar a partir de então como o político que empreendeu a “restauração” do centro antigo de Salvador.

Com efeito, podemos dizer que Antonio Carlos aos poucos vai se apropriando da pauta patrimonial, sem, contudo, fazer nenhum tipo de ataque ou desqualificar a gestão Luis Viana Filho¹⁸⁹. Num primeiro momento, alinhando-se ao governo de Viana Filho, coloca-se como parceiro de um projeto que visava à recuperação do Pelourinho. Posteriormente, paulatinamente, ainda como prefeito, vai trazendo o debate do centro antigo para sua alçada política, quando passa a liderar o processo de reivindicação que tinha como cerne angariar recursos para a preservação, recuperação e uso econômico do centro antigo de Salvador. O carlismo foi se apropriando desse debate, fazendo parecer, muitas vezes, que era a prefeitura que comandava os projetos de recuperação do Pelourinho que era tocado na verdade pela Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia.

Além disso, o centro antigo fazia parte da grande reforma urbana que o político empreendeu em Salvador entre 1967 e 1971. Assim, a “devolução” do Pelourinho anunciada pelo prefeito se referia a uma limpeza social e à recuperação “física dos prédios”. O projeto de Antonio Carlos “encontrava respaldo em (e era reflexo de) antiga aspiração da elite local, interessada em ‘liberar’ aquela área da ‘degradação’, ‘marginalidade’ e ‘promiscuidade’ com que se estigmatizava sua população pobre”. (DANTAS NETO, 2006, p. 306-307) revela que a elite baiana tinha como intuito “receber de volta suas salas de visita, isto é, um ambiente culto a suas tradições aristocráticas seculares e de pragmática interlocução econômica com o turismo, via montagem de eventos e locais de entretenimento”. Em suma, “o significado do termo

¹⁸⁹ Pelo contrário, ACM atribui a este último “parte relevante da responsabilidade pela obra administrativa realizada em Salvador.” (DANTAS NETO, 2006, p. 315). Temos que lembrar que o apoio de Luis Viana Filho era fundamental para sua escalada ao Palácio de Ondina.

restauração transcendia o campo da arquitetura para expressar uma reapropriação política do espaço urbano” (Ibidem, p. 306-307).

Para Dantas Neto, o projeto carlista de recuperação do Pelourinho mesmo apresentando o discurso de que “só sairia quem quisesse” pretendia realizar uma assepsia social na área, pois se admitia nas entrelinhas “que, com a recuperação, a desapropriação dos prédios em ruína e a conseqüente valorização dos imóveis e demais preços, a área se tornaria proibitiva à moradia de sua população mais pobre” (DANTAS NETO, 2006, p. 307). Todavia, para Dantas Neto, ao contrário de outras áreas da cidade, que havia sofrido intervenções da modernização carlista quando comandou a prefeitura de Salvador, a recuperação do Pelourinho, seja por “dilemas conceituais, dificuldade de financiamentos, e descontinuidades administrativas” só se concretizou duas décadas mais tarde, quando ACM “se tornou governador, pela terceira vez” (Ibidem, p. 307). Dantas Neto refere-se a reforma do Pelourinho realizada por Antonio Carlos na década de 1990, que entre suas principais ações expulsou grande parte da população que ali vivia¹⁹⁰ para transformar a área no shopping ao céu aberto (SANT’ANNA, 2003).

De acordo com Sant’Anna, a ideia de intervenção do governo carlista de 1992 acreditava “que a aliança entre consumo, lazer e cultura, num ambiente histórico único, igualaria os outros shoppings da cidade, gerando uma dinâmica que contaminaria ‘saudavelmente as quadras vizinhas (...), viabilizando o Centro Histórico’” (SANT’ANNA, 2003, p. 46)¹⁹¹. Vale lembrar que a expulsão daqueles moradores era defendida por intelectuais do Iphan desde 1971. É o que podemos constatar na fala de Augusto Carlos da Silva Teles ao Jornal A Tarde na época, onde afirma que “a maioria dos moradores do Pelourinho constitui uma sub-população e, ‘pelo que se vai realizar, com o manejo da área, caberá aos Poderes Públicos providenciar a transferência daquele pessoal’”¹⁹².

¹⁹⁰ Esse processo que os estudos de urbanismo e patrimônio são denominados de gentrificação. Sobre o tema de gentrificação ver: (CHOAY, 2001).

¹⁹¹ A citação do texto de Sant’Anna refere-se a um documento produzido pelo governo baiano em 1992.

¹⁹² Augusto Carlos da Silva Teles “atuou como arquiteto do Iphan entre 1957 e 1988, período em que participou de inúmeros estudos e proposições para tombamento de monumentos e sítios, como os de Vassouras-RJ, Olinda-PE e São João Del Rey-MG”. A entrevista de Silva Teles foi realizada numa ocasião em que veio a Salvador para participar de uma “banca examinadora do concurso realizado ontem

A grande reforma urbana, posta em prática por ACM em Salvador em finais de 1960, teve como um de seus principais objetivos a proteção do acervo arquitetônico do centro antigo. Nesse caso, porém, para “recuperar” o Pelourinho, Antonio Carlos a cidade deveria ser “desafogada”, na apreciação de Dantas Neto (2006). Nesse sentido, o líder carlista promoveu à frente do poder municipal o início do esvaziamento de diversas atividades econômicas nessa região da cidade. Segundo uma publicação do Jornal “O Globo”, diante da situação de rápido crescimento urbano, quando era prefeito de Salvador, o então governador Antonio Carlos Magalhães “começou a implantar um sistema viário compatível com o adensamento demográfico e as novas funções metropolitanas de Salvador”. A cidade nesses anos teria se modernizado, com a construção de grandes avenidas e viadutos nos vales, e um dos objetivos principais das mudanças era desafogar o trânsito no centro antigo da cidade, isto é, contribuir para a preservação do Pelourinho. Com a reforma urbana, foram construídas largas avenidas de vale, que desempenhavam “uma dupla função: vias de penetração e de alargamento das fronteiras urbanas e, como pistas viárias, permitir que a população pudesse se transportar pela periferia da cidade, saindo de um centro bastante congestionado”¹⁹³.

Nesse sentido, o discurso preservacionista do líder carlista estava imbricado a seu projeto de ascensão política na Bahia. Antonio Carlos incorporava o discurso patrimonial à imagem que construiu de gestor responsável pela modernização de Salvador, que por sua vez foi uma das razões para levá-lo ao cargo de governador da Bahia. Deparamo-nos com uma publicação do jornal “O Globo”, datada de 19 de junho de 1970, que vai ao encontro da nossa interpretação. No texto, destaca-se o perfil jovem e moderno de sua atuação enquanto prefeito de Salvador e o que era esperado de seu futuro mandato como governador da Bahia. Afirma ainda que a popularidade conquistada no cargo municipal lhe assegurou sua indicação para o governo estadual pelo então presidente Médici, que “verificou, pessoalmente, a popularidade do prefeito, e, anotando a coincidência, declarou-se orgulhoso com a indicação”¹⁹⁴.

para Professor Titular da Disciplina “Arquitetura no Brasil” (Jornal A Tarde, 19/05/1971, em IPAC, 1997, p.98). A primeira informação aqui descrita foi encontrada na página do Iphan: <http://portal.Iphan.gov.br/noticias/detalhes/1111/Iphan-lamenta-falecimento-de-seu-ex-presidente>.

Acessada em 19 de maio de 2019.

¹⁹³ Jornal O Globo, 19 de junho de 1970.

¹⁹⁴ Jornal O Globo, 19 de junho de 1970.

De todo modo, as estratégias de ascensão política de Antonio Carlos deu resultado, pois garantiu a ele o comando estadual em 1971, pouco tempo após deixar a prefeitura de Salvador. Segundo o jornal carioca, “as modificações urbanísticas que introduziu na cidade de Salvador foram a causa principal de sua boa reputação administrativa”¹⁹⁵. Evidente que além do título de prefeito do século, juntavam-se outros fatores políticos, como a sua participação no golpe de 1964, sua defesa veemente da “revolução”, sua luta contra o “comunismo” e o fato de gozar da grande proximidade com os generais-presidentes da época (DANTAS NETO, 2006, DIAS, 2016).

No Palácio de Ondina, Antonio Carlos carrega aquelas que eram suas principais bandeiras políticas, dentre as quais a política patrimonial. Da mesma maneira, sua gestão dava continuidade à pauta preservacionista de Luis Viana Filho. Em termos práticos, o novo cargo permitia ao político baiano dedicar-se com mais afinco a essa causa, considerando-se que era o governo estadual que detinha maiores recursos para a proteção do acervo patrimonial. Ademais, a Fundação do Patrimônio da Bahia estava agora sob o seu comando.

Se seu antecessor fez com que a preservação passasse a ter grande visibilidade na Bahia, Antonio Carlos vai buscar levar sua agenda para o cenário nacional. É nessa lógica que se empenhou para que o evento sobre patrimônio mais importante do país na época fosse realizado em terras baianas. O I Encontro dos Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil havia sido realizado em Brasília em 1970, sendo que “a iniciativa desse primeiro encontro foi do próprio ministro Jarbas Passarinho” (MAIA, 2013, p. 166). A segunda e última versão do evento realizada em Salvador, em 1971, igualmente pode ser atribuída ao Ministro da Educação e Cultura em exercício, todavia, fora “acolhido e financiado pelo governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães” (NASCIMENTO, 2016, p. 214), conforme destacou Flávia Brito do Nascimento.

Nesse sentido, podemos conectar os esforços que vinham sendo empreendidos por Antonio Carlos desde a passagem de Parent pela Bahia para transformar o centro antigo de Salvador numa importante atração turística. Não nos parece forçoso dizer que

¹⁹⁵ Ibidem.

com as portas abertas do cenário internacional com o suposto financiamento da Unesco e OEA, o habilidoso político baiano volta-se para a elite militar que comandava o país no período ditatorial, o que se mostrava bastante oportuno, se pensarmos na proximidade que nutria com suas principais lideranças. Por esta razão, em 1971, poucos meses após assumir o governo do estado, ACM mobilizou-se para que Jarbas Passarinho, idealizador do primeiro conclave, realizasse o II Encontro em Salvador. Na abertura do conclave, o então governador afirmou que era:

Uma honra para a Cidade do Salvador ter sido escolhida pelo Sr. Ministro da Educação para sede deste grande conclave. Se é verdade que o ambiente se presta e a riqueza do nosso patrimônio fez com que a Bahia se tornasse uma sede natural, também é verdade que a escolha por parte do Sr. Ministro da Educação impõe, a nós outros, compromissos os mais solenes e os mais importantes, para que lutemos cada vez mais para preservar o patrimônio histórico que temos¹⁹⁶.

Nota-se que sua fala destaca: o fato da Bahia ter sido escolhida para sediar o encontro em razão de seu acervo patrimonial e do compromisso que o seu governo firmava com essa pauta. O Secretário de Educação e Cultura da Bahia, Rômulo Galvão, foi outro que destacou o compromisso e os resultados¹⁹⁷ que a Bahia vinha apresentando com a causa patrimonial, frisando, inclusive, que mesmo “após a destruição ou mutilação dos mais esplêndidos do passado”, referindo-se a reforma urbana realizada em Salvador nas primeiras do século XX, “**restou ainda a Bahia, inexaurível que é, o mais extraordinário conjunto de bens móveis e imóveis tocados da tortura da perfeição na busca da beleza**, como nos foi revelada pelos seus artistas gloriosos e seus artesãos anônimos”¹⁹⁸.

¹⁹⁶ Discurso do Sr. Governador do Estado da Bahia (Antonio Carlos Magalhães). Anais do II Encontro de Governadores: 1971, p. 53.

¹⁹⁷ Embora, naquela data, poucos eram os estados que possuíam instituições voltadas para a preservação de seu acervo patrimonial. A Bahia era um desses estados, juntamente com São Paulo e Minas Gerais.

¹⁹⁸ Relatório do Estado da Bahia. Anais do II Encontro de Governadores, 1971, p. 59.

O discurso de Jarbas Passarinho na abertura do conclave vai ao encontro das falas regionalistas de Antonio Carlos e Rômulo Galvão. Para Passarinho, aquele era o segundo evento que se realizava, “mas em verdade o primeiro a realizar-se tendo por palco vivo a **Velha Bahia que, de Tomé de Souza a Antônio Carlos Magalhães, é como o escrínio dos nossos testemunhos históricos e artísticos mais recuados, no tempo, e mais expressivos do ângulo patrimonial**”¹⁹⁹. É claro que é de praxe que os visitantes façam discursos elogiosos a aqueles que os recebem, mas temos que levar em conta que, sob a inspiração dos estudos de Maia (2013) e Cordeiro (2012), o discurso de Passarinho estava em perfeita harmonia com a escolha do regime de agregar à narrativa nacional as diversas narrativas regionais que por sua vez foram excluídas da versão oficial da história nacional.

. Embora não haja explicitamente uma fala de Antonio Carlos no evento que expunha essa intenção, é nítido que estava na pauta a liberação de recursos para os governos estaduais tocarem seus respectivos projetos de preservação. Da mesma maneira, estava implícito o compromisso dos estados em investir na preservação de seus respectivos acervos patrimoniais, em contrapartida aos investimentos do governo federal, exatamente o discurso que o político vinha pregando na Bahia. Ao final do II Encontro dos Governadores foi publicado o Compromisso de Salvador (1971), que acaba por revelar as principais pautas dos seus participantes²⁰⁰: o desenvolvimento do turismo em harmonia com a preservação e a busca por recursos financeiros para a proteção dos seus respectivos patrimônios²⁰¹.

¹⁹⁹ Discurso do Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho. Anais do II Encontro de Governadores, 1971, p. 17.

²⁰⁰ Isso não quer dizer que todos os estados participantes encontravam no patrimônio uma de suas principais bandeiras políticas. Até mesmo alguns estados nordestinos, que possuíam grande potencial turístico devido as suas riquezas culturais e belezas naturais não adotaram esse discurso como fez a Bahia dos governos conservadores arenistas. Podemos destacar o papel da Bahia e Pernambuco nesse encontro, juntamente com estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Alguns estados, somente anos depois vieram a criar suas respectivas instituições de preservação patrimonial para poder receber recursos do governo federal em programas criados em parceria com os estados.

²⁰¹ O Compromisso de Salvador recomendava, entre outras coisas, a: 3 - a criação de legislação complementar no sentido de proteção mais eficiente dos conjuntos paisagísticos, arquitetônicos e urbanos de valor cultural e de suas ambiências. 5 - Recomenda-se que também sejam considerados prioritários, para obtenção de financiamento, os planos urbanos e regionais de áreas ricas em bens naturais e de valor cultural especialmente protegidos por lei. 6 - Recomenda-se a convocação do Banco Nacional de Habitação e dos demais órgãos financiadores de habitação, para colaborarem no custeio de todas as operações necessárias à realização de obras em edifícios tombados. 7 - Recomenda-se, nos âmbitos

Eis aqui uma das questões centrais no deslocamento de nosso olhar: a reivindicação das elites nordestinas baianas como fator determinante para a criação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste. Diversos autores vêm se dedicando a este tema, destacando-se os estudos de Rafaella Corrêa e Paulo Ormindo de Azevedo, sendo somente o primeiro dedicado exclusivamente a essa temática.

No que tange ao trabalho de Corrêa (2012), a própria autora comenta que não é sua intenção analisar os anos anteriores à criação do programa. Neste caso, como não teve o objetivo de compreender os processos políticos que levaram à criação do PCH, Corrêa não fez qualquer menção sobre a reivindicação das elites baianas nos anos que antecederam a sua instituição. De todo modo, a autora faz uma análise densa e minuciosa sobre o Programa de Cidades Históricas revelando que a Bahia e Pernambuco foram os estados que mais receberam investimentos do programa, em torno de 15% cada²⁰². Tal concentração, segundo a autora, ocorreu pelas seguintes razões: a Bahia e Pernambuco receber “maiores atenções do Iphan”; ao fato da Bahia ter “projetos em andamento para recuperação do Pelourinho, em Salvador”; e Pernambuco sediar a “a Delegacia Regional da Seplan/PR” (CORRÊA, 2012, p. 226). A interpretação de Corrêa (2012) se apresenta em harmonia com o que estamos sustentando no decorrer de nossa escrita. Sendo assim, é possível dizer que o fato da

nacional e estadual, a criação de fundos provenientes de dotações orçamentárias, doações, rendimentos de loterias, descontos de impostos e taxas, ou outros incentivos fiscais, para fins de atendimento à proteção dos bens naturais e de valor cultural especialmente protegidos por lei. 8 - Recomenda-se que, na reorganização do IPHAN, lhe sejam dadas condições especiais em recursos financeiros e humanos, capazes de permitir o pleno atendimento de seus objetivos. 9 - Recomenda-se que os Estados e Municípios utilizem, na proteção dos bens naturais e de valor cultural, as percentagens do Fundo de Participação dos Estados e Municípios definidas pelo Tribunal de Contas da União. 12 - Recomenda-se a convocação dos órgãos responsáveis pelo planejamento do turismo, no sentido de que voltem suas atenções para os problemas da valorização, utilização e divulgação dos bens naturais e de valor cultural especialmente protegidos por lei. 13 - Recomenda-se a convocação da FINEP e órgãos congêneres, para o desenvolvimento da indústria do turismo, com especial atenção para planos que visem a preservação e valorização dos monumentos naturais e de valor cultural especialmente protegidos por lei. 14 - Recomenda-se que os órgãos responsáveis pela política de turismo estudem medidas que facilitem a implantação de Pousadas, com utilização preferencial de imóveis tombados (Anais do II Encontro de Governadores).

²⁰² Sendo mais exato, para Corrêa (2012) foram destinados 15,79% para a Bahia e 14,80% para Pernambuco. O dado em questão leva em consideração os estados do Sudeste, como Minas Gerais e Rio de Janeiro, pois o programa estendeu-se em finais de 1970 para essa região. Embora só tenha contemplados na última fase do PCH, Minas Gerais e Rio de Janeiro tornaram-se os estados que mais recebeu investimentos do Programa, de 17,7% e 28,04% respectivamente. (CORRÊA, 2012, p. 226 e 227).

Bahia ter tornado-se um dos principais destinos dos recursos do PCH pode ser resultado da reivindicação política orquestrada pelas principais lideranças políticas baianas desde finais de 1960, quando buscavam investimentos para a recuperação do seu patrimônio arquitetônico, sobretudo o centro antigo de Salvador.

O estudo de Azevedo (2016), por sua vez, enfatiza o fato dos principais agentes políticos envolvidos na constituição do programa ter origem nordestina e nortista. Conforme Azevedo:

Por um acaso, estavam em altos postos do governo federal homens das duas regiões menos desenvolvidas do país: Jarbas Passarinho, acreano, Ministro da Educação e Cultura; João Paulo Reis Veloso, piauiense, da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Presidência da República e, logo abaixo do Ministro Passarinho, estavam Renato Soeiro, paraense, diretor do Iphan, e Josué Montelo, maranhense, diretor do recém-criado Conselho Federal de Cultura. Esses homens estavam muito sensibilizados com a possibilidade de desenvolvimento das regiões Nordeste e Norte por meio do turismo cultural, como sugeria o relatório da missão da Unesco de 1968 (AZEVEDO, 2016, p. 243).

Sem dúvida, a grande quantidade de nordestinos que tinha o Conselho Federal de Cultura, a exemplo de intelectuais como Gilberto Freyre, Josué Montello e Pedro Calmon, e a criação dos Conselhos Estaduais, a exemplo do CEC da Bahia, trouxe grande visibilidade para as demandas das elites nordestinas da época, dentre as quais está a ampliação da preservação dos seus respectivos acervos patrimoniais. Ao nosso entender tal interpretação está em harmonia com aquilo que estamos defendendo desde as primeiras palavras desta tese, da mesma forma que destacar o papel de Passarinho como Ministro da Educação e Cultura na época me parece uma visão acertada, especialmente se temos em conta que este agente foi um dos maiores entusiastas do discurso preservacionista na ditadura, como bem lembramos anteriormente.

Em vez de creditar exclusivamente a elite civil e militar do Norte e Nordeste que estava à frente do regime ditatorial, como vem fazendo Azevedo, acreditamos que a criação do Programa Cidades Históricas é muito mais resultado da ação dessas elites

regionais, com destaque para a baiana, do que da iniciativa dos ministros dos governos militares. Nesse sentido, não parece por acaso que o PCH tenha sido criado em 1973, após a reivindicação que relevamos no decorrer deste estudo, orquestrada desde 1967 pelas elites baianas, sobretudo pelas lideranças arenistas muito próximas ao regime.

É justamente nesse ano, em 1973, que Magalhães tratou de concretizar determinadas medidas para assegurar a proteção do patrimônio arquitetônico baiano, com destaque para o Programa de Preservação e Aproveitamento do Patrimônio Monumental de Salvador, que depois de ampliado passa a ser denominado de Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (Ipac-Bahia). Trataremos detalhadamente sobre esse programa na terceira parte desse estudo, por hora, vale lembrar que o programa foi criado em 1973 pelo governo carlista para atender à demanda de inventariar o patrimônio arquitetônico na capital baiana e, nos anos seguintes, inclusive no governo de Roberto Santos (1975-1979), estende-se para todo o estado. Como veremos, o programa foi pensado e coordenado pelo arquiteto baiano Paulo Ormino David de Azevedo e, além de inventariar edificações e sítios urbanos por todo o território baiano, ainda teve um papel decisivo no processo de patrimonialização das cidades baianas.

Se junta a essas ações e, em sintonia com estas, a continuação da restauração do centro antigo de Salvador iniciado pelo governo de Viana Filho. Na verdade as intervenções na área perpassaram todos os governos arenistas indicados pelos militares e aqueles eleitos democraticamente após 1985. Entretanto, a recuperação desse extenso acervo arquitetônico nunca foi concluída por nenhum desses governos, sendo acompanhada inclusive pela aceleração da degradação da área (FERNANDES, GOMES, 1995). De acordo com Fernandes e Gomes:

Em 1967 é criada, pelo governo estadual, a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural, atual Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural – IPAC, cuja primeira preocupação será justamente transformar o Pelourinho e o centro antigo de Salvador num centro turístico. É feito então um primeiro projeto, a ideia de restaurar o Largo do Pelourinho e as ruas de acesso a ele a partir do Terreiro de Jesus (...), esperando-se que, uma vez restauradas essas ruas e o largo, se desencadeasse, via mercado, uma dinâmica capaz de se estender ao conjunto do centro

antigo. Na realidade, isso nunca aconteceu, e aquele acabou sendo um projeto de muitos outros. Do início dos anos 70 ao início dos anos 90, sucederam-se aproximadamente 20 planos e projetos para a área, desenvolvidos tanto por órgãos estaduais quando municipais (FERNANDES, GOMES, 1995, p. 51-52).

No entanto, diferentemente do que nos apresentam esses autores, o governo biônico carlista apresentará seus projetos de restauração do centro antigo de outro modo. Uma vez no governo estadual, o discurso preservacionista agora estava associado a uma agenda maior: a modernização da Bahia. Como bem sustentou Carvalho (2013), tal discurso seria sintetizado em um lema largamente utilizado pelo político baiano: “A Bahia constrói o seu futuro sem destruir o seu passado”. Observa-se aqui o discurso que aliava a modernização que passava o estado à preservação do patrimônio arquitetônico existente em suas fronteiras.

O projeto modernizante, que teve início em 1967 enquanto prefeito de Salvador, teve continuidade no seu governo estadual. Entretanto, para o governo da Bahia sob o comando de ACM, a decisão da gestão carlista na prefeitura de implantar as “avenidas de vale não bastava para resolver o grave quadro que já se esboçava”²⁰³. É nesse cenário que “surge a decisão histórica do Governador Antonio Carlo Magalhães: implantar o Centro Administrativo da Bahia [CAB]”. Desse modo, a mudança do CAB para uma nova área seria a melhor solução para a **“reorientação do desenvolvimento urbano, a preservação do patrimônio arquitetônico da cidade histórica**, a solução dos complexos problemas de tráfego e a aproximação dos centros de decisão do Governo aos núcleos industriais²⁰⁴. Nas palavras de Antonio Carlos Magalhães, com a construção do CAB:

Dar-se-á melhor ordenamento à expansão de Salvador e diminuí-se a intensa pressão dos fluxos humanos em demanda dos serviços

²⁰³ A reportagem de O Globo não diferencia a reportagem como propaganda do governo da Bahia, todavia, é nítido que se trata de uma. Além de não ser assinada por nenhum jornalista, a publicação traz no cabeçalho da página o lema do primeiro governo biônico de Antonio Carlos Magalhães: “A Bahia planeja e constrói o seu futuro preservando o seu passado”. Nesse sentido, tanto agora como a frente, quando essa reportagem for citada, vamos nos referir a ela enquanto uma ação publicitária do governo da Bahia sob o comando de Antonio Carlos Magalhães. Jornal O Globo, 13 de março de 1975, p. 15.

²⁰⁴ A publicação refere-se ao Centro Industrial de Aratu e ao Polo Petroquímico de Camaçari. Jornal O Globo, 13 de março de 1975, p. 15 (grifo meu).

públicos, descongestionando-se a zona central e reduzindo-se-lhe a intensidade de tráfego já quase insuportável. **Além da preservação do patrimônio arquitetônico da Velha Cidade**, criar-se- melhores condições de trabalho para o funcionalismo público e instalações para as Secretarias²⁰⁵.

Portanto, o governo carlista enfatizava que uma das principais razões da criação do Centro Administrativo da Bahia (CAB) era “para preservar a cidade histórica”²⁰⁶. Mário Kertész – Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia do estado – reafirmava que a construção do CAB tinha dois principais objetivos: a preservação do patrimônio arquitetônico do Centro Antigo de Salvador e a disciplinarização de sua expansão urbana. Na época, o intenso tráfego e as atividades de serviço da cidade colocariam em risco a proteção do patrimônio arquitetônico da cidade, que se concentrava na mesma região. Mário Kertész expôs que:

O que se pretende, não é a construção de uma nova cidade, mas, por meio da influencia polarizadora do Centro Administrativo, orientar e disciplinar a expansão urbana em escala metropolitana, assegurando-se o zoneamento residencial comercial e industrial, assegurando-se a Orla Marítima, com o seu belíssimo cordão de praias, funções de recreação, lazer e turismo, **preservando-se extensas áreas verdes e resguardando-se, para o presente e futuro, o riquíssimo acervo histórico e artístico da primeira capital do Brasil**²⁰⁷.

Assim como fez Luis Viana Filho, o governo carlista empenhou-se em divulgar suas ações em suas campanhas publicitárias oficiais e na imprensa. Seguindo esse padrão, em 1975, ACM lançou ao final de seu mandato uma cartilha intitulada “A Bahia constrói seu futuro sem destruir seu passado”, no qual é notório o discurso preservacionista associado ao desenvolvimentismo instalado no estado durante o regime, sempre associado à promoção da atividade turística. A campanha igualmente foi divulgada em periódicos, sob o mesmo lema, contudo, a versão publicada no Jornal O

²⁰⁵ Ibidem.

²⁰⁶ Ibidem.

²⁰⁷ Jornal O Globo, 13 de março de 1975, p. 15 (grifo meu).

Globo, por exemplo, explicita ainda mais o discurso preservacionista: “A Bahia planeja e constrói o seu futuro preservando o seu passado”²⁰⁸.

Figura 3: Campanha publicitária do governo Antonio Carlos Magalhães



Fonte: Jornal O Globo, 13 de março de 1975, p.15.

Além do tema da industrialização que passava o estado, os temas da preservação e do turismo mereceram destaque na peça publicitária. O político baiano adotava como prioritária essa atividade econômica devido a sua potencialidade, com sua vasta riqueza natural e cultural. Para tanto, em seu governo, a Bahia passava a explorar tais riquezas investindo na imprescindível infraestrutura para se consolidar como um importante destino turístico do país. Como afirmara, “múltiplos esforços convergentes

²⁰⁸ Ibidem, página inteira.

foram empreendidos pelo Governo Antônio Carlos Magalhães, com o propósito de estimular a plena exploração da potencialidade turística da Bahia, uma de suas metas prioritárias”²⁰⁹.

Além disso, a cartilha tratava da recuperação do centro antigo de Salvador. Todavia, em vez de descrever projetos futuros, o texto apresenta uma das principais ações do governo de Antonio Carlos na Bahia: a restauração do Pelourinho. Mais uma vez a questão da promessa de recursos da Unesco e OEA volta à tona, mas nesse caso, fora utilizada para valorizar as ações do governador. Conforme a reportagem, **“a restauração do magnífico conjunto arquitetônico colonial do Pelourinho, realizada com recursos estaduais, representa, também, ao lado do seu aspecto cultural, um importante estímulo ao desenvolvimento turístico”**. Diante da promessa não cumprida por parte da “UNESCO, O.E.A, empresas privadas, grupos econômicos, etc”, o governo não somente realizou tal obra como o fez no **“peito e na raça”**, conforme enfatizou a propaganda do governo carlista. Por fim, a peça anuncia que **“a Bahia é hoje, principalmente Salvador, o grande polo turístico do país”**²¹⁰.

Nota-se que a peça publicitária não afirma que todo o centro antigo fora restaurado por aquele governo. Em vez disso, afirma que o Pelourinho (que é uma determinada área do centro antigo) havia sido restaurado com recursos do governo estadual. Não obstante, a peça publicitária em questão dá a entender outra dimensão da obra de restauro, uma vez que, quando a cartilha diz que o Pelourinho havia sido restaurado e usa uma imagem panorâmica do centro antigo de Salvador, temos a impressão de que toda essa área havia sido o alvo da restauração. Sem falar no fato de que a imagem do centro histórico está ligada à imagem do Pelourinho. Quer dizer, falar do Pelourinho é falar do centro histórico como o todo. Com efeito, ao publicizar que o Pelourinho fora restaurado, o material institucional passa a ideia de que todo o centro antigo fora restaurado.

É certo que muitas edificações do núcleo do centro antigo passaram por restauro, como alegou o governo, mas é forçoso dizer que o conjunto arquitetônico colonial barroco foi restaurado, dando a ideia de que a recuperação havia sido realizada

²⁰⁹ Cartilha: A Bahia constrói seu futuro sem destruir seu passado, sem numeração, 1975.

²¹⁰ Ibidem.

em sua integridade. Tanto que nos anos seguintes a Imprensa continua a denunciar a destruição do centro antigo de Salvador, como veremos adiante²¹¹. A cartilha em questão era uma propaganda dos anos que Antonio Carlos Magalhães governou a Bahia, e como tal tratou de valorar suas ações no centro histórico da capital baiana. Trata-se então de uma estratégia política do governo carlista o engrandecimento da referida obra de restauro, que na prática limitou-se a uma pequena parcela do vasto casario colonial ali existente²¹².

O que buscamos sustentar nessa escrita é que havia, sem dúvida, uma diferença entre a política patrimonial tocada por ACM e aqueles realizados pelos demais governadores arenistas na época: a elaboração de uma formação discursiva sistemática por parte do líder carlista, que muitas vezes mostrou-se mais grandiosa na publicidade do que de fato fora. Se observarmos os noticiários jornalísticos e os anúncios governamentais seríamos levados a crer que a recuperação tão almejada do centro turístico era uma realidade, pois enaltecia que o casario colonial havia sido restaurado, voltando as suas feições originais, podendo agora oferecer ao olhar dos turistas suas diversas igrejas barrocas e espetáculos ao ar livre. A Velha Bahia voltava aos seus tempos aristocráticos, com uma inigualável beleza plástica, substituindo a prostituição e o tráfico de drogas naquela região da cidade²¹³. Seja no poder municipal ou estadual, Antonio Carlos entregou o Pelourinho restaurado por diversas vezes, mas pouco tempo depois as ruas que o circundam insistiam em desabar. Ao que tudo aponta, faltou ao político baiano combinar com as centenas de edificações de não continuar a cair para que suas peças publicitárias fossem mais críveis. Abaixo, trazemos duas publicações

²¹¹Como veremos adiante, em pouco tempo que passou a faixa de governador para seu sucessor, as manchetes de jornais voltaram a ostentar o abandono e a destruição do casario colonial de Salvador.

²¹²O carlismo nas décadas seguintes dá continuidade ao projeto de recuperação da área. A grande obra de restauração do Pelourinho só ocorreu na década de 1990, quando ACM assume o governo baiano pela terceira vez, contudo, dessa vez eleito de forma democrática. O restauro do Pelourinho realizado por Antonio Carlos, apesar de monumental, recebeu diversas críticas na época, especialmente em razão do processo de gentrificação, quando milhares de moradores foram expulsos da área para dar lugar a estabelecimentos comerciais. O centro histórico foi pensado como um shopping ao céu aberto, marcado pelo uso caricato da cultura baiana. Para maiores detalhes ver (AZEVEDO, 1994).

²¹³Na época por nós analisada, entre meados de 1960 e meados de 1980, o centro antigo de Salvador passa a ser destaque da imprensa baiana. Várias destas publicações direcionavam-se aos aspectos negativos dos grupos sociais que viviam no Pelourinho. A maioria das notícias que encontramos sobre o Centro Antigo tem como conteúdo os aspectos negativos daquela população, destacando a área como região de tráfico de drogas, prostituição de mulheres e homossexuais e violência.

jornalísticas tratando sobre os planos de restauração e uso do Pelourinho. Consta-se nas duas publicações o otimismo com a restauração e o uso econômico do centro antigo nos anos em que ACM comanda tanto a prefeitura como o governo estadual²¹⁴

Figura 4: publicação do Jornal do Brasil, 13 de novembro de 1968



Fonte: Jornal do Brasil, fotos de José Cavalcante²¹⁵.

²¹⁴ As duas publicações são do Jornal do Brasil, a primeira data de 1968, e a segunda reportagem de 1974.

²¹⁵ Página inteira.

Figura 5: publicação do Jornal do Brasil, 2 de maio de 1974



Fonte: Jornal do Brasil²¹⁶

Dias faz uma síntese sobre o carlismo que vai de encontro ao que estamos argumentando. Para ele, “o carlismo sintetizou sua plataforma política baseando-se em três eixos: o político, o econômico e o cultural”. São eles: “no aspecto político, o tema de maior relevância era o comunismo; no plano econômico, estimulava o crescimento industrializado; e no requisito cultural, incorporava a representação do ufanismo nacional, regional e local” (DIAS, 2016, p. 164). Nesse caso, o discurso preservacionista fundamentava-se tanto no ufanismo nacionalista, em sua vertente regionalista, como no desenvolvimentismo, pensando aqui o turismo como um de seus

²¹⁶ Não encontramos na página do Jornal do Brasil nem o autor da reportagem nem das imagens utilizadas (Página inteira).

vetores principais. Em outras palavras, a reivindicação orquestrada pelo campo político conservador baiano, que por sua vez fora apropriada pelo carlismo, estava em perfeita sintonia com a concepção de nação pensada pelo regime.

Ao que tudo indica, a imagem de Antonio Carlos Magalhães como protetor do patrimônio baiano se consolidou na Bahia nos últimos anos do regime ditatorial, ao menos nas instituições intelectuais mais tradicionais²¹⁷. Pelo que consta nos autos da cerimônia que consagrou Antonio Carlos um imortal da Academia Baiana de Letras, a principal justificativa para o recebimento da honraria era o legado de sua luta em favor da cultura e do patrimônio baiano, conforme destacou Luiz Fernando Macedo Costa:

Estas breves considerações conceituais justificam o aplauso às diretrizes da política cultural e às realizações do vosso governo nessa área eminente confrade. Desenvolveram-se ambas – as diretrizes e as realizações – sobre dois pressupostos inquestionáveis, em relação à cultura lizada, e o reconhecimento do seu pluralismo, decorrente das múltiplas origens étnico-históricas. **Em verdade, cadinho da miscigenação de várias raças, cenário privilegiado dos primeiros eventos históricos, a Bahia recolheu, nessa condição, expressivo patrimônio cultural da nacionalidade. Sem dúvida, a preservação e valorização desse patrimônio cabem ao povo e ao governo. Ao povo, porque é dele que a cultura emana. (...) Ora, a nossa gente vem adquirindo gradualmente consciência da importância de seu acervo cultural e cuida de resguardá-lo e enriquecê-lo, até porque já se orgulha dele**²¹⁸.

Outras duas razões foram também lembradas pelo anfitrião Luiz Fernando Macedo Costa para justificar a indicação de ACM para a Academia Baiana de Letras: os seus discursos calorosos proferidos nas Assembleias estadual e federal, especialmente aqueles enunciados antes da “revolução de 1964”, no qual afirmava que “não era fácil ser revolucionário”²¹⁹, e sua postura altruísta diante da cultura, citando o generoso

²¹⁷ Antes de qualquer coisa é importante lembrar que no seu segundo mandato como governador biônico, de março de 1979 a março de 1983, ACM deu prosseguimento a pauta preservacionista. Todavia, não diferenciamos o segundo mandato do primeiro, justamente por entender que não há nada de novo no que se refere a esta temática. Não há uma mudança na política preservacionista em seu retorno ao governo baiano ainda na ditadura.

²¹⁸ Luiz Fernando Macedo Costa, 30 de novembro de 1983. Apud Magalhães, 1983, p. 26-27, grifo meu.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 23.

gesto de doar uma sede para a Academia de Letras da Bahia. A gratidão dos ilustres imortais baianos à generosidade de ACM estava em destaque:

Entre todas as realizações culturais cabe, aqui, uma especial referencia ao gesto magnânimo e altruísta do governador Antonio Carlos Magalhães, doando este prédio para sede da Academia de Letras da Bahia, “abrigo ancestral dos nossos valores culturais”, segundo o vosso judicioso julgamento²²⁰.

O projeto político de preservação patrimonial ainda rendeu a Antonio Carlos Magalhães a cadeira na Academia de Letras da Bahia, no seu segundo mandato de governador biônico, em 1983. Diferentemente de seu antecessor, Luiz Viana Filho, que pertencia à Academia de Letras da Bahia e à Academia Brasileira de Letras décadas antes de ser indicado a governador da Bahia pelos militares, ACM só conseguiu tal feito depois de uma extensa carreira política, como deputado, prefeito e governador biônico.

Embora não fosse direcionada para o reconhecimento das cidades históricas baianas, acreditamos que a reivindicação do campo político baiano, que tinha à frente políticos como Antonio Carlos Magalhães, contribuiu para o tombamento de diversos conjuntos urbanos e arquitetônicos do estado, sobretudo aqueles reconhecidos como patrimônio nacional entre 1978 e 1985. A reivindicação instaurada no campo político da Bahia mirava investimentos na recuperação do seu patrimônio e no desenvolvimento regional por meio do turismo. Todavia, como veremos no capítulo seguinte, o programa de recuperação das cidades históricas do Nordeste criado pelo regime permitiu que o estado desenvolvesse determinados programas que acabaram contribuindo para o processo de patrimonialização de algumas cidades localizadas no interior do estado.

2.4 Roberto Santos: entre a consolidação e disputa da pauta preservacionista

Antes mesmo de ACM deixar o Palácio de Ondina, Roberto Santos tem seu nome indicado pelo regime para substituí-lo. Contudo, segundo Dantas Neto (2006), a

²²⁰ Luiz Fernando Macedo Costa. Apud Magalhães, 1983, p. 27.

escolha por Roberto Santos ocorreu em meio a uma intensa disputa na Arena, dentre os grupos vianistas, carlistas, juracistas e lomantistas. Ocorre que, do outro lado, Antonio Carlos empenhava-se para que alguém de seu grupo o sucedesse no governo estadual. Com essa intenção ele sustentava o nome de Clériston Andrade, político que o havia substituído na prefeitura de Salvador em 1971²²¹. Em meio ao acirramento da disputa, um nome surge como alternativa para governar o estado: Roberto Santos. Com apoio de Luis Viana Filho e Juracy Magalhães, a indicação do intelectual acaba ganhando força e após o aval dos militares assume o governo meses depois, em março de 1975 (Dantas Neto, 2006). Em outras palavras, a escolha por Roberto Santos emerge e consolida-se enquanto oposição ao crescimento do carlismo na Bahia, amparado por antigos apoiadores de Antonio Carlos.

Nessa perspectiva, assim que assume o poder estadual, Roberto Santos rompe publicamente com Antonio Carlos Magalhães, quando lhe teceu duras críticas e o acusou de ter cometido irregularidades no comando estadual (DIAS, 2016). Apesar de se posicionar enquanto ruptura com o carlismo, não se pode dizer que Santos seguiu um caminho oposto de seus antecessores na política preservacionista, o que nesse caso consistiria em rejeitar ou mesmo minimizar esta pausa em seu governo. Ao contrário, Roberto Santos, assim como seus antecessores, empenhou-se em preservar o patrimônio arquitetônico baiano e em promover o turismo no estado. Ainda assim, em grande medida, como mostraremos, a querela entre Santos e Magalhães ressoou na causa patrimonial.

A trajetória de Roberto Santos, marcada pela atuação no campo intelectual e acadêmico, era um indício de que sua governança daria continuidade à política patrimonial instaurada com Viana Filho e ampliada por Antonio Carlos. Para tanto, Santos convoca o arquiteto Mário Mendonça de Oliveira, membro do Conselho Estadual da Bahia e professor da Faculdade de Arquitetura, para conduzir a Fundação do Patrimônio e Artístico Cultural. Mário Mendonça possuía larga experiência na área. Na época em que assumiu o FPAC, o conselheiro tinha acabado de retornar da Europa,

²²¹ É interessante observar que o mandato de Clériston Andrade na prefeitura de Salvador esteve igualmente em sintonia com o governo de Antonio Carlos no que se refere a pauta preservacionista. O que corrobora nossa visão de que a classe política baiana convergiu maciçamente para a agente patrimonial.

onde se especializou em conservação e restauro de patrimônio arquitetônico²²². Sob o comando de Roberto Santos e Mário Mendonça, outros caminhos foram trilhados em relação à recuperação do Pelourinho.

Na capital baiana, cidade que pode ser tomada como epicentro dessa política preservacionista, a destruição do centro antigo vinha se acelerando entre 1960 e 1980, como bem acusou Sant'Anna (2003) e Fernandes & Gomes (1995). Apesar dos esforços do poder público desde 1967, a situação de acelerada perda do patrimônio arquitetônico ocorria tanto em Salvador como no restante do estado, atingindo inclusive seus conjuntos urbanos e arquitetônicos²²³. A situação de deterioração do patrimônio arquitetônico era alarmada pela imprensa local e nacional, onde estampavam as páginas de reportagens dedicadas ao patrimônio baiano: o abandono, por parte dos proprietários e do poder público; os incêndios, provocados ou espontâneos; os desabamentos, que inclusive provocavam mortes de seus moradores, uma população pobre que vivia em cortiços improvisados nos casarões; e a atuação do governo estadual para recuperar a área.

No final do mandato, em março de 1975, Antonio Carlos anunciava nos jornais e na publicidade oficial governamental a recuperação do Pelourinho. O governo carlista, marcado pelo regionalismo e ufanismo – discursos que se mostravam harmônicos – sem sombra de dúvida, foi aquele que recorreu de maneira assídua à imprensa para divulgar suas ações em favor do patrimônio. No mandato carlista, a imprensa anunciava regularmente o perigo eminente da perda do Pelourinho, contudo, apresentava ao mesmo tempo certo o entusiasmo dessa gestão com o plano de recuperação que se destinava à atividade turística.

Meses depois, quando Roberto Santos passa a liderar o poder estadual, a imprensa continua a denunciar a deterioração do centro histórico de Salvador e do patrimônio baiano. Contudo, dessa vez, o prognóstico deixa de ser pautado por um discurso otimista. Nesse caso, observa-se uma mudança em relação ao teor das publicações, pois as denúncias de destruição do acervo arquitetônico não eram mais

²²² As informações foram retiradas do currículo Lattes de Mário Mendonça de Oliveira.

²²³ Em relação às demais cidades do interior baiano, podemos nos embasar na fala de Paulo Ormino de Azevedo, presente no Inventário do Patrimônio Cultural e Artístico.

acompanhadas de uma visão otimista, não estava mais na pauta a restauração do centro histórico concluída e sua utilização para alavancar a atividade turística, a exemplo da reportagem abaixo, do Jornal do Brasil, datada de 18 de julho de 1978.

Figura 6: publicação do Jornal do Brasil, 18 de julho de 1978



Fonte: Jornal do Brasil, fotos de Artur Ikissima²²⁴

²²⁴ : Jornal do Brasil, texto de Paulo Renan e fotos de Artur Ikissima (Página inteira).

Observa-se que para a publicação não era uma rua do centro antigo e sim o Pelourinho que desabava. Corroborando aquilo que defendemos anteriormente, desde meados da década de 1960, o Pelourinho estava indissociável de todo o centro antigo de Salvador.

Juntava-se a essa publicação muitas outras, dentre as quais vale destacar: Bahia tenta evitar destruição total de seu patrimônio barroco, O Globo, de 19 de dezembro de 1977; Falta de recursos ameaça o conjunto do Pelourinho, Jornal do Commercio, de 23 de julho de 1978; Entidades baianas são convocadas para ajudar a restaurar o Pelourinho, Diário de Pernambuco, de 1 de julho de 1978; Infiltração de águas ameaça de desabamento prédios do Pelourinho, Diário de Pernambuco, 17, de outubro de 1978; Labirinto burocrático derruba Pelourinho, Jornal do Brasil, de 20 de julho de 1978. Nesse sentido, o futuro do casario colonial de Salvador mostrava-se incerto. Isso não quer dizer que a imprensa culpasse o governo de Roberto Santos pelo estado de deterioração em que se encontrava o patrimônio arquitetônico da Bahia, tendo em vista que o problema vinha se arrastando ao menos há algumas décadas. Ao contrário, era a sua própria gestão, por meio da FPAC, que anunciava o risco de destruição e a consequente perda daquele acervo patrimonial.

Nesse sentido, é possível supor que aquilo que se altera em relação ao governo carlista é a maneira de lidar com o problema. Em vez de propagar com grande otimismo a restauração total da área, algo que na prática nunca ocorreu, como fez o carlismo, o governo de Roberto Santos, tendo a frente o arquiteto e ex-membro do CEC Mário Mendonça de Oliveira, passa a fazer um diagnóstico mais honesto da situação do centro histórico de Salvador. Numa matéria publicada no Jornal do Commercio, nomeada “Falta de recursos ameaça o conjunto do Pelourinho”, fica evidente uma manifestação mais pragmática dessa gestão em relação ao problema. A publicação destaca a reunião do Roberto Santos com Mário Mendonça para discutir sobre a condição do Pelourinho, no qual o governador declarou “que o estado não possui verba para a restauração das casas, mais ou menos Cr\$ 120 milhões, representando quatro vezes o orçamento do organismo”. E continua sua fala ressaltando que “o Governo Federal já declarou não

poder tomar nenhuma providência quanto ao problema, enquanto as casas pertencerem a particulares”²²⁵.

Nesse sentido, o discurso otimista carlista, que frisava a todo tempo que estava em curso a recuperação do Pelourinho para seu uso turístico, é substituído por um diagnóstico mais pragmático e crítico do governo Roberto Santos. A busca por recursos financeiros levou o líder carlista a descrever uma verdadeira epopeia em defesa do patrimônio baiano, provocando pelo caminho animosidades com várias autoridades políticas nacionais e internacionais. Já Roberto Santos, embora tenha buscado recursos junto ao governo federal, como é evidenciado anteriormente, mostrou-se novamente comedido e pragmático. Por um lado, no final do seu primeiro mandato estadual, Antonio Carlos divulgava a entrega dessa área “restaurada”, embora, na verdade, apresentasse um quadro de acelerada destruição. Em outro direcionamento, a gestão de Roberto Santos manifestava-se mais cética em relação à recuperação da área, dado a complexidade e a falta de recursos para reverter ou até mesmo de frear a perda do casario colonial.

Nessa conjuntura, até mesmo o Programa Cidades Históricas produziu pouco impacto diante da situação crítica em que se encontravam os conjuntos urbanos e arquitetônicos da Bahia, especialmente o Centro Histórico de Salvador. Em uma reportagem do Jornal do Brasil nomeada “Desaba na Bahia o Pelourinho”, de 18 de julho de 1978, Mário Mendonça fazia um diagnóstico desalentador da condição do casario colonial da área central da capital, pois alguns casarões haviam desabado e dezenas de outros corriam a risco de ter o mesmo fim. Diante desse quadro, segundo ele, os recursos do PCH tinha um alcance limitado, pois somente poderiam restaurar pouquíssimos imóveis do centro antigo de Salvador. Para o diretor da FPAC, a “Secretaria do Planejamento da Presidência da República – órgão a que a fundação está diretamente ligada – somente libera verbas para projetos de restauração quando o imóvel é de propriedade do Estado”. Nesse sentido, a regra em questão acabava por limitar as ações da FPAC, dado que “a quase totalidade dos imóveis do Pelourinho pertence ainda a particulares e a entidades religiosas”²²⁶.

²²⁵ Jornal do Commercio, 1978, 24 de julho.

²²⁶ Jornal do Commercio, 1978, 24 de julho.

Vale lembrar ainda que a primeira legislação que regulamentava o tombamento estadual foi regimentada no governo Roberto Santos. Os intelectuais do CEC empenhavam-se há anos para que fossem elaboradas tais leis para que houvesse a ampliação da salvaguarda do patrimônio baiano. Embora fosse uma demanda antiga, somente em 08 de junho de 1978 o poder estadual instituiu a Lei nº 3.660, que por seu turno foi regulamentada pelo Decreto nº 26.119, de 23 de agosto do mesmo ano, uma década após a instituição do Conselho Estadual. O artigo 2º da referida Lei preconizava que **“o Estado promoverá o tombamento dos documentos, das obras, dos monumentos e dos locais de valor histórico ou artístico, dos sítios e paisagens naturais notáveis, bem como das jazidas arqueológicas que não estejam tombadas pela União”** (FPAC, 1978, p. 3).

Entretanto, mais uma vez, a ação da gestão estadual deve ser analisada pela sintonia com política patrimonial do regime. Para Sandra Corrêa, o Programa de Cidades Históricas (PCH) exigia que os estados participantes cumprissem determinadas recomendações para receber os recursos. Nessa lógica, para que a descentralização da política preservacionista ocorresse era necessário que os estados criassem órgãos voltados para a preservação do patrimônio. Todavia, a Bahia já possuía um órgão (FPAC) com essa finalidade muito antes do PCH ser institucionalizado. Conquanto, contraditoriamente, este estado não avançou em relação à outorga de uma legislação que garantisse o tombamento estadual. Ademais, de acordo com Corrêa, o PCH ainda determinou aos estados participantes que regulamentassem o tombamento estadual. Especificamente, em 1978, o Programa edita a Portaria Interministerial 019/77, que exigia dos estados participantes:

A apresentação de um “Programa Estadual de Restauração e Preservação para o período de 1977/79, indicando os monumentos a serem restaurados, o cronograma de execução, os roteiros turísticos recomendados e as fontes de recursos para fazer face à contrapartida exigida” e “comprovação do tombamento estadual do imóvel, **concedendo-se aos estados que não tiverem legislação de tombamento prazo até junho de 1978 para cumprir esta condição**” (CORRÊA, 2012, p. 214, grifo meu).

Em seu estudo, Corrêa (2012) não tece nenhuma conexão sobre a legislação baiana. Ainda assim, podemos nos embasar em sua escrita para tomar a Lei nº 3.660 e o Decreto nº 26.119 assinadas por Roberto Santos como respostas às exigências preconizadas pelo PCH, ou seja, o regimento do tombamento estadual pode ser interpretado como desdobramento de uma política nacional que visava à descentralização da política preservacionista. Isso explica porque, apesar da batalha de uma década, os membros do CEC não haviam logrado, até aquela data, nenhum avanço referente à legislação para o tombamento estadual. É interessante notar que a referida legislação acabava remetendo aos conselheiros baianos o papel de julgarem os bens que mereciam ser reconhecidos como patrimônio estadual.

A partir de 1978, os tombamentos estaduais passam a ser realizados pelo Fpac com supervisão dos conselheiros. Em três momentos do decreto nº 26.319 fica explícito o papel do Conselho Estadual de Cultura no processo de reconhecimento do patrimônio estadual. O artigo 5º do supracitado decreto segue essa perspectiva, ao afirmar que o “tombamento de ofício bem como o voluntário e o compulsório serão feitos por decreto do Governador do Estado, mediante proposta justificada da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, **acompanhada sempre de parecer do Conselho Estadual de Cultura**” (FPAC, 1978, p. 7). Além disso, o decreto regulamentava a possibilidade do chefe do executivo estadual cancelar os tombamentos já inscritos nos Livros dos Tombos, mas para tanto deveria ser “**ouvido o Conselho Estadual de Cultura**” (Ibidem, p. 10).

Os primeiros tombamentos decretados por Roberto Santos abrangiam majoritariamente edificações coloniais, localizadas na capital e no interior do estado, inclusive em regiões que não possuíam bens tombados pelo Iphan, como o Alto Sertão baiano²²⁷. Contudo, nenhum sítio urbano fora tombando pelo Estado nesse primeiro momento, que era a demanda mais urgente para os membros do CEC, somente no final

²²⁷ Jornal do Commercio, 31 de dezembro de 1979, Geral, p. 3.

de 1981 foi tombado o Conjunto da Soledade, localizado nas redondezas do centro antigo de Salvador²²⁸.

De acordo com o Diário do Commercio, na última reunião do Conselho de Cultura do Estado seus membros aprovaram o tombamento do Conjunto Arquitetônico da Soledade como patrimônio da Bahia, tendo como relator o conselheiro Américo Simas Filho. Informa ainda que desde “outubro de 1976 a quarta diretoria regional do Iphan propunha o seu tombamento, sem que obtivesse uma resposta uma resposta favorável da diretoria nacional do órgão”. O noticiário afirma que diante desse quadro de letargia do órgão federal, **“nos últimos meses, tanto o Estado quanto a Prefeitura vem adotando um comportamento mais agressivo e mais independente em relação ao Iphan, para a defesa do patrimônio arquitetônico e cultural de Salvador”**²²⁹. Observa-se que, nesse caso em específico, o CEC considerou o tombamento estadual a única forma de proteger o casario que restava na Ladeira da Soledade, dada a letargia do tombamento federal. Como vem sido apresentado, desde sua fundação o CEC vinha tecendo críticas ao Iphan por não proteger conjuntos em sua integridade na Bahia. Todavia, o conjunto da Soledade manteve-se por muito tempo como único exemplar de sítio urbano inscrito no Livro do Tombo²³⁰.

Nessa perspectiva, é possível assegurar que a regulamentação do tombamento estadual não significou uma consequente preservação das cidades coloniais e de feição colonial como patrimônio baiano. Primeiro porque o ato legislativo se mostrou tardio diante do caráter de urgência apresentado pela intelectualidade baiana que reivindicava o tombamento dos conjuntos urbanos e arquitetônicos do estado. Em 1978, ano que foram regimentadas as referidas leis, Cachoeira, Lençóis e Porto Seguro encontravam-se tombadas pelo Iphan, enquanto Rio de Contas, Mucugê e Itaparica tinham seus processos de tombamento em andamento no órgão federal.

²²⁸ Conjunto Arquitetônico da Soledade, tombado pelo Decreto nº 28.398/81, em 10/11/1981 (Processo 001/1980). Livro do Tombamento dos Bens Imóveis, volume I, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia.

²²⁹ Jornal do Commercio, 31 de dezembro de 1979, Geral, p. 3.

²³⁰ No Livro do Tombamento dos Bens Imóveis do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Não consta nenhum outro conjunto urbano e arquitetônico. O conjunto Escola Parque igualmente tombado em 1981, não se adéqua no conceito de sítio urbano que pauta este estudo. Trata-se de uma construção arquitetada pelo modernista baiano Diógenes Rebouças para abrigar a Escola Parque da Bahia, idealizada pelo educador Anísio Teixeira.

Entretanto, não estavam em curso os tombamentos de Monte Santo, Santa Cruz Cabralia e do centro histórico de Salvador no órgão federal. Até mesmo Jaguaribe, que teve seu tombamento recusado pelo Iphan naquele momento, não sofreu o tombamento a nível estadual. Acreditamos que a elite intelectual regional, que reivindicava o tombamento das cidades coloniais e de feição colonial, tomava o tombamento federal mais apropriado às existentes na Bahia, dado o valor histórico e artístico que apresentavam. Desta maneira, o tombamento nacional poderia indicar um maior prestígio àquelas cidades que o recém-criado tombamento estadual. Além disso, pode ser que o tombamento a nível estadual fosse tomado com certa desconfiança pela intelectualidade baiana, diante da limitação do FPAC e recursos estaduais.

Fora isso, as falas de Roberto Santos na imprensa sobre o patrimônio foram poucas se as compararmos com as falas de ACM sobre o mesmo tema. Nos jornais pesquisados da época, a causa patrimonial não fora explorada com tanta frequência nos discursos de Santos. Apesar disso, embora tenha tratado o patrimônio com mais pragmatismo, ele o incluiu em sua campanha publicitária governamental, como fez Luis Viana Filho e Antonio Carlos Magalhães. Nesse sentido, tal inclusão revela que o tema da preservação do patrimônio torna-se um repertório obrigatório dos governos estaduais no período ditatorial.

O anúncio governamental de Roberto Santos mais uma vez fora publicado no Jornal do Brasil. O título da ação publicitária acaba explicitando esta disputa política em torno do patrimônio: “Restaurar solares, mais que compor cenários”. O título ao mesmo tempo em que propala suas realizações na área, busca demarcar as diferenças com o governo anterior. Nessa perspectiva, sua querela com Antonio Carlos e as críticas a sua gestão igualmente estão presentes no texto. Verifica-se igualmente esse discurso no corpo textual, quando afirmava que aquela administração estava:

Rompendo com o “fachadismo”, como é conhecida na Bahia a prática de recuperar apenas a fachada de solares e sobrados que testemunham o passado da sociedade baiana – o Governo local restaurou ou reformou uma notável série de exemplares da arquitetura que marcou um período histórico. Em cada imóvel, as obras foram acompanhadas, detalhe por detalhe, pelo Governador Roberto Santos que reivindicou continuamente recursos do Programa

Cidades Históricas e os complementou com recursos do Estado que ultrapassaram as exigências do Governo Federal ²³¹.

Conforme constatado, no discurso governamental há uma visível exaltação das obras de restauro realizadas por Roberto Santos ao passo que se produz uma dura crítica à política de restauração tocada por Antonio Carlos. Acreditamos que a crítica à restauração fachadista é atribuída ao governo carlista, dando a entender que sob o comando do seu antecessor as restaurações eram realizadas apenas nas fachadas das edificações. É curioso notar que desde o primeiro ano do governo carlista, Vivaldo da Costa Lima, diretor da FPAC desde sua criação ²³², procurou reiterar numa publicação do Correio da Manhã que as restaurações executadas pela Fundação não eram fachadistas, assim como insistiu em negar que a área que estava sendo recuperada abarcava somente o trecho central do centro histórico. Contudo, na mesma reportagem revela “uma consciência aguda dos perigos traiçoeiros do fachadismo em projetos tais como o dirige agora”, onde alerta para o perigo do Pelourinho restaurado se tornar “uma fachada de histórias para turista” ²³³.

Diante disso, não seria abuso de nossa parte supor que a fala de Lima revela a existência de críticas quanto ao modelo de restauração adotado para capital baiana no governo carlista. Ao que parece, a gestão de Roberto Santos buscou explorar um aspecto negativo da política de restauração do carlismo, trazendo à tona críticas que colocavam em suspeição a imagem de Antonio Carlos como defensor da causa patrimonial.

Entretanto, é importante lembrar que essa não foi a única vez que um anúncio do governo de Roberto Santos teceu críticas veladas ao seu antecessor. Um informe publicitário, de 31 de março de 1978, denominado “Lazer sem perda de identidade”, seguiu essa tendência ao criticar a transformação urbana concretizada na capital baiana por gestões passadas. Segundo o texto, técnicos dos órgãos públicos estaduais

²³¹ Jornal do Brasil, 11 de março de 1979, informe publicitário, p. 30, grifo meu.

²³² Isso quer dizer que Vivaldo da Costa Lima comanda a Fundação desde o governo Luis Viana Filho, continuando no cargo quando ACM substituiu este último.

²³³ Todas as falas de Vivaldo da Costa Lima diretamente ou indiretamente citadas foram retiradas do Jornal Correio da Manhã, “Pelourinho: ameaça ao sincretismo”, de Jayme Maurício. Correio da Manhã, 11 de novembro de 1971, p. 2, anexo.

afirmavam que a construção dos “vales, avenidas de acesso, centros e polos industriais” acarretou uma “nova realidade urbana a Salvador” o que, na opinião deles, “agravou ainda mais a carência de infraestrutura já existente” e concluem que tais obras “foram feitas à margem de um planejamento global, destruindo boa parte da cidade, descaracterizando-a”²³⁴. Ainda que nunca citasse diretamente o nome de Antonio Carlos, fica explícito que as críticas citadas se direcionavam ao arenista, já que se destinavam a ações e projetos realizados por ele, a exemplo da grande reforma urbana, uma de suas principais bandeiras políticas.

É curioso notar que, meses antes, Antonio Carlos igualmente criticava Roberto Santos e sua atuação no Pelourinho. Em 5 de agosto de 1978, no Jornal do Brasil, ACM disse que “Salvador não vai bem” e que “**o problema do Pelourinho o aflige**”, todavia, prometeu que “**embora nada possamos fazer por enquanto, já estamos estudando a situação do Pelourinho**”²³⁵. Observa-se que mesmo afastado da política baiana, tendo em conta que ocupava o cargo de Presidente da Eletrobrás, ACM empenhava-se em expressar preocupação com o patrimônio baiano. Além da crítica ao seu adversário político, sua fala demonstra que aquela pauta continuava a ser uma de suas principais bandeiras políticas. Podemos ainda tomar sua fala como um indicativo de que o tema continuaria a ser prioridade em seu retorno para o Palácio de Ondina, o que de fato ocorreu no ano seguinte, pois, como mostrado anteriormente, ao retornar ao comando do estado em 1979, o patrimônio recebeu mais uma vez grande visibilidade no governo carlista.

Na peça, observa-se igualmente o comprometimento de Santos em mostrar que sua gestão deu continuidade à política preservacionista instaurada em 1967 por Viana Filho. De fato, Santos deu seguimento a duas iniciativas voltadas para a causa patrimonial, o Programa Cidades Históricas, numa parceria com o governo federal, e o Inventário do Patrimônio e Artístico Cultural, tocado pela Secretaria do Comércio e Turismo, esta derradeira uma iniciativa carlista. Nele, diversas ações e investimentos na área patrimonial são divulgados, dentre os quais estão: obras de restauro em Salvador e nas cidades do recôncavo de Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré; inauguração de centros

²³⁴ Jornal do Brasil, 31/03/1978, Informe Especial, p. 13.

²³⁵ Jornal do Brasil, 05/08/1978, 1º Caderno, p. 14.

sociais no Pelourinho para atender à população carente da área, sendo instalados em edificações restauradas pela FPAC. Verifica-se a exposição de um repertório de ações mais modestas se confrontadas com as ações apresentadas pelo carlismo, embora sejam questionáveis estas últimas. Apesar disso, a gestão Roberto Santos noticiava no anúncio governamental:

O esforço de preservar a memória baiana foi ativado através de amplo programa de reforma e restauração de igrejas, solares e casarões que testemunharam momentos de cintilação econômica. Cana-de-açúcar no Recôncavo, diamantes na Chapada Diamantina, indústria fumageira em Cachoeira e cidades próximas são exemplos de atividades que propiciaram a arquitetura que hoje constitui um apreciável acervo cultural²³⁶.

Não obstante, a construção do Centro de Convenções na capital baiana igualmente ganha amplo destaque no anúncio. A grande obra de seu governo, talvez a única, fora construída com o intuito de transformar a Bahia no **“mais importante polo de atração turística do país”**²³⁷. Além disso, a edificação se tornou o símbolo dos anos em que Roberto Santos conduziu a Bahia, como resultado de sua investida. Em outro momento da peça publicitária, o governo de Roberto Santos desloca o olhar para aquilo que considerava a imagem da nova Bahia: a tecnologia. Logo em sua introdução evidencia essa assertiva quando destaca que “depois de repousar longo tempo sobre seus monumentos históricos, barrocos e dourados, a Bahia salta agora para a técnica, a cultura e o lazer, com a criação de um Museu de Ciências e Tecnologia – o primeiro da América do Sul – um arrojado Centro de Convenções, Exposições e Feira”²³⁸.

Como se vê com clareza, Roberto Santos intenta vincular sua gestão às ações preservacionistas e às construções que remetiam a uma nova Bahia. É provável que a escolha de transformar o Centro de Convenções da Bahia e o Museu de Ciências e Tecnologia na vitrine de seu governo seja um esforço de Roberto Santos associar-se à imagem da Bahia moderna e industrial. Nessa perspectiva, embora Santos não tenha

²³⁶ Jornal do Brasil, 11/03/1979, Informe Publicitário, p. 30, grifo meu.

²³⁷ Jornal do Brasil, 31/03/1978; Informe Especial, p. 13, grifo meu.

²³⁸ Jornal do Brasil, 11/03/1979, Informe Publicitário, p. 42.

usado nenhum slogan que explorasse o discurso preservacionista e otimismo com o progresso do estado, como fizera Antonio Carlos²³⁹, é nítido seu alinhamento à estratégia carlista de recorrer ao discurso de valorização do passado regional e um otimismo com o seu futuro.

Por fim, podemos concluir que ao mesmo tempo em que deu continuidade a políticas culturais voltadas para o reconhecimento e restauração do patrimônio baiano, Roberto Santos construiu um discurso mais pragmático e honesto quanto ao seu estado de conservação. Além disso, Santos não se valeu da estratégia carlista de elaborar um discurso preservacionista ufanista para angariar prestígio político. Nessa perspectiva, a gestão de Roberto Santos se assemelhava com a empreendida por Viana Filho, pois ambos expuseram um repertório de ações mais modestas do que fora apresentado pelo carlismo. Acreditamos que essas características dos governos de Viana Filho e Roberto Santos tenham contribuído para que o carlismo se apropriasse com mais facilidade dessa pauta na Bahia, tornando o patrimônio indissociável da imagem de Antonio Carlos Magalhães desde finais da década de 1960.

2.5 A visita de Médici a Bahia e o apoio às lideranças conservadoras arenistas

Antonio Carlos angariou sua ascensão política com o auxílio de Luiz Viana Filho e dos militares que reconheciam sua contribuição para o golpe civil-militar de 1964. Já Luis Viana Filho, após ter assumido o cargo de Chefe da Casa Civil do governo Castelo Branco (1964-1967), foi indicado pelo mesmo presidente militar em 1967 como o primeiro governador biônico da Bahia. O apoio dos presidentes e de militares do alto escalão aos dois políticos baianos foi explícito durante a ditadura, sobretudo a Antonio Carlos, que diferentemente de Luiz Viana Filho não teceu crítica ao regime no seu decorrer²⁴⁰. O prestígio que as lideranças baianas lograram junto ao regime teve um papel determinante no desenvolvimento do estado nas décadas de 1960

²³⁹ Referimos-nos ao slogan anteriormente mencionado “A Bahia constrói o seu futuro sem destruir seu passado”, publicado na cartilha de mesmo nome.

²⁴⁰ Segundo Dias (2016), apesar do apoio ao regime instaurado com o golpe civil-militar em 1964, Luis Viana Filho “criticava o bipartidarismo, o tecnicismo militar e discursava em favor da abertura política – quando as crises eram profundas”. (DIAS, 2016, p 61).

e 1970, tendo Antonio Carlos Magalhães (ACM) aproveitado desse momento para consolidar o carlismo como principal força política da Bahia (DIAS, 2016).

Antes de prosseguirmos na discussão, é importante destacar que a Sudene teve papel central nesse processo de industrialização do parque baiano. Segundo Milene Ribas da Costa, a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) ocorreu no governo Juscelino Kubitschek de 15 de dezembro de 1959. Na época, de acordo com a autora, “o documento, que pressupunha a criação de uma nova instituição, apontava as limitações e fragilidades da política federal usual para o Nordeste, assim como o efeito regional perverso de políticas de incentivo industrial voltadas à região Sudeste”. Acreditava-se, assim, que “por meio de uma nova instituição, comprometida com essas variáveis, seria possível superar o processo cumulativo negativo e vicioso que imperava no Nordeste” (COSTA, 2016, p. 66).

Tendo como principal mentor o intelectual paraibano Celso Monteiro Furtado, a Sudene, nas palavras de Ribas, “não objetivava apenas a modernização econômica, mas também a modernização política da Região” (COSTA, 2016, p. 69) e por este motivo seu projeto sofreu grande resistência das elites nordestinas, especialmente “nas forças políticas nordestinas presentes no Congresso”. Se nos primeiros anos “a SUDENE conseguira trazer uma nova mentalidade para a região e gozava de boa imagem, como agência séria e eficiente, diante da Presidência, agora de João Goulart, e da opinião pública, de modo geral – a despeito do desagrado de forças nordestinas tradicionais” (Ibidem, p. 75), com o golpe civil-militar de 1964, ela é afetada “de imediato”. Poucos dias de consumado, o golpe retirou Furtado da Superintendência, cassou seus direitos políticos e colocou em seu lugar um militar. Com efeito:

Se, durante a vigência do regime democrático, a instituição da SUDENE recebeu críticas de alguns dos opositores à sua aprovação, na medida em que fortalecia o poder do Governo Central na Região, com o Golpe, e, sobretudo a partir de 1966 com o AI-3, quando os Executivos estaduais passam a ser indicados pelo Governo Central e referendados pelas Assembléias Legislativas estaduais, o poder do Governo Central torna-se supremo, a despeito das formalidades federativas mantidas durante o regime militar. (...) Já não havia mais ambiente para debates e críticas, que seguramente viriam novamente, ainda que de outro lado. A SUDENE torna-se correia de transmissão

dos interesses do Governo Militar – governo sustentado por aquelas mesmas forças que ampararam o Golpe – não havendo mais mecanismos, portanto, de sintonia entre representantes estaduais e o povo. O órgão perde, portanto, seu caráter autônomo democrático de debater e planejar soluções às questões que afetavam as dimensões sociais e econômicas da Região, tornando-se executor de decisões tomadas fora dela, embora sintonizadas com interesses econômicos, agora nacionais (COSTA, 2016, p. 93-94).

No campo, segundo Ribas, além da perseguição aos movimentos camponeses, houve um redirecionamento dos investimentos e, ao invés do que estava proposto na época da gestão de Celso Furtado, o regime seguiu “a mesma organização perversa daquela já existente na região, com concentração de terra e produção monocultora voltada ao mercado externo (...) era o padrão conservador militar de expandir a fronteira agrícola sem reforma agrária, sem a inclusão dos nordestinos do Semiárido” (COSTA, 2016, p. 94-95, Apud Araujo, 1997). Em suma, ocorre no regime ditatorial o “aprisionamento da SUDENE pelas classes dominantes nacionais” (Ibidem, 2016, p. 95). Com relação à industrialização do Nordeste, as ações dos governos militares não se apresentam diferentes daquelas adotadas para a industrialização da região, uma vez que “o Nordeste engrena e passa a seguir a dinâmica econômico-nacional, por outro, o quadro de misérias permanece inalterado” (Ibidem, 2016, p. 95). Nesse sentido, mesmo aumentando significadamente o número de parques indústrias no período do regime com o sistema 34/18, “o crescimento industrial pelo qual passou o Nordeste, seguindo agora de perto a dinâmica nacional, fez-se à custa de intensa concentração de renda em âmbito nacional” (Ibidem, 2016, p. 98).

De todo modo, se esse modelo de investimento não beneficiou a melhoria de vida dos nordestinos em geral, certamente beneficiou os políticos que estavam no poder, pois o grande investimento na região estava em perfeita harmonia com as pretensões das principais lideranças conservadoras baianas, com destaque para Luis Viana Filho e Antonio Carlos Magalhães. Nesse sentido, foi no governo de Luiz Viana Filho que teve início o processo de industrialização no estado, consolidando-se enquanto importante parque industrial com o seu sucessor: Antonio Carlos Magalhães. Não é difícil de imaginar como a abertura desses parques industriais foi amplamente utilizada por esses para aumentar seus respectivos capitais políticos.

Nesses anos, a Bahia assistiu a um grande crescimento econômico durante a ditadura civil-militar brasileira, com médias acima da nacional. Os baianos testemunharam a criação do Centro Industrial de Aratú (CIA), já nos primeiros anos do regime, do Porto de Aratú e do Polo Petroquímico de Camaçari, na segunda metade da década de 1970. Diante da abertura de um número expressivo de indústrias, a Bahia apresentou uma taxa de crescimento superior à média nacional. Todavia, não foi somente na capital e Recôncavo que se beneficiava da política de desconcentração industrial e desenvolvimento regional dos militares, pois foram empreendidos grandes projetos pelo interior do estado, dentre os quais vale destacar: a interiorização dos centros industriais, criados nas principais cidades do interior baiano (SPINOLA, 2001); as hidrelétricas na região do Rio São Francisco e o Porto de Ilhéus no sul do estado; a construção de rodovias, ferrovias que interligavam a Bahia a distantes estados da federação.

Os jornais da Bahia e alguns de circulação nacional evidenciam que no início da década de 1970 emerge uma reivindicação das elites políticas baianas para a criação do Polo Petroquímico, que seria instalado anos mais tarde em Camaçari, região metropolitana de Salvador (Jornal A Tarde, Tribuna da Bahia, O Globo, 1970). Nessa perspectiva, para Dias, no que toca ao projeto de desenvolvimento industrial, a elite política baiana esteve todo o tempo em sincronia com os militares. Entretanto, um ator político se harmonizou como nenhum outro: Antonio Carlos Magalhães. Neste íterim:

Ao mesmo tempo em que o governo brasileiro investia no desenvolvimento industrializado e na urbanização de áreas despovoadas, o carlismo se fortalecia como bloco empreendedor da oligarquia-burguesa do país. Se forem considerados os dados sobre a industrialização e a urbanização nas décadas de 1960 e 1970, quando a influência do carlismo na Bahia já era notada e crescia vertiginosamente, é possível perceber a sincronia desse grupo político com o modelo econômico vigente. (...) Antônio Carlos Magalhães foi exemplo de sintonia e sincronia com o pensamento conservador e o planejamento das metas em todos os governos da ditadura. O carlismo condensou em si os temas centrais que deram suporte ideológico àquela autocracia e, para garantir a integração na Bahia, foi aparando as arestas internas durante as mudanças, porventura ocorridas, eleições proporcionais ou nas sucessões presidenciais (DIAS, 2016, p. 64 e 69).

É nesse cenário que ACM é indicado ao governo do estado, para substituir Luiz Viana Filho. Deste modo, Antonio Carlos deixa o cargo de prefeito condecorado como o prefeito do século e se fortalece como liderança da recém-fundada ARENA (DANTAS NETO, 2006). Ao mesmo tempo, Antonio Carlos se consolida como político de grande prestígio junto ao alto escalão militar, uma das razões que o leva a ser indicado para o cargo mais disputado no estado pelo presidente militar Emilio Garrastazu Médici: governador (DIAS, 2016). É nesse momento que ocorre a primeira viagem de Médici a Bahia, enquanto líder nacional, contando com a presença de Antonio Carlos na comitiva presidencial. A passagem de Médici pela Bahia se mostra como uma importante fonte para analisar o otimismo propagado pelo regime e a atenção especial dos militares ao estado, inclusive a suas narrativas regionalistas.

Em 22 de maio de 1970, quando o crescimento da economia baiana passa a se consolidar, ocorreu a tão esperada visita do presidente militar Emilio Garrastazu Médici à Bahia²⁴¹. A viagem mostra-se sintomática da relação de sua elite política conservadora com o regime, revelando o grande prestígio e atenção que a Bahia recebeu dos militares. Segundo os jornais da época, a visita era aguardada com grande entusiasmo pelos baianos, pois se tratava de sua primeira passagem pelo estado. Os periódicos anunciavam há meses a expectativa e preparação com o evento, que teria como principal motivo a inauguração de duas grandes avenidas recém-construídas na capital baiana. As vias receberiam os nomes dos antecessores de Médici, a Avenida Presidente Costa e Silva e Avenida Presidente Castelo Branco, era uma homenagem do prefeito de Salvador e futuro governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, aos ex-presidentes militares.

O jornal O Globo publicou a notícia da visita do presidente Médici em Salvador, com o título: “Presidente Médici aclamado nas ruas pelo povo baiano”. Na publicação anunciaram que o presidente desembarcou em Salvador às 10 horas, em companhia de D. Scylla, “que realizava um sonho de conhecer a Bahia”. Além da primeira dama, estavam na comitiva que saiu de Brasília “os chefes dos Gabinetes civil

²⁴¹ Os jornais baianos anunciavam há meses a possível visita do presidente militar à Bahia (Jornal A Tarde, Tribuna da Bahia).

e Militar e do SNI, o futuro governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, e o deputado Rui Santos”. Em sua chegada, diversas autoridades baianas esperavam Médici e sua comitiva no Aeroporto Dois de Julho, dentre os quais o governador Luis Viana Filho, o vice-governador Jutai Magalhães, o ex-ministro Carlos Simas, o Presidente do Tribunal de Justiça, e de toda a bancada da ARENA, “ao todo, umas 100 personalidades cumprimentaram o presidente no Aeroporto”²⁴².

É nítido o otimismo²⁴³ nas publicações dos jornais O Globo, A Tarde e Diário de Notícias com a Bahia em anos do regime. O crescimento econômico e a rápida industrialização que sofreu o estado estavam no cerne desse otimismo. Eventos como a instalação do Centro Industrial de Aratu, a construção do Porto de mesmo nome e a futura criação do Polo Petroquímico de Camaçari passam a ser motivos de orgulho dos baianos e gratidão aos governos militares. Esse otimismo vivido em mais de uma década leva a elite política conservadora da Bahia – que estava no poder desde o golpe civil-militar de 1964 – a projetar o estado como uma das principais economias da federação. A Bahia se tornava uma referência para os estados brasileiros, por em poucos anos ter crescido em uma média maior que a nacional e por consolidar em menos de uma década como um dos maiores parques industriais do Brasil. Nessa perspectiva, corroboramos com a leitura de José Dias, ao afirmar que:

A vocação brasileira para o progresso se constituiu num slogan da ditadura, e o convencimento disso pela sociedade pareceu inevitável naquelas circunstâncias. Essa motivação contagiada de confiança nas potencialidades do povo e do território brasileiro permeou a classe dirigente brasileira e difundiu-se, também, na Bahia. Sendo, também, uma região onde o sentimento de pertencimento tinha uma significação importante, não foi difícil associar o ufanismo da baianidade com o sentimento de brasilidade. Na Bahia, esse sentimento se regionalizou sem perder sua referência global, pois, ao mesmo tempo em que a baianidade se orgulhava das tradições culturais mais específicas, buscava a integração (do) país (DIAS, 2016, p. 68).

²⁴² O Globo, 22 de maio de 1970, p. 5.

²⁴³ Utilizamos o conceito de otimismo de Carlos Fico (1997), que revela que o regime nos anos do “milagre econômico” difundiu o otimismo na sociedade marcado por uma perspectiva com o futuro do Brasil. O país caminhava para se tornar uma grande nação.

O discurso de Médici na Bahia é sintomático dos discursos nacionalistas e cívico-patrióticos difundidos pelos militares durante a ditadura civil-militar brasileira (MAIA, 2013; CORDEIRO, 2012). Juntamente com a propagação do ideário cívico-patriótico, o regime celebrava eventos que estavam ligados à história tradicional da nação. Nessa esteira, as comemorações do sesquicentenário da independência e a abertura dos portos mobilizaram as celebrações promovidas pelos militares, que teve seu auge nos anos do milagre econômico.

Para Cordeiro, os militares trataram de “recuperar uma determinada visão da história nacional, (...) da qual os intelectuais do regime no Conselho Federal de Cultura (CFC) ou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foram importantes divulgadores”. A historiadora ressalva ainda que essa visão de história era “baseada na valorização dos grandes vultos nacionais; uma concepção de tempo linear, que unia passado, presente e futuro, de forma que o progresso aparecia como o destino manifesto da Nação; na exaltação de uma história-Pátria que cultivava a ideia do povo brasileiro como ordeiro e avesso a conflitos” (CORDEIRO, 2012, p. 89).

A história exaltada pelo presidente Médici na Bahia segue essa concepção apresentada por Cordeiro (2012). Seu discurso, pronunciado do Palácio Rio Branco, é revelador também do prestígio que o estado apresentou nesses anos, quando se torna uma das vitrines²⁴⁴ do regime e do milagre econômico vivido na primeira década de governo militar. Em sua fala, o presidente Médici reconhece que sua visita à Bahia o levava ao passado, aos quatro séculos de história, recorrendo inclusive ao principal evento cívico dos baianos: O Dois de Julho. Além disso, para ele, o estado representava o passado da nação, pois buscar a Bahia era descobrir o próprio Brasil. Médici encontra no estado um símbolo do otimismo, que aguardava com esperança o futuro da nação, uma vez que a Bahia, assim como todo o Brasil, esperava o grande amanhã. Aquelas grandes avenidas que tinha vindo inaugurar são usadas pelo presidente militar como metáfora para o caminho que estava sendo aberto para o futuro da Bahia e do país. Médici inaugurava os caminhos para a grande nação que se tornaria o Brasil.

²⁴⁴ Janaína Cordeiro em sua tese se refere à Bahia como uma vitrine do regime (CORDEIRO, 2012, p. 77).

"Senhores": Quero fazer, primeiro, a minha confidencia. Quero que saibam que não vim trazer. Deixem que, do balcão da História, na praça do povo, eu lhes diga que vim buscar. Eu vim buscar a Bahia. Eu vim ter à praça. Eu vim ver História. Vim ver o espírito do povo e a carne da terra. Eu vim ver a Bahia de todos os séculos, de todas as raças, de todos os credos. Vim ver a Bahia de sempre se entreabrindo ao amanhã. E, se nem ao menos esperei o Dois de Julho para vir aqui Presidente, é que o destino nunca antes me trouxera à Bahia. E se antecipei este encontro, que a vida até aqui me proibira, se me predispus a atravessar estes espaços e estes tempos de quatro séculos, que medeiam as duas capitais pioneiras, é que entendo que buscar a Bahia é encontrar o Brasil — nas suas origens, na sua altivez, nos seus talentos, na sua vocação de liberdade, nas avenidas de seu futuro²⁴⁵.

Médici, ao reconhecer o passado da Bahia, recorria aos nomes mais emblemáticos da política baiana, como Rui Barbosa e Otávio Mangabeira, assim como a símbolos da história da Bahia, como o Palácio dos Governadores, o Bonfim e os Fortes militares construídos pelos portugueses nos primeiros séculos de colonização. A velha Bahia era rememorada pelo presidente militar, juntamente com os seus filhos e monumentos mais ilustres. O general rememorava a velha Bahia para logo em seguida confrontá-la com a nova Bahia, a Bahia que a revolução de março fez surgir, a Bahia do regime, a Bahia industrial, a Bahia que erguia grandes obras, a Bahia do futuro, a Bahia que era grata aos militares. Médici apresenta-se como a continuidade, com aquele que levaria à frente os grandes feitos dos seus antecessores no estado, para seguir entregando ao povo baiano as diversas obras concretizadas pela revolução.

Quis, primeiro, falar ao coração do povo, do coração da Bahia velha. Deste balcão, onde ecoaram as vozes maiores da Bahia, deste balcão de Rui Barbosa e Mangabeira, deste palácio do primeiro Rio Branco, deste velho Palácio dos Governadores, vendo os olhos do Bonfim e a armadura dos Fortes que a defenderam sempre, quero falar à alma nova que sobe cada ladeira velha da Bahia. Irei depois conhecer a Bahia nova, que a Revolução de março fez nascer. Irei percorrer as duas grandes veias, a que a gente generosa desta terra chamou Castello Branco e Costa e Silva, para agradecer o sangue vivo que o grande coração daqueles estadistas trouxe ao corpo desta terra. E ao

²⁴⁵ Discurso do Presidente Emílio Garrastazu Médici, Salvador, 22/05/1970 (Viana Filho, 1984, p. 117) Trechos extraídos da publicação: Viana Filho, Luiz. Petroquímica e industrialização da Bahia, 1967-1971. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1984, 154 p.

entregar oficialmente ao povo as obras que ao povo já pertencem, ao descobrir os monumentos de meus antecessores, estarei renovando minha determinação, estarei encontrando novas inspirações, para bem cumprir a missão que a vida me confiou²⁴⁶.

É interessante notar que, para Médici, a Bahia representava uma síntese do Brasil. Em vários aspectos seu discurso aproxima a realidade baiana com a brasileira, seja entre o urbano e rural, o trabalhador do campo ao operário, das ciências à indústria. O mar, o sertão, o recôncavo, a Baía de todos os Santos são tomados como símbolos do estado e do Brasil. Aliás, Médici vai além, equiparando o passado e o presente brasileiro ao baiano. Ali, em terras baianas, estava a síntese do passado nacional e o país do presente, que assistia ao crescimento econômico, que tinha pressa em crescer. Essa pressa, todavia, era acompanhada do culto ao passado. Surge aqui sua primeira, mas não única, referência à preservação dos legados do passado quando afirma que a Bahia era **“a inspiração de várias sínteses de Brasil (...) a síntese entre a colônia quinhentista e a altivez emancipada que juntos estamos construindo”**. A história da Bahia se confunde à do Brasil, pois para o presidente-general ali naquelas terras surgiram os principais ciclos econômicos do passado, como o pau-brasil, açúcar, mineração, pecuária. O passado da Bahia, em suas palavras, conectava-se com a Bahia da “industrialização” e da “petroquímica”²⁴⁷.

Em outro momento, Médici retoma o discurso nacionalista, o ideário cívico-patriótico, quando lembra os grandes eventos históricos do Brasil que ocorreram em terras baianas. Em sintonia com o estudo de Janaína Cordeiro (2012, p. 18), podemos dizer que o regime adotou um discurso nacionalista que se integrava com os heróis, festas cívicas e batalhas nacionalistas de regiões periféricas brasileiras, como o caso do Pará e da Bahia²⁴⁸. Segundo Cordeiro (2012), quando se aproximava a comemoração do

²⁴⁶ Discurso do Presidente Emílio Garrastazu Médici, Salvador, 22 de maio de 1970 (Viana Filho, 1984, p. 117) Trechos extraídos da publicação: Viana Filho, Luiz. Petroquímica e industrialização da Bahia, 1967-1971. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1984, 154 p.

²⁴⁷ Todos os trechos citados diretamente ou indiretamente foram retirados do discurso do Presidente Emílio Garrastazu Médici, O Globo, Salvador, 22/05/1970. Jornal O Globo, 22 de maio de 1970, página 5.

²⁴⁸ Janaina Cordeiro se refere a esses eventos como regionais, contudo, observamos que no meio intelectual da Bahia os eventos como o Dois de Julho e a batalha da independência no estado é a data que melhor define o momento de ruptura com Portugal. Desde o início do século XX, segundo Sousa (2005), o IGHB defende a expulsão dos portugueses da Bahia como o principal evento da autonomia política nacional. Portanto, em vez de regionalista, entendemos essas comemorações e narrativas como

sesquicentenário da independência, no ano de 1972, diversos heróis e batalhas regionais foram comemoradas, a exemplo do Dois de Julho e Joana Angélica na Bahia. Dias (2016) contribui com esta visão, quando revela que “o marco da independência na Bahia tinha um significado especial no imaginário popular e traduzia os mesmos sentimentos edênicos, ufanistas e nacionalistas propagados pela ditadura” e conclui que “concomitantemente, o sentimento que mais unia os baianos era o desejo de crescimento de sua economia e a esperança em seu desenvolvimento” (DIAS, 2016, p. 156-157).

Assim, observamos que o nacionalismo propagado pelos militares estava em sintonia com seus discursos de integração nacional e desenvolvimento regional. Nessa esteira, na Bahia, Médici incorporou os eventos patrióticos baianos em seus discursos nacionalistas, o que mostra uma leitura aproximada daquela realizada pelo Conselho Estadual da Bahia. Assim, ele lembrava que a Bahia foi palco de diversos acontecimentos patrióticos no passado nacional, como a sabinada e o Dois de Julho. Anteriormente, mostramos que em seu discurso Médici lamentou o fato de não ter vindo pela primeira vez ao estado no momento em que se comemorava o Dois de julho.

A História mede a força do Brasil nos braços todos da Bahia: no índio, no negro, na lenha, na cachoeira, no petróleo. Sinto na Bahia a presença do autêntico nacionalismo brasileiro; no repelir as invasões, no despertar do sentimento nativista, nas sabinadas, no Dois de Julho e no defender o interesse nosso, soberano, que plantou e mantém acesas as torres da Petrobrás ²⁴⁹.

Em seu discurso, Médici fez questão de mencionar os seus principais aliados políticos na Bahia: Luiz Viana Filho e Antônio Carlos Magalhães. O primeiro governava o estado naquela data, e o segundo já havia sido escolhido para substituí-lo.

Sinto, por inteiro, nesta hora nova da Bahia, a participação do povo na nova dimensão do progresso, que governantes, como Luiz Viana Filho e Antônio Carlos Magalhães, souberam entender sabendo seguir seu povo. E, vendo a presença da Bahia e sentindo nela a síntese mesma

nacionalistas, tendo em conta que a intelectualidade baiana também esteve imersa nos debates em torno da formação da nação brasileira e dos elementos constituintes de nossa nacionalidade.

²⁴⁹ Discurso do Presidente Emílio Garrastazu Médici, Salvador, Jornal O Globo, 22 de maio de 1970, página 5.

do Brasil, quero dizer à gente desta terra como o meu Governo estende as mãos à Bahia. Meu Governo entende que é seu dever primário aliar seus esforços aos esforços do governo Luiz Viana Filho e do governo que lhe venha a suceder, no sentido de promover o homem, assistindo-lhe a educação, a saúde, o trabalho e a habitação

²⁵⁰

Luiz Viana Filho, que se mostrava um grande entusiasta da “revolução” e do regime instaurado, evidencia em seu discurso o otimismo da elite política conservadora da Bahia com as políticas de desenvolvimento regionais adotadas pelos militares, pelas quais a Bahia e o Nordeste seriam um dos estados e região mais beneficiados. Conforme enfatizou o governador baiano, “graças a essa orientação de trabalho e renovação nos tem sido possível admirável e frutuosa sintonia com os Governos da Revolução” ²⁵¹. Durante a visita de Médici à Bahia, Viana Filho acreditava que o Centro Industrial de Aratu era apenas a primeira etapa da industrialização, pois havia uma expectativa de que a Bahia tornar-se-ia uma potência industrial. Na ocasião, afirmou ainda que “não era segredo que o Presidente trazia uma palavra de apoio às reivindicações da Bahia, e o fato mobilizou a população de Salvador, muito consciente da importância da industrialização, particularmente a petroquímica, para mudar a fisionomia de pobreza que há tanto nos deprimia”. E continua, declarando a Médici que poderia estar seguro “que a Bahia não somente lhe é grata pela decisão tomada numa hora crucial, mas aqui está, pela esmagadora maioria do seu povo, por tudo quanto tem de mais expressivo, para apoiá-lo na continuidade da Revolução” ²⁵².

Nessa esteira, Viana Filho apresenta-se como representante da Bahia para saudar sua chegada naquelas terras. As saudações eram acompanhadas do comprometimento dos baianos às principais pautas da “revolução”, dentre estas a valorização do trabalho e do patriotismo. Para ele, a Bahia, que desde o século XIX vivia sobre a sombra da decadência, enxergava no regime instaurado na “revolução” o caminho para a retomada dos tempos áureos quando figurava entre as principais

²⁵⁰ Ibidem.

²⁵¹ Discurso de Luiz Viana Filho na passagem do Presidente Médici pela Bahia, 22/05/1970 (Viana Filho, 1984, p. 113/114) Trechos extraídos da publicação: Viana Filho, Luiz. Petroquímica e industrialização da Bahia, 1967-1971. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1984, 154 p.

²⁵² VIANA FILHO, 1970. apud VIANA FILHO, 1985, p. 115).

economias do país. No discurso de Viana Filho é nítido o otimismo com o desenvolvimento do estado, assim como o discurso do patriotismo²⁵³.

Além disso, o então governador da Bahia expressa o seu agradecimento e de demais políticos baianos com o apoio do general para com a criação do Polo Petroquímico na Bahia. O referido investimento tornava-se a principal pauta do estado para se consolidar como estado industrial. Com a petroquímica, a Bahia daria continuidade ao seu crescimento, tornando o país mais homogêneo, com menos desigualdades regionais. Segundo Dias (2016), havia forte resistência por parte da elite econômica paulista com a abertura do segundo polo petroquímico na Bahia. Até aquela data, somente o estado de São Paulo contava com esse tipo de polo industrial. Para Viana Filho, o futuro da Bahia estava na indústria, pois “com a petroquímica Vossa Excelência proclamou que a Bahia continuará a se desenvolver para tornar o Brasil mais rico, mais homogêneo, mais unido”²⁵⁴. Mais uma vez, os feitos dos generais são comparados com os acontecimentos que eram rememorados pela ditadura, dentre as quais a abertura dos portos figurava entre as mais importantes. Como lembrou Cordeiro (2012), a ditadura celebrava “datas como a abertura dos portos em 1808 ou o dia do Fico, em nove de janeiro de 1822” (CORDEIRO, 2012, p. 18), na expectativa do sesquicentenário da independência. É o que evidencia na fala de Viana Filho, quando afirma a Médici que “determinando a criação, aqui, do segundo polo petroquímico do País, eu diria apenas que, no futuro, ela será recordada com a mesma dimensão com que hoje celebramos a abertura dos portos, em 1808”²⁵⁵.

Para o político baiano, a Bahia renascia após a revolução, corroborando com as palavras de Médici sobre o Brasil. Graças à “revolução”, a velha Salvador e as regiões mais remotas assistiam o Brasil se renovando por meio do trabalho. Ele descreve assim a empolgação do povo baiano com aquele momento de crescimento e a expectativa com

²⁵³ Discurso de Luiz Viana Filho na passagem do Presidente Médici pela Bahia, 22 de maio de 1970 (Viana Filho, 1984, p. 113) Trechos extraídos da publicação: Viana Filho, Luiz. Petroquímica e industrialização da Bahia, 1967-1971. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1984, 154 p.

²⁵⁴ Ibidem.

²⁵⁵ Discurso de Luis Viana Filho, 22 de maio de 1970 (Viana Filho, 1984, p. 117) Trechos extraídos da publicação: VIANA FILHO, Luiz. Petroquímica e industrialização da Bahia, 1967-1971. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1984, 154 p.

o amanhã²⁵⁶. Há uma clara referência à Bahia enquanto berço da civilização brasileira em sua fala, quando enfatiza que **“os aplausos vindos da velha praça, o mais antigo chão do Brasil, e onde Tome de Souza plantara a nossa civilização, eram o testemunho de que bem interpretava os sentimentos da comunidade baiana, ávida por se libertar da decadência em que mergulhara desde a segunda metade do século anterior”** (VIANA FILHO, 1984, p. 62). Viana Filho se refere ao final de sua fala à decadência econômica e política que o estado adentrou no século XIX, denominado pela intelectualidade regional como enigma baiano²⁵⁷. O otimismo vivido pela Bahia durante o regime, como revela o discurso do político baiano, fez surgir a crença que sua economia retomaria ao posto em que se encontrava de séculos antes, quando figurava como uma das mais ricas províncias brasileiras no período imperial.

Em 1973, Antonio Carlos Magalhães, então governador, em sintonia com Luiz Viana Filho, afirmava que “a Bahia marcha célere para o seu desenvolvimento, oferecendo bem-estar ao seu povo e que o Governo se sente feliz por bem cumprir a sua missão”²⁵⁸. Para ACM, a “revolução” fez nascer uma nova Bahia, contudo, o grande salto que dava o estado era resultado dos dois anos de seu governo. Estava em jogo aqui a capitalização política do longo período de crescimento que viveu a Bahia nos tempos do milagre econômico. Interessa-nos aqui evidenciar o otimismo de Antonio Carlos com a economia baiana. Nessa esteira afirmou:

A Bahia é hoje ponto de atração não só no País, como em outras nações. (...) Nunca a Bahia esteve mais presente no cenário nacional. e não é pelo jogo das palavras, eu muitas vezes criava ilusões, sem preparar o futuro. Não, são os fatos, e com eles os números. (...) nosso Estado que, em futuro bem próximo, alcançará pelo seu trabalho, e com ajuda de Deus, um lugar de destaque na quadra do desenvolvimento que atravessa o Brasil. Se comemoramos este ano os 150 anos da nossa independência política, atingiremos também a

²⁵⁶ Discurso de Luiz Viana Filho na passagem do Presidente Médici pela Bahia, 22/05/1970 (Viana Filho, 1984, p. 113) Trechos extraídos da publicação: VIANA FILHO, Luiz. Petroquímica e industrialização da Bahia, 1967-1971. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1984, 154 p.

²⁵⁷ Sobre o enigma baiano ver (LEITE, 2008).

²⁵⁸ O Globo, 25 de abril de 1973.

independência econômica, graças aos esforços conjuntos do povo com o Governo²⁵⁹.

Anos mais tarde, em 1975, ainda é possível encontrar nos jornais o otimismo de políticos baianos e até de ministros do governo federal com a economia baiana. Para o Ministro do Desenvolvimento Paulo Reis Velloso, responsável pelos programas de grandes investimentos do regime, a Bahia caminhava para se tornar o segundo mais importante polo industrial brasileiro, atrás apenas de São Paulo. Para o Ministro, naqueles anos, a Bahia despontava como a grande promessa da industrialização brasileira, caminhando para se assumir o posto da vice liderança brasileira na produção industrial. O periódico defende que o estado possuía um grande potencial para a abertura de novas indústrias. Somava-se ao CIA a nova promessa de desenvolvimento baiano: o Polo Petroquímico de Camaçari e os distritos industriais pelo interior. A publicação revela igualmente o entusiasmo do então governador Antonio Carlos Magalhães com o crescimento econômico e industrialização do estado.

“até 1980, o Estado da Bahia estará transformado no segundo polo industrial do Brasil”. A afirmação do Ministro do Planejamento, Sr. João Paulo Reis Veloso, ganha corpo a cada ano, pois a industrialização baiana é hoje um processo irreversível, através da consolidação do Centro Industrial de Aratu, implantação do Polo Petroquímico de Camaçari, o segundo do país, e criação dos Distritos Industriais do Interior. Some-se a isto a construção de um novo corredor de exportações – o Porto de Aratu, cuja primeira etapa foi recentemente inaugurada pelo Presidente Geisel. O consumo industrial de energia na Bahia, nos últimos quatro anos, passando de pouco mais de 500.000 Mwh para 1.661.000 Mwh, é o melhor indicador de quanto o Estado cresce no Governo Antonio Carlos Magalhães, na sua arrancada final para o progresso definitivo. A Bahia é hoje uma das melhores alternativas, no País, para a implantação de unidades industriais, porque, além da privilegiada localização geográfica, conta com ampla e diversificada dotação de recursos e com um sistema de escoamento rodoferroviário e marítimo em crescente aperfeiçoamento²⁶⁰.

²⁵⁹ O Globo, 25 de abril de 1973.

²⁶⁰ O Globo, 14 de março de 1975.

Além do discurso que reconhece a primazia da Bahia no processo de formação do Brasil, Médici enaltece as belezas da cultura e das terras baianas. Em suas palavras, a Bahia podia constituir-se não somente como polo de desenvolvimento industrial, mas também como um dos principais centros de turismo do país. Médici anuncia ainda que o governo iria investir na infraestrutura para o desenvolvimento da atividade turística no estado. Observa-se que o patrimônio baiano é elencado como a matéria-prima para o turismo no estado. Nas pedras do Pelourinho e nas construções religiosas de Salvador estavam o caminho para o desenvolvimento da Bahia. É interessante notar que, junto ao patrimônio, o presidente-general aponta determinadas práticas culturais, inclusive de origem africana, enquanto atrações do estado para os turistas.

Quero dizer que os encantos e a cultura desta terra e deste povo não lhes pertencem só, que esses encantos são riqueza que pode fazer mais rico o país, pois o turismo tem aqui um dos seus melhores mananciais. A Bahia pode constituir-se, além do pólo de desenvolvimento que o Centro Industrial de Aratu assegura, em centro de turismo da maior importância. Para isso, disporá o Governo de todo um mecanismo de incentivos, que propiciará recursos para a infra-estrutura indispensável à atração das migrações turísticas. A matéria-prima dessa indústria refinada nós a encontramos nas pedras do Pelourinho, nas Ordens, nas Sés, nos conventos, nos arcos das Sete Portas, na graça dos areais da Barra, nos acordes do berimbau, nas noites do Abaeté, nos desassombros da capoeira, nos sortilégios da terra, no gênio de seus artistas, nos sabores do seu dendê, nos mistérios dos orixás, nos coqueiros de Itapoã e nos mitos do homem comum²⁶¹.

As palavras do presidente general são reveladoras do processo de reivindicação política que emerge na Bahia em favor da preservação do seu patrimônio em plena ditadura civil-militar. Uma vez já problematizada essa questão, podemos observar que o discurso do Médici estava em sintonia com a reivindicação dos políticos conservadores baianos, que tomaram a atividade turística atrelada à preservação de seu patrimônio uma importante alternativa para a economia baiana. O discurso de Médici, favorável ao desenvolvimento do turismo na Bahia utilizando-se de suas riquezas culturais, só

²⁶¹ Discurso do Presidente Emílio Garrastazu Médici, Salvador, 22/05/1970, grifo meu (Jornal O Globo, 22 de maio de 1970, página 5).

reforça nossa leitura de que a reivindicação orquestrada pelas lideranças políticas baianas em prol de recursos para a preservação do patrimônio teve grande apoio do executivo militar, a exemplo da criação do Programa Cidades Históricas em 1973, com o intuito de recuperá-las para o desenvolvimento do turismo na região.

Capítulo III Toda cidade que puder a gente tomba!

Introdução

A preservação das cidades coloniais e de feição colonial da Bahia não ocorreu num curto espaço de tempo. Em vez disso, esse processo de patrimonialização arrastou-se por quase duas décadas e foi se adaptando às demandas políticas e intelectuais de cada momento. Nesse sentido, temos que levar em consideração que o histórico de tombamento dos sítios urbanos da Bahia não era muito animador para aqueles que almejavam os tombamentos de Porto Seguro, Cachoeira, Lençóis, Rio de Contas, Mucugê, Itaparica, Santa Cruz Cabrália, Monte Santo e o centro histórico de Salvador. Além de poucos exemplares de conjuntos tombados até esta data, estes somente ocorreram após uma intensa mobilização de parte da intelectualidade baiana, como vem revelando recentes estudos²⁶². Sendo assim, pretendemos demonstrar, neste capítulo, que a resistência do Dphan em tombiar conjuntos localizados em fronteiras baianas ainda era um fato quando a ditadura civil-militar foi instaurada. Nessa perspectiva, a intelectualidade baiana, que foi ganhando reforços no decorrer destes anos, intenta de diversas formas que um número expressivo de conjuntos seja tombado.

Mesmo assim, nove cidades baianas foram tombadas como patrimônio nacional no fim do regime, mas o número de conjuntos reconhecidos pela intelectualidade baiana superava este quadro, tendo em vista que nem sempre com êxito, pois muitas ficaram pelo caminho, como as cidades de Santo Amaro, Jaguaribe e São Francisco do Conde, localizadas no Recôncavo da Bahia. O conagraçamento desses conjuntos como patrimônio nacional dependia da anuência daqueles que eram responsáveis por tombiar os bens culturais no Brasil: o Dphan. Em outras palavras, nem todas as cidades reconhecidas por seu valor patrimonial pela intelectualidade baiana receberam esse mesmo reconhecimento da intelectualidade que estava à frente do Dphan. Existem duas situações distintas que devem ser sublinhadas: uma determinada elite regional reconhecer o valor patrimonial daquele acervo arquitetônico ali existente, como revelamos no decorrer deste estudo, não quer dizer que fosse o suficiente para que o Dphan chancelasse este reconhecimento. Nesse sentido, este acervo patrimonial

²⁶² Temos como exemplo o estudo de Mattos (2014) sobre o processo de tombamento de trechos do centro antigo de Salvador em 1959.

deveria ser ativado ou declarado seu status de patrimônio, aos moldes da interpretação de Llorenç Prats (1997) e Jean Davallon (2014), respectivamente.

Deste modo, este capítulo tem como intuito se debruçar sobre a reivindicação que ocorreu no 2º Distrito do Dphan da Bahia frente à direção central do órgão no Rio de Janeiro, sobretudo por intelectuais como Godofredo Filho e Fernando da Rocha Peres e outras frentes reivindicatórias que vão surgindo posteriormente, no decorrer da década de 1970. Encontramos na atuação desses diretores regionais uma das principais frentes na ampliação da preservação urbana na Bahia no decorrer destes anos. Além da diretoria regional do Dphan, outros nomes como Paulo Ormino David de Azevedo completa esse grupo de intelectuais que lutavam pela preservação do acervo urbano ali localizado. Assim, à frente do Ipac-Bahia, Azevedo reforça esse processo de reivindicação que estava em curso desde a criação do Conselho Estadual de Cultura e Fundação do Patrimônio e Artístico da Bahia. Pretendemos igualmente compreender a receptividade da diretoria central do Dphan ao pleito da intelectualidade baiana, se atentando para as permanências e mudanças nesses anos.

3.1 Entre a adesão e a recusa: o papel das municipalidades no processo de patrimonialização das cidades baianas na ditadura civil-militar

O Sphan, desde quando instaura os primeiros tombamentos e ações preservacionistas, apresenta uma relação de disputas e tensões com proprietários de imóveis, igreja e municipalidades, conforme revela Márcia Chuva em “Arquitetos da memória”. No caso específico dos poderes municipais, discussão que aqui nos interessa, a historiadora afirma que “na maioria desses conflitos, a argumentação das municipalidades centrava-se num desejo de ‘progresso e prosperidade’, ao qual o Sphan estaria criando impedimentos” (CHUVA, 2009, p. 298). Décadas mais tarde, no processo de patrimonialização das cidades baianas coloniais e de feição colonial, deparamos-nos com episódios que revelam a manutenção do discurso de “progresso” em determinadas municipalidades. Seguindo essa perspectiva, gestores municipais, em certa ocasião com apoio da população local, expressaram uma aversão ao discurso preservacionista. Por outro lado, por se tratar de um momento em que o binômio

patrimônio-turismo surge como a grande promessa de desenvolvimento regional, houve municipalidades que num caminho inverso pleitearam e/ou apoiaram o tombamento dos conjuntos ali existentes.

Nossa escrita está baseada naquela documentação que fora produzida pelo próprio Iphan. Nessa perspectiva, em determinados episódios, alguns representantes do poder municipal se posicionaram em relação à preservação dessas cidades, seja a favor ou contra. Tais indícios permitiram que estendêssemos nossa pesquisa para outras fontes documentais, como as publicações de jornais na época²⁶³, mas houve também aquelas municipalidades que não se manifestaram em nenhum desses espaços de debate. Por esta razão, não podemos enquadrá-las em nenhum grupo já que nem apoiaram nem rejeitaram o discurso preservacionista, considerando-se que a documentação que tivemos acesso não apontou a participação mais ativa de determinadas municipalidades no processo de patrimonialização dos seus conjuntos urbanos e arquitetônicos.

Nesse sentido, podemos afirmar que na patrimonialização de Monte Santo, Itaparica e Santa Cruz Cabralia não encontramos nenhum vestígio que nos fizesse apontar alguma mobilização por parte dos gestores municipais ou de agentes das localidades, seja a favor ou contra os tombamentos. Ao que tudo indica, a mobilização que levou à patrimonialização dessas cidades ocorreu de maneira mais restrita ao campo intelectual baiano, especificamente no Conselho Estadual de Cultura, no programa de Inventário do Patrimônio e Artístico Cultural da Bahia e no corpo técnico do 2º Distrito do Sphan, sediado em Salvador²⁶⁴.

A partir deste momento, nos voltamos agora às municipalidades que se mostraram favoráveis aos tombamentos de seus conjuntos urbanos ou que em algum grau participaram do processo de reivindicação política: Salvador, Porto Seguro e Lençóis. Acreditamos que não seja mais necessário dissertar sobre o caso de Salvador, pois no capítulo anterior revelamos o empenho do campo político conservador na recuperação do seu centro histórico, sobretudo do então prefeito Antonio Carlos

²⁶³ O material aqui analisado abarca tanto os respectivos processos de tombamento, bem como publicações institucionais do IPHAN e reportagens publicadas na imprensa que tivemos acesso tratando desses temas.

²⁶⁴ Vale lembrar que em 1990, o 2º Distrito do Sphan transformou-se na 7ª Coordenação Regional, atual Superintendência do Iphan no Estado da Bahia. Fonte: <http://portal.Iphan.gov.br/ba/pagina/detalhes/1068>, acessado em 11/12/2018.

Magalhães. Embora o objetivo tenha sido refletir sobre os usos políticos do patrimônio do campo político baiano, acabamos por evidenciar que a municipalidade e o governo estadual comandaram o pleito para a conservação do centro antigo da capital baiana, tendo o primeiro estrategicamente tomado a frente desse processo de reivindicação política. Ademais, em grande medida, o discurso preservacionista em torno do Pelourinho acaba impulsionando a proteção dos demais sítios urbanos existentes no interior do estado, considerando-se que o governo estadual busca a interiorização da atividade turística.

Além de Salvador, outras duas municipalidades se mobilizaram em favor da preservação de seus respectivos sítios urbanos: Porto Seguro e Lençóis. Começamos por Porto Seguro, tendo em conta que aquela municipalidade já pleiteava o tombamento do conjunto colonial ali existente desde a década de 1950.

Rinaldo Leite (2006) revela que desde a década de 1920 há um esforço da intelectualidade baiana em incorporar o evento do descobrimento ao discurso regionalista que associava a Bahia ao berço da civilização brasileira, “o princípio de tudo”. Como exemplo cita a fala de Bernardino José de Souza, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que enalteceu o fato de ter sido “terras da Bahia” onde “descobriu o Brasil” e onde “brilhou primeiro a civilização ocidental” (LEITE, 2006, p. 47. Apud SOUZA, 1928). Já Leila Bianchi Aguiar (2001) sustenta que “a partir de 1930” houve “uma maior atenção por parte do governo brasileiro ao município, inclusive com a organização de uma Comissão, supervisionada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, encarregada de erigir um monumento em Porto Seguro em homenagem à descoberta do Brasil” (AGUIAR, 2001, p. 64). Em relação ao acervo patrimonial da localidade, Aguiar comenta que desde 1939 havia o contato da prefeitura de Porto Seguro com o Sphan, quando “os prefeitos buscavam, sobretudo autorização para efetuar obras nas construções mais antigas, auxílios financeiros para realizar obras de recuperação ou a proteção do que consideraram importantes obras constitutivas do patrimônio histórico e artístico nacional” (Ibidem, p. 65). Mas assim como nós, Aguiar encontra em finais da década de 1950 o momento em que emerge o pleito para o tombamento de Lençóis.

Em 1º de outubro de 1957, o prefeito Adelar Maria de Andrade envia uma correspondência a Clóvis Salgado, Ministro de Educação do Governo Juscelino Kubitschek, intercedendo pela proteção da parte alta da cidade. Logo no início do texto enaltece: “**Porto Seguro, berço da nacionalidade**, apesar de fazer parte do primeiro capítulo da História do Brasil, pois êste rincão ostenta os brasões agalardoados da sacrossanta epopeia do ano de 1.500, vive até aqui unicamente de acalentar uma tradição”²⁶⁵. Em seguida, após descrever detalhadamente os monumentos mais notáveis que compõem “o cenário colonial desta cidade de Porto Seguro”²⁶⁶, Andrade conclui que:

Pela singeleza do relato que acabo de fazer com referência ao valioso patrimônio que abriga a cidade de Porto Seguro, sente-se que nem sequer tem sido cuidado de sua proteção, o que me urge solicitar do preclaro Presidente Juscelino Kubitschek e de V. Excia [Clóvis Salgado]. o devido amparo, para êsse marco de nossa tradição histórica. Certo de que V. Excia. sabedor, agora, de tal situação em que os mesmos se acham, tomará as providências para avivar e não deixar e desaparecer tão valiosos monumentos²⁶⁷.

Conforme já dito, o processo de Porto Seguro não tem continuidade nesses anos, voltando à pauta apenas uma década mais tarde, quando a ditadura já havia sido instalada no país. Antes de falarmos sobre a retomada da pauta preservacionista pela municipalidade, temos que contextualizar que o regime indicou um interventor para a prefeitura de Porto Seguro. Contudo, o processo do Iphan e os jornais da época fornecem apenas alguns detalhes sobre a decisão dos militares. Uma das poucas informações encontradas na documentação mencionada indica que o prefeito da cidade

²⁶⁵ Carta do prefeito Adelar Maria de Andrade endereçada ao Ministro da Educação Clóvis Salgado, enviada do gabinete da prefeitura Municipal de Porto Seguro (Processo de tombamento de Porto Seguro: 0800-T-68, p.42, Iphan).

²⁶⁶ Vale a pena ressaltar que o prefeito se referia as construções localizadas na cidade alta, justamente onde se localizava o trecho mais antigo da Porto Seguro colonial. Tempos depois a cidade cresceu na parte mais baixa, ao lado da praia.

²⁶⁷ Ibidem, p.44/45.

Arnaldo Moura Guerrieri, em meados de 1966, fora substituído pelo interventor Jonathas da Rocha Ribeiro, 1º Tenente da Reserva Naval do Brasil²⁶⁸.

Assim, em novembro de 1966, a prefeitura de Porto Seguro – sob o comando do interventor – produz um relatório para a presidência da República que parece indicar que a intervenção seria a ineficácia da administração anterior. No material, afirma-se que “a verdadeira situação em que se encontra Porto Seguro é de impressionante caos”²⁶⁹. Nesse caso em específico devemos por em suspensão essa leitura, uma vez que no regime ditatorial um quadro expressivo de prefeitos fora cassado por perseguições políticas²⁷⁰. Na época, não encontramos na imprensa nenhuma menção sobre o episódio, portanto, não sabemos se o afastamento de Arnaldo Guerrieri soma-se aos casos citados pelo historiador.

A intervenção nos interessa por uma razão: foi neste momento que a pauta do tombamento da cidade voltou a desenrolar-se no Iphan, a pedido do grupo político indicado pelo regime. É o que podemos constatar no relatório produzido pelo interventor militar. Nele, a municipalidade, após descrever a situação fiscal, econômica e estrutural em longas páginas, nas considerações finais pleiteia a elevação de Porto Seguro em território nacional ou cidade-museu. No trecho em questão, o grupo intervencionista diz a Castelo Branco que:

Ante o quadro de abandono que contemplamos, pelos crimes cometidos por tantos maus brasileiros, nós imbuídos dos mesmos ideais de V. Exa. lembraríamos a hipótese de se transformar PORTO SEGURO em TERRITÓRIO NACIONAL, Cidade-Museu, com verbas próprias, porque somente assim, ficaria livre dos crimes que durante tantas décadas tem sofrido²⁷¹.

²⁶⁸ A informação encontra-se no “Termo de posse e transmissão do cargo de interventor de Porto Seguro”, anexada ao processo de tombamento de Porto Seguro (Processo de tombamento de Porto Seguro: 0800-T-68, p.15, Iphan).

²⁶⁹ Não é possível apontar quem produziu o relatório, tendo em vista que a assinatura é ilegível e não consta abaixo o nome do autor. Assim, vamos nos referir a intervenção da municipalidade como autor do texto ali existente (Processo de tombamento de Porto Seguro: 0800-T-68, p.30, Iphan).

²⁷⁰ Conforme José Dias, logo após o golpe civil-militar, “prefeitos como Virgildásio Senna “em Salvador”, Francisco Pinto “em Feira de Santana”, Murilo Cavalcante “em Alagoinhas”, José Pedral “em Vitória da Conquista”, se somam a tantos outros que viveram a experiência da perseguição, da cassação e do dano aos direitos políticos nesse período tenebroso” (DIAS, 2009, p. 70)

²⁷¹ Reproduzimos o texto tal como consta no relatório (Processo de tombamento de Porto Seguro: 0800-T-68, p.40, Iphan).

Diante do texto, somos levados a crer que a elevação a que se refere o documento seria aos moldes do decreto presidencial que até aquela data havia consagrado Cachoeira como Monumento Nacional. Observa-se ainda que a escrita solicitava que a possível elevação a território nacional condicionava sua gestão à indicação direta do Presidente da República. Em outras palavras, a escolha do comando municipal de Porto Seguro ficaria sempre a cargo do presidente-militar. Quiçá, o grupo interventor pleiteasse algo similar ao processo de escolha dos prefeitos das capitais estaduais. Vale a pena lembrar que uma ideia similar circulou no campo intelectual conservador ligado ao regime. Em 1971, a Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Conselho Federal de Cultura chegou a debater uma proposta de Afonso Arinos, que consistia em um “anteprojeto de Lei visando a que os prefeitos das cidades monumentos fossem nomeados, a exemplo do que sucede naquelas consideradas de interesse para a segurança nacional”²⁷². Nesse sentido, o anteprojeto do CFC, que não seguiu adiante, sugeria que as cidades decretadas monumento nacional fossem geridas por prefeitos indicados pela presidência militar.

O texto do interventor sugere o descaso dos antigos prefeitos com o acervo patrimonial da cidade, pois afirma que “o que não é possível é deixar-se à sanha das vaidades dos maus políticos o Patrimônio Histórico, o museu vivo da pátria que é, em verdade, o berço do Brasil – PORTO SEGURO”. Outro aspecto defendido é que a intervenção permanente permitiria um controle maior sobre o conjunto colonial, tendo em conta que “é ao Governo Federal que compete a guarda das relíquias da Pátria e ao culto das coisas e dos mares do passado, como à semelhança do que se tem feito em outros países das Américas, de referência a cidades idênticas, considerando-as Território Federal ou Parque Nacional”²⁷³.

Já em Lençóis, a atuação da municipalidade se deu de forma diversa que a de Porto Seguro. Além de ter sido um pouco mais tarde, a mobilização em Lençóis se esboçou primeiramente num movimento comunitário, para somente depois se institucionalizar no poder municipal, é o que defende o estudo de Liziane Peres Mangili

²⁷² Boletim do Conselho Federal de Cultura, Ano 1, nº 2, abril/junho de 1971, p. 151.

²⁷³ Relatório da Interventoria Federal de Porto Seguro, endereçada a Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco da República (Processo de tombamento de Porto Seguro: 0800-T-68, p. 40, Iphan).

(2015²⁷⁴). Senilde Alcântara Guanaes (2006) sustenta a mesma visão de Mangili, evidenciando o papel da população local e missionários estadunidenses na emergência do discurso preservacionista na cidade oitocentista. As duas autoras apontam a participação dos voluntários estadunidenses do movimento Peace Corps (Corpo da Paz), que chegaram à localidade entre 1965 e 1973, como fator determinante para a emergência do discurso preservacionista em Lençóis. De acordo com Guanaes, “a presença dos voluntários do Peace Corps em Lençóis foi solicitada pelo prefeito da cidade na ocasião: Olímpio Barbosa Filho” (GUANAES, 2006, p.95). A ação dos voluntários tinha como finalidade “pensar em soluções junto com a comunidade para reerguer a economia local e recuperar a cidade” (MANGILI, 2015, p.94). Com esse intuito, os voluntários impulsionaram a criação do Movimento Criatividade Comunitária (MCC), que, dentre outras ações, se empenhou em promover a atividade turística e transformar Lençóis em “monumento nacional”.

No entanto, diferente de Guanaes, Mangili esmiúça mais a fundo o processo de patrimonialização de Lençóis, tanto que analisa os desdobramentos da reivindicação no cenário estadual e nacional, dentre os quais destaca a participação do movimento preservacionista no II Encontro dos Governadores – realizado na Bahia –, onde se tornaram representantes do poder municipal no conclave. Ali, segundo ela, receberam apoio de intelectuais como Godofredo Filho e Pedro Calmon. Em síntese, Mangili revela que o pleito pelo tombamento de Lençóis envolveu a população local (entre eles residentes estrangeiros), Walfrido Moraes, a prefeitura de Lençóis, e o corpo técnico do Iphan, mas põe em evidência a participação popular, o que considera o primeiro movimento preservacionista com esse aspecto no Brasil.

Nesse sentido, por meio do texto de Manzili (2015) e da documentação do tombamento de Lençóis, podemos identificar o notório apoio do poder local ao movimento preservacionista. É o que podemos concluir através da declaração do prefeito Joaquim Pereira de Macêdo enviada ao Ministro da Educação e Cultura, Jarbas

²⁷⁴ Vale lembrar que a escrita de Mangili (2015) abarca tanto a batalha pela preservação da cidade quanto ao período posterior, atravessando as décadas seguintes. Contudo, interessa-nos aqui o primeiro momento de sua análise, quando levanta observações cruciais sobre a consagração de Lençóis como patrimônio nacional.

Passarinho, na época em que o discurso patrimonial ganha força em Lençóis. No documento em questão, Macêdo relata a Passarinho que:

O poder executivo de Lençóis, que abaixo assina a presente, ao tomar conhecimento da iniciativa que um grupo abnegado de cidadãos – filhos desta terra uns, e outros aqui residentes – leva a efeito no sentido de sejam preservadas, resguardados, mantidos e propalados todos os faustos de nosso passado pleno de heroísmo, cultura e labor, e, considerando ser um dever precípua do Poder Público apoiar, incentivar e aplaudir, de todas as formas, medidas que tais; Considerando que a própria Constituição Federal (parágrafo único do art. 180 da Emenda nº 1) estatui norma que visa, com justiça esta preservação; Considerando, ainda, que aquele que despreza seu passado não tem direito ao futuro pelo desamor nessa atitude manifesto; considerando, por fim, que o passado de Lençóis através de sua história e de seus monumentos erigidos no mais puro estilo colonial, de par com suas paisagens miríficas e eternamente sugestivas, podem constituir fonte perene de riqueza através da exploração racional da Indústria Turística, resolve e, resolvendo, dá sua integral e irrestrito apoio a esta plêiade de criaturas que visa só exclusivamente, o bem-estar de nosso povo e o futuro desta terra, que antevemos brilhante e promissor.²⁷⁵

Dessa forma, o poder municipal se junta ao movimento preservacionista e reforça a reivindicação pela preservação da cidade oitocentista junto à elite militar que estava no poder e era defensora do patrimônio nacional. É necessário fazer uma ressalva: de acordo com Manzili, houve resistência em relação à patrimonialização de Lençóis. Embora naquela cidade o discurso preservacionista tenha ganhado respaldo e o apoio geral da população e da municipalidade, Manzili (2015), por meio do estudo de Francisco Brito (2005), relata que houve um movimento de resistência frente ao tombamento. A resistência manifesta-se em “famílias mais tradicionais da cidade, que detinham o poder, viam a possibilidade de entrada do turismo como uma ameaça ao controle que tradicionalmente exerciam” (MANGILI, 2015, p. 104).

No que se refere a Cachoeira não há nenhuma documentação no órgão que aponta o pleito do poder municipal para que o regime a elevasse a monumento nacional, ou seja, não localizamos uma mobilização da prefeitura ou população em favor da

²⁷⁵ Correspondência de Joaquim Pereira de Macêdo endereçada ao Ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho, Lençóis, 31 de maio de 1971 (Processo de tombamento de Lençóis: 0847-T-71, p. 4).

preservação. Contudo, o *Jornal do Brasil*, numa publicação de 19 de janeiro de 1971, revela o entusiasmo da população e do representante do poder local com a notícia da elevação da cidade a monumento nacional. De acordo com a reportagem:

A transformação da cidade de Cachoeira em monumento nacional, por decreto do presidente Médici, fez renascer na população do município a esperança de um dia ver a cidade voltar ao apogeu e esquecer a definição popular que considera Cachoeira como “a cidade do já foi”. A população recebeu a notícia com contentamento, mas sem surpresa pois o decreto era esperado desde que o governador Luis Viana Filho transformou a cidade em patrimônio histórico do Estado. O prefeito da cidade, Julião Gomes dos Santos, afirmou que a medida presidencial “faz renascer as esperanças da cidade”²⁷⁶.

Fica notório que o entusiasmo era com a possibilidade de a cidade receber investimentos do governo federal para melhorar a estrutura urbana e turística da cidade, que até aquela data sofria com as enchentes do Rio Paraguaçu e possuía apenas dois hotéis para receber os parques visitantes que ali chegavam²⁷⁷. Nesse sentido, assim como Lençóis, a esperança de se tornar um importante destino turístico no estado levou a população e poder local a apoiar a decisão que outorgava a salvaguarda do seu conjunto. Entretanto, apesar da recepção favorável, não podemos afirmar que os políticos e a comunidade participaram do processo de patrimonialização da cidade. Assim como ocorreu com Monte Santo, Itaparica e Santa Cruz Cabralia, a elevação de Cachoeira a monumento nacional foi resultado de uma mobilização do campo intelectual baiano, que contou com o protagonismo dos membros do Conselho Estadual de Cultura e apoio do Conselho Federal de Cultura.

Em linhas gerais, pode-se concluir que as municipalidades de Salvador, Porto Seguro e Lençóis não somente foram entusiastas, mas em grande medida contribuíram para que seus respectivos conjuntos fossem sacralizados como patrimônio nacional. Em ambos os casos, o principal interesse do poder municipal na proteção do patrimônio urbano estava à expectativa com o desenvolvimento do turismo naquelas localidades, no

²⁷⁶ *Jornal do Brasil*, “Cachoeira na Bahia crê em novo apogeu com ato que a torna monumento nacional”, 19 de janeiro de 1971, 1º Caderno, p. 18.

²⁷⁷ Os dados sobre os hotéis existentes em Cachoeira encontram-se numa outra reportagem do *Jornal do Brasil*, 17 de dezembro de 1969. A reportagem data de um mês antes da citada anteriormente. Ou seja, ela foi publicada antes de Cachoeira ser decretada monumento nacional, que ocorreu em 13 de janeiro de 1971.

caso de Salvador, de sua ampliação. Evidencia-se assim, que o discurso preservacionista associado à atividade turística circulou não somente num grupo mais restrito às lideranças baianas como também esteve presente na agenda política de prefeitos de cidades do interior do estado.

De toda maneira, a circulação dessas ideias preservacionistas chegou a lugares distantes da centralidade política estadual. Todavia, nem sempre foi aceita e adotada por políticos que comandavam os municípios que figurava entre os candidatos a receberem o título de cidade histórica nacional. Com efeito, nem mesmo a promoção da atividade turística e do suposto desenvolvimento local estimulou algumas municipalidades a aderirem o discurso preservacionista. Esse é o caso de Rio de Contas e Mucugê, ambas localizadas na Chapada Diamantina.

Embora o processo de Rio de Contas tenha sido aberto em 1972, os conflitos do poder municipal com sua candidatura a patrimônio nacional tardaram para se manifestar. No pedido de tombamento solicitado por Godofredo Filho, fora anexado o estudo do arquiteto Fernando Leal sobre a cidade colonial. Nele, Leal afirma que recebeu apoio de um grande número de moradores da cidade para a realização daquele trabalho, dentre as quais destaca Zeferino Alves Farias, prefeito de Rio de Contas. Apesar disso, não fica claro em nenhum momento que a população da localidade apoiava o tombamento em si do conjunto urbano e arquitetônico em sua integridade, tampouco do poder local.

É interessante notar que anos mais tarde, em 1978, Zeferino Alves Farias, um daqueles que supostamente havia contribuído para o estudo de Fernando Leal, demonstra uma visão contrária em relação ao tombamento do sítio urbano. O documento que nos induz a essa interpretação encontra-se no processo de tombamento de Rio de Contas. Trata-se de uma correspondência de Fernando Peres, diretor da regional Bahia, enviada ao diretor geral do Iphan, Renato Soeiro, informando que o arquiteto Paulo Ormino de Azevedo havia lhe encaminhado uma denúncia a respeito de uma ação intervencionista da prefeitura de Rio de Contas naquele sítio urbano. No comunicado, Azevedo informa que:

Através de um dos nossos colaboradores do IPAC-BA, que acaba de voltar da Chapada Diamantina, tomei conhecimento que o prefeito de Rio de Contas, com o propósito de imprimir à velha cidade o ritmo de progresso que anima outras cidades sertanejas, pretende doar parte da Pr. Coronel Rodrigues Lima para construção de uma agência bancária. (...) o prefeito de Rio de Contas solicitou aos estudantes do Projeto Rondon a elaboração de um incrementado projeto para a referida praça. Segundo o plano, recentemente apresentado, o aprazível terreiro gramado daria lugar a pistas para veículos e pedestres, quadras de esporte, parque de recreação infantil e um indefectível coreto de concreto armado²⁷⁸.

Ao final, Azevedo cobra medidas do Iphan regional, sugerindo que Peres encontrasse “uma fórmula de persuadir o nosso dinâmico prefeito de que este não é exatamente o tipo de progresso que necessita a velha cidade-monumento”²⁷⁹. Como se vê, o conflito entre o órgão e a municipalidade de Rio de Contas estava posto. Poucos meses depois, Renato Soeiro envia um telegrama ao prefeito de Rio de Contas cobrando providências quanto às referidas ações da prefeitura municipal. No documento, Soeiro diz que:

Estando em curso [o] processo de tombamento [de] tombamento [do] Conjunto Urbanístico et Arquitetônico dessa cidade (...) cuja ultimação depende [da] homologação [do] Senhor Ministro da Educação et cultura (...) encareço vossas providências [no] sentido [de] não autorizar nenhuma demolição destruição ou mutilação [de] qualquer elemento do referido Conjunto (...) assim como nenhuma obra que importe alterar fisionomia [do] mesmo Conjunto (...) tudo em conformidade [com a] legislação protetora [do] patrimônio histórico et artístico nacional²⁸⁰

Cerca de dois meses depois, Zeferino Alves Farias envia, para o Iphan, uma carta endereçada a Fernando da Rocha Peres. No entanto, na correspondência, o prefeito de Rio de Contas não tece nenhum comentário que fizesse alguma alusão às

²⁷⁸ Correspondência de Paulo Ormino de Azevedo (Secretaria da Indústria e Comércio, Coordenação de Fomento ao Turismo) endereçada a Fernando da Rocha Peres (chefe do 2º Distrito do IPHAN), Salvador, Bahia, 22 de fevereiro de 1979 (Processo de Tombamento de Rio de Contas, 0891-T-73, p. 51).

²⁷⁹ Ibidem.

²⁸⁰ Telegrama de Renato Soeiro (diretor geral do IPHAN) endereçado ao prefeito de Rio de Contas Bahia, 6 de março de 1979 (Processo de Tombamento de Rio de Contas, 0891-T-73, p. 52). Por se tratar de um telegrama as proposições são inexistentes. Diante disso, acrescentamos algumas proposições para deixar o texto mais fluido. Assim, lembramos que todas as proposições com colchetes foram por nós adicionadas.

intervenções mencionadas pela equipe do Ipac-Bahia. Nessa perspectiva, Farias diz que “diante da reação negativa por parte dos habitantes de nossa cidade, em decorrência do tombamento, talvez por falta de melhores esclarecimentos da verdadeira filosofia desse Instituto”, solicita ao órgão que promovesse “uma reunião com o povo, com os com os seus representantes na Câmara. Srs. Vereadores, a fim de prestar informações, atender perguntas (...) mostrando o objetivo do patrimônio histórico”. Deste modo, sua fala evidencia a apreensão da municipalidade diante do tombamento que estava em curso, mas ao mesmo tempo dispunha-se ao diálogo com o órgão federal para esclarecer à comunidade aquilo “que é possível ser feito em termos de melhoramentos, quais os benefícios que poderão surgir e também os deveres de cada um”²⁸¹.

No entanto, pouco tempo depois, ao responder o prefeito, Fernando Peres acaba se esquivando de seu pedido. Nela, Peres informa a Farias que o órgão já havia dado “os esclarecimentos necessários, ao nível de competência e da responsabilidade das autoridades municipais, mediante os nossos ofícios nº 378/79 e 405/79”. Nesse episódio, parece que a diretoria regional do órgão não teve interesse em dialogar com o poder municipal e com a população rio-contense. Pelo que tudo indica, a ação do Iphan surtiu efeito em Rio de Contas, pois se encerra após a mensagem de Peres a disputa em torno da possibilidade de intervenções da prefeitura municipal.

Àquela altura, quando ocorre a tensão entre aquela municipalidade e o órgão, o Conselho Consultivo do Iphan já havia votado por unanimidade, acompanhando o voto do relator Gilberto Ferrez. Sendo assim, no transcorrer do episódio, o tombamento do conjunto urbanístico e arquitetônico de Rio de Contas aguardava a homologação do Ministro da Educação e Cultura, ato que somente validou-se em 25 de março de 1980, com a assinatura de Eduardo Portella²⁸².

Naqueles anos, os ventos do “progresso” e o discurso patrimonial não chegaram apenas em Rio de Contas. Ali próximo, em Mucugê, localizada igualmente na

²⁸¹ Correspondência de Zeferino Alves Farias (prefeito municipal de Rio de Contas) endereçada a Fernando da Rocha Peres (chefe do 2º Distrito do IPHAN), Salvador, Bahia, 25 de maio de 1979 (Processo de Tombamento de Rio de Contas, 0891-T-73, p.58).

²⁸² A lei em questão é referente ao Art. 1º O tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), previsto no [Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6292.htm), dependerá de homologação do Ministro de Estado da Educação de Cultura, após parecer do respectivo Conselho Consultivo. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6292.htm, acessado em 19/12/2018.

Chapada Diamantina, a municipalidade e a população reagem negativamente diante da proposta de tombamento do seu conjunto urbano e arquitetônico. Na década de 1970, depois de quase um século após o fim da extração de diamante, a agricultura surgia como uma promessa de desenvolvimento de Mucugê²⁸³. Diante disso, o Banco do Brasil encontra ali uma oportunidade de expandir suas agências pelo interior do estado.

Ao mesmo tempo, em finais de 1970, o Inventário de Proteção do Acervo Cultural passa a pesquisar e documentar o conjunto urbano e arquitetônico de Mucugê. E conforme já visto, o programa estava associado a uma política de interiorização do turismo por parte do governo baiano. Não por acaso, para a Bahiatura a principal atração da Chapada Diamantina era justamente as “cidades históricas” e/ou “cidades coloniais” e suas atrações naturais em seu entorno²⁸⁴. Todavia, dois sobrados localizados na cidade oitocentista estavam no meio do caminho desse projeto de desenvolvimento do governo estadual. E é justamente em torno desses dois sobrados que desenvolve a disputa entre a gestão municipal, com discurso de “progresso” e a consequente ruptura com o passado, e a gestão estadual, no qual o “progresso” regional estava justamente na defesa e uso das riquezas do passado.

Em 28 de dezembro de 1977, Fernando da Rocha Peres, diretor regional do Iphan na Bahia, envia para Renato Soeiro uma correspondência intitulada “Solicite Proteção de sobrados do acervo arquitetônico de Mucugê (Chapada Diamantina - Bahia)”. No texto, Peres informa ao diretor geral do Iphan que Paulo Ormino de Azevedo, no desenvolvimento dos trabalhos do Ipac-Bahia, denunciava a destruição sistemática do patrimônio cultural da Bahia “e mais particularmente, no presente caso, do aspecto tradicional da cidade de Mucugê”²⁸⁵. Peres adianta que a questão envolvia a pretensão do Banco do Brasil de construir uma agência na cidade, mas é o arquiteto que

²⁸³ Atividade que de fato desenvolveu após a década de 1970. Atualmente, Mucugê é um dos maiores produtores de batata e tomate da Bahia. Destaca-se também a produção de café especial, sendo alguns premiados a nível internacional. O município ainda produz uva, cebola, repolho, abóbora e pimentão.

²⁸⁴ Lembrando que as cidades de Rio de Contas, Mucugê e Lençóis são sempre representadas como cidades coloniais no discurso turístico. Rio de Contas é a única cidade que pode ser atribuído esse conceito, pois de fato fora construída no século XVIII, assim como seu conjunto apresenta o colonial como estilo arquitetônico predominante. Podemos tomar tal discurso como uma estratégia da Bahiatura em valorizá-las enquanto cidades históricas.

²⁸⁵ Correspondência de Fernando da Rocha Peres (Diretor regional do 2º Distrito do IPHAN) a Renato Soeiro (diretor do IPHAN), Salvador, 28 de dezembro de 1977. Assunto: Solicito proteção de sobrados do acervo arquitetônico de Mucugê (Processo de Tombamento de Mucugê, 0974-T-78, p. 4).

dá maiores detalhes sobre o caso²⁸⁶. De acordo com Azevedo, “o Banco do Brasil acaba de descobrir Mucugê e resolveu tirá-la de seu quase secular paradeiro. Para isto acaba de adquirir dois excelentes sobrados que deverão ser demolidos para em seu lugar nascerem a moderna agência bancária e a residência de seu gerente”²⁸⁷. Ao que tudo indica, a agência já havia se instalado na localidade, no entanto, estava provisoriamente funcionando em um casarão alugado pela instituição.

Após a denúncia, o órgão federal tratou de convencer o Banco do Brasil de desistir da construção da agência e da casa do gerente para evitar a derrubada das edificações com valor cultural. Deste modo, em contato com o banco, o Iphan recomendou que este fizesse a “restauração e adaptação daqueles imóveis para as necessidades previstas”. Pouco tempo depois, a intervenção do Iphan teve resultado, pois ocorreu a “anuência por parte do banco”²⁸⁸, evitando desta maneira o perigo de demolição dos sobrados. Diferentemente de Rio de Contas, porém, o problema em Mucugê se estendeu por um longo tempo e teve outros desdobramentos, isso porque, ao contrário do governo estadual²⁸⁹ e do quadro técnico-intelectual do Iphan, a municipalidade e a população de Mucugê ansiavam pelo progresso do qual o Banco era um símbolo.

A decisão do banco desencadeou o evento mais emblemático do processo de patrimonialização das cidades baianas na época da ditadura: a derrubada dos sobrados. Num estudo anterior, quando nos debruçamos sobre a patrimonialização de Mucugê, relatamos que a municipalidade e a população local:

Perceberam no tombamento uma barreira para eventuais mudanças que a cidade precisava naquele momento para o desenvolvimento. A rejeição ficou evidente após a decisão do Banco do Brasil em não demolir os casarões. Segundo relatos orais um oficial da justiça leu em

²⁸⁶Na ocasião, Peres anexou em sua correspondência a Renato Soeiro o relato que havia recebido de Paulo Ormino de Azevedo.

²⁸⁷ ²⁸⁷ Correspondência de Paulo Ormino de Azevedo (Secretaria da Indústria e Comércio, Coordenação de Fomento ao Turismo) endereçada a Fernando da Rocha Peres (Diretor regional do 2º Distrito do IPHAN), Salvador, Bahia, 25 ou 29 de novembro de 1977 (Processo de Tombamento de Mucugê, 0974-T-78, p. 6).

²⁸⁸ Boletim do IPHAN, 1980, p. 16.

²⁸⁹ Sendo representado pela equipe do Ipac-Bahia.

praça pública a resolução que desapropriava os casarões por parte da prefeitura. Após esse ato, os moradores não sabem ao certo se ocorreu um equívoco entre as palavras demolição e desapropriação, ou se a ação em si incitou a população a derrubar o sobrado. Feito tal leitura, os moradores com picaretas, entre outras ferramentas na mão, incluindo mulheres, crianças, idosos e adultos, começaram a demolir o sobrado e o casarão ao lado, onde funcionava o antigo cinema de Mucugê. O calar da noite tão característico da pacata Mucugê deu lugar ao barulho provocado pela destruição, que só chegou ao fim no outro dia pela manhã, após um trator por no chão o pouco que restava das edificações oitocentistas. Essa ação final foi motivada pela preocupação dos moradores em se machucarem devido ao estado que se encontrava os escombros (BRITO, 2013, p. 92).

O tema é tratado em duas publicações jornalísticas, do Estado de São Paulo, de 8 de maio de 1980; e da Folha de São Paulo, de 07 de setembro de 1980, que aqui serão analisadas sequencialmente. A reportagem do Estadão tem como autor Demóstenes Teixeira, da Sucursal Salvador. Teixeira não detalha a opinião da comunidade local sobre o tombamento, afirmando que **“de modo geral, a população está indiferente ao tombamento e a maioria sequer sabe o que significa ou que benefícios poderá trazer para a cidade”**²⁹⁰. Contudo, em outro momento o jornalista parece descrever o significado daquele casario oitocentista para a comunidade. Em suas palavras, “o casario e os sobrados da cidade, (...) continuam intactos e a maioria, relativamente em boas condições. Mas para os atuais habitantes, não são símbolos da riqueza e opulência do ‘Ciclo do Diamante’, mas sim da miséria que abateu sobre a cidade”²⁹¹. Se levarmos em conta o episódio da derrubada dos sobrados, mostra-se coerente a visão negativa da população em relação ao casario oitocentista apresentada pela publicação.

Essa visão é compartilhada pelo prefeito de Mucugê, Antonio Carlos Medrado. À imprensa, Medrado deixa claro no texto seu posicionamento em relação à patrimonialização daquele conjunto, quando alegou que **“o tombamento da cidade é a pior coisa que pode acontecer a Mucugê, pois só vai trazer aborrecimentos para a população”**. A publicação relata que os migrantes que deixaram a cidade no extenso período de decadência econômica estavam voltando “não para arriscar a sorte no garimpo, mas para trabalhar nas lavouras de café, batatinha e alho, as novas riquezas do

²⁹⁰ “Mucugê, o patrimônio e a perspectiva de tombamento”, Demóstenes Teixeira, O Estado de São Paulo, Sucursal Salvador, 3 de agosto de 1980, p. 48.

²⁹¹ Ibidem.

município”. Informa ainda que, na opinião do prefeito, a atividade agrícola era responsável **“pelo desenvolvimento da cidade que agora o SPHAN quer dificultar com esse tombamento sem razão”**²⁹².

No texto, Medrado questionou igualmente o discurso do governo estadual de que o turismo seria um vetor de desenvolvimento para o município, expondo que conhecia “algumas cidades tombadas, pelo Patrimônio Histórico, como Lençóis e Cachoeira, aqui na Bahia, que pararam no tempo. O turismo não lhes deu nada e elas economicamente estão falidas”. Junto a isso, questiona o valor patrimonial do acervo arquitetônico, indagando:

Agora pergunto: quem seria capaz de viajar 450 quilômetros, de Salvador, 92 deles em estrada de barro, para visitar esses casarões velhos e feios? Se o numero de turistas, em Lençóis e Cachoeira, que são mais próximas e mais importantes, é insignificante, imagine o que sobrar para nós²⁹³.

Vale lembrar que Medrado aborda sobre a questão do Banco, mas de forma discreta, limitando-se a dizer que “caso o Ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portella, homologue o tombamento do SPHAN” haveria a interrupção do desenvolvimento de Mucugê, levando em consideração que prejudicaria a “ampliação da agência do Banco do Brasil e a instalação de uma empresa de mineração”²⁹⁴ em Mucugê.

A publicação da Folha de São Paulo acaba reproduzindo a mesma fala que Antonio Medrado concedeu ao Estadão²⁹⁵, mostrando o descontentamento da municipalidade com o tombamento do conjunto oitocentista. Mesmo assim, o texto de Ernani Bruno traz elementos novos sobre as disputas travadas em torno da patrimonialização de Mucugê. Diferentemente de Teixeira, que apresenta a perspectiva de Mucugê com o tombamento, o texto de Bruno faz uma dura crítica ao discurso antipreservacionista da municipalidade, defendendo que “o conceito atual de preservação cultural não implica em sufocar as atividades econômicas de qualquer

²⁹² Ibidem.

²⁹³ Ibidem.

²⁹⁴ Ibidem.

²⁹⁵ A reprodução das falas de Antonio Medrado na reportagem da Folha de São Paulo são exatamente as mesmas que as existentes na publicação do Estado de São Paulo.

comunidade”. Em sua fala, o autor questiona o argumento de Medrado sobre a inviabilidade da atividade turística em Mucugê, alegando que o patrimônio deve ser preservado independente de gerar ou não fins lucrativos. No texto não encontramos nenhum comentário especificamente sobre a derrubada do sobrado, contudo, ao final do texto, o jornalista faz a seguinte observação que parece descrever o episódio ocorrido em Mucugê:

Então – provavelmente – de raiva – os administradores locais ou regionais exercem o seu dinamismo ordenando que as picaretas do progresso desabem sobre aquelas velharias que, com sua presença acintosa, estão impedindo que ali o desenvolvimento e a riqueza. A curto, médio e longo prazo²⁹⁶

Diante do que fora apresentado, podemos sustentar que as municipalidades participaram ativamente do processo de patrimonialização das cidades baianas ocorrido na ditadura civil-militar, mesmo naqueles casos em que se manifestaram avessas ao discurso preservacionista, ou seja, seja a favor ou contra, esses agentes políticos das localidades produziram um intenso debate em torno da preservação desses sítios urbanos na Bahia, dando maior visibilidade desses processos no Iphan e fora dele, o que por sua vez acarretou as suas consagrações como patrimônio nacional.

Em todo caso, no instante em que políticos que estavam à frente do poder municipal intervieram junto ao governo federal e Iphan para que aqueles conjuntos ali existentes fossem preservados, a nossa visão sobre o período ditatorial como um momento de grande mobilização em torno do patrimônio é reforçada. Sem dúvida, a principal razão da adoção desse discurso preservacionista pelos representantes do poder local era a possibilidade de desenvolvimento das cidades por meio do turismo. Contudo, nem todas as municipalidades se empolgaram com o discurso preservacionista, tendo em conta a falta de estrutura e a distância dessas localidades. Além disso, conforme revelado, houve gestores e comunidades que naquela ocasião encontraram em outras atividades, como a agricultura, a saída para o desenvolvimento do município.

O fato de a reivindicação regionalista baiana – que buscava a consagração de suas cidades coloniais e de feição colonial – ter sido protagonizado pelas lideranças do

²⁹⁶ Ernani Silva Bruno, Folha de São Paulo, 5º Caderno, 7 de setembro de 1980, p. 41.

campo político e pela intelectualidade baiana não significa que outros agentes não estiveram envolvidos nesse processo político. Conforme ficou evidente, o papel das municipalidades foi decisivo para que alguns processos avançassem no Iphan, a exemplo de Porto Seguro e Lençóis. Ademais, os episódios de resistência à patrimonialização assistida em Rio de Contas e em Mucugê constataam que o discurso preservacionista se sobrepôs aos interesses do poder local. Em outras palavras, em Rio de Contas e Mucugê, a resistência das municipalidades mostrou-se ineficaz perante as ações preservacionistas do governo estadual e intelectualidade baiana.

3.2. A diretoria do Iphan e a resistência em relação ao patrimônio urbano da Bahia

Antes de analisarmos a resistência do Iphan frente à patrimonialização das cidades coloniais e de feição colonial baiana no regime ditatorial, vamos nos ater a sua historicidade desde a fundação do órgão, sem nos estendermos demasiadamente. A historiografia que se debruça sobre a fabricação do patrimônio da nação brasileira deixa clara que a arquitetura e a cidade colonial foram eleitas à expressão máxima da nacionalidade nas primeiras décadas de sua atuação (CHUVA, 2009; SANT'ANNA, 2014; MOTTA, 2002, NATAL, 2013). Isso não significa, porém, que todas as edificações e cidades datadas desse período tenham sido preservadas pelo órgão em suas primeiras décadas de atuação, pois, como evidencia parte dessa mesma historiografia, o barroco mineiro e as cidades coloniais mineiras foram construídos e legitimados enquanto símbolos da nação pelos modernistas no Sphan (CHUVA, 2009; FONSECA, 2009, NATAL, 2007; SANT'ANNA, 2014, MOTTA, 2002²⁹⁷).

Enquanto isso, em outras regiões do país, como é o caso da Bahia, os tombamentos executados pelo órgão restringiram-se a edificações isoladas, sobretudo

²⁹⁷ Os modernistas – um grande número de intelectuais mineiros ou a eles vinculados – controlaram o órgão de preservação nas primeiras décadas, cabendo a eles o foco de manter que a tradição arquitetônica deveria ser preservada (OLIVEIRA, 2002). E, junto a essa hegemonia no SPHAN, situaram o barroco como expressão da identidade nacional, construindo uma continuidade entre o estilo colonial com o estilo moderno, no qual o primeiro seria o predecessor da arquitetura moderna. Assim, Oliveira (2002), corroborando com Fonseca, lembra que o estado de Minas Gerais estava no cerne dessa leitura sobre o Brasil, um espaço regional, localizando-se entre a tradição e a modernidade, pois “o passado mineiro — barroco e católico — seria exemplar. Essa linha de reconstrução histórica reforça o mito da mineiridade, já que junta tradição e modernidade, passado e futuro” (OLIVEIRA, 2002, p. 167).

exemplares da arquitetura religiosa, militar e civil datados do período colonial, como igrejas barrocas e fortes (Livro do Tombo). Pode parecer contraditório, mas as cidades “coloniais” existentes no Nordeste foram preteridas pelo Sphan por serem demasiadamente portuguesas. Para eles, ao contrário dos conjuntos coloniais das Minas Gerais setecentista, uma expressão arquitetônica que havia rompido com a arquitetura lusitana, as cidades coloniais nordestinas como Salvador e Olinda não romperam com a estética da metrópole, sendo consideradas ainda predominantemente lusitanas, meras cópias de Lisboa. Grosso modo, a interpretação dos modernistas do Sphan pode ser sintetizada em dois grupos, no primeiro, interpretadas como portuguesas, estão a arquitetura e as cidades de todo o período colonial localizados no litoral brasileiro, como aqueles exemplares arquitetônicos e urbanos existentes no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia; no segundo, interpretadas como genuinamente brasileiras, estão a arquitetura e as cidades dos setecentos localizadas no interior do país, entendido aqui exclusivamente a Minas Gerais colonial. Como bem destacou Anna Teresa Góis Soares Mattos, para os modernistas do Sphan:

O patrimônio baiano, produzido ao longo de quatrocentos anos, seria considerado mais identificável como português do que como brasileiro, como obra da cultura e arte portuguesa transplantada, copiada para a América, que não apresentaria ainda os traços “genuínos” elaborados pela civilização brasileira, uma nova cultura advinda do encontro entre povos de origens europeia, americana e africana (MATTOS, 2014, p. 17-18).

Deste modo, ao mesmo tempo em que elegeram as cidades coloniais mineiras como símbolo do passado nacional, esses intelectuais estabeleceram também critérios que legitimaram essa construção simbólica e política. A seguir, Lia Motta (2012) faz uma síntese dos critérios estabelecidos pela intelectualidade modernista do Sphan em relação à preservação urbana, ao passo que tece uma crítica ao esquecimento institucional produzido por essa concepção.

Foi usando as cidades mineiras, buscando construir uma imagem que representasse o Brasil como nação moderna, que o Iphan, na década de 1930 e ao longo dos trinta anos subsequentes, consagrou e veiculou

aquelas cidades como as únicas que tinham valor de patrimônio, construindo, além de uma representação de Brasil, uma imagem socialmente incorporada de patrimônio histórico e cultural urbano. Com a preservação das cidades mineiras, e ignorando tantas outras cidades, a instituição estabeleceu um critério para a valoração do patrimônio urbano que considera exclusivamente as características estético-estilísticas de sua arquitetura. Vinculou o valor de patrimônio à uniformidade estilística dos conjuntos coloniais e/ou à excepcionalidade dos monumentos nas cidades que haviam perdido sua uniformidade colonial (...). Segundo os arquitetos modernistas, os sítios urbanos, além de coloniais, deveriam ter características estilísticas uniformes ou passíveis de restauração da sua uniformidade, equiparando-se a uma obra de arte. Também deveriam estar longe das pressões e ameaças de modernização do progresso, consequentes à industrialização ou ao crescimento das grandes cidades. Na ausência dessa condição, tais sítios eram desconsiderados, e eram selecionadas apenas as edificações coloniais de caráter monumental em seu interior (MOTTA, 2002, p. 126-128).

Nesse sentido, as cidades coloniais que não atenderam a concepção de cidade de arte instituída no Sphan foram preteridas pelos intelectuais modernistas ali instalados, sendo tombadas exclusivamente aquelas datadas no século XVIII e localizadas em Minas Gerais. Entretanto, é refutável a concepção de cidade de arte consagrada no Sphan, tendo em conta que nem mesmo as cidades coloniais mineiras atendiam aos critérios de pureza histórica e estética tão defendida por seus principais idealizadores, como o arquiteto Lúcio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Como observa Braga (2010), Ouro Preto passou por diversas intervenções de restauração ainda na década de 1920, mas é em 1938, após o Sphan tombar o conjunto, “que a cidade é alvo de intervenções com fins de recompor-lhe a originalidade, sendo apagados traços ecléticos e até demolidas edificações do século XIX, para recompor a “boa arquitetura”, no dizer dos arquitetos modernos” (BRAGA, 2010, p. 48).

É interessante trazer a tona alguns estudos que demonstram que não eram somente as cidades coloniais mineiras que eram tomadas como cidades históricas nacionais, a exemplo da escrita de Caion Meneguello Natal (2013). De acordo com o historiador, na década de 1910, foram realizadas excursões pelo interior brasileiro “em busca dos padrões arquitetônicos do passado, que estariam espalhados pelo território brasileiro”, exclusivamente originários do período colonial. As excursões, patrocinadas

por Ricardo Severo, defensor da arquitetura neocolonial no Brasil²⁹⁸, contavam com a presença de pintores como José Wash Rodrigues, Alfredo Norfini e Felisberto Ranzini e “embora as excursões incluíssem capitais como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife, etc., **privilegiava-se a pesquisa em cidades interioranas, principalmente baianas e mineiras, como Ouro Preto, Sabará, Diamantina, Cachoeira, Jaguaripe, Maragogipe, etc.**” (NATAL, 2013, p. 105).

Para Natal (2013), a escolha por essas cidades se deu por estarem isoladas e por concentrarem um número expressivo de edificações coloniais, pois “acalentavam o desejo de se encontrar quadros completos do passado colonial brasileiro, os quais teriam se desintegrado nos grandes centros urbanos”. Como se nota, assim como as cidades mineiras, as cidades coloniais baianas Cachoeira, Jaguaripe e Maragogipe²⁹⁹ eram tomadas como “depósitos onde ainda repousavam as últimas paisagens da época de ouro” (NATAL, 2013, p. 105).

Entretanto, a excursão organizada por Ricardo Severo não seria a única a percorrer as denominadas “cidades históricas brasileiras”. Sendo assim, nos anos seguintes, as excursões em busca da origem brasilidade se intensificaram. Dentre tantas duas merecem destaque aqui: a viagem de Mário de Andrade³⁰⁰ em Ouro Preto em 1919 e a “famosa excursão modernista a Minas Gerais em abril de 1924” que “não tinha outro objetivo senão o de ‘descobrir’ o berço da nacionalidade” (NATAL, 2013). Esta última

²⁹⁸ O passado arquitetônico estava nos debates entre os intelectuais brasileiros, bem como o futuro de nossa arquitetura. Dentre os grupos estava o defensor de uma arquitetura neocolonial, tendo o comando de Ricardo Severo, que se inspirava em uma tradição na arquitetura colonial luso-brasileira (NATAL, 2010, 2013).

²⁹⁹ Vale lembrar que após sua criação, em finais de 1960, o Conselho Estadual de Cultura da Bahia teve como principal pauta no campo patrimonial o tombamento das cidades de Cachoeira, Jaguaripe e Maragogipe.

³⁰⁰ Mário de Andrade está presente em grande parte dos estudos apresentados anteriormente por diversas razões, seja pelo seu protagonismo dentre os modernistas na política patrimonial brasileira, ou devido a suas pesquisas que adentravam o reconhecimento da arte e arquitetura nacional desde a primeira década do século XX. Então, em 1936, Mário recebe o convite do ministro da Gustavo Capanema para elaborar o pré-projeto que nortearia a salvaguarda do patrimônio nacional. Rubino (1991) menciona que o anteprojeto de Mário se tornou um “mito” no campo da preservação no Brasil, e seu criador um “profeta”. Sobre o anteprojeto, Fonseca recorda que Mário “desenvolveu uma concepção de patrimônio extremamente avançada para seu tempo, que em alguns pontos antecipa, inclusive, preceitos da Carta de Veneza, de 1964 (FONSECA, 1997, p. 108). Contudo, Fonseca (2001) verifica que para Rodrigo M. F. de Andrade não seria viável criar um instrumento de proteção abarcadora da concepção de patrimônio ampla e avançada proposta por Mário no anteprojeto de 1936, porque além de bens materiais, o modernista paulista considerava a proteção de bens intangíveis (música, lendas, contos, etc.). Além disso, a pluralidade defendida por Mário “ia de encontro ao projeto de unidade nacional do governo”, em um Estado Novo centralizador, que estava preocupado em combater os regionalismos no Brasil (FONSECA, 2001, p. 98).

era composta sobretudo por modernistas paulistas, como Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Olívia Guedes Penteadó, Goffredo Telles e Oswald de Andrade. A origem paulista dos modernistas não deve ser desprezada, pois estes “consideravam Minas Gerais uma civilização nascida da empresa dos bandeirantes paulistas. Essa ideia de ligação entre São Paulo e Minas rendeu a imagem de Minas como uma fruta paulista, ou seja, uma sociedade descendente da sociedade paulista” (VENTURA, 2000, APUD NATAL, 2007, p. 122). Apesar de ser nomeada pelo grupo de “Viagem de descoberta do Brasil”, curiosamente, a caravana percorreu tão somente o estado de Minas Gerais, dando uma atenção maior as suas cidades coloniais³⁰¹.

Não por acaso, as demais cidades coloniais encontradas no país ficaram de fora do percurso dos modernistas, uma vez que após a primeira viagem de Mário de Andrade a Minas em 1919 já argumentava-se que “as formas arquitetônicas desenvolvidas em Minas durante o século XVIII, de modo geral, simbolizavam o auge artístico de uma expressão tipicamente brasileira” (NATAL, 2013, p. 109). De modo geral, para o modernista, fatores como o distanciamento de Minas Gerais com o litoral, o relevo acidentado e o declínio econômico possibilitou que ali se erguesse uma arquitetura capaz de romper com a influência da metrópole, uma arquitetura genuinamente brasileira (NATAL, 2013). Por consequência, as regiões antagônicas espacialmente a Minas Gerais: Bahia, Pernambuco e o Rio de Janeiro foram consideradas meras cópias lusitanas. Nas palavras de Mário, esses centros litorâneos “viviam de observar o jardim luso que a miragem do Atlântico lhes apresentava continuamente aos olhos” (ANDRADE, 1993, p. 78 APUD NATAL, 2013).

Nesse sentido, embora as cidades coloniais da Bahia compusessem, juntamente com as mineiras, a paisagem do passado nacional idealizada por parte da intelectualidade brasileira, o SPHAN seguiu praticamente à risca a interpretação de Mário e seus companheiros de caravana no que se refere à preservação de cidades, pois, em 1938, Ouro Preto³⁰², Serro, Mariana, São João Del Rey, Diamantina e Congonhas, além do conjunto de Carapicuíba, em São Paulo, foram tombadas pelo órgão federal recém criado. Ao fim, as cidades coloniais da Bahia e tantas outras foram olvidadas pela

³⁰¹ Belo Horizonte também fez parte do roteiro da viagem.

³⁰² Lembrando que a cidade já havia sido convertida a Monumento Nacional por meio de um decreto de Getúlio Vargas em 1933, mas mesmo assim foi tombada pelo SPHAN em 1938 (NATAL, 2007).

intelectualidade do órgão, isso para não falar daquelas cidades que não tinham como expressão estética a arquitetura colonial.

Conquanto, a clivagem dos modernistas do Sphan ao patrimônio mineiro não passou despercebida no campo intelectual brasileiro, sobretudo no nordestino. O descaso do Sphan com a região Nordeste era uma das principais críticas que o órgão recebia por parte de suas elites intelectuais. É o que traz à tona a interpretação de Paulo Ormindó de Azevedo, ao afirmar que “umas das críticas mais comuns à administração de Rodrigo M. F. de Andrade no Iphan era a concentração de recursos e obras em Minas Gerais e no Rio de Janeiro e o abandono do Nordeste e do Norte, regiões ricas em patrimônios cultural e natural, mas pouco desenvolvidas” (AZEVEDO, 2015 p. 241). Em outro texto, Azevedo segue a mesma tendência, declarando que:

Concebido como patrimônio material, especialmente arquitetônico, afirmação da nacionalidade e da unidade federativa ele não se rebateria territorialmente da mesma forma. Uma das críticas mais frequentes ao SPHAN, no seu primeiro período – 1937 a 1967 - era que dos 745 tombamentos realizados, 320, ou cerca de 43%, estavam concentrados em Minas Gerais (168) e Rio de Janeiro (152) refletindo a composição do grupo fundador do órgão (...). A diferença entre os recursos aplicados nessa região e o restante do país era ainda maior. Gilberto Freyre, funcionário virtual do SPHAN, como outros intelectuais do Nordeste, reclamava da pouca atenção dada à região (AZEVEDO, 2013, p. 4)³⁰³.

Ainda que não seja nosso objeto de análise o primeiro momento de ação do Sphan, é curioso observar que a própria fala do modernista mineiro corrobora com a leitura de Azevedo (2015). Em uma carta endereçada a Mário de Andrade, em março de 1940, Rodrigo explica a falta de verbas para restaurar uma pequena igreja colonial, localizada no interior de São Paulo. Ao se justificar para o intelectual paulista, Rodrigo afirmou:

³⁰³ Segundo Paulo Ormindó de Azevedo, o texto citado originalmente foi apresentado como uma comunicação, intitulada “Raízes do SPHAN: de Mario de Andrade a Gilberto Freyre”, no Arquivemória 4, realizado em Salvador em 2013 (AZEVEDO, 2015, p.248). O texto está disponível na página: <https://pauloormindoblog.files.wordpress.com/2016/03/raizes-do-sphan-entre-mario-e-gilberto-ii.pdf>, acessada em 25/12/2018.

Quanto às obras de conservação e restauração na Bertioga, foi bom que a Sociedade dos Amigos da mesma não tenha atendido ainda a sua solicitação, **porque infelizmente a verba de material do SPHAN disponível no último trimestre de 1937 ficará esgotada com os trabalhos que fui forçado a autorizar agora na Bahia e em Pernambuco.** Só para o ano é que será possível realizar obras em São Paulo. Mas, se eu ainda for diretor, minha primeira iniciativa em 1938 será nesse sentido.³⁰⁴

Como se vê, a explícita má vontade de Rodrigo M. F. de Andrade em liberar recursos para a restauração da igreja existente na Bahia vai ao encontro com ao descontentamento de intelectuais nordestinos com a atuação do Sphan nessa região. Se compararmos também o quadro de conjuntos tombados nas duas primeiras décadas de atuação em Minas Gerais e Bahia – estado que era tomado como reserva de cidades históricas – fica reforçada essa interpretação de que os modernistas instalados no Sphan reproduziram uma visão de nação defendida pelo regionalismo mineiro e paulista, que no caso do patrimônio se associavam.

De qualquer maneira, mesmo que tardiamente, foi ainda na gestão de Rodrigo M. F. de Andrade que tiveram início os primeiros tombamentos de sítios urbanos na Bahia, com a inscrição de conjuntos espalhados por Salvador nos Livros do Tombo, inclusive trechos do centro antigo de Salvador (1959) e da orla marítima (1959) (MATTOS, 2014). É importante lembrar, porém, que a preservação dos conjuntos urbanos e arquitetônicos na capital baiana somente se concretizou após uma grande mobilização do campo intelectual baiano, como bem mostrou Mattos (2014). Não obstante, a patrimonialização urbana promovida em Salvador, dentre os quais um trecho do centro antigo, não satisfaz à expectativa da intelectualidade baiana, tanto que, nos primeiros anos da ditadura civil-militar, ela passou a criticar o Dphan e o governo estadual por não avançar nessa agenda.

A saída de Rodrigo M. F. Andrade do Dphan se deu nos primeiros anos do regime ditatorial instaurado com o golpe civil-militar de 1964. Ele ainda dirigia o órgão quando fora criado o Conselho Federal de Cultura, do qual se tornou membro, e foi um

³⁰⁴ Cartas de Rodrigo M. F. de Andrade a Mário de Andrade (ANDRADE, 1987, p. 140).

dos responsáveis pela vinda da missão da Unesco para o Brasil (CORRÊA, 2012). Nessa esteira, estavam em curso nesses primeiros anos diversas ações que tanto levariam a uma nova concepção de preservação urbana como permitiria uma maior visibilidade da reivindicação regionalista baiana. Considerando-se que nenhuma das cidades por nós estudadas foram tombadas nos últimos anos da gestão Rodrigo M. F. de Andrade, será a partir do comando de Renato Soeiro que analisaremos o papel do órgão nesse processo de patrimonialização que se prolongou por quase duas décadas.

Para Paulo O. D. de Azevedo, quando Renato de Azevedo Soeiro assumiu a gestão do Dphan em 1968, substituindo Rodrigo M. A. de Andrade, uma das questões prioritárias passa a ser a preservação dos sítios urbanos. Assim como diversos estudos, Azevedo destaca que na década de 1970 o discurso da preservação urbana difunde-se mundialmente por meio de diversos encontros e cartas patrimoniais³⁰⁵. Nessa perspectiva, “o monumento como testemunho de um episódio histórico isolado perde importância para ser visto em seu contexto espacial e continuidade histórica”. Seguindo essa tendência, considerando-se que Soeiro estava em conexão com aquilo que ocorria no cenário internacional, “a nova administração da Dphan estava inteiramente identificada com essas novas correntes do pensamento preservacionista” (AZEVEDO, 2013, p.31), o que significou um redirecionamento no órgão, pois em vez de edificações isoladas, Soeiro se voltou para a preservação de conjuntos. Isso pode ser observado em números, levando em conta que:

Entre 1967 e 1979, os conjuntos paisagísticos quase dobraram, passando de 8 para 15, enquanto o número de cidades históricas tombadas teve um acréscimo de 50%, passando de 9 para 14 e os conjuntos urbanísticos de 24 para 29. Começava a se adotar, pela primeira vez, uma política para essas cidades e conjuntos, ao invés de apenas tombá-las e congelá-las. Como não se tinha no país

³⁰⁵ Dentre as quais Azevedo destaca “a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural [de 1972] (...). O Conselho da Europa lança, em 1975, a Declaração de Amsterdam, que difundia o princípio da Conservação Integrada, ou seja, a preservação de conjuntos históricos feita mediante a planificação urbana. Em Nairóbi, a Unesco divulgaria, em 1976, a Recomendação Relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua Função na Vida Contemporânea” (AZEVEDO, 2013, p. 30-31). Azevedo destaca ainda a participação de Renato Soeiro em vários desses eventos, protagonizando inclusive alguns desses conclaves. Soeiro, para o autor, teria sido uma espécie de embaixador do órgão no cenário internacional por um longo período, estando conectado com a adoção de uma nova concepção de preservação urbana que se difunde na segunda metade do século XX.

experiência nessa problemática, buscou-se expertise nos organismos internacionais. (AZEVEDO, 2013, p. 31).

Nesse sentido, a interpretação de Azevedo considera a era Soeiro como um momento de expansão da preservação dos sítios urbanos no país. Na Bahia, isso de fato procedeu. Sendo mais preciso: o tombamento de Porto Seguro³⁰⁶, Cachoeira³⁰⁷ e Lençóis transcorreram e foram finalizados sob o comando de Soeiro; os processos do tombamento de Rio de Contas e Itaparica também foram abertos e concluídos nessa gestão, todavia, foram homologados e inscritos nos Livros do Tombo quando Magalhães estava à frente do órgão, tendo em vista que os tombamentos julgados pelo Conselho Consultivo só foram concluídos em 1980 com a anuência do Ministro da Educação e Cultura³⁰⁸. Quer dizer, mesmo que a inscrição nos Livros do Tombo desses conjuntos citados tenha ocorrido na gestão de Magalhães não podemos atribuir a essa gestão a patrimonialização desses sítios, uma vez que foi com Soeiro que alcançaram visibilidade no órgão; a patrimonialização de Mucugê também pode ser atribuída a Soeiro, tendo em conta que esse processo foi aberto e ganhou visibilidade antes de sua saída, contudo, a sua finalização, tanto o julgamento no Conselho Consultivo como sua homologação, ocorreu na gestão de Magalhães.

Isso não quer dizer, porém, que o órgão sob o comando do pernambucano Aloísio Magalhães não contribuiu para a patrimonialização dos conjuntos por nós analisados, pois nessa época foram abertos e tombados os conjuntos de Monte Santo, Santa Cruz Cabralia e do centro histórico de Salvador. Em razão do curto tempo em que Aloísio Magalhães esteve no cargo, devido a seu falecimento, alguns desses processos foram concluídos após sua gestão. Contudo, com os mesmos argumentos utilizados para Soeiro podemos atribuir ao intelectual pernambucano a patrimonialização desses conjuntos em questão.

³⁰⁶ Lembrando que o processo de Porto Seguro foi aberto em 1959, mas na época não avançou, sendo retornado somente em finais da década de 1960, quando Soeiro já havia substituído Rodrigo M. F. de Andrade no comando do órgão.

³⁰⁷ Apesar disso, mostramos que a patrimonialização de Cachoeira se deu fora do DPHAN, mais especificamente no Conselho Federal de Cultura e presidência militar, ou seja, o envolvimento de Renato Soeiro não foi determinante para a elevação da cidade a Monumento Nacional. De todo modo, o órgão teve que regulamentar a decisão do executivo militar.

³⁰⁸ Sobre essa questão trataremos de maneira mais detalhada ainda nesse capítulo.

Diante desse quadro apresentado, seria mais correto dizermos que a preservação urbana na Bahia vinha ganhando espaço no Dphan desde finais da década de 1950, mas ganhou impulso na ditadura civil-militar, na medida em que o órgão passou a adotar uma visão cada vez mais ampla de cidade histórica – em sintonia com as novas diretrizes do cenário internacional; com uma mobilização regionalista duradoura, que se organizou em diversas frentes; com o investimento simbólico e financeiro do regime a agenda patrimonial.

Se levarmos em consideração que a maior parte de suas cidades coloniais e de feição colonial foram tombadas ou tornam-se candidatas a tal distinção sob o comando de Renato Soeiro, poderíamos argumentar que isso foi resultado da convergência entre uma reivindicação regionalista e uma nova política preservacionista. Todavia, a patrimonialização das cidades baianas no regime ditatorial não pode ser reduzida a essa visão simplista, pois houve resistência do Dphan em reconhecê-las, assim como interferência de agentes políticos externos à instituição. Ou melhor, o fato de Soeiro ter tombado um maior número de cidades baianas não quer dizer que tenha ocorrido por iniciativa do Dphan e de seu diretor.

É visível que o reconhecimento dessas cidades como patrimônio nacional tenham ocorrido com certa resistência da elite Iphaniana, de maneira especial as cidades de Cachoeira, Porto Seguro e do centro histórico de Salvador. O caso de Cachoeira é emblemático no que tange à omissão do órgão em relação às cidades coloniais da Bahia, uma vez que foi necessário que o Conselho Federal de Cultura interviesse junto à presidência militar para que a cidade fosse decretada monumento nacional. É notório que o Conselho apresentava uma grande proximidade e prestígio junto a este órgão, tendo em conta que um número expressivo de seus membros compunha o Conselho Consultivo do Iphan³⁰⁹, assim como integrava uma rede de sociabilidade formada em torno da instituição desde 1937. Ademais, tanto Renato Soeiro como seu antecessor Rodrigo M. F. de Andrade compunham a Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do CFC (MAIA, 2013).

³⁰⁹ A exemplo de Renato Soeiro, Afonso Arinos de Melo Franco e Pedro Calmon. Este último foi um dos mais atuantes membros do Conselho Federal de Cultura e do Conselho Consultivo do DPHAN. Soeiro, por sua vez, presidia o Conselho por ser o diretor do órgão.

Embora tivesse entre suas funções “garantir a proteção do patrimônio cultural do país” (MAIA, 2013, p.34), o Conselho Federal não possuía nenhuma autonomia para tombam bens culturais, pois essa função era exclusiva do Dphan³¹⁰, desde sua fundação em 1937. Apesar disso, os conselheiros não optaram por solicitar ao Dphan a proteção de Cachoeira, o que parecia ser o caminho mais apropriado dado a próxima relação que mantinham com o órgão. Não sabemos se a escolha do CFC foi motivada por uma suposta recusa do Dphan em tombam Cachoeira ou por concluírem que por esta via poderia ser um longo caminho. O certo é que estratégia tomada pelos conselheiros era a única alternativa que não dependia do Dphan: um decreto presidencial.

A salvaguarda de Cachoeira não inaugura esta prática no Brasil. Para ser mais exato, desde 1933 decretos que elevavam cidades a monumentos nacionais vinham sendo outorgados pela presidência da República, quando Getúlio Vargas declarou Ouro Preto monumento nacional (NATAL, 2007). Mariana, Alcântara e Parati até aquela data igualmente já haviam sido elevadas a monumento nacional por meio de decretos presidenciais, mas tanto a cidade mineira quanto a fluminense já haviam sido tombadas pelo Sphan anteriormente³¹¹. Deste modo, o decreto do general-presidente Médici não somente efetuava a proteção de Cachoeira como a incluía numa lista restrita de cidades consideradas monumentos nacionais.

Conforme fora destacado na primeira parte dessa escrita, a salvaguarda de Cachoeira era uma das prioridades do Conselho Estadual de Cultura, pois o decreto que elevava a cidade do recôncavo a monumento estadual não garantia sua proteção legal, dada a inexistência de uma legislação daquele estado da federação. Ao que tudo aponta, diante da inércia do Dphan e do governo estadual em regulamentar o tombamento estadual, o Conselho Federal e o general-presidente Emilio Garrastazu Médici se mostravam como um caminho mais fácil para a proteção de Cachoeira. Não parece ser por acaso que a patrimonialização desse conjunto urbano e arquitetônico transcorreu justamente na esfera federal do mesmo conselho, ou seja, no Conselho Federal de Cultura.

³¹⁰Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

³¹¹ Livros do Tombo.

A urgência de sua salvaguarda talvez explique o porquê de Godofredo Filho e demais conselheiros terem evitado o pedido junto ao Dphan. Até aquela data, os tombamentos das cidades baianas mesmo quando concretizados no órgão ocorreram em um largo espaço de tempo. Só para ilustrar, os tombamentos do trecho central do Pelourinho e de Porto Seguro, ambos abertos na época de Rodrigo M. F. de Andrade, demoraram quase uma década para serem concretizados³¹². Na mesma época, o processo de tombamento da cidade colonial de Jaguaripe – igualmente localizada no Recôncavo –, que fora aberto em 1963, se arrastava há quase uma década no órgão sem nenhuma resposta³¹³. Assim, mesmo que o Dphan iniciasse a abertura do processo de Cachoeira, este poderia prolongar-se por anos, sem nenhuma garantia que fosse concluída de forma favorável ao pleito intelectual baiano.

Conforme podemos observar, o histórico da salvaguarda dos conjuntos baianos revelava-se um obstáculo para a intelectualidade baiana instalada no CEC e na regional do Dphan. Perante esse cenário de entraves, a preservação de Cachoeira ocorreu mediante um decreto do executivo militar com a chancela do Conselho Federal de Cultura. No dia 18 de janeiro de 1971, em Brasília, o general-presidente Emílio Garrastazu Médici converteu em Monumento Nacional a cidade de Cachoeira, localizada no recôncavo baiano, por meio do decreto federal nº 68.045. O ato do decreto contou com a presença de vários ministros que compunham o governo dentre os quais estavam o ministro de educação e cultura Jarbas Passarinho, Mário David Andrezza, Marcus Vinicius de Moraes, Antonio Dias Leite Jr, João Paulo Reis Velloso e João Costa Cavalcante. Naquela data, o presidente militar Emílio G. Médici justificou que usando da prerrogativa que lhe foi atribuída e garantida por meio da Constituição Federal e perante a "necessidade urgente de ser assegurada a proteção especial ao

³¹² O tombamento de Porto Seguro foi aberto em 1959 e concluído em 1968, tendo a duração de 9 anos. Já o processo de tombamento de trechos do centro antigo de Salvador teve início em 1952 e foi finalizado em 1959, tendo a duração de 7 anos. Só lembrando que os dois processos culminaram na inscrição nos Livros do Tombo do IPHAN.

³¹³ Processo de tombamento Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Jaguaripe (Processo: 716; ano de abertura: 1963; situação: instrução). Ao contrário de Porto Seguro, o tombamento de Jaguaripe não foi logrado, limitando-se a instrução de preservação. Informações contidas na página: http://portal.Iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Bahia_bens_tombados_novembro_2017.pdf, acessado em 02/01/2019.

acervo arquitetônico e natural da tricentenária cidade de Cachoeira, no Estado da Bahia”³¹⁴, decretou que:

Art 1º. Fica erigida em Monumento Nacional a cidade de Cachoeira Estado da Bahia, cuja área urbana sítio da antiga Vila de Nossa Senhora do Rosário e lugares históricos adjacentes serão inscritos nos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional³¹⁵.

Alguns meses depois de Cachoeira ser convertida em Monumento Nacional, o Dphan tratou de institucionalizar sua salvaguarda, pois cabia ao órgão regulamentá-la. Em 1º de julho de 1971, o arquiteto Augusto da Silva Telles aventou sobre o trâmite num breve texto institucional. Nas poucas linhas escritas é inegável o incômodo de Telles com a atuação do Conselho Federal de Cultura na elevação de Cachoeira a monumento nacional, tanto que alegou que cabia ao Iphan “**dar ciência ao Conselho**”³¹⁶, quer dizer, no momento em que regulamenta o tombamento da cidade colonial baiana, Telles reafirma tanto o papel institucional do órgão como o fato de instituição de saber.

Nessa perspectiva, parece adequado tomar a elevação de Cachoeira enquanto estratégia para enfrentar a resistência do Dphan em tombá-la, pois, embora fosse considerada por Augusto da Silva Telles “um conjunto urbano do maior valor arquitetônico e paisagístico, e que se acha bastante íntegro”, o Dphan não havia cogitado a abertura do seu processo de tombamento. Augusto da Silva Telles até comenta que já era intenção do instituto tomar há algum tempo o conjunto urbano de Cachoeira, contudo, não encontramos nenhum registro que sustente a sua fala na documentação analisada³¹⁷. A cidade colonial baiana figurava desde o início do século XX dentre aquelas consideradas símbolo do passado nacional, juntamente com Ouro Preto, todavia, isso não despertou o interesse na intelectualidade Iphaniana em tombá-la em sua integridade.

³¹⁴ Decreto federal nº 68.045 que converte Cachoeira Monumento Nacional, decretado pelo Presidente Militar Emílio G. Médici, o texto se encontra no Processo de tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico de Cachoeira (Processo: 843-T-71).

³¹⁵ Ibidem.

³¹⁶ Os trechos foram retirados do texto de Augusto da Silva Telles, referentes ao tombamento de Cachoeira, datado de 1 de julho de 1971 (Processo de tombamento de Cachoeira: 0843-T-71, p.1).

³¹⁷ Processo de tombamento de Cachoeira: 0843-T-71.

O processo de Porto Seguro ficou mais visível à resistência do Dphan em preservar as cidades baianas. Como dito anteriormente, o processo para sua preservação demorou vários anos para ser concluído. Ao seu término, em 1968, a cidade alta foi tombada pelo Dphan em decisão unânime do Conselho Consultivo do órgão. Anos mais tarde, em 1971, o tema da salvaguarda de Porto Seguro reacende no órgão federal, mas dessa vez, o pleito em questão era a elevação da “terra mater do Brasil” a monumento nacional.

Conforme Renato Soeiro, o pedido partiu do administrador do Parque Nacional do Monte Pascoal, Rogério Fernandes Dias, que defendia a elevação como medida para “transformar a área em importante ponto turístico, dadas suas razões históricas e artísticas”. Dias havia enviado o pedido ao Secretário Particular da Presidência da República, um indicativo de que o governo militar fora recorrentemente solicitado para preservar determinados conjuntos, assim como liberar investimentos para sua conservação e uso turístico. Após expor os pretextos de Rogério Fernandes Dias para elevar o município de Porto Seguro a monumento nacional, Soeiro oferece sua opinião quanto ao pedido. De forma bem enfática afirma que:

Louvando o espírito público que o referido administrador revela em sua carta (...) parece no entanto, que, para transformar-se a área em questão em ponto turístico, não seria obrigatoriamente necessário convertê-la em monumento nacional. Nem tal medida, significaria a obtenção de recursos para aquela finalidade. **Ocorre esclarecer que a preservação da cidade de Pôrto Seguro, assim como o Monte Pascoal, se encontram dentro do Parque Nacional do Monte pascoal, o que garante a proteção dos aspectos paisagísticos e dos próprios monumentos já inscritos nos Livros do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Cidade Alta de Pôrto Seguro)** ³¹⁸.

Diante disso, Soeiro recomenda que:

Quanto ao incremento do turismo naquela área e suas implicações, seria aconselhável um entendimento com as autoridades responsáveis

³¹⁸ Correspondência de Renato Soeiro endereçada ao Secretário Particular do Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho. Rio de Janeiro, DPHAN, 21 de junho de 1971. 1971 (Processo de Tombamento de Porto Seguro: 0800-T-68, p.91).

pela mesma, juntamente com a EMBRATUR, a fim de ser elaborado planejamento adequado com o estabelecimento de condições que assegurem de maneira permanente a situação de ponto turístico, dotado de facilidades para a sua visita além do estabelecimento de medidas que assegurem a preservação adequada da região em apreço³¹⁹.

Como se nota em sua fala, Soeiro se opõe visivelmente à proposta, uma vez que a questão de promoção da cidade poderia ser resolvida com a EMBRATUR. O argumento de Soeiro faz sentido se pensarmos que a elevação em si não significava investimentos para a atividade turística, mas é evidente que o título de monumento nacional carregava um grande peso simbólico para a localidade. Todavia, ao que tudo indica, Jarbas Passarinho não levou em consideração o parecer de Soeiro, pois em certo tempo depois submeteu ao general-presidente da República, Emílio Garrastazu Médici “a ereção a Monumento Nacional do Município de Porto Seguro”³²⁰, algo similar com o que ocorreu com a elevação de Cachoeira, onde o órgão não fora consultado para oferecer nenhum tipo de parecer sobre aquela decisão. Observa-se que, novamente, coube a Passarinho e Médici a consagração de outro conjunto baiano, o que reforça nossa interpretação de que o regime mostrou-se um importante aliado dessa reivindicação regionalista baiana.

O parecer contrário de Soeiro à ampliação de uma área preservada não era uma prática comum no órgão. Aliás, ao contrário disso, o Dphan havia proposto há poucos anos o mesmo decreto para a cidade de Paraty. Nesse sentido, reservadas as particularidades e diferenças do conjunto arquitetônico e paisagístico de Porto Seguro e Paraty, em 1965, Renato Soeiro manifestou outra atitude quanto à possibilidade de elevação da cidade fluminense a monumento nacional.

Conforme Hernán Venegas Marcelo (2011), o conjunto arquitetônico e urbanístico de Paraty, juntamente com a Casa da Misericórdia da cidade, foi tombado pelo Dphan em 13 de janeiro de 1958. Na época, Rodrigo M. F. de Andrade “argumentou que a fisionomia antiga da cidade se achava mais bem conservada do que

³¹⁹ Ibidem, p.92.

³²⁰ Ofício de Jarbas Passarinho ao general-presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, tratando do tema: elevação de Porto Seguro (Processo de Tombamento de Porto Seguro: 0800-T-68, p.91).

outras cidades coloniais mineiras como São João Del Rei e Mariana, em Minas Gerais” (MARCELO, 2011, p. 171). Para o historiador, diante das transformações que vivia a cidade, o órgão entendeu que o tombamento do conjunto não era suficiente para assegurar sua proteção. Por esta razão, Renato Soeiro, em 1965, envia um ofício ao ministro Flávio Suplicy de Lacerda no qual pleiteia a elevação de Paraty a monumento nacional por meio de um decreto presidencial, para “assegurar proteção eficaz à integridade do acervo histórico-paisagístico (...) e estabelecer as condições necessárias para a execução de um plano adequado de desenvolvimento urbanístico e para a reconstituição do patrimônio florestal do município”³²¹. O pedido do órgão foi atendido, sendo Paraty decretada monumento nacional em 24 de março de 1966, por meio do Decreto n° 58.077.

Como observamos, no caso de Paraty, o pedido partiu do próprio órgão, mais precisamente das mãos de Renato Soeiro e Rodrigo M. F. de Andrade, enquanto o pedido de monumentalização de Cachoeira e Porto Seguro foi proposto pelo Conselho Federal de Cultura e pelo diretor do Parque Nacional do Monte Pascoal, respectivamente. O movimento preservacionista que ocorria na Bahia, sem dúvida, estava por trás dessas propostas. Em 1968, Soeiro se mostrou receptivo com o tombamento de Porto Seguro, mas em relação a sua consagração enquanto monumento nacional emitiu uma opinião que se opunha à medida. Soeiro não se pronunciou quando à monumentalização de Cachoeira entrou na pauta no CFC, do qual era integrante. Apesar disso, podemos afirmar com segurança que em ambos os casos evidencia-se a resistência do órgão em preservá-las.

É a partir do tombamento de Lençóis que o Dphan se comporta de forma mais receptiva em relação à preservação dos sítios urbanos baianos, mas isso não quer dizer que o tombamento da cidade tenha sido pleiteado primeiramente no órgão. Assim como ocorreu com a monumentalização de Cachoeira e Porto Seguro³²², a petição pela

³²¹ A fala citada pelo autor é atribuída tanto a Renato Soeiro como Rodrigo M. F. de Andrade. Ofício No. 1134. Arquivo Central do IPHAN. Expediente de tombamento 563-T-57/Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Parati. Apud MARCELO, 2011, p. 178.

³²² Vale lembrar que o pedido de tombamento de Porto Seguro em 1959 foi proposto por Godofredo Filho em 1959, mas dois anos antes o prefeito da localidade, Adelar Maria de Andrade, já havia pleiteado a sua preservação a Clovis Salgado, ministro da Educação.

preservação de Lençóis transcorreu inicialmente em outros âmbitos institucionais, sendo mais exato, direcionado ao Ministério da Educação e Cultura.

Em maio de 1971, Walfrido Moraes, intelectual que escrevia sobre a região da Chapada Diamantina³²³, e Joaquim Pereira de Macedo, prefeito de Lençóis, enviaram ao Ministro Jarbas Passarinho um ofício no qual pedia providência para salvar a cidade oitocentista do desaparecimento. Tal ação pode indicar uma tentativa do movimento de ganhar apoio do alto escalão militar e com isso garantir a preservação da cidade, quiçá, seguindo a estratégia utilizada na patrimonialização de Cachoeira e Porto Seguro. De qualquer forma, com base na documentação, não podemos afirmar que o pedido de ajuda a Passarinho tenha sido orientado pelo campo intelectual baiano. O fato é que logo no começo da carta a Jarbas Passarinho, Waldredo Moraes destaca que:

No momento em que vossa Excelência se empenha na defesa e preservação dos Monumentos Históricos Nacionais que, infelizmente vem sendo desfigurados inexoravelmente em todo o território nacional, vimos pedir o patrocínio do Ministério da Educação e Cultura no sentido das providências para cadastramento e tombamento da cidade de Lençóis – a antiga Capital do Diamante das Lavras da Bahia, – engastada na Serra do Sincorá na Chapada Diamantina³²⁴.

Conforme se observa, Moraes e Macedo buscavam em Passarinho um importante aliado para o movimento em favor do tombamento de Lençóis. O fato é que essa estratégia se mostrava correta, pois como já exposto, a gestão Passarinho manifestou-se como aquela que mais se dedicou à causa patrimonial, tanto que foi o responsável por organizar os dois Encontros com os Governadores, realizados em Brasília (1970) e Salvador (1971). Numa publicação do Diário de Pernambuco, em meados de 1971, meses antes da realização do II Encontro dos Governadores, Jarbas Passarinho corrobora essa leitura. Ao escrever aos governadores dos estados sobre o compromisso com o conclave que estava por acontecer, Passarinho afirmava que o

³²³ Analisaremos a leitura de Walfrido Moraes sobre a Chapada Diamantina no último capítulo deste estudo. Por hora, vale destacar que Moraes é autor de *Jagunços e heróis: a civilização do diamante nas Lavras da Bahia*.

³²⁴ Correspondência de Walfrido Moraes ao Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, março de 1971 (Processo de Tombamento de Lençóis: 0847-T-71, p. 20).

Ministério da Educação e Cultura que dirige “não fez nem um terço do que deveria ter realizado em defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cabe a ele, oficialmente, entregar às novas gerações o passado que não pode viver apenas da lembrança, mas que precisa ser preservado em suas obras e monumentos”³²⁵.

Após receber a petição citada, Passarinho a reenvia ao diretor geral do Iphan, Renato Soeiro. É o que afirma Soeiro quando relata ao prefeito Heraldo Barbosa Filho que “o Senhor Ministro Jarbas Passarinho [havia] encaminhado a este instituto a proposta do Sr. Walfrido Moraes ‘para cadastramento e tombamento da cidade de Lençóis’”. Verifica-se que a estratégia surtiu efeito, pois assim que recebera a proposta de Passarinho, Soeiro solicitou o parecer de Godofredo Filho, chefe do 2º Distrito do Iphan, “a fim de habilitar este órgão deliberar sobre o assunto”³²⁶. Estava dado o passo inicial para a salvaguarda da cidade, que seria reforçado no II Encontro dos Governadores, quando um grupo de lençoenses – representando o poder municipal – foi até Salvador para apresentar o conjunto aos participantes e pedir seu tombamento³²⁷. A estratégia de levar a reivindicação até a elite política e intelectual participante se mostrou mais uma vez acertada, pois o Compromisso de Salvador, produzido no encerramento do II Encontro dos Governadores, sugeriu a “inscrição como monumento de valor cultural, do acervo urbano de Lençóis, Bahia”³²⁸.

Isso nos leva a crer que, em vez do Dphan, a mobilização em favor da preservação desse conjunto priorizou outras redes políticas e intelectuais. As investidas junto ao Ministro da Educação e Cultura e aos participantes do II Encontro dos Governadores parece ter tido o intuito de pressionar o órgão a não somente abrir, mas levar adiante o processo de patrimonialização de Lençóis. Sem dúvida, a estratégia apresentou-se acertada, pois, em 22 de novembro de 1972, Augusto da Silva Teles enviou ofício a Renato Soeiro no qual apresenta esse histórico de petição:

³²⁵ Diário de Pernambuco, 24 de junho de 1971, 3º Caderno, p.5.

³²⁶ As duas citações do parágrafo foram retiradas da: correspondência de Renato Soeiro a Heraldo Barbosa Filho, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1971 (Processo de Tombamento de Lençóis: 0847-T-71, p.9).

³²⁷ De fato, institucionalmente fora o poder municipal que pleiteou a salvaguarda da cidade no conclave, mas conforme Mangili (2015) tratava-se de representantes do grupo popular institucionalizados por meio da Secretaria de Turismo de Lençóis.

³²⁸ Compromisso de Salvador, Anais do II Encontro de Governadores: 1971.

O Sr. Wilfrido Moraes e outros amigos de Lençóis, com aquiescência do Prefeito Municipal propuseram ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, o tombamento de Lençóis. Posteriormente, quando do II Encontro dos Governadores, para a proteção do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do país, realizado em Salvador, de 25 a 29/X/1971, a Prefeitura Municipal de Lençóis voltou a apresentar proposta objetiva, para tombamento do núcleo urbano e de área paisagística das imediações, ocasião em que foi mostrado aos congressistas filme documentário da região. Nas conclusões do II Encontro, figura um item, onde, especificamente se propõe a “a inscrição como monumento de valor cultural do acervo urbano de Lençóis – Bahia”³²⁹.

Diante disso, para Augusto Teles conviria sugerir a Godofredo Filho, chefe do 2º Distrito, a contratação de arquitetos especializados para “levantamento documental fotográfico do núcleo urbano e paisagístico de interesse e, bem assim, o estudo de delimitação das áreas a serem preservadas por tombamento”³³⁰. Seguindo essa premissa, cerca de um ano mais tarde, em 17 de dezembro de 1973, o conjunto arquitetônico e paisagístico de Lençóis foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

De modo geral, podemos concluir que o Dphan não criou nenhum empecilho para o tombamento da cidade oitocentista da Chapada Diamantina. Em vez disso, manifestou-se sucessivamente receptivo ao pleito. Nesse caso, podemos interpretar que o caminho adotado pelo movimento preservacionista de Lençóis tenha se pautado ainda numa expectativa negativa com relação ao órgão, ou seja, que o Dphan seria um obstáculo para sua preservação. Temos que levar em consideração que a reivindicação pela salvaguarda de Lençóis ocorreu próximo às candidaturas de Cachoeira e Porto Seguro ao título de monumento nacional. Ambos sucederam-se na primeira metade da década de 1970³³¹, num curto espaço de tempo.

³²⁹ Ofício de Augusto Silva Teles a Renato Soeiro, Rio de Janeiro, 22/11/1972 (Processo de Tombamento de Lençóis: 0847-T-71, p.20).

³³⁰ Ibidem, p.20.

³³¹ Vale lembrar que o conjunto arquitetônico e paisagístico de Porto Seguro já havia sido tombado em 1968 pelo DPHAN. Nesse caso, quando incluímos Porto Seguro nessa lista, nos referimos ao pleito para elevá-la a monumento nacional, que aconteceu em 1971.

A resistência da direção geral do Iphan em reconhecer as cidades baianas enquanto patrimônio nacional tem continuidade nos tombamentos que ocorreram após 1975, mas revelou-se em outras facetas, no momento em que qualificava alguns desses exemplares enquanto dignos de preservação estadual. No entanto, fica evidente também que Renato Soeiro e Aloísio Magalhães manifestaram-se cada vez mais receptivos ao pleito do campo político e intelectual baiano na medida em que uma nova concepção de preservação urbana passa a se consolidar no órgão. E é sobre essas questões que nos debruçaremos adiante.

3.3 A ação do diretório regional do Iphan no processo de patrimonialização das cidades baianas

Como vimos, as cidades que foram tombadas até 1975 seguiram um percurso semelhante. Em geral, a reivindicação para o tombamento das cidades de Cachoeira, Porto Seguro e Lençóis pode ser caracterizado como um processo que envolveu políticos das respectivas localidades e intelectuais baianos que recorreram à presidência militar, Ministro da Educação e Cultura, ao campo intelectual responsável pela política cultural do regime e ao Dphan. Mas ficou explícito que o Dphan não fora uma prioridade para esses agentes políticos que estavam à frente dessa reivindicação regionalista. Em vez disso, optaram por pleitear em outros espaços políticos o tombamento desses conjuntos. O caminho tomado permitiu que aquelas pautas tivessem visibilidade, tendo em conta que chegaram ao órgão com apoio de determinados setores da elite política e intelectual do regime, o que levou à preservação das cidades de Cachoeira, Porto Seguro e Lençóis.

Em grande medida, esse aspecto se altera nos anos seguintes, quando ocorre a patrimonialização de Rio de Contas, Mucugê, Monte Santo, Santa Cruz Cabrália, Itaparica e do centro histórico de Salvador. Em linhas gerais, a petição para a salvaguarda desses conjuntos parte ou desenrola-se de maneira mais restrita ao Iphan, por meio da diretoria regional do órgão na Bahia, sem a interferência direta de agentes ligados ao regime, como ministros, a presidência e o Conselho Federal de Cultura. Isso não significa que o campo político e intelectual baiano tenha encerrado a mobilização

em favor da preservação de suas cidades. Em vez disso, se organizam em duas frentes institucionais: a direção regional do Iphan e por meio do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (Ipac-Bahia), do governo baiano. A primeira frente citada será analisada nessa parte de nossa escrita e a segunda, a atuação dos organizadores do Ipac-Bahia, na sequência.

Nos tombamentos dessa época, entre 1975 e 1985, não encontramos uma interferência direta do Conselho Estadual de Cultura, ou seja, nenhuma solicitação ao Iphan para a preservação de um determinado conjunto. Contudo, os conselheiros continuam a se mobilizar em favor do acervo patrimonial baiano, especialmente após o Estado regulamentar a proteção estadual, tendo os conselheiros um papel central nesse processo. Da mesma maneira, continuaram a criticar a atuação do Iphan na Bahia, conforme podemos perceber numa reportagem de 31 de dezembro de 1979 do *Jornal do Commercio*. O noticiário anunciava o tombamento do Conjunto da Soledade como patrimônio baiano, que corresponde a uma área chamada “frontispício da Cidade de Salvador, que vai da Catedral da Sé ao Largo da Soledade”, ato comemorado pelo conselheiro e relator da proposta Américo Simas Filho. A fala de Simas enfatizava igualmente que “todo o frontispício” da cidade deveria ser alvo de estudos urgentes para sua proteção, com a colaboração de órgãos universitários e municipais.

Com efeito, a recente legislação estadual permitia certa independência desse grupo de intelectuais em agir em defesa dos conjuntos urbanos e arquitetônicos ali existentes. Mas o Iphan continuava a ser alvo de críticas dos membros do CEC, mais especificamente a diretoria geral, isso porque a diretoria regional era percebida como aliada da causa preservacionista defendida pelos conselheiros. Conforme a reportagem, a salvaguarda do conjunto da Soledade havia sido proposta pela diretoria regional do Iphan em outubro de 1976, “sem que obtivesse uma resposta favorável da diretoria nacional do órgão”. Mais à frente foram tecidas mais críticas direcionadas ao Iphan, conforme se explicita abaixo:

Nos últimos meses, tanto o Estado quanto a Prefeitura vem adotando um comportamento mais agressivo e mais independente em relação ao IPHAN, para a defesa do patrimônio arquitetônico e cultural de

Salvador. Isso ficou bem demonstrado no início deste mês, quando a prefeitura assinou um decreto de tombamento da Baixa dos Sapateiros, sem se fixar em critérios puristas de valor arquitetônico, ou histórico para justificar a preservação da área, tal como ela se encontra hoje³³².

Duas questões citadas na reportagem do *Jornal do Commercio* merecem ser consideradas. A primeira é referente ao Decreto nº 28.398/81, que aponta a data do tombamento do Conjunto da Soledade foi em 10 de novembro de 1981 e não em finais de 1979 como afirmara o periódico. Não sabemos ao certo a razão dessa discrepância entre as datas anunciada no jornal e aquela em que fora publicada o mencionado decreto. Podemos supor que o Conselho Estadual havia julgado o tombamento correspondente à data do periódico e o governador ter publicado o decreto mais de um ano depois, tendo em conta que dependia de uma ação do chefe do executivo estadual para ser considerado patrimônio estadual. A outra questão igualmente tem a ver com datas, mas nesse caso referente ao pedido da diretoria regional do Iphan para a salvaguarda do Conjunto da Soledade. Em vez de 1976, a abertura do processo data de 1941 na documentação do Iphan, mas não consta o momento em que o processo fora indeferido pelo órgão. Talvez, nesse episódio, o CEC refira-se a alguma tentativa da diretoria regional de reabrir o processo do mencionado conjunto.

Além disso, a fala do *Jornal do Commercio* traz à tona justamente a participação da diretoria regional no processo de patrimonialização das cidades coloniais e de feição colonial. Nesse sentido, foi justamente a atuação dos sucessores de Godofredo Filho, Fernando Rocha Peres e Ary Guimarães, uma das principais frentes na ampliação da preservação urbana na Bahia entre meados de 1975 e 1985, juntamente com os esforços de Paulo O. D. de Azevedo à frente do IPAC. Nesse sentido, a política preservacionista instaurada nos primeiros anos do regime tem continuidade na segunda década do período ditatorial, favorecendo a emergência da candidatura de outros sítios urbanos da Bahia ao título de cidade histórica nacional. Assim, entre meados de 1970 e meados de 1980 diversas cidades baianas ou tem seu processo de tombamento retomado ou passam a ser aspirantes a essa distinção simbólica.

³³² *Jornal do Commercio*, 31 de dezembro de 1979, Rio de Janeiro, geral/3.

Sendo mais objetivo, as cidades que sofreram o processo de patrimonialização nesse período são: Rio de Contas, Itaparica, Mucugê, Santa Cruz Cabrália, Monte Santo e o centro histórico de Salvador. De alguma maneira, os intelectuais baianos que comandavam a diretoria regional do Iphan estiveram envolvidos no processo de reconhecimento de todas as cidades baianas citadas. Todavia, Godofredo Filho, Fernando Rocha Peres e Ary Guimarães podem ser tomados como os protagonistas dos processos de tombamento de Rio de Contas, Itaparica e Santa Cruz Cabrália. A patrimonialização das demais cidades, conforme ainda veremos, fora capitaneadas igualmente por outros agentes políticos.

Nas mais de três décadas que esteve à frente da 2º Distrito do Dphan³³³, correspondente a Bahia e Sergipe, Godofredo Filho mobilizou-se para que o patrimônio baiano fosse reconhecido enquanto nacional, juntamente com um grupo de intelectuais baianos defensores dessa causa (MATTOS, 2015). Entre 1966 e 1974 não foi diferente, por um lado Godofredo atuou no Conselho Estadual de Cultura – órgão que suscitou um grande debate em torno da preservação urbana na Bahia –, e por outro interveio junto à direção geral para que legitimasse a proteção de Porto Seguro, Lençóis e Rio de Contas³³⁴.

Apesar do esforço de Godofredo Filho e da intelectualidade baiana em seu entorno, por décadas a maior parte dos tombamentos na Bahia continuou a ser predominantemente de edificações isoladas. Esse quadro ainda predominava na segunda metade da década de 1960, quando tem início o regime ditatorial. É o caso de Cachoeira, Rio de Contas e Itaparica. Na verdade, Cachoeira era, depois de Salvador, a cidade que possuía o maior número de edificações isoladas tombadas pelo Iphan desde 1938, com destaque para a arquitetura religiosa colonial³³⁵. Rio de Contas contava com

³³³ De acordo com o IPHAN, “em 1937, começou a funcionar o 2º Distrito do Sphan, com sede em Salvador, abrangendo os estados da Bahia e Sergipe. Em 1990, transformou-se na 7ª Coordenação Regional, atual Superintendência do Iphan no Estado da Bahia. A Superintendência funcionou no Museu dos Sete Candeeiros, até 1988, quando passou a ocupar a Casa Berquó, imóvel do século XVII, tombado individualmente e situado no centro histórico de Salvador”. A citação foi retirada da página do IPHAN: <http://portal.Iphan.gov.br/pagina/detalhes/1068>, acessada em 23 de abril de 2019.

³³⁴ Cachoeira poderia ser incluída nessa lista igualmente, tendo em vista que houve a participação do Conselho Estadual de Cultura, do qual Godofredo Filho era integrante. Contudo, não a incluíram porque a mobilização por sua monumentalização se deu fora do DPHAN. Godofredo Filho integrava o Conselho Estadual de Cultura, que nesses anos empenhava-se para sua elevação a patrimônio nacional.

³³⁵ Livros do Tombo (IPHAN).

algumas edificações tombadas pelo Iphan desde 1958, os primeiros exemplares arquitetônicos da Chapada Diamantina que recebiam a distinção de patrimônio nacional. Naquela data, a pedido de um clérigo da localidade, foram inscritos nos Livros do Tombo a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, Igreja de Santana: ruínas, Antiga Casa de Câmara e Cadeia e duas casas na Rua Barão de Macaúbas, sendo uma delas a casa natal de Abílio César Borges³³⁶. Itaparica também apresentava algumas edificações isoladas reconhecidas como patrimônio nacional até finais da década de 1950: o Forte de São Lourenço, em 1938, e a Igreja de São Lourenço, em 1952³³⁷. As demais cidades tombadas pelo Iphan durante a ditadura não possuíam nenhuma edificação isolada inscrita nos seus Livros do Tombo.

A situação de Salvador é distinta, pois além de diversas edificações isoladas, muitas delas reconhecidas como patrimônio nacional em 1938, primeiro ano de atuação do Sphan, contava com diversos conjuntos que haviam sido tombados em 1959, quando o então Dphan concluiu o processo nº 464-T-52. Segundo Mattos (2015), em 1959, quando esse processo fora apreciado pelo Conselho Consultivo, foram tombados por unanimidade os seguintes conjuntos:

- o trecho entre os distritos da Sé e do Passo, conhecido como Pelourinho ou Centro Histórico de Salvador (1);
- a região da Conceição da Praia na Cidade-Baixa (2);
- trechos dos Mares e da Penha, incluindo o Bonfim, também na Cidade-Baixa (3 e 4);
- o Outeiro de Santo Antonio da Barra (5);
- o Largo da Palma (6);

³³⁶ A segunda informação sobre a nota é referente a casa de Abílio César Borges (Barão de Macaúbas). A primeira refere-se ao processo de tombamento dos monumentos: Casa à Rua Barão de Macaúbas; Antiga Casa de Câmara e Cadeia, na Praça Senador Tanajura (atual Fórum); Casa natal de Abílio César Borges, à Rua Barão de Macaúbas; Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento; Ruínas da Igreja de Sant'Ana. Livro Histórico, 1951, IPHAN-Regional Bahia. As edificações tombadas constam nos Livros do Tombo do IPHAN.

³³⁷ Ibidem.

- o Largo da Saúde (7);
- o trecho entre as praias do Chega Nego e Piatã, da Avenida Otávio Mangabeira, na orla de Salvador (8).
- e a região do Dique do Tororó, com os conjuntos urbanísticos, florestais, e vales que o circundam (9)³³⁸

Apesar das edificações isoladas pelo interior do estado e de conjuntos tombados pelo Iphan até o limiar da década de 1960 em Salvador, os intelectuais que estavam à frente da direção regional do órgão federal continuaram a se empenhar para que demais conjuntos baianos fossem tombados pelo Iphan no regime ditatorial que iniciara em 1964. Tendo em conta que o nacionalismo difundido pelo regime tenha favorecido a visibilidade dessas demandas regionais, Godofredo Filho e seus sucessores encontram nesse cenário um momento oportuno para buscar o reconhecimento das cidades baianas coloniais e de feição colonial, entre estas estava Cachoeira, Porto Seguro, Lençóis e Rio de Contas. Contudo, revelamos no capítulo anterior que a participação de Godofredo Filho na patrimonialização de Cachoeira e Lençóis revela-se mais discreta. Não porque não tenha participado ativamente desses processos, mas porque houve o envolvimento de outros agentes, dentre os quais merecem destaque a população e a municipalidade de Lençóis e demais membros do Conselho Estadual e o Conselho Federal de Cultura.

A preservação de Porto Seguro, por seu turno, teve Godofredo Filho como um de seus principais defensores, juntamente com as autoridades políticas municipais, quando requereu a Rodrigo M. F. de Andrade a abertura do seu processo ainda na década de 1950. Todavia, o processo não prosperou naquela ocasião, pois não apresentava um cenário muito favorável à reivindicação regionalista baiana e à preservação de sítios urbanos modestos, a exemplo do encontrado em Porto Seguro. A pauta para salvaguardar o trecho colonial somente é retomado em 1966, ainda quando Godofredo Filho comandava o 2º Distrito do Iphan, num instante em que o discurso nacionalista e as novas diretrizes de preservação urbana permitem seu reconhecimento

³³⁸ (MATTOS, 2015, p. 109).

enquanto patrimônio nacional. Nesse caso, porém, conforme expusemos antes, Godofredo Filho não estaria sozinho nessa empreitada, pois os interventores do regime na cidade recorreram ao general-presidente Castelo Branco para transformar Porto Seguro em Território Nacional e/ou Cidade Museu, ou seja, buscavam a patrimonialização da cidade colonial.

Já o processo de Rio de Contas transcorreu exclusivamente no órgão federal e por iniciativa da diretoria regional, quando Godofredo Filho solicitou a Renato Soeiro o tombamento do conjunto em sua integridade em 1972. Em grande medida, o fato de Porto Seguro, Cachoeira e Lençóis terem sido patrimonializadas se deve mais à mobilização do campo político e intelectual regional do que ao comprometimento da diretoria geral com o acervo patrimonial da Bahia. A letargia do processo de Rio de Contas vem corroborar com essa leitura, pois não teve o apoio do regime e da intelectualidade em seu entorno, contando basicamente com a atuação do corpo técnico e intelectual do 2º Distrito do Iphan. Acreditamos que tenha sido essa a razão desse processo não ter prosperado, num momento em que havia muita resistência do Iphan em tomar os sítios urbanos existentes no estado, tanto que só foram patrimonializadas aquelas cidades que contavam com apoio fora do órgão.

Apesar de não ter prosperado nesses anos, a abertura do tombamento de Rio de Contas corrobora nossa visão de que a intelectualidade baiana encontrou esses anos ditatoriais como um momento oportuno para pleitear a salvaguarda dos sítios urbanos existentes na Bahia. A petição de Godofredo Filho para tomar Rio de Contas ocorre em 13 de outubro de 1972, um ano antes da inscrição de Lençóis no Livro do Tombo do Iphan, que ocorreu em 17 de dezembro de 1973³³⁹. Algo similar ao que ocorrera com Porto Seguro anos antes, quando teve seu trâmite aberto um mês após o tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico dos Subdistritos da Sé e do Passo e demais conjuntos da capital baiana³⁴⁰. Na ocasião, Godofredo Filho enviou para

³³⁹ Correspondência de Godofredo Filho a Renato Soeiro, Salvador, em 13 de outubro de 1972 (Processo de Tombamento de Lençóis: 0847-T-71, p.1). (Processo de Tombamento de Lençóis: 0847-T-71, p. 31).

³⁴⁰ Segundo a lista do IPHAN (bens tombados e processos de tombamento em andamento), o Conjunto arquitetônico e paisagístico incluído no perímetro dos Subdistritos da Sé e do Passo foi inscrito no Arqueológico, etnográfico e paisagístico em junho de 1959. Correspondência de Godofredo Filho para Rodrigo M. F de Andrade, datada de 18 de julho de 1959. Fontes: http://portal.Iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_Bens_Tombados_marco_2016.pdf, acessado em 17/01/2019; (Processo de Tombamento de Porto Seguro: 0800-T-68, p. 47).

Rodrigo M. F. de Andrade um ofício em que solicitava o tombamento da cidade alta de Porto Seguro um mês depois do tombamento dos diversos conjuntos de Salvador. Em outras palavras, assim que uma cidade era consagrada patrimônio nacional ou tinha seu processo adiantado, Godofredo Filho dedicava esforço para que outra se candidatasse à mesma classificação.

Com a saída de Godofredo Filho em 1974, segundo Mattos (2015), vários intelectuais baianos reversaram-se no posto que este ocupava nas décadas seguintes³⁴¹. Na época que nos interessa, correspondente ao período da ditadura, três pessoas assumiram a direção regional do Iphan: Jair de Figueiredo Brandão, Fernando da Rocha Peres e Ary Guimarães. Todavia, Peres e Guimarães foram os únicos que tiveram tempo para engajaram-se em favor da patrimonialização dos sítios urbanos baianos na época da ditadura, sobretudo o primeiro.

Peres e Guimarães apresentavam um perfil intelectual próximo ao de Godofredo Filho, pois na época que assumiram o cargo de delegado regional, ambos integraram tanto o Conselho Estadual de Cultura (CARVALHO, 2013)³⁴² quanto o corpo docente da Universidade Federal da Bahia³⁴³. Diferentemente de Guimarães, Fernando da Rocha Peres dedicava-se à causa patrimonial há algumas décadas. Juntamente com Godofredo Filho, Diógenes Rebouças, Américo Simas Filho, Peres integrava a intelectualidade baiana que se mobilizou para o tombamento do conjunto da Sé e do Passo em Salvador, como bem revelou Mattos (2015). Além disso, é de autoria de Peres “Memória da Sé”, um dos pioneiros estudos dedicados ao patrimônio baiano, onde deixa evidente o seu posicionamento preservacionista ao criticar o “discurso de progresso” das elites baianas

³⁴¹ Segundo a autora, Eduardo Furtado de Simas forneceu os nomes daqueles que gerenciaram o distrito do IPHAN em Salvador. A lista é extensa, mas a nós só interessa aqueles que passaram pela ditadura, são eles: “Godofredo Rabelo de Figueiredo Filho (1937-1974); Jair de Figueiredo Brandão (1974-1975); Fernando da Rocha Peres (1975-1979); Eduardo Furtado de Simas (1979-1980); Ary Guimarães (1980-1986)” (MATTOS, 2015, p. 47).

³⁴² Segundo Carvalho (2013, p. 47), Ary Guimarães compôs o quadro do CEC como suplente, entre 22 de março de 1973 a 07 de julho de 1975 (2º Biênio), no governo de Antônio Carlos Magalhães, e como membro efetivo entre 08 de julho de 1975 a 15 de março de 1979, no mandato de Roberto Santos. Já Fernando da Rocha Peres foi membro suplente do CEC em dois biênios, entre 08 de julho de 1975 e 15 de março de 1983.

³⁴³ Usamos como referência o currículo Lattes de Fernando da Rocha Peres e Ary Guimarães. Ver: <http://lattes.cnpq.br/499293363397628> e <http://lattes.cnpq.br/5030662751123825>, acessado em 12/12/2018.

nas primeiras décadas do século XX, responsáveis pela derrubada da Igreja da Sé e demais igrejas coloniais localizadas no centro antigo de Salvador (PERES, 1974).

Quanto aos tombamentos solicitados por Godofredo Filho alguns tiveram êxito, outros foram indeferidos e arquivados e alguns se prolongaram por anos ou décadas. Na época em que Fernando Peres assume o referido cargo, em 1975, alguns processos estavam em curso, mesmo que estagnados, e outros que haviam sido arquivados voltam a serem discutidos pelo órgão. Dentre eles estava a demanda pela preservação de Itaparica e de Rio de Contas, justamente as duas cidades que receberam atenção de Godofredo Filho nas décadas de 1950 e 1970, respectivamente. Vale lembrar que a investida em Itaparica, que arrastava no órgão desde a década de 1940, não girava em torno do seu conjunto e sim da Igreja Matriz localizada na Ilha de Itaparica. Isto é, não estava em pauta a preservação do conjunto colonial que a circundava. Até porque, em 1951, momento em que o diretor regional pleiteou o mencionado tombamento, nenhum sítio urbano naquele estado constava na lista de cidades preservadas pelo Iphan.

Nessa perspectiva, em dois momentos diferentes, em 1942 e 1951, Godofredo Filho requereu junto à direção geral o tombamento daquela edificação religiosa³⁴⁴ alegando entre outras coisas **“o valor histórico e artístico do referido templo, dono de grandes proporções, imponente aspecto, e de algumas obras de imaginaria, talha e pintura, dignas de conservação umas, e de restauração outras”**³⁴⁵. Em duas ocasiões distintas as respostas da direção geral do Dphan mostraram-se contrárias à visão do intelectual baiano. Na primeira delas recomendou a diretoria regional **“aguardar oportunidade para então se deliberar da conveniência dessa medida, dado o relativo interesse que o citado monumento apresenta na ordem dos casos ora em exame”**³⁴⁶. E após a insistência de Godofredo Filho, o Iphan foi ainda mais taxativo, como podemos observar no parecer do corpo técnico da Sessão de Arte:

³⁴⁴ Correspondência de Godofredo Filho, delegado da 5ª Região, endereçada à direção geral do SPHAN, Rodrigo M. F. de Andrade, 30 de abril, Bahia, 1942 (Processo de tombamento de Itaparica, 0973-T-78).

³⁴⁵ Petição referente à Igreja Matriz do SS. Sacramento, Godofredo Filho, delegado da 5ª Região, 10 de outubro, Bahia, 1951 (Processo de tombamento de Itaparica, 0973-T-78).

³⁴⁶ Parecer do Chefe da Seção de arte, 27 de maio de 1950 (Processo de tombamento de Itaparica, 0973-T-78).

Baseados na documentação existente no Arquivo, concluímos pela ausência de qualidades artísticas que destacasse ou caracterizasse este monumento dentre os congêneres da região. Ao contrário, acentua-se uma grande desproporção entre os elementos constitutivos da composição geral, agravada ainda, por algumas alterações no interior da nave³⁴⁷.

O processo de tombamento da edificação religiosa fora arquivado após a decisão do corpo técnico da Sessão de Arte. Contudo, mais de duas décadas mais tarde, a salvaguarda da Igreja Matriz de Itaparica volta a ser debatida no órgão quando Fernando Peres estava à frente da diretoria regional e Renato Soeiro da direção geral. Nesse sentido, nenhum desses processos inicia-se sob o comando de Fernando Peres. Em vez disso, o novo diretor regional apenas retoma aqueles que foram principiados por Godofredo Filho.

A documentação do processo do tombamento de Itaparica não deixa clara o instante exato em que o órgão volta a tratar sobre o tema, mas Peres, numa correspondência enviada à diretoria geral, dá a entender que Soeiro havia solicitado à equipe do 2º Distrito um relatório sobre o acervo arquitetônico de Itaparica. É interessante observar que no ofício por ele apontado Soeiro não expressa essa intenção. De todo modo, algum tempo depois, o intelectual baiano despacha para o diretor geral do Iphan uma documentação referente à cidade localizada na Ilha de Itaparica, que entre outras coisas, constava um relatório sobre o acervo ali existente produzido pelo arquiteto Eduardo Furtado de Simas.

Oficialmente, no Iphan, a abertura do processo de tombamento do sítio urbano de Itaparica data de 1978, mas como se nota na documentação, essa questão já era discutida ao menos dois anos antes. Nesse sentido, seja no relatório de Eduardo Furtado de Simas ou nas correspondências de Peres endereçadas a Soeiro, já estava projetada a ideia de se tombar o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Itaparica, que abarcava a Igreja Matriz, um sobradão da Rua Padre Torres e a Igreja de São Lourenço. Assim, acreditamos que a pauta pela preservação da Igreja Matriz acabou se estendendo

³⁴⁷ Não conseguimos identificar pela assinatura o autor do parecer. Assunto: Renovação de pedido de tombamento, Monumento: Igreja Matriz do SS. Sacramento, 9 de fevereiro de 1952, Divisão de Conservação e Restauração (Processo de tombamento de Itaparica, 0973-T-78).

para o conjunto, após a diretoria regional revelar esse interesse, o que por sua vez fora bem recebido pelo corpo técnico da direção geral.

Apesar disso, não ocorreu a junção dos processos da Igreja Matriz e do casario colonial, em vez disso, os técnicos do Iphan produziram dois pareceres, um direcionado para o tombamento da edificação religiosa individualmente e outro para o conjunto. De todo modo, é impossível desassociar os dois pareceres produzidos pela arquiteta Dora Monteiro e Silva de Alcântara nas datas de 17 de março e 3 de abril de 1978, isso porque, nos documentos, a arquiteta analisa a edificação pelo seu entorno e o conjunto tendo a edificação religiosa como seu principal monumento integrador.

É curioso notar que a interpretação de Alcântara sobre a Igreja Matriz tenha se mostrado o oposto daquele feito pela Sessão de Arte décadas antes. Ao contrário do parecer do Iphan de 1952, que destacava **“a ausência de qualidades artísticas”**, para Alcântara, a edificação religiosa **“chama atenção pelo grande volume que possui, sobressaindo em meio ao casario miúdo que a cerca**, com poucos sobrados, e onde a própria igreja de S. Lourenço tem um destaque discreto, devido a seu porte pouco avantajado”³⁴⁸. Conclui seu parecer afirmando **“que a Matriz do Santíssimo Sacramento deva ser tombada. O mérito que possui, como obra de arquitetura, não se restringindo ao de uma significação local”**³⁴⁹.

A retomada do processo de Rio de Contas seguiu praticamente o mesmo percurso daquele apresentado no trâmite de Itaparica. Em 29 de setembro de 1977, Peres envia para Renato Soeiro uma correspondência onde lembra “a existência de uma Proposta de Tombamento, realizada a partir de um estudo da autoria do arquiteto Fernando Leal, em – 1972, a qual encontra-se dependente de informação da seção técnica competente do Iphan, conforme ofício nº 170/72 do então Chefe da 2º Distrito [Godofredo Filho]”. Todavia, as similitudes se encerram nesse quesito. Desde que Godofredo Filho propôs o tombamento a Rodrigo M. F. de Andrade, já estava explícito que se tratava do conjunto em sua integridade. Além disso, em vez de arquivado, o

³⁴⁸ Parecer de Dora Monteiro e Silva de Alcântara referente ao Pedido de Tombamento – Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento – Itaparica – Ba. (Processo de tombamento de Itaparica, 0973-T-78, p. 96). Vale lembrar que a Igreja de São Lourenço a que se refere Dora Alcântara está localizada ao lado da Igreja Matriz. Nesse sentido, a arquiteta faz uma comparação entre a imponência dessa última sobre a primeira.

³⁴⁹ Parecer de Dora Monteiro e Silva de Alcântara referente ao Pedido de Tombamento – Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento – Itaparica – Ba. (Processo de tombamento de Itaparica, 0973-T-78, p. 98)

processo estava estagnado no órgão, ou seja, o corpo técnico não realizara nenhuma ação para que o pleito avançasse.

Após o pedido de Peres, a pauta é retomada no órgão. Mesmo Soeiro mostrando-se receptivo à reivindicação baiana, a diretoria regional continuou a pressionar a direção geral do Iphan, sempre postulando informações sobre o avanço do trâmite. Em algumas dessas ocasiões, embasaram-se numa denúncia realizada pela equipe do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC), que temia a destruição do acervo arquitetônico de Rio de Contas em razão de determinadas ações que o poder municipal planejava realizar. Ao percorrer a região e tomar conhecimento dos planos da prefeitura, os técnicos do IPAC pediram à diretoria regional do Iphan providências para impedir as referidas obras, que por sua vez repassou a reivindicação à diretoria geral do órgão.

Nessa perspectiva, no caso de Itaparica, não somente a edificação religiosa fora considerada digna de receber a distinção de patrimônio nacional, como todo o conjunto em seu entorno. O tombamento da edificação e do casario colonial de Itaparica evidencia uma mudança do Iphan para com os acervos arquitetônicos urbanos na Bahia. Por outro lado, o fato da direção geral do órgão ter se manifestado mais receptiva à reivindicação das elites baianas a partir de meados de 1970 não significa que tenham passado a considerar esses sítios urbanos verdadeiros exemplares do patrimônio nacional. Deste modo, apesar de se posicionarem em favor dos tombamentos de Itaparica e Rio de Contas, paradoxalmente, os pareceres do corpo técnico do Iphan central relativizaram o valor nacional de seus conjuntos.

É o que podemos constatar no parecer da arquiteta Dora Monteiro Alcântara para as duas cidades. Nos dois casos, Alcântara enfatizou a qualidade dos sítios urbanos. Para ela, “embora muito alterado, o centro de Itaparica conserva ainda características interessantes, especialmente a volumetria do casario, dentre o qual se destaca a Igreja Matriz, condizente com o traçado antigo de ruas estreitas e becos ainda mais exíguos”. Apesar disso, a arquiteta discordou do traçado que fora sugerido pela equipe técnica do 2º Distrito, defendendo que nem todo o trecho do casario colonial proposto por Eduardo Furtado de Simas merecia a distinção de patrimônio nacional.

Quanto a referida parcela do núcleo, pensamos deva ser proposta para tombamento pelo Patrimônio Estadual da Bahia, ficando reservada aos cuidados do IPHAN, além da matriz, aquela porção do conjunto que compõe os entornos das igrejas de S. Lourenço (já tombada) e Matriz de S. S. Sacramento, ora proposta para tombamento³⁵⁰.

Conforme se observa, o único trecho que merecia ser consagrado patrimônio nacional era aquele que compunha o entorno da Igreja Matriz de Itaparica. O restante do conjunto estava mais condizente com o tombamento estadual. No parecer sobre Rio de Contas apresentado em 15 de fevereiro de 1978, Dora Alcântara deixou ainda mais nítida a visão de que o seu conjunto estava aquém daqueles inscritos nos Livros do Tombo do Iphan. De um lado Alcântara realçou que **“conjuntos como estes são, a nosso ver, de bastante valor”**, e que **“o momento para pensar em tombamento é exatamente esse (...), em que modificações maiores, devidas a um surto de progresso mais intenso, ainda não o hajam atingido profundamente”**³⁵¹. Em contrapartida, o valor daquele conjunto para Alcântara era regional. Em outras palavras, em vez de nacional, Rio de Contas fora reconhecido enquanto patrimônio da Bahia.

A solução mais adequada para casos como o de Rio de Contas está ligada à atuação dos Patrimônios Estaduais, que devem promover esses valores que têm, como dominante, uma significação regional. Não se afigurando possível essa solução que, a nosso ver, seria a mais adequada, para o caso em apreço, recai tal incumbência na área do Iphan³⁵².

Explicita-se assim, em suas palavras, que o reconhecimento de Rio de Contas enquanto patrimônio nacional somente ocorreu em razão de uma apontada deficiência da política preservacionista estadual. É curioso observar que a fala de Alcântara mostra-

³⁵⁰ Parecer de Dora Monteiro e Silva de Alcântara referente ao Pedido de Tombamento – Conjunto: arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Itaparica (Ilha e Município) Ba. (Processo de tombamento de Itaparica, 0973-T-78, p. 100).

³⁵¹ Parecer de Dora Monteiro e Silva de Alcântara referente ao Pedido de Tombamento – Rio de Contas – Ba. (Processo de Tombamento de Rio de Contas: 891-T-73, p. 61).

³⁵² Ibidem, p. 61.

se contraditória, pois em poucos dias antes, em 3 de abril de 1978, considerou o “Patrimônio Estadual” da Bahia capaz de proteger um trecho do núcleo histórico de Itaparica, complementar ao tombamento nacional que ela havia proposto. De fato, a legislação estadual referente à preservação do patrimônio baiano havia sido regulamentada pouco tempo antes do referido relatório de Alcântara³⁵³.

Deste modo, a intelectualidade Iphaniana mais uma vez apresenta uma conduta dúbia em relação ao reconhecimento do patrimônio urbano da Bahia. Por um lado defende o tombamento de Itaparica, Rio de Contas e aqueles conjuntos avaliados posteriormente. Em contrapartida, o discurso institucional não reconhece e categoriza tais cidades enquanto patrimônio nacional. É importante ressaltar que há uma diferença entre dizer que uma determinada arquitetura e cidade com aspectos regionais mereçam o título de patrimônio nacional e afirmar que uma determinada arquitetura e/ou cidade regional mereçam apenas o reconhecimento de patrimônio baiano. Sem dúvida, a interpretação da direção geral do Iphan estava em sintonia com esta última perspectiva. Diante disso, somos levados a crer que a categorização de patrimônio regional realizada por Alcântara reproduza uma continuidade da resistência do Iphan em reconhecer sítios urbanos modestos da Bahia.

Antes de concluirmos, devemos fazer uma última análise quanto ao tombamento das cidades baianas coloniais e de feição colonial. Como mostrou Fonseca (2009), o Sphan instituiu uma prática de preservação que hierarquizou os livros do tomo, no qual eram inscritos no Livro de Belas Artes aquelas edificações e conjuntos tomados enquanto valor estético genuinamente nacional. Por outro lado:

Embora não fosse admitido explicitamente, na prática, o Livro Histórico, e também, em certa medida, o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, terminaram por servir para abrigar aqueles

³⁵³ Nesse caso em específico, para uma melhor compreensão da preservação estadual, devemos lembrar que de acordo com a Lei nº 3.660 de 08 de junho de 1978 e o decreto nº 26.319, de 23 de agosto de 1968, esse encargo estava nas mãos do executivo e do Conselho Estadual de Cultura. Conforme revelado anteriormente, data dessa época, mais precisamente de 1978, os primeiros tombamentos promovidos pelo governo estadual e Conselho Estadual de Cultura. Contudo, nesses primeiros anos, poucos foram os tombamentos realizados, concentrando-se em Salvador e Recôncavo, reconhecendo basicamente exemplares da arquitetura colonial. No que se refere aos sítios urbanos, somente o Conjunto da Soledade fora decretado patrimônio da Bahia em 1980.

bens que, por falta de maior interesse estético, ou por se acharem adulterados ou parcialmente destruídos, não tinham condições de atender às exigências para a inscrição no Livro de Belas Artes (FONSECA, 2009, p. 114).

O tombamento da maioria das cidades baianas no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico pode ser interpretado sob dois ângulos, que não são excludentes. Primeiro: a inscrição nesse livro significa que ainda se perdurava a ideia de que determinadas edificações e conjuntos considerados de menos valor pela elite intelectual Iphaniana, ou seja, mesmo sendo tombados não foram reconhecidos no mesmo nível hierárquico que os conjuntos coloniais mineiros. Dentro dessa perspectiva, as primeiras cidades tombadas na Bahia estão inseridas nessa prática preservacionista. As cidades de Cachoeira, Porto Seguro, Lençóis e Rio de Contas, mesmo sendo duas delas elevadas a monumento nacional por decreto presidencial, nenhuma delas foi incluída no Livro de Artes, aquele considerado o mais importante pelos modernistas do Sphan. Segundo: a valorização da paisagem urbana, tal como preconizado nas Normas de Quito, já estava sendo utilizada para justificar os conjuntos coloniais e de feição colonial baiana. Na documentação analisada, fica evidente que Monte Santo e Mucugê seguiram essa tendência. A questão da paisagem até aparece no processo de tombamento de Lençóis, mas com sentido diferente daquele encontrados, por exemplo, no processo de tombamento de Mucugê. Como bem descreveu Sant'Anna:

(...) A partir dos anos 60, a cidade-patrimônio deixa de ser concebida somente como cidade-monumento, passando a ser vista também como testemunho da evolução da organização social, fazendo jus ao nome de 'cidade histórica'. Aos antigos valores histórico e artístico agrega-se o valor paisagístico como um critério predominante na seleção de áreas urbanas. A noção de paisagem, de resto, sempre presente em todos os tombamentos extensos, ganha agora maior força, incluindo cada vez mais o aspecto ambiental e cada vez menos a questão arquitetônica. (...) Significou, principalmente, uma visão mais integrada da preservação que envolvia não só o patrimônio construído, mas também todo o meio ambiente. A hegemonia do valor paisagístico é também, naturalmente, reflexo do discurso de contextualização do objeto patrimonial no seu entorno (SANT'ANNA, 2014, p. 239-240).

Quando a resistência Iphaniana começa enfim a perder força, outro agente político passa a ser resistência ao processo de patrimonialização das cidades baianas: o Ministro da Educação e Cultura Ney Braga. Embora tenhamos destacado que o regime ditatorial possa ser caracterizado pela difusão do discurso nacionalista e preservacionista, isso não quer dizer que em suas duas décadas de existência tenha sido homogêneo e linear. Revelamos que entre 1967 e 1975 o Ministro Jarbas Passarinho havia sido um dos principais defensores da expansão do acervo patrimonial preservado no Brasil, juntamente com o Conselho Federal de Cultura. Nesse sentido, enquanto o militar esteve à frente do Ministério da Educação e Cultura, o país e a Bahia assistiram à realização de eventos como o I e II Encontro dos Governadores, a elevação de Cachoeira e Porto Seguro a monumento nacional e a criação do Programa Cidades Históricas.

Seu sucessor, Ney Braga, ao que tudo indica, preocupou-se em frear essa expansão preservacionista. É interessante observar que a gestão de Ney Braga no Ministério da Educação e Cultura é lembrada por Lia Calabre como “um período de efetivo fortalecimento da área da cultura, com a criação de órgãos estatais que passaram a atuar em novas áreas” (CALABRE, 2007, p. 4)³⁵⁴. Para a historiadora, a criação desses novos órgãos era uma das metas da Política Nacional de Cultura, que entre os seus objetivos principais estava a “**preservação do patrimônio**” (CALABRE, 2007, p. 5). Todavia, ao analisar o processo de patrimonialização das cidades baianas nesse mesmo período, somos confrontados com outra postura de Ney Braga. Não estamos dizendo com isso que a interpretação de Lia Calabre esteja equivocada, mas que a atuação de Braga na pauta patrimonial pode ser tomada como ambígua, pois, como sustentaremos a seguir, ao mesmo tempo em que empreendeu uma Política Nacional de Cultura que tinha como um dos cernes a preservação do patrimônio nacional, apresentou uma conduta que podemos tomar como anti-preservacionista.

Para começar, em sua gestão foi homologada a Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, que determinava que o “**o tombamento de bens no Instituto do Patrimônio**

³⁵⁴ Entre os quais Lia Calabre destaca “o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDIA), o Conselho Nacional de Cinema, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE)” (CALABRE, 2007, p. 4).

Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), previsto no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, dependerá de homologação do Ministro de Estado da Educação de Cultura, após parecer do respectivo Conselho Consultivo”³⁵⁵. A mudança, como se nota, não interferia na autonomia do Conselho Consultivo do Iphan para tomar um determinado bem. Entretanto, após os conselheiros julgarem e determinarem, por exemplo, a consagração de uma determinada edificação ou cidade a patrimônio nacional, caberia ao Ministro da Educação e Cultura a homologação desse tombamento. E é justamente esse ponto que viria a ser um obstáculo para a reivindicação regionalista baiana.

Ao contrário dos anos anteriores, onde foi necessária uma mobilização do campo político e intelectual baiana para que cidades como Cachoeira, Porto Seguro e Lençóis fosse patrimonializadas, a pauta pela proteção de Itaparica e Rio de Contas consegue avançar com certa facilidade no Iphan. Mais do que isso, após as intervenções de Fernando Peres, essas pautas transcorreram rapidamente no órgão, levando o Conselho Consultivo a votar por unanimidade pela inscrição desses conjuntos nos Livros do Tombo na mesma sessão de 11 de abril de 1978³⁵⁶.

Antes de 1975, a decisão do Conselho era a última etapa para consagração de tais bens como patrimônio nacional. Após o governo Ernesto Geisel decretar a Lei nº 6.292, mais uma etapa passa a compor esse processo de patrimonialização, sendo necessário que a decisão do Iphan tivesse o aval do Ministério da Educação e Cultura. Por esse motivo, poucos dias depois do Conselho Consultivo ter ajuizado em favor da preservação do conjunto urbano e arquitetônico de Rio de Contas e Itaparica, Renato Soeiro enviou ao Ministro da Educação e Cultura Ney Braga as suas homologações de

³⁵⁵ Publicação: Diário Oficial da União - Seção 1 - 16/12/1975, Página 16677 (Publicação Original). Coleção de Leis do Brasil - 1975, Página 204 Vol. 7 (Publicação Original). <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6292-15-dezembro-1975-357648-publicacaooriginal-1-pl.html>

³⁵⁶ Ata da reunião do Conselho Consultivo do IPHAN realizado em de 11 de abril de 1978, no plenário do Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro. (Processo de tombamento de Itaparica, 0973-T-78) e (Processo de tombamento de Rio de Contas, 0891-T-73).

acordo com a Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975. Apesar disso, a homologação fica embargada na mesa de Ney Braga e em seus sucessores do governo Geisel³⁵⁷.

A documentação institucional revela que no decorrer desse tempo a diretoria regional do Iphan continuou a pressionar Renato Soeiro, e seu sucessor, Aloísio Magalhães, para a conclusão desses processos. Todavia, de acordo com a documentação pesquisada na imprensa, a resistência de Ney Braga em homologar os tombamentos em questão não passou despercebida pela elite intelectual baiana, como podemos observar numa publicação do Estado de São Paulo, de 8 de junho de 1980, intitulada “Bahia: patrimônio histórico em novo ritmo”, e assinada por Demóstenes Teixeira, da Sucursal de Salvador. Desde o início do texto fica explícito o entusiasmo com a “nova política do SPHAN” que iniciara naquele ano, resultando no tombamento de “quatro importantes monumentos históricos baianos – dentre eles o conjunto arquitetônico de toda uma cidade, Rio de Contas”³⁵⁸.

Ao mesmo tempo em que elogiava a gestão atual do Ministro Eduardo Portela, os “historiadores e arquitetos baianos” criticaram duramente o então ex-ministro Ney Braga. Consoante a reportagem, “o entusiasmo” com o expressivo número de tombamentos era “perfeitamente justificável”, considerando-se que **“afinal, foram praticamente cinco anos de imobilismo durante a gestão de Ney Braga no Ministério da Educação e Cultura, durante o governo Geisel”**³⁵⁹. O curioso é que Braga esteve no cargo entre 15 de março de 1974 e 30 de maio de 1978, ou seja, embora estivesse à frente da pasta no instante em que o Conselho Consultivo do Iphan tinha aprovado o tombamento de Rio de Contas e Itaparica, a maior parte da espera da homologação concentrou-se na gestão de outros ministros do governo Geisel.

. Sendo assim, é possível supor que as ações anti-preservacionistas que Braga instaurou no Ministério da Educação e Cultura tenha sido mantida pelos outros nomes escolhidos por Geisel para a pasta. No texto, não há qualquer menção à Lei nº 6.292

³⁵⁷ Pouco tempo após Soeiro enviar o mencionado ofício, Ney Braga é substituído por Euro Brandão, em 30 de maio de 1978.

³⁵⁸ “Bahia: patrimônio histórico em novo ritmo”, Estado de São Paulo, 8 de junho de 1980, Demóstenes Teixeira, da Sucursal de Salvador (número de página não identificada devido a qualidade do documento). Vale lembrar que, na época, Ary Guimarães já estava à frente do 2º Distrito do IPHAN, dando continuidade assim à pauta de seus antecessores e das elites políticas e intelectuais baianas.

³⁵⁹ Ibidem.

outorgada sob o comando de Braga. Apesar disso, a intelectualidade baiana considera a gestão Braga como um período em que **“apenas um processo de tombamento, entre as dezenas de processos enviados da Bahia ao Ministério, foi homologado”³⁶⁰**. Observe que a empolgação descrita não estava relacionada a uma nova gestão no Sphan, que desde 1979 era comandada por Aloísio Magalhães, em vez disso, a mudança na política de tombamento estava associada ao novo nome da pasta da Educação e Cultura: Eduardo Portella.

Nesse sentido, a decisão de Portella de homologar os tombamentos pendentes provocou grande entusiasmo naquele grupo de intelectuais que reivindicava a ampliação da preservação urbana. Segundo a reportagem, os técnicos da diretoria regional do Sphan **“intensificaram os trabalhos e estão desengavetando propostas de tombamento que nem sequer chegaram a ser encaminhadas, por absoluta inviabilidade”**. Por esta razão, argumentaram ainda que devido **“a euforia do momento”** retomavam **“vários processos de tombamento (...) na esperança de evitar a total destruição”³⁶¹**.

Quer dizer, sempre que encontrava um momento político favorável, a intelectualidade baiana intentava incluir novos conjuntos e edificações no Livro dos Tombos do Iphan. Não por acaso, a diretoria regional propõe a salvaguarda do conjunto paisagístico e histórico de Santa Cruz Cabralia, município vizinho de Porto Seguro. Como revela o Estadão, a diretoria informou que naquela ocasião estava **“em fase de elaboração de proposta de tombamento (...) o acervo arquitetônico da parte alta da cidade de Santa Cruz Cabralia e o paisagístico de toda a cidade”**. A medida ia ser proposta **“principalmente para evitar a expansão de loteamentos junto à orla marítima da cidade”**. A orla de Santa Cruz Cabralia era justamente onde estava localizada o Ilhéus da Coroa Vermelha, **“onde a história registra a celebração da primeira missa no Brasil”³⁶²**.

Com isso, a intelectualidade baiana instalada no diretório regional instaura a reivindicação de mais um conjunto baiano. Dessa vez, entra na pauta a

³⁶⁰ Ibidem.

³⁶¹ Ibidem.

³⁶² Ibidem.

patrimonialização de Santa Cruz Cabrália, que juntamente com Porto Seguro, compunha o litoral do descobrimento, tida na época como uma das regiões com maior potencial turístico no interior pela Bahiatursa. Isso demonstra que a luta de Fernando Peres e Ary Guimarães em favor da ampliação do número de conjuntos reconhecidos como patrimônio nacional estava em harmonia com o projeto do governo estadual de uso econômico do seu acervo cultural. A petição fora remetida à diretoria geral do Iphan, e ao que tudo indica teve resultado, pois o processo de Cabrália foi aberto pouco tempo depois da publicação do Estado de São Paulo, sendo concluído no ano seguinte, em 1981³⁶³.

Nem todas as demandas da intelectualidade baiana foram atendidas, a ampliação da área central de Salvador, uma das pautas que mais mobilizou o Conselho Estadual de Cultura – juntamente com a preservação de Cachoeira – nem sequer fora cogitada pelo Iphan em finais de 1960 e no decorrer da década de 1970. O conjunto em questão correspondia a uma “redefinição do centro histórico de Salvador – extensão do tombamento e rerratificação de áreas já tombadas (Subdistritos da Sé, do Passo e da Conceição da Praia; trechos das Ruas Carneiro de Campos, do Sodré e Travessa Aquino Gaspar)”.

A ação em favor da ampliação do centro histórico fora solicitada pela Diretoria de Tombamento e Conservação do órgão federal em 1983. Entretanto, isso não significa que tenha partido do Iphan essa ação. Em vez disso, podemos dizer que a abertura do processo que expandia a área preservada visava a atender a uma exigência da Unesco. O órgão internacional estabelecia que a medida fosse oficializada pelo Iphan para que o centro histórico de Salvador fosse decretado patrimônio da humanidade. É o que fica evidente na documentação encontrada nesse processo, mais precisamente na fala de Irapoan Cavalcanti de Lyra, então subsecretário do Iphan, quando afirma que “**para que o conjunto possa ser considerado Patrimônio da Humanidade, a UNESCO exige que exista uma área contínua**”³⁶⁴.

³⁶³ Processo de tombamento de Santa Cruz Cabrália (nº 1021-T-80).

³⁶⁴ O texto que foi retirado a fala de Irapoan Cavalcanti de Lyra consta no processo de tombamento do centro histórico de Salvador. No entanto, não está numerada a página nem datada. A partir das informações que constam no documento, o mais provável é que seja de 1983, após o Conselho Consultivo

A propósito, foi Michel Parent, o principal agente da missão da Unesco no país em finais da década de 1960, que tomou Salvador como a mais importante cidade de arte do Brasil que teve em 1983 “a missão de avaliar a proposta brasileira de reconhecimento oficial do Centro Histórico de Salvador como Patrimônio Cultural da Humanidade, o que se consagrou em 1984” (BAETA, 2008, p. 8). A organização desses diversos agentes, sem dúvida, estava relacionada à oposição da intelectualidade do Iphan, lotada no diretório central, em reconhecer as cidades coloniais e de feição colonial baianas como patrimônio nacional, pensada aqui em suas múltiplas manifestações de resistência. O episódio do centro histórico, por exemplo, configura uma das facetas da resistência iphaniana em relação à preservação do acervo urbano da Bahia, pois mesmo depois de uma grande mobilização do campo intelectual baiano no decorrer do período ditatorial, foi necessária a interferência da Unesco para que o processo fosse aberto e logrado no Iphan.

Por conseguinte, além da mobilização da intelectual baiana instalada no 2º Distrito do Iphan, houve outros agentes e até mesmo órgãos, a exemplo da Unesco, que pressionaram o Iphan para ampliar a patrimonialização dos conjuntos ali existentes. Contudo, não resta dúvida de que Godofredo Filho, Fernando Peres, Ary Guimarães e todos aqueles que formavam o corpo técnico do diretório regional, em companhia daqueles que integravam o Conselho Estadual de Cultura, foram peças centrais na patrimonialização das cidades baianas no período ditatorial. Nesse sentido, outros agentes vão surgindo nesse transcurso. Assim como Godofredo Filho, Peres e Guimarães, outro intelectual baiano engaja-se em favor da patrimonialização das cidades baianas: Paulo Ormindo David de Azevedo, e é justamente sobre a atuação desse intelectual e de toda a equipe do Inventário de Proteção do Acervo Cultural que trataremos adiante.

ter julgado o tombamento do centro histórico (Processo de tombamento 1093-T-83, referente ao Conjunto Arquitetônico, paisagístico e urbanístico do centro histórico de Salvador).

3.4 O papel de Paulo Ormino David de Azevedo e do Inventário de Proteção do Acervo Cultural no processo de patrimonialização das cidades baianas

Dissertamos no segundo capítulo sobre a política preservacionista promovida pelos governos arenistas que comandaram a Bahia em anos ditatoriais, assim como a disputa política em torno dessa pauta. Tal política foi determinante para a criação da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, em finais da década de 1960. Além disso, a clivagem patrimonial dos governos conservadores de Luis Viana Filho, Antonio Carlos Magalhães e Roberto Santos determinaram outras medidas práticas voltadas para a preservação do patrimônio baiano, dentre as quais se destaca o Inventário de Proteção do Acervo Cultural (Ipac-Bahia). Nesse sentido, é nesse cenário político de disputa em torno do patrimônio que o programa de Inventário é criado, integrado a um projeto do governo estadual que encontra no patrimônio um dos mais importantes vetores para o desenvolvimento regional.

O programa do Inventário, coordenado pelo arquiteto Paulo Ormino David de Azevedo³⁶⁵, foi empreendido por meio da Coordenação de Fomento ao Turismo, Secretaria de Indústria e Comércio do Estado a partir de 1973. Todavia, por se tratar de um projeto que inventariou edificações e sítios urbanos por todas as regiões do estado, estendeu-se por um longo período. Portanto, apesar de ter sido criado em 1973, quando Antonio Carlos Magalhães comandava o governo estadual e de ter sua primeira publicação datada do final desse governo, o Ipac-Bahia não pode ser associado a uma única gestão, pois continuou a ser realizado no governo Roberto Santos (1975-1979) e no segundo mandato biônico de ACM (1979-1983)³⁶⁶. Nesses três governos, dentre os quais dois carlistas, foram publicados os quatro primeiros volumes do Inventário, correspondente ao: Monumentos do Município do Salvador, v. I; Monumentos e Sítios do Recôncavo – parte I, v. II; Monumentos e Sítios do Recôncavo – parte II, v. III; Monumentos e Sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina, v. IV³⁶⁷.

³⁶⁵ Além de Paulo Ormino David de Azevedo, integrava a equipe que organizou o Ipac-Bahia as arquitetas Vivian Lene Lima, Estherzilda Berenstein de Azevedo e Odete Dourado.

³⁶⁶ O Inventário de Proteção do Acervo Cultural atravessa o regime ditatorial e alcança os governos estaduais eleitos após a redemocratização política brasileira.

³⁶⁷ Os demais volumes do Inventário de Proteção do Acervo Cultural (Ipac-Bahia) foram publicados na segunda metade da década de 1980 e na década de 1990. Trata-se dos volumes dedicados aos

Paulo Ormino David de Azevedo³⁶⁸, assim como parte dos membros do Conselho Estadual de Cultura, tem o perfil de um intelectual acadêmico. Embora tenha se tornado membro do CEC e IGHB, assim como seu pai, Thales de Azevedo, construiu sua trajetória intelectual em torno da universidade como professor e pesquisador³⁶⁹. Arquiteto de formação, Paulo Ormino de Azevedo concluiu seus estudos em 1959, na primeira turma da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA) (EKERMAN, 2017). De acordo com Sergio Ekerman, na década de 1960, além de realizar estudos nos Estados Unidos, torna-se arquiteto-colaborador no 2º Distrito do DPHAN em Salvador e posteriormente professor da FAUFBA. Entre finais da década de 1960 parte para Europa onde se consagra “especialista em conservação e restauro pelo International Centre for Conservation and Restoration of Monuments and Sites – ICCROM e doutor pela Università di Roma ‘La Sapienza’, realizando tese sobre o Centro Histórico de Salvador” (EKERMAN, 2017).

No texto “Paulo Ormino David de Azevedo em seis obras”, Ekerman cita que o arquiteto não deixou de lado a prancheta, tendo realizado obras como o Edifício Ipê (1964/65), Edifício Osório de Carvalho (1968), e a Restauração do Mercado Modelo (1984), todos em Salvador. O autor comenta ainda as realizações do intelectual baiano no campo patrimonial, tendo em vista que “no retorno da Itália, Ormino trouxe a vivência de uma discussão central para o entendimento sobre a preservação e transformação do patrimônio construído no século 20”. Entre esses feitos, Ekerman

Monumentos e Sítios do Litoral Sul, v. V; Monumentos e Sítios das Mesorregiões do Nordeste, Vale Sanfranciscano e Extremo Oeste da Bahia, v. VI; Monumentos da Região Pastoril do Estado da Bahia, v. VII. Tais informações foram verificadas nas publicações das primeiras edições do Ipac-Bahia e nas informações fornecidas por Paulo Ormino David de Azevedo no texto que publicou sobre o mencionado programa. Ver (AZEVEDO, 1998).

³⁶⁸ Vale a pena citar que segundo Lia Motta e Maria Beatriz Resende “durante a Assembleia Nacional Constituinte Ormino de Azevedo participou da comissão nomeada pelo ministro da Cultura, Celso Furtado, para redigir documento sobre a preservação do patrimônio cultural brasileiro. A Comissão foi presidida pelo jurista Modesto Souza Barros Carvalhosa, membro do Conselho Consultivo da SPHAN e, além de Ormino de Azevedo, contou com os servidores da instituição, sendo os juristas Rafael Carneiro da Rocha e Cláudia Martins Dutra e o arquiteto Augusto Carlos da Silva Teles” MOTTA, RESENDE, sem ano, p.29). Publicação encontrada na página: <http://portal.Iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/64/inventario>, acessado em 03 de novembro de 2018.

³⁶⁹ Segundo Ekerman, Azevedo torna-se professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia em 1963. Afirma ainda que o intelectual baiano ministrou “disciplinas como Teoria da Arquitetura e Introdução à Arquitetura, na graduação, e Centros Históricos, na pós-graduação, tendo obtido o cargo de professor titular da universidade em 1999, após concurso. Na UFBA permaneceu até sua aposentadoria, em 2007” (Ekerman, 2017).

destaca: a concretização do “seminal” e “pioneiro” Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia; sua participação em missões internacionais na área patrimonial, como a recuperação de Cuzco, Peru; e o prestígio junto aos órgãos internacionais como a Unesco, do qual torna-se consultor. Corroboramos com Ekerman, contudo, podemos ir pouco além de sua interpretação, pois, a nosso ver, ao mesmo tempo em que tocou o Inventário Cultural da Bahia, Azevedo torna-se, entre 1975 e 1983, um dos agentes protagonistas do processo de patrimonialização das cidades baianas. Tal leitura está em sintonia com aquela produzida por Marcia Sant’Anna (2014), que embora não apresente uma análise aprofundada, afirma que o Ipac-Bahia teve um papel fundamental no processo de tombamento das cidades baianas neste período. É importante lembrar que nossa interpretação destaca o papel de Azevedo – que estava à frente do programa – nesse processo de patrimonialização.

Paulo O. D. de Azevedo comenta que pouco tempo depois de retornar da Europa, onde concluiu seus estudos de doutoramento e recebeu certificado do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (Iccrom), foi convidado por Ana Maria Fontenele “para realizar a parte patrimonial do Levantamento do Potencial Turístico do Estado da Bahia” na Coordenação de Fomento ao Turismo da Secretaria da Indústria e Comércio. Ali percebeu, “que aquela era a oportunidade de iniciar um inventário sistemático, nos moldes do que havia visto na Europa, capaz de reunir as principais informações disponíveis sobre os monumentos baianos e nacionais, tombados ou não, e ser uma ferramenta de preservação” (AZEVEDO, 1998, p. 63). Comenta ainda que “no final da primeira administração do governador Antonio Carlos Magalhães, foi feita uma solicitação a todos os setores que apresentassem trabalhos que pudessem ser divulgados. Publicamos assim, em 1975, o primeiro volume do Ipac: Monumentos do município de Salvador” (Ibidem, p. 65).

Em um artigo publicado na década de 1980, na Revista do Iphan, Paulo Ormino de Azevedo disserta sobre a historicidade e a prática de inventário no contexto brasileiro e europeu. Nele, destaca que o Ipac-Bahia, inspirado no Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural Europeu, consagra-se como “o primeiro catálogo sistemático do patrimônio construído de um estado brasileiro”. Em estudos recentes, a

mesma leitura é compartilhada por outros pesquisadores, a exemplo de Sergio Ekerman (2017) e Marcos Olender (2010). Este último afirmou que:

Somente (...) na década de 1970, o inventário, enquanto ‘inventário de conhecimento’, desenvolve-se de forma mais estruturada no Brasil. Isto deve-se à atuação de Paulo Ormino de Azevedo, que implementou, a partir de 1973, o ‘Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC-BA)’” (OLENDER, 2010)³⁷⁰.

Olender ainda destaca que o Ipac-Bahia, assim como o Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural Europeu, “seguia a definição de ‘inventário de proteção’ dada pela Confrontação A, reunião realizada em Barcelona, em 1965”. A finalidade desse encontro era justamente elaborar “critérios para um inventário de sítios e conjuntos históricos ou artísticos com vista à sua conservação e valorização”. Ao final do encontro, os participantes conceitualizaram “‘inventário de proteção’ como sendo aquele capaz de ‘identificar e reunir as informações indispensáveis à preservação dos bens culturais’” (OLENDER, 2010).

Voltando ao texto de Azevedo sobre a prática de inventário, ele afirma que uma das inovações do programa que coordenou foi justamente não ter se limitado a registrar “**apenas dos monumentos tombados, pelo contrário, vai ser um momento de descobrimento das riquezas culturais que tem o estado da Bahia como o todo**” (AZEVEDO, 1987, p. 84). Isso permitiu o recenseamento de “**mais de um milhar de edifícios de interesse cultural e quase duas dezenas de centros históricos**” (AZEVEDO, 1987, p. 84). Não resta dúvida que o propósito de registrar um número monumental de bens nos quatro cantos da Bahia teve êxito, pois o programa realmente abarcou suas diversas e distintas regiões, mesmo as mais longínquas da capital, como a Serra Geral, o Vale Sanfraciscano e Oeste baiano. Por certo, a escolha por fazer um cadastramento sistemático permitiu que o Ipac-Bahia registrasse e fomentasse a preservação de um acervo mais amplo e diversificado que aquele tombado pelo Iphan, que em finais de 1960 concentrava-se especialmente em Salvador e Recôncavo³⁷¹.

³⁷⁰ O artigo em questão não possui paginação.

³⁷¹ Até 1967, além de não haver nenhum conjunto inscrito nos Livros dos Tombo do IPHAN fora do perímetro urbano de Salvador, raros eram os bens arquitetônicos tombados pelo IPHAN em todo esse território. A Chapada Diamantina, por exemplo, possuía apenas 4 edificações tombadas isoladamente em Rio de Contas até 1970. Em 1985, final da ditadura, após a instalação de um processo de reivindicação no campo político e intelectual baiano, a mesma região passa a contar com três conjuntos urbanos e

Além disso, Azevedo acreditava que o Ipac-Bahia poderia contribuir para o redirecionamento da política preservacionista brasileira. Nessa esteira, esperava que a prática restauradora, que segundo ele imperava no corpo técnico do campo patrimonial brasileiro, fosse substituída por uma política de conservação do patrimônio cultural aqui existente. Numa reportagem no *Jornal do Brasil*, de 30 de março de 1979, o intelectual baiano fala com detalhes sobre essa questão.

O objetivo do IPAC-Ba é criar no país uma mentalidade conservacionista, em oposição a mentalidade restauradora de muitos técnicos. No Brasil, quase todas as verbas para a preservação do acervo cultural são aplicadas em restaurações, e quase nada em sua conservação, ou seja, “um monumento terá de se arruinar quase completamente para poder ser exorcizado pela restauração”³⁷².

Na introdução do I Volume do Ipac-Bahia, publicado em 1975, Azevedo defende que a catalogação em si é uma maneira eficaz de preservação, pois “ao lado das medidas administrativas (...) a simples divulgação de valores culturais é, em si mesma, uma das mais eficientes formas de proteção de bens culturais” (AZEVEDO, 1975, p. 3). Algum tempo depois, no mencionado artigo, Azevedo vai mais a fundo nessa questão, propondo o inventário como uma medida complementar de proteção para o patrimônio brasileiro, aos moldes do que havia sido adotado na França, ou seja, a prática do inventário seria uma medida protetiva complementar à já existente no país: o tombamento.

No referido país europeu, segundo o intelectual baiano, além dos bens tombados (que recebem o nome de classificados), os bens incluídos no inventário igualmente possuíam proteção, contudo, de maneira diferenciada. Enquanto os bens classificados pela Inspetoria de Monumentos da França não poderia sofrer nenhuma alteração, “salvo as autorizadas pela autoridade competente”, os bens inventariados apresentavam uma proteção mais branda, considerando-se que o proprietário era “obrigado a comunicar, com antecedência de quatro meses, as obras pretendidas”, e chegar a um acordo com os órgãos competentes. Tal medida fez com que a França chegasse a proteger um número superior a 30 mil bens. Deste modo, para o intelectual

arquitetônicos eleitos patrimônio nacional: Lençóis, Rio de Contas e Mucugê. Esse número hoje é ainda maior, pois o Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Igatu se juntou aos demais em 2000.

³⁷² As ruínas da Bahia., de Symona Groper, *Jornal do Brasil*, 30 de março de 1979, p. 9.

baiano, no Brasil, se “assim concebido, o inventário poderá ser a base de uma nova política de preservação, que ao invés de tutelar apenas os bens excepcionais normalmente produzidos pelas elites, buscará administrar o patrimônio amplo e pluralista construído por todos os brasileiros (AZEVEDO, 1987, p. 85)³⁷³.

É interessante notar, que na época em que os primeiros volumes do Inventário foram publicados, Paulo Ormino afirmou que o programa vinha “sendo desenvolvido pela Secretaria da Indústria e Comércio, desde 1973, como resposta ao apelo formulado pelo Governo Federal aos Estados e Municípios para colaborarem com a União na preservação do patrimônio cultural, turístico e natural do País”. Como apresentado anteriormente, os Encontros dos Governadores, realizados em Brasília (1970) e Salvador (1971) tinham como pauta a descentralização da política preservacionista brasileira, delegando a estados e municípios a responsabilidade de colaborar com a união nesse encargo.

Sendo assim, é relevante lembrar que, em meio a uma disputa política em torno do patrimônio, a Bahia vinha desde finais da década de 1960 apresentando esforços para proteger as riquezas culturais existentes em suas fronteiras. Como já visto, a ideia de associar preservação ao uso turístico ganha força após a passagem de Michel Parent na Bahia e de seus encontros com Luis Viana Filho e Antonio Carlos Magalhães, no comando do poder estadual e municipal, respectivamente. A concepção preservacionista defendida pela Unesco foi de fato adotada pelos governos arenistas e biônicos da Bahia, sobretudo nos dois mandatos carlista.

Um dos desdobramentos da política de desenvolvimento do turismo instaurado nos governos arenistas implica justamente o programa de interiorização da atividade turística, que tem os primeiros contornos desenhados em meados da década de 1970 no

³⁷³ Vale lembrar que para Lia Motta e Maria Beatriz Resende, “numa análise mais cuidadosa, observa-se que a proposta de Paulo Ormino de Azevedo, assim como a francesa, traz implícitos os procedimentos administrativos de proteção e gestão de bens culturais a partir do desenvolvimento de inventários: a análise e valorização dos bens inventariados, em diferentes categorias; a definição de medidas de incentivo aos proprietários que conservassem os bens; a fiscalização e conceituação sobre limites e possibilidades de intervenção nos bens; e a retirada de incentivos quando fosse o caso. Compreende-se a partir daí que a medida de proteção não seria o inventário, mas sim outra forma de proteção, alternativa ao tombamento, proposta a partir do inventário. O inventário seria o modo de produção de conhecimento para a sistematização de dados sobre os bens, visando a sua identificação, classificação e valorização” (MOTTA, RESENDE, sem ano, p.31). Publicação encontrada na página: <http://portal.Iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/64/inventario>, acessado em 03 de novembro de 2018.

governo Roberto Santos e amadurecido no segundo governo carlista. A ideia de Paulo Gaudenzi, secretário da Bahiatursa dos dois governos citados, era justamente explorar as belezas naturais e o patrimônio cultural encontrados no vasto seu território. As “cidades históricas” do Recôncavo, Chapada Diamantina e Sul da Bahia, algumas nem tombadas ainda, era tomadas como áreas prioritárias para receber investimento e infraestrutura e transformá-las em importantes destinos turísticos. O Ipac-Bahia, portanto, pode ser tomado como uma ação do governo baiano para conhecer tanto o acervo cultural como o seu potencial turístico. Desta maneira, fica evidente que o programa estava integrado a um projeto do governo que tinha como finalidade transformar a Bahia num dos grandes polos turísticos do país. Isso fica claro numa fala de Azevedo a Folha de São Paulo, datada de 18 de abril de 1980.

Coordenador do Programa, o arquiteto Paulo Ormino de Azevedo explica que a política de turismo cultural no Estado e a preservação e aproveitamento dos monumentos abandonados não poderiam ser feitos de uma forma racional se não se contasse com uma catalogação sistemática de monumentos, sítios históricos de todo o acervo cultural, capaz de reunir os elementos necessários e suficientes a uma precisa identificação dos bens culturais e do seu estado de conservação e uso. (...) o programa de Inventário e Proteção do Acervo Cultural do Estado da Bahia já cobriu com suas atividades área equivalente ao somatório dos Estados do Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo e Rio de Janeiro, identificando um total de 617 monumentos, dos quais 576 já foram levantados, além dos 17 centros históricos, para, a partir dessa catalogação, a Secretaria da Indústria e Comércio ordenar sua ação no setor do turismo cultural³⁷⁴.

Não pretendemos aprofundar sobre a catalogação de conjuntos realizada pelo Ipac-Bahia, visto que o inventário em si não é nosso objeto. Interessa-nos compreender a atuação de Paulo Ormino D. de Azevedo e de sua equipe no processo de patrimonialização de determinadas cidades baianas. Todavia, é interessante trazer a tona uma questão: os inventários produziram uma hierarquia das edificações e conjuntos catalogados. Nos diversos volumes publicados, as edificações ou sítios urbanos eram nominados e descritos individualmente numa ficha, onde se detalhava informações

³⁷⁴ “Bahia intensifica proteção de seu acervo”, Folha de São Paulo, 18 de abril de 1980, p. 21.

como: situação e ambiência, período, utilização atual, proteção existente e proteção proposta, entre outras. Sendo assim, a equipe do IPAC sugeria que tipo de proteção caberia a aquela edificação ou conjunto, quer seja propondo o tombamento federal, estadual ou municipal.

Nesse sentido, enquanto produção de saber, o Inventário acabou elaborando uma hierarquia daqueles edifícios e sítios urbanos catalogados, no momento em que eram classificados como potenciais candidatos a patrimônio nacional, regional e local. É claro que a recomendação de preservação a nível federal desses bens não significava uma abertura automática do processo de tombamento. A patrimonialização das cidades registradas no Inventário teria que percorrer um longo processo político e institucional para ser consolidada. De todo modo, no instante em que Azevedo e equipe classificavam e recomendavam uma determinada edificação e cidade, a proteção federal significa que estes a consideravam dignas da distinção de patrimônio nacional.

Na época em que foram produzidos os respectivos volumes do Inventário, alguns desses conjuntos já haviam sido tombados como patrimônio nacional, como é o caso de Lençóis e Cachoeira. Outros estavam em processo, a exemplo de Rio de Contas. E outros, ao serem “descobertos”, tornar-se-iam fortes candidatos a tal elevação simbólica, com o empenho de Azevedo e arquitetos que tocavam o programa. À medida que percorriam o território baiano, esses agentes passam a denunciar a situação de acelerada destruição do acervo cultural baiano e cobrar dos órgãos competentes medidas de proteção para reverter essa situação, seja através da escrita do inventário, da imprensa e das correspondências que foram endereçadas à diretoria regional do Iphan.

Desde a publicação do Volume I do Inventário, o intelectual baiano manifesta que uma das finalidades do programa era colaborar para a patrimonialização de edificações e sítios urbanos existentes em suas fronteiras. Em uma reportagem do Jornal do Brasil fica explícito que para o intelectual a realização do inventário impulsionava que medidas de proteção fossem tomadas. Em 30 de março de 1979, por exemplo, ao falar sobre o lançamento do II Volume do Inventário – que abrangia a região do Recôncavo baiano – Azevedo afirmou que o I Volume fomentou a preservação dos bens listados. Sendo mais preciso, Azevedo ressaltou na imprensa que:

O volume anterior, publicado há quatro anos, com enfoque sobre a cidade de Salvador, vem aos poucos tendo suas recomendações concretizadas: prédios que não contavam com nenhuma proteção foram recentemente tombados ou estão em vias de tombamento, enquanto movimentos de opinião pública impediram que outros edifícios inventariados fossem demolidos³⁷⁵.

Um ano mais tarde, dessa vez no Jornal Diário da Tarde, em 20 de agosto de 1980, Azevedo reforça esse argumento, dando a entender que o inventário surgia como um importante instrumento para fomentar o tombamento de determinados monumentos, assim como conscientizar a população sobre o valor cultural. Segundo a reportagem, o arquiteto baiano **“chamou a atenção para a utilidade dos inventários como bancos de dados para determinar o processo de tombamento e ‘dar prioridades às medidas de proteção, criando uma consciência popular do valor de determinados monumentos culturais, de modo que seja evitada a ação demolidora”**³⁷⁶. Com efeito, Azevedo colocou em prática essa assertiva, ao menos aquela que se referia à promoção do tombamento. Não por acaso utiliza-se de sua posição de representante do governo estadual para tentar lograr a proteção do acervo baiano, passando a pleitear junto ao IPHAN a proteção de diversas edificações e sítios urbanos existentes em suas fronteiras.

Denunciando a situação de acelerada perda do acervo patrimonial baiano, Paulo O. D. de Azevedo se junta a um grupo de intelectuais baianos que há décadas lutavam pela patrimonialização de suas edificações e sítios urbanos. E são justamente as denúncias realizadas pela equipe do Inventário que vão sustentar e justificar a petição de abertura do processo de Mucugê e Monte Santo, além de edificações isoladas encontradas nas fronteiras baiana e do conjunto de Rio de Contas. A maior demanda dos intelectuais do Conselho Estadual de Cultura era justamente a realização de pesquisas sistemáticas acerca dos conjuntos urbanos e arquitetônicos existentes no estado, por entenderem que a pesquisa era um passo importante para lograr sua salvaguarda. Em grande medida, o Inventário realizado pelo governo estadual baiano veio a suprir essa antiga pendência. Nessa esteira, um programa voltado para a catalogação do acervo cultural baiano, aos moldes do realizado pelo governo baiano (Ipac-Bahia), realmente se

³⁷⁵ “As ruínas da Bahia”, de Symona Groper. Jornal do Brasil, 30 de março de 1979, p. 9.

³⁷⁶ Diário da Tarde, Paraná, 29 de agosto de 1980.

mostrou um ferramenta importante no processo de reconhecimento do patrimônio baiano.

Na documentação dos processos de tombamento das cidades coloniais e de feição colonial do Iphan, nos deparamos em diversos momentos com situações em que Azevedo produz uma mobilização em favor da patrimonialização dos sítios urbanos. Em 1977, o arquiteto enviou ao diretor regional, Fernando da Rocha Peres, um ofício em que pedia que o órgão tomasse providência para frear uma reforma que o poder municipal de Rio de Contas pretendia realizar numa praça do conjunto colonial. Mais uma vez destacou que recebera a denúncia por meio de sua equipe que inventariava bens da Chapada Diamantina e Serra Geral³⁷⁷.

A equipe do Ipac-Bahia e Azevedo seguiram um roteiro similar em relação ao conjunto de Mucugê, localizada na mesma região. Ao contrário de Rio de Contas, porém, Mucugê não estava em processo de tombamento no Iphan. Mucugê não era de fato uma cidade desconhecida do campo intelectual baiano, uma vez que, conforme evidenciamos anteriormente, desde 1970 os membros do Conselho Estadual de Cultura a incluía na lista de conjuntos que mereciam ser salvaguardadas, juntamente com as demais cidades consideradas históricas da Chapada Diamantina. Por esta razão, a ideia de descoberta, embora seja muito utilizada no campo do patrimônio brasileiro, deve ser colocada em suspensão. Azevedo e os demais arquitetos não fugiram à regra, pois recorreram a essa mesma estratégia como forma de valorizar suas respectivas ações e os bens que registraram.

Em novembro de 1977, na posição de coordenador do Ipac-Bahia, Azevedo envia um ofício ao diretor regional do Iphan Fernando Peres, no qual relata:

No desenvolvimento dos trabalhos do Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Estado da Bahia, que estamos realizando graças ao convênio da SEPLAN-PR e Secretaria da Indústria e Comércio, **somos constrangidos a assistir impotentes a destruição sistemática da paisagem natural e cultural de nosso Estado.** Esta destruição é função direta das facilidades de acesso, de tal modo que nas zonas

³⁷⁷ Este episódio será melhor explorado mais adiante, ainda neste capítulo, quando analisarmos a relação das municipalidades com o processo de patrimonialização dos sítios urbanos baianos.

próximas à capital praticamente só restou aqueles monumentos formalmente tombados, tendo os demais sendo destruídos impiedosamente. Por esta razão, regiões mais afastadas e até pouco tempo carentes de estradas, como a Chapada Diamantina, conseguiram preservar interessantes monumentos e até conjuntos urbanos quase intocados³⁷⁸.

A denúncia em questão estava direcionada a um episódio de ameaça de destruição de um casarão oitocentista localizado em Mucugê para dar lugar a uma agência bancária, episódio que abordamos anteriormente. Assim, ao mesmo tempo em que expõe a pretensão do Banco do Brasil em demolir o casarão para construir uma nova agência bancária, Paulo Ormino de Azevedo pleiteia o tombamento de Mucugê em sua integridade.

Dentre estes conjuntos destaca-se o de Mucugê, até o momento sem nenhuma proteção legal. (...) **Mucugê tem todas as condições para ser considerada monumento nacional. Visando o tombamento da cidade, estamos encaminhando em anexo algumas informações, fotografias e plantas da mesma para uma primeira avaliação do mérito do conjunto.** Alguma coisa, porém, deverá ser feita imediatamente no sentido de sustar tais atentados, enquanto se providenciam medidas legais de proteção à cidade. Não é admissível que enquanto o governo federal investe na proteção de bens culturais, um órgão de administração descentralizada contribua para a sua destruição³⁷⁹.

Até aquela altura, por mais que tivesse sido elencada pelos conselheiros como uma das cidades desprovidas de proteção, não houve nenhuma mobilização junto ao Iphan para sua patrimonialização. Deste modo, Paulo O. D. de Azevedo não somente foi responsável pela petição desse tombamento como o sustentou no ofício analisado. Além das cidades da Chapada Diamantina, outra cidade que mereceu atenção de Azevedo foi Monte Santo, mais especificamente o conjunto arquitetônico e paisagístico que tinha início no perímetro urbano. Todavia, a primeira petição referente à preservação de

³⁷⁸ Correspondência de Paulo Ormino de Azevedo (Secretaria da Indústria e Comércio, Coordenação de Fomento ao Turismo) endereçada a Fernando da Rocha Peres (Diretor regional do 2º Distrito do IPHAN), Salvador, Bahia, 25 ou 29 de novembro de 1977 (Processo de Tombamento de Mucugê, 0974-T-78, p. 6).

³⁷⁹ Ibidem, p. 7.

Monte Santo parte de Rubens Rocha, responsável pelo Museu do Recôncavo do Iphan em Cachoeira, Bahia. Na correspondência, Rocha solicita ao órgão em 11 de junho de 1981:

A possibilidade de um estudo minucioso com a finalidade de no futuro, ser tombado no âmbito Federal, Estadual ou Municipal, o morro e Capelas da cidade de Monte Santo, quer pelo aspecto paisagístico de que é dotado pela natureza e agenciado pelo homem, quer pelo histórico e religioso, evitando uma descaracterização mais tarde, e preservando assim, a memória nacional³⁸⁰.

Meses mais tarde, em 20 de outubro de 1981, foi a vez de Azevedo enviar para Ary Guimarães o pedido de preservação daquele conjunto. Em linhas gerais, o arquiteto segue o mesmo caminho da petição anterior, contudo, faz uma descrição mais detalhada e técnica do conjunto. No documento, Azevedo propõe que ao Iphan “o tombamento (...) do parque de Monte Santo, antiga Serra de Piraguaçá, com o seu santuário constituído de 25 capelas com imagens e quadros alusivos às dores de Nossa Senhora e Paixão de Cristo, bem como ex-votos oferecidos pelos peregrinos, durante quase duzentos anos”³⁸¹. Ademais, Azevedo enviava em anexo um estudo que realizara sobre o Santuário de Monte Santo, apresentado no Congresso do barroco brasileiro, realizado na cidade de Ouro Preto, em setembro de 1981. O que demonstra que o conjunto localizado no Nordeste baiano já vinha recebendo sua atenção há algum tempo.

De qualquer maneira, a direção regional da Bahia solicitou o tombamento de Monte Santo formalmente ao Iphan central algum tempo depois, em 29 de janeiro de 1982. Na proposta de tombamento enviada por Ary Guimarães constam as duas petições mencionadas e informações técnicas e fotográficas do conjunto. Sobre a questão conceitual desse sítio trataremos mais adiante de forma aprofundada. Por hora, podemos considerar Paulo Ormino D. de Azevedo como o agente responsável pela patrimonialização de Mucugê e Monte Santo, isso porque o tombamento de Monte

³⁸⁰ Correspondência de Rubens Rocha a Ary Guimarães, 11 de junho de 1981, Cachoeira. (Processo de tombamento de Monte Santo: 1060-T-82, p. 25).

³⁸¹ Correspondência de Paulo Ormino de Azevedo a Ary Guimarães, Governo do Estado da Bahia, Secretaria da Indústria e Comércio, Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Estado da Bahia, 20 de outubro de 1981, Salvador. (Processo de tombamento de Monte Santo: 1060-T-82, p. 32).

Santo foi reconhecido pela intelectualidade Iphaniana com os mesmos argumentos de Azevedo, legitimando desta maneira sua apreciação.

Cabe lembrar que essas não constituem as únicas ações de Azevedo e equipe para patrimonializar os sítios urbanos do estado. Assim como fez em relação às cidades da Chapada Diamantina, Azevedo denuncia o perigo de destruição de cidades coloniais do Recôncavo. Numa publicação do *Jornal do Brasil*, de 30 de março de 1979, o intelectual ressalta o risco eminente de descaracterização dos centros históricos de Santo Amaro (cidade vizinha a Cachoeira) e São Francisco do Conde. De acordo com a publicação, os arquitetos do Ipac-Bahia recomendavam o tombamento a nível estadual desses dois centros históricos, pois ambos corriam “perigos potenciais de descaracterização”, por não contarem com nenhum tipo de proteção e devido à “poluição industrial”³⁸². É curioso observar que, em vez de recomendar o tombamento federal, como fez em relação a Monte Santo e Mucugê, Azevedo defendia o tombamento dos dois conjuntos a nível estadual, ou seja, como patrimônio baiano.

Sendo assim, nem todos os sítios urbanos catalogados pela equipe do Ipac-Bahia despontavam-se enquanto aspirantes a patrimônio nacional, inclusas as cidades coloniais do Recôncavo. Apesar disso, não é possível apontar com precisão quais os critérios utilizados por Azevedo e sua equipe de arquitetos para classificar um conjunto enquanto passível de preservação estadual ou nacional. Acreditamos que não foi o critério histórico, pois Santo Amaro e São Francisco do Conde são caracterizados pelo Ipac-Bahia como conjuntos coloniais, justamente o consagrado pela intelectualidade do Sphan como símbolo da nacionalidade. Na publicação do *Jornal do Brasil*, Azevedo comenta que Santo Amaro estava em um “mediocre o estado de conservação”. Não obstante, não podemos sustentar que tenha sido por esta razão que esses conjuntos tenham sido considerados dignos de preservação estadual, mas é importante observar que uma das qualidades de Mucugê apontadas pelo arquiteto tenha sido justamente seu excelente estado de conservação.

O interessante nesse caso é que Santo Amaro e São Francisco do Conde estavam entre aquelas cidades que receberam maior atenção dos membros do CEC, juntamente com Salvador, Cachoeira, Maragogipe e Jaguaripe, ou seja, a capital baiana e a cidades

³⁸² *Jornal do Brasil*, “As ruínas da Bahia”, de Symona Groper, 30 de março de 1979, p. 9.

do Recôncavo. Assim como os conselheiros, Azevedo pleiteou a proteção desses conjuntos, mas enquanto patrimônio estadual.

Ao final, embora Paulo O. D. de Azevedo e a equipe do Ipac-Bahia – programa instalado na Secretaria da Indústria e Comércio da Bahia – tenham orientado o governo da Bahia e Conselho Estadual de Cultura a tombá-los, a preservação desses conjuntos não foi adiante³⁸³. Vale ressaltar que, embora tenha sido regulamentada no governo Roberto Santos, em 1977, com a participação do Conselho Estadual de Cultura, a política de tombamento estadual volta-se quase que exclusivamente a edificações isoladas. O único conjunto sacralizado patrimônio estadual até o final da década de 1980 foi o Conjunto da Soledade, localizado na capital baiana, que teve o seu tombamento indeferido pelo Sphan em 1941. Nesse sentido, o CEC, que tinha um papel decisório na política de tombamento na Bahia, não conseguiu a salvaguarda dos conjuntos urbanos e arquitetônicos, justamente a principal pauta de seus membros.

Outra questão merece ser ressaltada antes de concluirmos esse subcapítulo: o conflito entre a direção regional do Iphan e a intelectualidade baiana que se mobilizava para a preservação do acervo do estado. Se levarmos em consideração as intervenções da equipe do IPAC e Paulo O. D. de Azevedo junto aos diretores do 2º Distrito do Iphan, poderíamos dizer que tanto Fernando da Rocha Peres como Ary Guimarães mostravam-se receptivos a suas reivindicações. Sem dúvida, Peres e Guimarães, defensores do discurso preservacionista, igualmente estavam interessados na patrimonialização dos referidos sítios urbanos, tanto que foram os responsáveis pela abertura ou retomada de alguns processos.

Contudo, nem sempre a relação de Azevedo com o diretório regional mostrou-se harmônica. Nessa mesma época, em 1978, um episódio envolvendo um casarão oitocentista traz à tona um conflito em torno de sua preservação. Trata-se de uma edificação residencial no estilo neoclássico (século XIX), considerados por aqueles que

³⁸³ Vale lembrar que a preservação nas duas cidades do Recôncavo se deu em edificações isoladas, basicamente engenhos, igrejas e casarões coloniais, tanto no nível federal como estadual Livro do tombamento dos bens imóveis, Volume I, Estado da Bahia, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Bens tombados e processos de tombamento em andamento (Atualização: 16.03.2016). IPHAN, http://portal.Iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_Bens_Tombados_marco_2016.pdf, acessado em 13-01-2019.

pleiteavam seu tombamento um dos mais representativos e um dos últimos exemplares dessa manifestação arquitetônica. De acordo com a reportagem, “a secção baiana do Instituto dos Arquitetos do Brasil vai integrar e possivelmente dirigir a campanha movida por intelectuais e artistas de Salvador contra a demolição” do edifício oitocentista. Diante do impasse, o diretor do Iphan foi consultado, mostrando-se “favorável ao tombamento do casarão”, propondo-se a “diligenciar essa proteção legal junto ao Conselho Consultivo do Instituto” desde que os intelectuais interessados encaminhem para a 4ª Diretoria do órgão o pedido de tombamento, acompanhado de notícia histórica sobre o edifício, documentação fotográfica, cadastro arquitetônico e justificação do pedido³⁸⁴. Todavia, ao contrário do que afirma a publicação, a fala de Peres parece criar dificuldades para a salvaguarda do imóvel, pois além de ter autonomia para abrir o processo de abertura, era o órgão que costumava produzir todo o material por ele listado.

A intelectualidade que participava da campanha teve a mesma impressão, afirmando ao periódico que “a posição do Iphan soa estranha (...) tendo em vista que a Delegacia Regional tem autonomia para propor o tombamento, independente de solicitação de interessados”. Paulo O. D. de Azevedo, um dos defensores da medida, manifestou uma opinião semelhante, afirmando que “interessada no caso é toda a coletividade e, se o Iphan na Bahia reconhece a importância da preservação do prédio, cabe-lhe propor imediatamente, por conta própria, o tombamento”³⁸⁵. A partir dessa publicação não podemos apontar por qual motivo Peres colocou tanta dificuldade frente à pretensão dos intelectuais de tombar o casarão. No entanto, talvez isso esteja relacionado à gestão de Ney Braga no Ministério de Educação e Cultura, o que aventa outra reportagem do Estado de São Paulo,

Na publicação, datada de 27 de julho de 1975, época da gestão de Braga, Peres dá a entender que estava em vigor uma nova política de tombamento no Iphan. Para o diretor regional do órgão, diversos monumentos existentes no estado deveriam ser tombados, contudo, “que com a reformulação por que está passando o IPHAN, a política de tombamento deverá ser revista tendendo a uma disciplinações tos

³⁸⁴ Mariluce Moura, “E, em Salvador, baianos lutam para preservar seu patrimônio”, O Estado de São Paulo, 15 de janeiro de 1978, p. 22.

³⁸⁵ Ibidem.

tombamentos ‘para que não se tombe em demasia, dificultando a conservação dos monumentos’³⁸⁶. Isso sugere que a postura de Peres em relação ao casarão oitocentista estava em sintonia com as novas orientações do governo Geisel. Se no mandato de Jarbas Passarinho a causa patrimonial apresentou certa centralidade, tornando-se um importante aliado da reivindicação regionalista baiana que emerge entre finais de 1960 e início de 1970, o mesmo não se pode dizer da gestão de Braga, que embargou os tombamentos dos conjuntos coloniais já concretizados pelo Conselho Consultivo do Iphan.

Paulo O. D. de Azevedo estava entre aqueles que manifestavam uma visão pessimista do governo Geisel e positiva em relação à política preservacionista do governo Médici, com Passarinho no comando do Ministério Educação e Cultura (MEC). Numa publicação do Estadão, de 6 de outubro de 1974, fica evidente essa interpretação. Sua crítica era direcionada a uma decisão do MEC, que em síntese era “favorável ao destombamento da Floresta da Tijuca para exploração imobiliária”. Para Azevedo:

O governo passado (...) promovia e patrocinava encontros em nível nacional visando o reforço da proteção das áreas de interesse histórico e da preservação ecológica. Em 1970, o encontro resultou na “Carta de Brasília”, dois anos depois no “Documento de Salvador”, sugerindo a criação de leis estaduais, para complementar a legislação federal.³⁸⁷

Enfim, em meio a tantos conflitos e mudanças, a patrimonialização das cidades baianas avança em várias frentes. Ao mesmo tempo em que ocorreu a redução da resistência da intelectualidade Iphaniana e a retomada dos tombamentos dos seus conjuntos com o fim do governo Geisel outros agentes vão compondo uma rede política e intelectual cada vez mais diversificada e complexa. Nesse ínterim, foram diversos os órgãos e grupos que empreenderam o processo de reivindicação regionalista que buscava a elevação a patrimônio nacional das cidades de Porto Seguro, Cachoeira, Lençóis, Rio de Contas, Itaparica, Mucugê, Monte Santo, Santa Cruz Cabrália e centro

³⁸⁶ O Estado de São Paulo, “Bahia prepara recuperação dos monumentos históricos”, 27 de julho de 1975, p.16.

³⁸⁷ O Estado de São Paulo, “Patrimônio Histórico de Salvador depende do MEC”., 6 de outubro de 1974.

histórico de Salvador. Estão nessa lista: a Unesco, os membros do Conselho Estadual de Cultura, os diretores regionais do Iphan e os governadores conservadores arenistas. Soma-se a estes Paulo O. D. de Azevedo e equipe do Ipac-Bahia, que em suas andanças pelo interior do estado alavancaram a abertura de processos de tombamento no Iphan e intentaram que tantas outras fossem reconhecidas como patrimônio baiano.

Capítulo IV- As narrativas nacionalistas e o reconhecimento das cidades históricas nacionais baianas

Introdução

O quarto e último capítulo têm como objetivo principal evidenciar as narrativas nacionalistas por trás da reivindicação regionalista baiana. Nesse sentido, só é possível entender de que maneira os conjuntos coloniais e de feição colonial foram reconhecidos enquanto patrimônio nacional se forem entendidas as narrativas regionalistas por trás desse processo de patrimonialização. Afinal indagamos: com que discurso nacionalista Porto Seguro e Cachoeira foram elevadas às cidades monumentos nacionais? Quais discursos regionalistas engendraram o valor patrimonial de Lençóis, Rio de Contas, Mucugê, Monte Santo, Santa Cruz Cabrália e o centro histórico de Salvador? Qual imagem de Bahia esses discursos regionalistas construíram? Por que alguns desses regionalismos se reconheceram enquanto continuidade da civilização das Minas Gerais nos sertões baianos?

Para tanto, porém, era necessário contestar aquela visão que o patrimônio baiano não era nacional. Nesse cenário de contestação, as elites intelectuais buscaram legitimar e enaltecer este extenso acervo, encontrado em suas cidades coloniais e de feição colonial, demarcando uma diferença do restante do acervo existente no país. A contestação do regionalismo baiano para com uma visão regionalista mineira instaurada no Dphan apresenta-se como uma das discussões centrais neste capítulo. O tema do patrimônio já estava estabelecido no Brasil desde as primeiras décadas de atuação do Sphan³⁸⁸. Em meados da década de 1960, contudo, com a criação do CFC e dos CECs, amplia-se a participação da intelectualidade que era responsável pelos debates em torno da proteção e da eleição do patrimônio histórico e artístico no país. Na Bahia, junta-se a esse quadro um número de intelectuais que passam a compor as equipes de pesquisadores da Universidade Federal da Bahia, sendo que alguns destes passaram a tocar projetos importantes como o IPAC-BA ou coordenar instituições como o

³⁸⁸ Nesse quesito, a Revista do SPHAN teve um papel fundamental nesse processo de consolidação do órgão enquanto instituição de saber. Com autores nacionais e estrangeiros concedeu legitimidade e visibilidade internacional ao patrimônio nacional (Chuva, 2003).

FPAC³⁸⁹. Isso sem falar naqueles que passam a renovar a equipe do 2º Distrito do Sphan na Bahia, que há décadas tinha à frente Godofredo Filho, principal expoente dessa luta pelo reconhecimento do acervo patrimonial baiano como nacional.

Como apresentamos no decorrer desse estudo, no período da ditadura civil-militar, os discursos em favor da preservação das cidades baianas transcorreram em diversos espaços acadêmicos e institucionais, destacando-se: o 2º Distrito do Iphan criado em 1937, que teve como principal expoente Godofredo Filho, e em segundo plano Fernando da Rocha Peres; o Conselho Estadual de Cultura criado em 1967, que concentrou um grande número de intelectuais que a longa data vinha atuando na defesa do acervo patrimonial baiano; e por fim naquele grupo de intelectuais e técnicos que realizaram o Inventário de Proteção do Acervo Cultural (Ipac-Bahia), tendo como principal mentor o arquiteto Paulo Ormino David de Azevedo. Todavia não nos limitaremos a estes espaços, uma vez que as narrativas que engendraram esses sítios urbanos enquanto cidades históricas nacionais permearam outros espaços institucionais e políticos no momento em que iniciara o processo de patrimonialização de cada uma dessas cidades. Sendo assim, propomos agora analisar tanto as narrativas nacionalistas que circularam na Bahia como aquelas que legitimaram no Iphan e no Conselho Federal de Cultura³⁹⁰ (no caso particular de Cachoeira) o tombamento das cidades coloniais e de feição colonial baiana.

Embora falando de lugares sociais diferenciados, esse grupo de intelectuais e agentes políticos, na medida em que defendia a proteção das cidades baianas coloniais e de colonial, construiu uma ideia de passado da Bahia, pois sustentavam os seus tombamentos por meio de narrativas regionalistas concorrentes à narrativa nacional. Esses intelectuais acabaram de um lado reatualizando aquelas visões de Bahia que vinham sendo construídas desde finais do século XIX pelo regionalismo saudosista da época imperial³⁹¹ e por instituições como o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia³⁹².

³⁸⁹ Referimo-nos a Paulo O. D. de Andrade e a Fernando da Rocha Peres, respectivamente à frente do IPAC e do FPAC.

³⁹⁰ Considerando-se que, diferentemente dos demais sítios urbanos tombados, Cachoeira teve seu processo de reconhecimento mais restrito ao Conselho Federal de Cultura e presidência militar.

³⁹¹ Rinaldo Leite, em sua tese “A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas”, se dedicou a analisar a atuação da intelectualidade baiana no período republicano, quando se manifestaram saudosistas do tempo do segundo reinado, considerando-se que na época “os conterrâneos do passado tanto desempenharam um papel

Por outro, houve aqueles que construíram novas visões sobre o passado da Bahia, acrescentando novos olhares ou os direcionando para novas fronteiras patrimoniais.

4.1 As cidades históricas da Bahia: o monumental, expressivo e autêntico patrimônio histórico e artístico nacional

Essa escrita se volta para a contestação de uma visão nacionalista preservacionista orquestrada pela intelectualidade baiana inserida em espaços institucionais como o CEC, o 2º Distrito do Iphan e o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Sem dúvida, a ideia de patrimônio e cidade histórica defendida por esses grupos sociais não se difere muito daquela visão estabelecida nas primeiras décadas de atuação do Sphan, enquanto valorização da arte e arquitetura de feição colonial erguida entre os séculos XVI e XIX. Ainda que alguns tenham sido reconhecidos por ser uma expressão popular, o elemento colonial estava presente.

hegemônico no plano político quanto ocuparam um lugar destacado no campo cultural, sem esquecer da esfera econômica”. No Império, um grande número de baianos ocuparam cargos de alto escalão, mais precisamente uma “terça parte de todos os chefes de gabinete do Segundo Reinado e a quarta parte de todos que foram nomeados ministros de Estado no mesmo período tiveram origem na Bahia” (LEITE, 2005, p.1). As elites baianas insatisfeitas intentaram retomar seu antigo status e iniciam um processo de reivindicação política, que teve como principal característica a reafirmação de suas tradições e raízes históricas (LEITE, 2008). Sendo assim, a construção discursiva que emerge no (e em razão do) momento de decadência econômica e política, reconhecendo a Bahia como berço da civilização brasileira, teve como principais agentes determinado grupo formado pelos mais notórios intelectuais baianos do período. A intelectualidade do IGHB proclama a Bahia como a “Athenas Brasileira”, o “berço da civilização brasileira”, a “terra abençoada do gênio, da galhardia e do desinteresse”, a “alma mater”, o “berço da civilização cristã no Brasil”, “o coração do Brasil, a alma nacional”, a “primogênita de Cabral”, a “terra de titânicos seios, sempre nobre, sempre forte e heróica” (LEITE, 2010).

³⁹² Outra historiadora que descreve sobre esse as narrativas históricas da Bahia na República é Maria Aparecida de Sousa (2005) que enfatiza que tais narrativas estavam na pauta nos institutos históricos e geográficos, fundados em diversas regiões do Brasil, tendo seguido o modelo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), entretanto, as instituições regionais, a exemplo do IGHB, conservaram determinadas especificidades discursivas, no que toca às interpretações de cada estado a respeito da fundação do país. Levando em consideração que os marcos históricos da nação foram tomados por diferentes perspectivas regionais, as narrativas históricas vinculadas a estes “diferenciam-se (...) conforme o lugar que se constrói o saber histórico” (SOUSA, 2005, p.179). No caso do IHGB, o acontecimento do 7 de setembro foi eleito como o marco da independência, tornando-se a interpretação que prevaleceu na historiografia brasileira “como o marco demarcador da construção da nação” (SOUSA, 2005, p.179). Entretanto, tal narrativa não se consolidou nos institutos históricos regionais, tampouco foi aceita. Em vez disso, outras interpretações foram realizadas, confrontando-se com a narrativa regional legitimada pelo IHGB. Como exemplo, Sousa menciona o caso do Instituto Histórico de Pernambuco, que encontrou na expulsão dos holandeses, ocorrida no século XVII, o marco histórico da fundação do Brasil. Por sua vez, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia tomou a vitória dos baianos contra as tropas portuguesas, sucedida em dois de julho de 1823, como o momento da consolidação da independência do Brasil e o marco fundador da nação, assim como elegeram a cidade de Cachoeira como símbolo da ruptura política do Brasil com Portugal que transcorreu em terras baianas.

Mesmo os conjuntos urbanos e arquitetônicos considerados sem valor excepcional ou eram coloniais ou apresentavam uma feição colonial.

Certamente, nesses espaços institucionais e políticos por nós estudados, o debate em torno do patrimônio mostra-se um dos mais conservadores. O que estava posto nesse debate era a inclusão de narrativas e heranças culturais que privilegiava a arquitetura e cidades símbolo das elites regionais. Não estava em questão uma mudança brusca sobre aquilo que se entendia como patrimônio e cidade histórica nacional. Pode-se dizer que o deslocamento que a Bahia pleiteava na política de tombamento de sítios urbanos era histórico-geográfica, ou seja, o que estava em jogo era o reconhecimento das cidades coloniais e de feição colonial na Bahia, assim como as narrativas regionalistas que sustentavam a participação patriótica de suas elites. Isso se deve certamente a uma visão conservadora apresentada por políticos e intelectuais que estiveram à frente da reivindicação instaurada na Bahia, que por sua vez estava em sintonia com o discurso nacionalista e a noção de história-pátria amplamente difundida pelo regime³⁹³.

Não estava em disputa nesses círculos políticos e intelectuais a inserção da cultura material das culturas africanas e indígenas na identidade nacional, como ocorreu com o tombamento do Terreiro da Casa Branca pelo Iphan em 1985 (VELHO, 2006). O tombamento do terreiro de candomblé em apreço, que ocorreu no final do regime, não contou com a mobilização dos membros do Conselho Estadual de Cultura ou mesmo do Conselho Federal de Cultura. Pedro Calmon, um dos mais fervorosos defensores do patrimônio nacional existentes na Bahia – relator da maioria das cidades baianas tombadas pelo Iphan na ditadura civil-militar –, não votou favorável ao tombamento da Casa Branca localizada em Salvador. De acordo com Walkyria Chagas da Silva Santos (2012), quando julgada a proteção do terreiro de candomblé no Conselho Consultivo do Iphan, Calmon “recomendou o adiamento da decisão” sendo rebatido pelo relator Gilberto Velho, que “afirmou que o assunto foi extensamente estudado e que do ponto de vista antropológico reafirmava o tombamento” (SANTOS, 2012, p. 122).

Temos que levar em conta que as cidades erguidas nos primeiros séculos de colonização portuguesa e aquelas de feição colonial construídas nos oitocentos encontravam-se as mais ameaçadas tanto na capital como pelo interior do estado. Tal

³⁹³ A visão de história-pátria que o regime adotou como lembrou Janaina Cordeiro (2012).

concepção era condizente com a interpretação do CEC sobre o processo de formação da nação, no qual a Bahia era tomada como célula-mater da nacionalidade brasileira. Além disso, o Conselho Estadual da Bahia interpretou o patrimônio histórico e artístico nacional tal como o Conselho Federal de Cultura, que o compreendia “como um patrimônio formado desde o processo de conquista e colonização portuguesa; portanto, definida por aspectos de longa duração e também singulares que permitem a distinção do Brasil em relação às demais nações” (MAIA, 2012, p. 164).

A Bahia, conseqüentemente, seria privilegiada por esta leitura, tendo em conta que em suas fronteiras se encontrava um acervo monumental, composto de edificações e sítios urbanos originários dos primeiros séculos de colonização lusitana. Contudo, o discurso preservacionista baiano se deparava com as concepções estabelecidas no Sphan desde 1937, onde os critérios históricos e estéticos adotados pelos modernistas criavam barreiras para a salvaguarda do patrimônio urbano na Bahia³⁹⁴. Tais concepções ainda perduravam até este momento, como observamos no decorrer dessa escrita.

Há uma fala de Fernando Luiz Fonseca que sintetiza os discursos de valorização dos sítios urbanos baianos argumentados pelo CEC. Segundo Fonseca, as cidades deveriam ser preservadas por uma tríade de fundamentos centrais, explicitados no momento em que afirma que **“muitas das cidades baianas ou são possuidoras de destaque histórico, ou foram berço de personalidades ilustres, ou guardam um acervo artístico dos mais notáveis”**³⁹⁵. Por esta razão, para preservar as cidades baianas, os conselheiros empenharam-se em valorizá-las por ter sido palco de eventos históricos importantes, de ser terra natal de ilustres baianos, e reconhecer a excepcionalidade artística de seus conjuntos urbanos e arquitetônicos.

É interessante notar que até a segunda metade da década de 1950 o grupo de intelectuais que se encontrava na dianteira da luta pela proteção dos bens culturais no estado não dava ênfase à superioridade do patrimônio arquitetônico baiano frente aos demais no país. Conforme Mattos (2014), durante as primeiras décadas da política

³⁹⁴ Não custa lembrar que a construção histórica e estética que tomava a arquitetura e cidades coloniais mineiras enquanto símbolo totêmico do passado nacional se estabeleceu nas primeiras décadas da política patrimonial brasileira, tendo como principais agentes os intelectuais modernistas. Ver (NATAL, 2013), (FONSECA, 1999), (SANT’ANNA, 2014), (CHUVA, 2000).

³⁹⁵ Fernando Luiz Fonseca, Revista de Cultura da Bahia, 1970, p. 78, grifo meu.

patrimonial, “não houve investidas da equipe formada na Bahia no sentido de questionar ou reagir às concepções elaboradas e perseguidas pela sede nacional” do Dphan. Explicando melhor, ela se refere à concepção que reconhecia o patrimônio arquitetônico e as cidades mineiras como o autêntico patrimônio histórico e artístico nacional. Por outro lado, sua pesquisa revela que “também não houve a reprodução dessas concepções em nível local, prevalecendo uma percepção do patrimônio baiano mais condizente mesmo com a que identificava a Bahia como ‘berço da nacionalidade’” (MATTOS, 2014, p.34). Assim, é possível dizer pela escrita de Mattos (2014) que a intelectualidade baiana do patrimônio não contestava a interpretação construída pela intelectualidade do Sphan. Em sua pesquisa, que abrange o período de 1937 a 1959, evidencia que o estado foi tomado como berço da civilização brasileira, todavia, não expõe os discursos nacionalistas que enaltecem a Bahia como o estado que possui o maior e o mais rico acervo patrimonial no país.

Em contrapartida, nos anos finais da década de 1960 e no decorrer de 1970, os discursos que enaltecem a excepcionalidade do patrimônio baiano emergem e ganham notoriedade no meio intelectual. Os personagens que estavam à frente do CEC constroem outra leitura a respeito da formação da arquitetura brasileira e sobre o patrimônio arquitetônico nacional. Nestes anos, os conselheiros levantaram interpretações que divergiam daquela produzida pelos modernistas e consolidada no Sphan. Em vez do século XVIII e das Minas Gerais, seria na Bahia colonial (leia-se Salvador e Recôncavo) que estaria a maior concentração do patrimônio nacional. Naquelas terras, nos primeiros séculos de colonização portuguesa surge a arquitetura brasileira. Devido a fatores climáticos e culturais, as edificações arquitetônicas tomam uma feição própria, pois rompe com a arquitetura lusitana.

Parte dos conselheiros que discordava da leitura Iphaniana não enfatizara esses discursos nas décadas anteriores, quando reivindicaram o tombamento do Conjunto urbano e arquitetônico do núcleo do Pelourinho (MATTOS, 2014). No entanto, esses intelectuais, uma vez compondo o Conselho Estadual da Bahia, alteraram seus discursos, estrategicamente, para valorar as cidades históricas baianas. Qualificar o patrimônio do estado como o mais expressivo artisticamente e o mais monumental do Brasil era uma forma de dar visibilidade aos sítios urbanos baianos e à urgência de

protegê-los. Nesse ínterim, o CEC constrói outra interpretação sobre a origem da arquitetura nacional e conseqüentemente a respeito do patrimônio nacional. O papel do CEC mostra-se determinante no processo que pleiteava a salvaguarda das riquezas culturais do passado baiano, no qual as cidades emergem como a principal pauta. Tais discursos serão marcados pela valorização do patrimônio baiano em relação às demais regiões do país. As narrativas nacionalistas da Bahia emergem imbricadas aos discursos preservacionistas quando estes intelectuais buscaram convalidar a preservação de suas cidades históricas, como evidencia o artigo “A arquitetura no processo cultural da independência”, escrito por Luiz Fernando Fonseca em 1973.

Nele, Fonseca afirma que na Bahia a ruptura com a arquitetura lusitana ocorreu desde o primeiro momento da colonização. As construções típicas do português medieval se adaptaram na colônia especialmente em razão do fator ecológico, do clima tropical. As terras tropicais facilitarão este processo de adaptação, construindo na colônia uma arquitetura com características próprias. Somam-se a isso a miscigenação dos povos e a combinação de suas culturas, seja dos nativos ou dos africanos e outros grupos que desembarcaram no novo continente sob o domínio lusitano. Fonseca realiza assim uma leitura distinta dos intelectuais modernistas, que encontraram em Minas Gerais, no século XVIII, o momento de ruptura com a arquitetura dos colonizadores. Ali, naquela espacialidade e temporalidade, emergem a arte, a arquitetura e as cidades genuinamente brasileiras, como dito anteriormente, ao contrário das cidades do Nordeste, como Salvador e Olinda, que teve sua arte, arquitetura e conjuntos arquitetônicos interpretados como cópias portuguesas.

O processo de independência da Arquitetura brasileira inicia-se desde os primeiros tempos da colonização portuguesa no Brasil. O fato de maior importância a ser considerado na problemática da adaptação das formas arquitetônicas ibéricas nas terras brasileiras é, sem dúvida, o ecológico. Se a terra “farta e boa” propicia, não apenas o deslumbramento do homem europeu, mas lhe facilita a rápida adaptação, também a troca de costumes movida pelo convívio ou a miscigenação dos povos, contribui, de certa maneira, para acelerar o processo de independência da civilização brasileira³⁹⁶.

³⁹⁶ Fernando Luiz Fonseca, Revista de Cultura da Bahia, 1973, p. 60, grifo meu.

Sob a influência da interpretação realizada por Gilberto Freyre³⁹⁷, como pode ser observado em suas referências, para o conselheiro, a arquitetura portuguesa amoleceu nos trópicos, se transformou. O Atlântico é tomado por Fonseca como uma travessia e a razão do rompimento com as construções rígidas e severas da metrópole. Desse modo, segundo o conselheiro, a arquitetura portuguesa, **“ao atravessar o Atlântico, amoleceu-se acomodando-se as condições climáticas e as necessidades do homem europeu no novo horizonte”**³⁹⁸. Leitura diferente da realizada por Mário de Andrade nas primeiras décadas do século XX, quando encontrou no Atlântico um espelho, que fez refletir a arquitetura lusitana no litoral da América Portuguesa. Para o modernista paulista, a arquitetura e as cidades coloniais da Bahia e do litoral brasileiro seriam cópias da arte, arquitetura e cidades lusitanas.

Desse modo, para Fonseca, a arquitetura erguida na Bahia desde o primeiro século de colonização era brasileira, era nacional, pois **“a arquitetura, manifestação material da cultura dos povos, passou, no Brasil, por um processo de desenvolvimento sempre tendente a se libertar das formas portuguesas. A inventiva dos arquitetos do tempo é deveras impressionante”**. Uma vez que havia rompido com a arquitetura portuguesa ao chegar aos trópicos, estes **“recriam o colonial, dando-lhe novo saber sabor e nova característica** e, é tão forte esse poder criativo que, a casa ora idealizada vai ser transportada para as províncias portuguesas na África”³⁹⁹.

Logo, o discurso de Fonseca legitima que a arquitetura e as cidades baianas seriam exemplares da arquitetura nacional e não lusitana, como defendeu Mário de

³⁹⁷ Numa pesquisa anterior destaquei o fato de Freyre ter se dedicado ao tema do patrimônio na primeira década de criação da Revista do SPHAN. Pontuei que “nos debates sobre o patrimônio arquitetônico brasileiro, realizados pela Revista do SPHAN, Gilberto Freyre se dedicou nas primeiras publicações a oferecer uma apresentação do considerável ser a arquitetura nacional. (...) Segundo o sociólogo pernambucano, essa nova arquitetura não era apropriada para a América Tropical, ao contrário da arquitetura colonial portuguesa, que se adaptou ao nosso clima como nenhuma outra” (BRITO, 2013, p. 42).

³⁹⁸ Fernando Luiz Fonseca, Revista de Cultura da Bahia, 1973, p. 60, grifo meu.

³⁹⁹ Fernando Luiz Fonseca, Revista de Cultura da Bahia, 1973, p. 69, grifo meu.

Andrade e os intelectuais modernistas que estiveram à frente do Sphan. Os séculos XVI, XVII e XVIII são adotados pelo conselheiro como o momento de origem da arquitetura brasileira, privilegiando o patrimônio histórico e artístico baiano, localizado, sobretudo, em Salvador e no Recôncavo. Para o conselheiro baiano, em função de fatores ecológicos e culturais, as primeiras edificações construídas pelos portugueses na Bahia já nascera nacional. O hibridismo cultural, entre os povos portugueses, africanos e nativos transformou a arquitetura dos colonizadores espontaneamente, gerando nas cidades e nos engenhos uma arquitetura singela, própria, brasileira.

Os recôncavos de Pirajá, Aratú, Jacarecanga, Pitinga, Sergirimim, Subaé, Iguape e da Dona, proporcionaram o estabelecimento quase imediato dos brancos europeus e o florescimento constante do cultivo da cana de açúcar, **graças a terra negra do Massapê e, onde a arquitetura portuguesa ao implantar-se, amoleceu-se diante das condições locais, tornando-se logo brasileira.** (...) outro fator não menos importante refere-se ao próprio homem com sua cultura, seus modismos e suas crenças. Brancos, negros, e índios fundiram os costumes e adaptaram-se ao novo ambiente. Amalgamando-se no cadinho das paixões humanas, o novo povo, mescla de índio, negro e branco, confunde-se e dilue-se formando a sociedade atual. **A arquitetura é, por isso mesmo, híbrida, mas de expressão sincera e forte. Em nenhuma vez pude constatar, no Recôncavo, a pura casa portuguesa ou a pura casa indígena. Rapidamente sofreram transformações naturais ditadas pela mistura dos costumes e, espontaneamente, surgiram nas vilas e no campo, com a singeleza que as caracteriza** (Fernando Luiz Fonseca, Revista de Cultura da Bahia, 1974, p. 26, grifo meu).

Nesta esteira, o conselheiro encontra, na Bahia, desde os primeiros séculos de colonização lusitana, o lugar onde se desenvolve o mais importante patrimônio histórico e artístico nacional. Fonseca vai mais além, pois refuta a tese dos intelectuais modernistas do Sphan de que a arte, a arquitetura e as cidades coloniais baianas eram demasiadamente portuguesas, que eram cópias lusitanas, entre os quais estão Mário de Andrade e Rodrigo M. F. de Andrade, encontrando-se como uma das principais razões que levaram ao Sphan preterir o patrimônio arquitetônico da Bahia, sobretudo, suas cidades.

De acordo com Fonseca, a arquitetura erguida em terras baianas por vários séculos, desde o século XVI, teria proporcionado à região o maior acervo monumental do país. Salvador e a Bahia teria se mantido por séculos como importante centro cultural e econômico do Brasil colonial, mesmo após a perda da capital para o Rio de Janeiro. Por consequência, ali se ergueu o mais notável patrimônio arquitetônico nacional, onde enfatiza que **“a cidade de Salvador e as do Recôncavo detém os melhores exemplares arquitetônicos do passado, em comparação com outras cidades brasileiras”**⁴⁰⁰. Isso se deu em razão de **“ter sido por mais de duzentos anos sede do governo e, em torno da qual giravam os interesses políticos, econômicos e religiosos, a cidade do Salvador foi sempre um centro de cultura”**. E mesmo após mudança da capital para o Rio de Janeiro **“longe de estagnar-se, alcança um desenvolvimento invulgar e novos, belos e notáveis edifícios são construídos por esse tempo”**⁴⁰¹.

Assim, é possível dizer que os conselheiros baianos discordavam do modernista mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade sobre a região em que se encontrava o mais rico e monumental acervo patrimonial do Brasil. Para Rodrigo, membro do CFC e diretor do Sphan por mais de três décadas, foi nas Minas Gerais:

O cenário mais importante de nossa história Colonial e de quase todo o passado histórico do país, é natural que esta preponderância, influido beneficentemente em todos os setores de atividade, tenha constituído do nosso Estado uma espécie de relicário dos grandes feitos e das grandes realizações nacionais. As importantes obras de arte e os monumentos deixados pelos antepassados ficaram aqui testemunhando a vitalidade de outras gerações, lembrando fatos de outros séculos. Daí, porque voltamos hoje nossa atenção e carinho para essas relíquias que nos ficaram de outros tempos⁴⁰².

⁴⁰⁰ Fernando Luiz Fonseca, Revista de Cultura da Bahia, 1973, p. 64, grifo meu.

⁴⁰¹ Ibidem.

⁴⁰² Rodrigo Melo Franco de Andrade, Jornal O Diário, de Belo Horizonte, 12 de julho de 1940. Apud MATTOS, 2014. p. 31, grifo meu.

Em 1968, Rodrigo Melo Franco de Andrade, enquanto ainda mantinha-se na direção do Dphan e compunha o Conselho Federal de Cultura, ministrou uma palestra na cidade de Ouro Preto. Seu discurso afirmava que embora o povoamento das Minas Gerais tenha surgido somente no século XVIII, bastaram poucas décadas para que ali surgisse o maior acervo e o mais expressivo patrimônio histórico e artístico nacional. Melhor dizendo, o intelectual reafirmava que as heranças culturais que marcavam a origem estética e histórica da nação encontravam-se na Minas setecentistas. A arquitetura barroca e as cidades coloniais mineiras continuavam a representar a máxima expressão da nacionalidade. O patrimônio arquitetônico mineiro era reiterado enquanto símbolo totêmico no nascimento do Brasil na mesma época em que os conselheiros baianos já contestavam essa visão defendida por Rodrigo. M. F. de Andrade. Em linhas gerais, Andrade apresentou o mesmo discurso em 1968, quando reafirmou que:

A maior concentração dos monumentos que integram o patrimônio histórico e artístico nacional está localizada em Minas Gerais. A despeito de só ter o povoamento do território mineiro principiado depois de decorridos dois séculos desde o descobrimento do Brasil, poucas décadas bastaram para que esta área fosse enriquecida de bens culturais em número maior e com feição mais expressiva do que as demais regiões do país. (...) a produção artística e artesanal de Minas Gerais, formando o que se pode chamar, sem exagero de pretensão regionalista, um estilo mineiro do período colonial (...) se esse acervo das edificações civis de Minas é, sem dúvida, menos valioso que o conjunto de sua arquitetura religiosa, desde que se considerem a intenção e refinamentos artísticos, ainda assim impõe-se como um dos melhores que possuem vocabulário regional mais definido e harmonioso em toda a extensão do Brasil⁴⁰³

No entanto, ao contrário de Rodrigo e demais intelectuais modernistas do Sphan, os conselheiros baianos defendiam que se encontrava na Bahia o maior acervo de bens culturais do Brasil. Além disso, alegavam que ali estava, em fronteiras baianas, o mais expressivo patrimônio histórico e artístico nacional. Em 1970, no Encontro dos

⁴⁰³ Palestra lida em Ouro Preto, em 01-07-1968, Andrade, Rodrigo Melo Franco, 1987, p. 73-74-77, grifo meu. Vale lembrar que a primeira frase dessa citação foi utilizada no primeiro capítulo da tese, justamente pra enfatizar o discurso de Rodrigo M. F. de Andrade. Recitamos aqui nesse momento de nossa escrita porque completa todo uma ideia regionalista no texto citado.

Governadores realizado em Brasília, o CEC enunciou a todos os presentes do conclave que **“causas e circunstâncias por demais conhecidas, poderosas no contexto, contribuíram para que a Bahia viesse a ter o mais rico e variado acervo histórico e artístico do Brasil”**⁴⁰⁴. O discurso do CEC da Bahia sustentava que desde os primeiros séculos da colonização a região se firmou como uma das mais ricas da América Portuguesa. A cultura do açúcar, juntamente com o ouro da Chapada Diamantina contribuiu para que ali surgisse uma civilização, que se aprimorou ao longo do tempo, proporcionando a formação de uma cidade monumental: Salvador. A Bahia contava assim com o privilégio histórico de ser a célula-mater da nacionalidade.

Sua situação geográfica, debruçada sobre o golfo de portas largamente abertas ao influxo da civilização européia e asiática, a fertilidade da terra escura do massapê que a cercava, a produção de açúcar, o comércio do fumo, o ouro de Rio de Contas e Jacobina, a cultura que assimilou, aprimorou e fez irradiar, tudo contribuiu, tempo afora, numa escala surpreendente, para a formação e o crescimento de uma cidade monumental. Acrescente-se às razões apontadas (além de outras que também concorreram no desenvolvimento de cidades americanas da costa atlântica), **o privilégio de ter sido a Bahia, sobre célula genética da nacionalidade, por mais de dois séculos capital da América Portuguesa e ainda, por dilatados anos, a segunda cidade em importância do mundo lusitano**⁴⁰⁵.

O CEC mais uma vez valora o patrimônio arquitetônico da capital baiana e cidades do Recôncavo, como herança da civilização do açúcar que ali se erigiu desde o século XVI. O discurso dos conselheiros sustentou que naquela região dos terrenos dóceis do massapê se encontrava o mais importante acervo arquitetônico e monumental do Brasil.

⁴⁰⁴ Revista Brasileira de Cultura, ano 4 abril, 1970, nº 34, p. 142-143, grifo meu.

⁴⁰⁵ Revista Brasileira de Cultura, ano 4, abril, 1970, nº 34, p. 142-143, grifo meu. O trecho citado foi retirado dos Trabalhos Apresentados do I Encontro dos Governadores realizado em Brasília. Os anais foram publicados pela Revista da Cultura, do Conselho Federal de Cultura, e encontra-se na parte dedicada aos trabalhos apresentados no evento. Revista Brasileira de Cultura, ano 4 abril, 1970, nº 34, p. 142-143, publicação trimestral do Conselho Federal de Cultura.

Nada admira, pois, que essa capital e muitas das cidades e vilas que nas suas imediações se erigiram, em particular na chamada região do Recôncavo, de terrenos dóceis e de muitas águas, fôssem igualmente dotadas de monumentos arquitetônicos de escala monumental, recheiados de quanta riqueza nêles ensaiou a arte dos imaginários, dos toretas, dos marceneiros, dos ourives e de quantos mais concorreram para não desmerecer o que a Bahia de antigamente também pôde importar da Índia e da China longínquas. Esse acervo, em número de documentos, grandeza física, interesse de risco e de execução, perfeição de labores, é ainda, em que pese a sua implacável consumpção pelo tempo, de teor verdadeiramente impressionante, não só como amostra exemplar de vida morta, mas como incentivo e lição que não nos leva a subpôr a outros critérios, o da validez estética, razão da mais gratúita e sedutora das alegrias humanas. Nem se há de esquecer, nesta sucinta notação, o singular prestígio de locais bahianos que se magnificaram pelo encanto que a natureza os dotou ou a indústria do homem os agenciou, paisagens rurais e urbanas de uma significação que é desnecessário acentuar, repouso ou terapia que nos convidam nos dias atormentados do presente⁴⁰⁶.

Discurso similar manifestado por Américo Simas Filho, quando declarou que **“o território baiano é um dos mais ricos, senão o mais rico do Brasil em monumentos arquitetônicos dos períodos pretéritos de nossa história”**. Os intelectuais do Conselho, no momento em que denunciavam a ausência de preservação e o desaparecimento das edificações e conjuntos coloniais baianos, os valorizavam e os reconheceram como os mais importantes e monumentais do país. Conforme Simas Filho, o acervo, que contava com **“monumentos extraordinários por sua beleza ou ligações diretas com fatos notáveis de nossa história”**, se encontrava ameaçado, tendo que contar com **“a ação dos homens de boa vontade em consolidar as suas estruturas, que venham impedir o seu desaparecimento”**⁴⁰⁷. Interpretação próxima da realizada por Fernando Luiz Fonseca, quando ressaltou que **“o acervo monumental do Estado da Bahia é um dos mais preciosos do Brasil”**. No centro antigo da cidade do Salvador situava-se **“um conjunto ímpar da arquitetura pretérita na América Latina”**⁴⁰⁸.

Até mesmo o acervo patrimonial móvel é apresentado como o mais rico do país. O Conselheiro Carlos Eduardo da Rocha escreveu sobre o mobiliário antigo na Bahia,

⁴⁰⁶ Revista Brasileira de Cultura, ano 4, abril, 1970, nº 34, p. 142-143, grifo meu.

⁴⁰⁷ Américo Simas Filho, Revista de Cultura da Bahia, 1969, p. 78

⁴⁰⁸ Fernando Luiz Fonseca, 1970, p.78-87, grifo meu.

no artigo de mesmo nome. No texto, o conselheiro defende que não se pode falar em mobiliário português ou brasileiro, ou seja, distingui-los. Trata-se de um mobiliário luso-brasileiro, pois “o estilo luso foi adotado no Brasil com a maior fidelidade, e poucas peças existem entre nós que não tenham seu original em Portugal e fujam aos modelos portugueses”⁴⁰⁹.

Apesar disso, para o intelectual havia no país uma diferenciação dos móveis produzidos por cada região. Desse modo, cada versão regional apresentava suas especificidades, que variava desde o material até nos acabamentos, além disso, aquele mobiliário elaborado na Bahia colonial superava as peças das demais regiões brasileiras, dentre as quais estava o mobiliário produzido na Minas Gerais colonial. Nas palavras de Rocha, “**o mobiliário antigo luso-brasileiro na Bahia tem um caráter de erudição difícil de ser igualado no resto do País**”⁴¹⁰. Mais uma vez, o motivo apontado por Rocha para que ali se encontrasse o mais rico acervo mobiliário luso-brasileiro seria o fato de Salvador ter desfrutado da posição de capital da América Portuguesa e pela riqueza do açúcar que ao seu redor prosperou ali se concentrou um grande número de “de artistas, artesãos e artifícios e o mercado de trabalho abundante”⁴¹¹.

Os conselheiros construíram ainda a imagem da Bahia como pioneira na legislação das políticas de preservação no Brasil. Para Américo Simas Filho, o intelectual baiano Wanderley de Pinho “lançou o primeiro grito de alarme no seu trabalho ‘Proteção dos monumentos públicos e objetos históricos’, lido em sessão ordinária do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, de 1 de julho de 1917”. Enfatizou igualmente que a ação de Pinho foi uma iniciativa pioneira na defesa do patrimônio histórico e artístico nacional⁴¹². Após explicar sobre o projeto do membro

⁴⁰⁹ Carlos Eduardo da Rocha, Revista de Cultura da Bahia, 1972, p. 65.

⁴¹⁰ Ibidem, grifo meu.

⁴¹¹ Ibidem.

⁴¹² A proposta de Pinho 1917 não defendia a proteção legal do Estado, em vez disso, orientava a criação de uma comissão composta por onze membros do instituto para catalogar anualmente o patrimônio histórico e artístico da Bahia. Anos mais tarde, em 1930, desta vez como deputado federal, Wanderley Pinto apresentou, sem sucesso, um projeto de salvaguarda do patrimônio da Bahia, no entanto, o debate e votação não ocorreram devido à Revolução de 1930, e instalação do governo provisório de Getúlio Vargas (PERES, 1999).

do IGHB, o conselheiro indaga: “**quanto se teria conservado do opulento patrimônio da Bahia**, se tal trabalho, tão sabiamente ideado, tivesse sido levado a efeito?”⁴¹³.

Para Simas Filho, apesar de não ter entrado em vigor, a ação germinou os ideais de preservação patrimonial na Bahia. Tanto que anos mais tarde, em 1927, o Estado da Bahia, por meio da Lei Estadual nº 2.302, de 8 de agosto, autorizou “o Governo a criar a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais”. A criação da Inspetoria foi decretada pelo governador – membro do IGHB – Francisco Marques de Góes Calmon⁴¹⁴, no entanto, a Bahia havia sido precedida por Minas Gerais, quando o governador Dr. Melo Viana constituiu uma comissão para tratar do assunto. Entretanto, no que tange à execução da Lei, “a Baiana de 1927 é a primeira no Brasil, tendo sido seguida pela Lei nº 1918, de 1918 (...) de Pernambuco”. Assim, para o conselheiro “**encontrava-se, portanto, a Bahia, antes de 1930, na vanguarda dos Estados brasileiros, no que concerne à legislação de proteção dos bens culturais**” e completa que “a sabia intenção dos idealizadores e responsáveis pela citada legislação não foi correspondida na sua aplicação, tanto que, resultou pouco eficaz na luta contra a dispersão do **nosso vultoso patrimônio**”⁴¹⁵.

⁴¹³ Américo Simas Filho, Revista de Cultura da Bahia, 1969, p. 40-41, grifo meu.

⁴¹⁴ A proteção do acervo histórico do estado esteve na pauta também do governo de Francisco Marques de Góes Calmon, um dos sócios fundadores do IGHB no final do século XIX. A Bahia encontra-se entre os estados precursores no intento de regulamentar a preservação do patrimônio histórico e artístico na primeira metade do século XX, juntamente com os estados de Pernambuco e Minas Gerais (Rubino, 1991). O projeto de regulamentação na Bahia efetua-se no mandado de Góes Calmon, que enquanto presidente do estado, fundou a Inspetoria Estadual de Monumentos por meio da Lei nº 2.032 em 8 de agosto de 1927. Góes Calmon cria assim a Inspetoria baiana, subordinada à Diretoria do Arquivo Público e Museu Nacional (Peres, 1999). O idealizador da Lei foi o intelectual baiano Pedro Calmon, na época – o sobrinho de Góes Calmon – era deputado estadual. O texto dedicou-se a especificar ações que permitissem que o governo estadual “entrasse em acordo com o Arcebispado e com as intendências municipais”, mostrando uma preocupação com os clérigos da Bahia, elegendo ainda os eclesiásticos, junto a civis, como responsáveis pelo levantamento dos acervos. Tal preocupação mostra-se pertinente, pois, como veremos a seguir, o alto clero baiano manifestou grande resistência às tentativas do poder público em salvaguardar as edificações religiosas por meio de uma Inspetoria (PERES, 1999, 164). Encontra-se ainda o direcionamento da Inspetoria para Salvador e cidades coloniais do Recôncavo, especificando Santo Amaro, Cachoeira, Villa do São Francisco e Jaguaripe. Apesar disso, a lei contemplava como monumento nacional demais cidades do interior baiano, com destaque para aquelas fundadas sobre o ciclo de ouro nos setecentos, Jacobina e Minas do Rio da Conta.

⁴¹⁵ Américo Simas Filho, Revista de Cultura da Bahia, 1969, p. 42, grifo meu. Vale lembrar que Salvador, Cachoeira, São Francisco do Conde, Nazaré, Rio de Contas e Maragogipe, cidades que os membros do CEC buscaram reconhecer em sua integridade como cidades históricas nacionais, estavam no decreto baiano de 1927. O documento em questão afirmava que era “monumento nacional não só as obras coloniais que foram inventariadas como de algum interesse e notável significação histórica, existentes no município da Capital, Santo Amaro, Cachoeira, Vila São Francisco, Nazaré, Jacobina, Minas do Rio da

Nesse sentido, distintos conjuntos urbanos e arquitetônicos são elencados no CEC como dignos de preservação e engendrados por narrativas nacionalistas enunciadas pela intelectualidade baiana desde as primeiras décadas do século XX. É interessante notar que nem todas as cidades consideradas históricas pelo CEC foram reconhecidas como patrimônio nacional entre 1969 e 1985. Enquanto cidades que apareciam nas falas dos conselheiros como candidatas a patrimônio nacional como Porto Seguro, Cachoeira e Lençóis e Rio de Contas, Mucugê e o centro histórico de Salvador foram preservadas entre 1966 e 1985, as demais cidades do Recôncavo pleiteadas pelo CEC como Santo Amaro, Nazaré, São Francisco do Conde e Jaguaribe não foram reconhecidas como cidades históricas nacionais ou sequer tiveram um processo de tombamento aberto pelo Iphan na época. Além disso, outras cidades que não constavam nos discursos dos conselheiros lograram sua preservação no órgão federal. Referimos-nos especificamente aos conjuntos urbanos e arquitetônicos de Santa Cruz Cabralia, Itaparica e Monte Santo foram incluídos nos Livros do Tombo do Iphan, nos primeiros anos da década de 1980, assim como o Centro Histórico de Salvador em 1985.

A concepção de Godofredo Filho, lotado também no 2º Distrito do Dphan, acompanha certamente a de seus companheiros do CEC. Seguindo uma tendência dos demais membros do referido Conselho, Godofredo Filho assegurava a superioridade estética do patrimônio arquitetônico baiano encontrado no Centro Antigo de Salvador frente às demais regiões brasileiras, assim como sua primazia frente aos demais acervos existentes no Brasil. No que concerne ao critério artístico, a cidade de Salvador era apresentada por Godofredo Filho como a mais expressiva do Brasil. Em síntese, o intelectual baiano descrevia Salvador como a principal cidade histórica nacional. Tais

Conta, Maragogipe e Itaparica, como também as pertencentes ou sob a guarda dos arcebispados da Bahia” (Rodrigo Melo Franco de Andrade, 1967, Apud RUBINO, 1991, p. 47, grifo meu). Não obstante, as ações pioneiras como a do governo da Bahia não lograram resultados expressivos no que tange à preservação do patrimônio histórico e artístico no estado, tendo em conta que a lei baiana “foi quase inoperante onde pretendia a proteção a monumentos nacionais localizados em território baiano, pois muitas de suas disposições do regulamento estadual eram inconstitucionais” (ANDRADE. Apud RUBINO, 1991, p. 47). Segundo Maria Cecília Londres Fonseca, “desde o início dos anos 20 vinham sendo apresentados projetos com o objetivo de criar mecanismos para a proteção legal do patrimônio. Em 1923, o deputado pernambucano Luiz Cedro, em 1924, o poeta mineiro Augusto de Lima, e, em 1930, o deputado baiano José Vanderlei de Araújo Pinho apresentaram ao Congresso propostas nesse sentido, mas nenhuma foi aprovada. Esses projetos, assim como o anteprojeto do jurista mineiro Jair Lins, elaborado em 1925, e em que Rodrigo M. F. de Andrade se baseou para elaborar o decreto-lei nº25, de 30.11.1937, esbarram nas prerrogativas do direito de propriedade, asseguradas pela Constituição e pela legislação em vigor” (FONSECA, 2005, p. 95-96).

discursos de valoração do patrimônio arquitetônico da Bahia são encontrados no seu estudo apresentado à Organização dos Estados Americanos em outubro de 1968, onde afirmou que:

Assim, os testemunhos de sua importância econômica e beleza específica deram-nos todos eles desde o remoto século XVI ao presente, num crescendo de encantamento modulado às vezes por palavras de um sentido exegético de surpreendente precisão. **Pois foi, exatamente, essa fidelidade da Bahia às formas densas, ao imperativo da majestade e da ordem, que lhe assegurou, sobre outras cidades do Brasil uma preeminência artística inconfundível.**⁴¹⁶

A interpretação de Paulo O. D. de Azevedo sobre a arquitetura e conjuntos baianos, que começa a ser realizada a partir de 1973, se mostra diferenciada dos intelectuais citados anteriormente. Embora compartilhasse as mesmas atribuições que muitos dos membros do grupo de defensores do patrimônio baiano, como arquiteto, pesquisador e docente da Universidade Federal da Bahia e, algum tempo depois quando se torna membro do CEC e IGHB, Azevedo apresentou um perfil mais técnico no momento que pleiteava o tombamento de conjuntos existentes em fronteiras baianas.

De fato, como evidenciado, assim como demais membros do CEC e do 2º Distrito do Dphan, o arquiteto igualmente empenhou-se para que sítios urbanos fossem reconhecidos como patrimônio nacional, mas no momento em que Azevedo e equipe começam suas andanças pela Bahia, um conjunto variado de edificações passa a ser inventariada por eles. Dentre estes exemplares constam: cidades e centros históricos, privilegiando aquelas coloniais e de feição colonial; casas urbanas e rurais, algumas destacando o mobiliário interno, igrejas, nos seus mais variados estilos arquitetônicos, embora tenha privilegiado coloniais; fortes e demais edificações militares; cemitérios; construções rústicas como as tocas e locas; dentre outros.

⁴¹⁶ Godofredo Filho, Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho na Cidade do Salvador, Estado da Bahia, Brasil. FPACB, out, 1969, p.4/1 a 4/19. Apud Américo Simas Filho, Revista de Cultura da Bahia, 1969, p. 38/39, grifo meu.

Em relação ao empenho de Azevedo em preservar o patrimônio baiano, podemos citar sua participação no II Encontro dos Governadores, realizado em Salvador em 1971. Segundo uma reportagem do Correio da Manhã, de Jayme Mauricio, Azevedo apresentou no conclave “um anteprojeto de lei para a salvaguarda de patrimônios, no qual encontram-se mencionadas, além de ‘zonas de preservação rigorosa’, ‘zonas de preservação ambiental e zona de preservação da paisagem natural ou urbana’”⁴¹⁷. Sobre essa mesma questão apresentada por Azevedo no II Encontro dos Governadores, a pesquisa de Sandra Rafaela Magalhães Corrêa (2012) traz as seguintes considerações:

O arquiteto Paulo O. de Azevedo, da Universidade Federal da Bahia, reconhece o esforço do Iphan para a elaboração de alguns planos de restauração urbana, mas ressalta que os principais problemas dos centros históricos não poderão ser superados sem a cooperação de vários órgãos da União, estados e municípios, especialmente no que se refere à melhoria das condições de habitabilidade das populações que vivem nesses locais. Afirma serem necessárias três abordagens para a renovação urbana: administrativa, jurídica e financeira, propondo para isso um projeto de lei que “dispõe sobre os setores monumentais ou paisagísticos e estabelece condições especiais de financiamento para as obras necessárias a sua preservação e valorização”. Quanto aos instrumentos administrativos, propõe “um sistema de planejamento contínuo que visa avaliar e corrigir os efeitos das medidas propostas sobre o plano estético, social e financeiro”. Do ponto de vista jurídico, propõe a colaboração entre o setor público e o privado, representado pelos proprietários dos imóveis. Já o aspecto financeiro seria contemplado por meio do reembolso dos financiamentos concedidos a privados, contando com condições especiais de juros e prazos. O anteprojeto de lei é anexo à sua exposição (CORRÊA, 2012, p. 111-112).

Como se nota no estudo de Corrêa, uma das preocupações centrais defendidas por Azevedo era a preservação urbana. Na Bahia, sua atuação seguiu esse mesmo roteiro, contudo, enquanto os membros do CEC empenharam-se com mais vigor para que conjuntos de Salvador e do Recôncavo fossem tombados pelo Iphan, Paulo O. D. de Azevedo desloca seu olhar para sítios urbanos localizados no sertão baiano, justamente aqueles que segundo ele melhor se preservaram da fúria do progresso como tanto alega esses defensores do patrimônio. Não que não tenha se empenhado em tombar os centros

⁴¹⁷ Correio da Manhã, “A preservação vital”, de Jayme Mauricio, 6 de novembro de 1971.

históricos existentes no Recôncavo baiano. Ao contrário disso, Azevedo defendeu que os centros históricos de Santo Amaro e São Francisco do Conde recebessem a distinção de patrimônio estadual, reivindicação esta que não prosperou na época.

Tampouco encontramos nas falas de Azevedo discursos que apontam a Bahia como a região brasileira onde se encontra o maior e mais expressivo acervo arquitetônico nacional. Todavia, não foram poucas as críticas do arquiteto ao abandono que se encontrava este acervo. Segundo o *Jornal do Brasil*, na apresentação do Inventário, Paulo O. D. de Azevedo diz que “apesar da ação do Patrimônio Histórico [Iphan] ter evitado a destruição de incontáveis monumentos, conjuntos e sítios, os sistemas tradicionais de proteção se mostram cada vez menos eficientes diante do processo acelerado de urbanização e transformação de nossa sociedade”. Acrescentando adiante o caráter ultrapassado do tombamento, considerando-se que decreta a imutabilidade do monumento tombado, recomendando, por esta razão, “um maior entrosamento entre a política de desenvolvimento e a de preservação e conscientizar o público do patrimônio cultural que lhe pertence”⁴¹⁸. Seguindo esta tendência, Azevedo aponta Salvador e Recôncavo como aquela região em que o progresso havia destruído uma enorme quantidade de edificações e conjuntos de valor monumental. Em contrapartida, esforçou-se para que fosse tombado o acervo encontrado em regiões longínquas, sobretudo no sertão do estado, onde para ele o desenvolvimento não havia proporcionado sua destruição, a exemplo de Rio de Contas, Mucugê e Monte Santo⁴¹⁹.

De todo modo, por mais que avance na época a concepção de preservação urbana defendida pelo Conselho Estadual de Cultura e Iphan, Azevedo privilegiou o registro de conjuntos coloniais e de feição colonial encontrados por sua equipe do Ipac-Bahia. As edificações isoladas tanto coloniais como de outros estilos arquitetônicos foram inventariados pelo programa do IPAC-BA, todavia, os conjuntos que foram registrados por sua equipe eram predominantemente coloniais ou de feição colonial. É o caso dos conjuntos coloniais Cachoeira, Porto Seguro, Santo Amaro, São Francisco do Conde e Rio de Contas, e dos conjuntos de feição colonial Lençóis, Mucugê e Igatu.

⁴¹⁸ *Jornal do Brasil*, “Bahia elabora inventário para proteger acervo”, 8 de maio de 1975.

⁴¹⁹ As falas analisadas estão na Introdução dos volumes do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia e nas páginas de imprensa em que Paulo Ormino David de Azevedo comenta sobre o patrimônio baiano, citados no decorrer deste estudo.

Por fim, podemos dizer que no momento em que classificaram o acervo arquitetônico baiano como o mais monumental e mais expressivo do Brasil ou quando pleitearam o respectivo tombamento desse acervo, especialmente cidades, como patrimônio nacional, a intelectualidade baiana produziu um discurso nacionalista por meio do patrimônio. É justamente essa narrativa que será analisada a seguir. As narrativas nacionais que se constroem tendo como centralidade discursiva e histórica a Bahia reemergem em meio aos discursos de preservação das cidades baianas. Se utilizando de novas concepções de salvaguarda urbana como estratégia, esta intelectualidade dá continuidade aos discursos cívico-patrióticos do começo do século passado. Aliás, estrategicamente, os discursos da tradição, do patriotismo, do nacionalismo e dos homens ilustres são imbricados aos novos moldes de proteção, que atrelava sua preservação ao desenvolvimento por meio do turismo cultural.

4.2 As cidades históricas nacionais da “verdadeira Bahia” e da Bahia do descobrimento

Começamos pela visão sobre Salvador que era preconizada por Godofredo Filho, um dos agentes centrais no processo de reivindicação política baiana, seja no 2º Distrito do Iphan na Bahia ou como membro do Conselho Estadual de Cultura. O intelectual destacava o legado proporcionado à Bahia em função da capitalidade exercida por Salvador nos primeiros séculos da colonização portuguesa. Na Bahia, para ele, encontravam-se igualmente as construções monumentais erguidas em séculos da civilização do açúcar, quando a região apresentava uma grande opulência econômica e cultural. Como enfatizava no texto, a primeira “capital da América Portuguesa” legou ao país o seu conjunto urbano e arquitetônico mais monumental, pois “nada, na Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos, que se compare, pelo sentido plástico monumental e conteúdo humano de expressão ao conjunto arquitetônico e urbanístico situado nos seus atuais sub-distritos da Sé e do Passo”⁴²⁰.

⁴²⁰ Godofredo Filho, Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho na Cidade do Salvador, Estado da Bahia, Brasil. FPACB, out, 1969, p.4/1 a 4/19. Apud Américo Simas Filho, Revista de Cultura da Bahia, 1969, p. 38/39, grifo meu.

A geografia de Salvador era tomada como um fator determinante para que ali se erguesse sobre a “crista e as encostas de suaves morros, ou derramar-se por alguns vales” uma arquitetura de “caráter plástico monumental se encontra nos bairros nobres, não só nos documentos religiosos, de fato os mais importantes, como no acervo da arquitetura civil”⁴²¹. Em outro documento, Godofredo Filho valoriza os aspectos barrocos da Bahia colonial, e é aqui que faz uma referência à interpretação de Gilberto Freyre que décadas antes escrevera que a terra massapé permitiu o surgimento de uma Bahia gorda. Em 1959, o intelectual baiano afirmava que “como há dois, ou três, ou quatro séculos idos, a Bahia ainda é gorda; barroca na essência e nos pormenores de sua arte; barroca no seu modo de vida e nas soluções que tem encontrado para vários de seus problemas”⁴²². Referimos-nos ao texto de Gilberto Freyre “Bahia de Todos os Santos e de Quase Todos os Pecados”, de 1928, no qual toma a Bahia enquanto mãe da civilização brasileira e Salvador como a matriarca de tantas outras cidades do país. Para Freyre:

Bahia de Todos os Santos (e de quase todos os pecados)

casas trepadas umas por cima das outras

casas, sobrados, igrejas, como gente se espremendo pra sair num retrato de revista ou jornal

(vaidade das vaidades! diz o Eclesiastes)

igrejas gordas (as de Pernambuco são mais magras)

toda a Bahia é uma maternal cidade gorda

como se dos ventres empinados dos seus montes

dos quais saíram tantas cidades do Brasil⁴²³

Já no CEC, a capital baiana foi tomada como a principal cidade histórica brasileira, pois ali se instalou o centro da administração colonial. Desde o século XVI,

⁴²¹ Ibidem.

⁴²² Godofredo Filho, Introdução ao estudo da casa baiana, Salvador, Diário de Notícias, 15 de agosto de 1959 APUD SANTOS (2006, p. 141, anexo 8).

⁴²³ FREYRE, Gilberto; FONSECA, Edson Nery da. Bahia e baianos. Salvador, BA: Fundação das Artes, EGBA, 1990. 167p.

edificou-se na entrada da Baía de Todos os Santos um casario colonial que representava as riquezas e a opulência da civilização do açúcar. A Cidade do Salvador tornou-se por séculos o principal centro cultural que se instalou na colônia. Esse passado havia legado à Bahia e ao Brasil o maior e esteticamente mais rico patrimônio histórico e artístico. É destacada ainda a posição de capitalidade exercida por Salvador, quando declara que **“as cidades que foram sede do governo constituíram-se em polos de desenvolvimento artístico e cultural e, por isso mesmo, enriqueceram-se com a expansão urbana. Salvador é um caso típico”**⁴²⁴.

Em relação à proteção de Salvador, o CEC apresentou como principal reivindicação a ampliação do tombamento do seu centro antigo. De acordo com Fonseca, o tombamento do núcleo do Pelourinho deveria ser expandido, abarcando todo o vasto casario colonial ali existente. Em linhas gerais, a intelectualidade do CEC defendia que os conjuntos urbanos e arquitetônicos que hoje compõem o Centro Histórico de Salvador careciam com urgência de proteção. A área em questão era alvo de ações da Faculdade de Arquitetura da Bahia e do FPAC. O centro de pesquisa da UFBA empreendia estudos sobre o vasto acervo arquitetônico, enquanto a fundação estadual executava obras de restauro. Contudo, o CEC e o FPAC não dispunham de autonomia para tombar o Centro Histórico de Salvador, restando aos conselheiros pleitear junto ao Dphan a expansão do tombamento, assim como a salvaguarda de demais cidades baianas.

Dentre elas deve-se destacar Salvador, Cidade Capital da Colônia portuguesa desde 1549 e 1763, quando perdeu sua primazia para o Rio de Janeiro – e hoje capital do Estado, guarda um dos mais notáveis conjuntos urbanos: o Pelourinho. A área de preservação não deverá ficar limitada apenas ao núcleo – Sé – Pelourinho – devendo estender-se até Sto. Antônio Além do Carmo e, por que não dizer, até o Largo da Soledade –, onde preciosíssimas peças da arquitetura são ainda encontradas. (...) Além dessas áreas urbanas de inestimável valia, Salvador possui outras não menos importantes e também edifícios isolados notáveis, merecedores de conservação⁴²⁵.

⁴²⁴ Fernando Luiz Fonseca, Revista de Cultura da Bahia, 1973, p. 60, grifo meu.

⁴²⁵ Fernando L. Fonseca, Revista da Cultura da Bahia, 1970, p. 78, grifo meu.

Segundo Fernando Fonseca, o patrimônio histórico e artístico baiano não se resumia a peças isoladas, no interior e na capital. Para ele, em Salvador encontravam-se conjuntos que tomavam conjuntos inteiros⁴²⁶, como o **“Bairro Central da Sé, do Pelourinho, da Ladeira do Carmo, do Passo, do Largo do Pilar até Santo Antonio Além do Carmo, da Saúde e da Glória, de Nazaré, de Itapagipe, da Vitória e da Graça”**⁴²⁷. Nesse sentido, Salvador possuía diversos conjuntos urbanos e arquitetônicos com **“características próprias, imponentes”** que estava à espera da preservação e de restauro⁴²⁸. A proteção deveria ir além de monumentos arquitetônicos isolados, para além das igrejas barrocas e dos fortes datados do período colonial tombados pelo Sphan desde 1938, para além do núcleo do Pelourinho tombado em 1959. Por séculos, Salvador havia sido a mais importante cidade da América Portuguesa e a segunda do país após sua emancipação política. Para os conselheiros, o passado colonial, mas não somente, legou o mais imponente acervo artístico e histórico nacional, portanto, deveria ter sua historicidade urbana e arquitetônica preservada, legitimada enquanto símbolo do passado da nação, enquanto a cidade geratriz de tantas outras pelo Brasil.

Quase duas décadas mais tarde, por pressão da Unesco, o Iphan enfim propõe o tombamento do centro antigo em sua integridade. O que estava em pauta era a ampliação do tombamento do núcleo central do Pelourinho para toda a área que se denominou de “centro histórico de Salvador”. Na ocasião, Pedro Calmon mais uma vez foi escolhido para ser o relator do processo de tombamento de mais um conjunto baiano, dessa vez o centro histórico da capital baiana. Conforme explicitou Calmon, a ampliação do tombamento de Salvador daquela área protegida em 1959 foi realizada em conjunto por técnicos federais, estaduais e municipais, além da Universidade Federal da

⁴²⁶ É interessante notar que essa fala constitui um dos raros momentos em que os intelectuais do Conselho Estadual de Cultura gasta suas energias para defender conjuntos ecléticos do século XIX. Referimo-nos aqui à sua menção aos conjuntos da Vitória e da Graça. Na segunda metade do século XX, as elites de Salvador abandonam o centro antigo da cidade e migraram para novas áreas urbanas, como a Graça, Canela, Vitória e Barra, “bairros que assumem um ar elitista e onde residem cónsules, latifundiários, além de grandes comerciantes nacionais e estrangeiros” (PINHEIRO, 2011, p. 213). Após abandonar “os sobrados escuros e mal ventilados” do centro antigo, passaram a viver em áreas urbanas próximas ao mar, em mansões que apresentavam uma nova linguagem estética, construídas em estilos arquitetônicos que chegavam da Europa, como o neoclássico e o eclético, projetados por arquitetos que vinham de outros estados e de países europeus, especialmente arquitetos italianos (PINHEIRO, 2011, p. 186).

⁴²⁷ Fernando L. Fonseca, Revista da Cultura da Bahia, 1969, p. 66, grifo meu.

⁴²⁸ Ibidem.

Bahia. Em sua fala, mais uma vez a cidade de Salvador é referenciada como "**a cidade primaz**" que "**constitui um capítulo próprio e grandioso da colonização portuguesa**"⁴²⁹. Na verdade, Calmon corrobora com a visão construída pela intelectualidade baiana desde as primeiras décadas do século XX, da qual Calmon fez parte⁴³⁰, que lega a Bahia como terra mãe da Nação. Mais a frente Calmon complementa que:

Não se trata apenas de defender o que de memorável guarda a velha cidade, mas igualmente de elevá-la à categoria de um exemplar magnífico de civilização, que tem solares (como o de Sete Candieiros e da Associação Comercial) e tempo (como a Catedral, S. Francisco, S. Bento, a Conceição da Praia) incomparavelmente opulentos na paisagem deliciosa e no passado respeitável do Brasil. **Fazemos votos para que se faça justiça a esse tesouro de arte e história, enlaçado com as melhores lembranças da formação nacional, de 1549 à vida presente. Todos lhe reconhecem o esplendor e proclamam a grandeza**, ameaçados – eis a verdade – pelas depredações do “progresso” num mundo que carece de cultura para se integrar no tempo – e de civismo para compreendê-la nos seus honrosos deveres⁴³¹.

Em grande medida, as palavras de Calmon sintetizam não somente a narrativa nacionalista baiana centrada na capitalidade da Salvador colonial como descreve bem todo o discurso nacionalista do regime militar. Sem dúvida, a visão de passado de Calmon harmoniza-se perfeitamente com a visão defendida pelos militares. Aliás, o intelectual baiano foi na verdade um dos principais defensores e protagonistas dessa visão do passado da nação em todas suas falas no Conselho Consultivo do Iphan. Do mesmo modo mostrou-se coerente com essa visão de história que enaltece o “português civilizador” quando absteve de votar no momento que o Conselho colocou na pauta o tombamento do terreiro de candomblé Casa Branca, localizado igualmente na capital baiana.

⁴²⁹ Parecer de Pedro Calmon referente à ampliação do centro histórico de Salvador, 20 de outubro de 1983 (Processo do tombamento do centro histórico de Salvador, 1093-T-83, p. 29).

⁴³⁰ Ver Leite (2005).

⁴³¹ Ibidem, p. 30.

Além de Salvador, as cidades do interior também receberam atenção do intelectual, a exemplo de Porto Seguro. No CEC, Godofredo Filho discorreu sobre a preservação da cidade no evento em que se comemorou os 500 anos do nascimento de Pedro Álvares Cabral, quando o tema voltou a ser discutido no órgão federal. O evento ocorreu em Porto Seguro no dia 15 de fevereiro de 1968 e contou com a presença de autoridades políticas do Brasil e Portugal. Em seu discurso, Godofredo Filho afirmou que aquele local marcava a história do Brasil, pois o acontecimento transcorrido em 1500 deu início à unidade e à cultura nacional.

De Pôrto Seguro, estou certo, não sairemos hoje sem os frutos da uma lição extraordinária: a de percebermos, com intensidade até então desconhecida, que, como há quinhentos anos, domamos o mesmo chão, falamos a mesma língua, e sôbre a confusão e a desordem, sôbre o clamor de guerra e as verberações de ódio, acredito no homem que se projeta para integrar-se na Unidade, escutando talvez aquela mensagem de tubas invisíveis, transmitida em acordes de música quase inaudível: – “Passará o céu e a terra, mas minhas palavras não passarão”⁴³².

Para o conselheiro, em vez de se deparar com um patrimônio arquitetônico de excepcional valor artístico, como aquele encontrado em Salvador e no Recôncavo, em Porto Seguro as formas arquitetônicas tinham como principal característica a simplicidade, pois “nada há, porém, na esplanada da antiga Capitania que aqui se estabeleceu em 1534, que nos possa maravilhar a vista com formas arquitetônicas de beleza consagrada; tudo, antes, é simplicidade, quase pobreza”⁴³³. Na parte alta da cidade se encontrava o conjunto urbanístico e arquitetônico colonial que, segundo Godofredo Filho, não havia sofrido alterações nas linhas ingênuas originais, isso porque “a parte velha de Pôrto Seguro como que se imobilizou no tempo, sem que o progresso lhe perturbasse a configuração dos edifícios ou alterasse as linhas ingênuas do conjunto urbanístico”. Para ele, o crescimento na parte baixa da cidade favoreceu a proteção de

⁴³² Godofredo Filho, Revista da Cultura da Bahia, 1968, p. 50.

⁴³³ Godofredo Filho, Revista da Cultura da Bahia, 1968, p. 51.

seu conjunto, embora ressalte que ruas inteiras do casario colonial tenham desaparecido nestes vários séculos de sua fundação⁴³⁴.

Mas antes de prosseguirmos é interessante trazer uma ressalva feita por Leila Bianchi Aguiar (2001), que afirma que:

As justificativas que fizeram parte do tombamento de Porto Seguro em 1968 sempre evocaram o Descobrimento e, no entanto, o local onde já neste momento acreditava-se que os portugueses tinham realizado o seu primeiro desembarque era a coroa vermelha. Pertencente ao município de Santa Cruz Cabrália, Coroa Vermelha não foi tombada neste momento, mas somente em 1973, através do decreto presidencial número 72.107 (AGUIAR, 2001, p. 67).

Neste ínterim, o processo final do tombamento de Porto Seguro e de Santa Cruz Cabrália deixa evidente que ambos os conjuntos foram reconhecidos enquanto patrimônio nacional por conta do discurso regionalista baiano que delegava a essa costa da Bahia o surgimento da civilização brasileira. Um dos primeiros a acompanhar essa visão que associava as duas cidades baianas à descoberta do país foi Jair Brandão, também do 2º Distrito do Iphan na Bahia, que em 1959 assegurava “todos os autores que do assunto admitem que Cabral aportou em Santa Cruz e não em Porto Seguro, colocando ali, apenas uma cruz da madeira com ‘as armas e divisas de Vossa Alteza’, segundo a carta de caminha”⁴³⁵. Encontramos a mesma interpretação nas palavras de Pedro Calmon pronunciadas no momento de votação do tombamento de Santa Cruz Cabrália. O tombamento desse mencionado conjunto teve como relator o membro do Conselho Consultivo do órgão, Pedro Calmon. Na ocasião anunciou aos seus pares seu voto:

Somos obviamente favoráveis à medida. O advérbio justifica-se, pela razão nacional, do interesse que tem o ambiente para o sentimento e a emoção dos brasileiros, e, pelo motivo mais restrito, da defesa do que

⁴³⁴ *Ibidem*.

⁴³⁵ Jair Brandão, 9 de dezembro de 1959, “Informação: o marco da descoberta do Brasil (Processo de Tombamento de Porto Seguro, 0800-T-68, p. 58).

resta do passado nesse remoto lugar, como a antiga Casa de Câmara e Cadeia e a igreja matriz. Não se deu ainda em Santa Cruz a invasão do ‘progresso’, em forma de deformação agressiva do que a cidade conserva de histórico e humilde. É tempo, portanto, (agora ou nunca) de agir a SPHAN para preservar o que pode ser restaurado e manter o admirável acervo paisagístico, que recordará as gerações futuras o cenário do Descobrimento⁴³⁶.

Alguns anos depois, após o movimento preservacionista em Porto Seguro empenhar-se em decretá-la monumento nacional, foi a vez do presidente-militar Emílio G. Médici declarar a mesma visão nacionalista sobre aquele município. Trata-se do decreto que converteu o município de Porto Seguro em Monumento Nacional. Antes de decretar, como de costume, Médici justificou a medida, ressaltando que:

Considerando a necessidade urgente de ser assegurada proteção especial ao acervo arquitetônico e natural do Município de Porto Seguro, no Estado da Bahia e, em especial, o Monte Pascoal, situado em seus limites; **Considerando, ainda, que nessa salvaguarda atende aos mais caros remanescentes do início da história pátria, ali iniciada pelos integrantes da frota Cabralia, desde a visão do Monte Pascoal aos primeiros contatos com a nova terra,** DECRETA: art. 1º - Fica erigido Monumento nacional o município de Porto Seguro, Estado da Bahia, cuja área urbana, sítio da antiga Capitania e lugares históricos adjacentes, em especial, o Monte Pascoal, serão inscritos no Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁴³⁷.

Médici explicita assim que aquela medida, que na verdade ampliava o tombamento em Porto Seguro realizado pelo Dphan em 1968, reconhecia a cidade enquanto marco inicial da nação brasileira. A história do Brasil começa assim em Porto Seguro, com a chegada da frota cabralina. Contudo, é importante lembrar que essa narrativa em torno de Porto Seguro data de finais do século XIX e das primeiras décadas do século XX.

⁴³⁶ O trecho do parecer de Pedro Calmon referente ao tombamento de Santa Cruz Cabralia foi citado no Boletim Pró-memória, novembro/dezembro de 1980, p. 9.

⁴³⁷ Decreto presidencial nº 72107, decretado por Emílio G. Médici, em 18 de abril de 1973, que converte o município de Porto Seguro em Monumento Nacional (Processo de tombamento de Porto Seguro, 0800-T-68, p. 110, 111 e 112)

A intelectualidade baiana representava desde as primeiras décadas do século XX a Bahia como geratriz da nação, uma vez que o “evento da chegada dos portugueses na atual terra brasileira, (...) teria ocorrido na Bahia, precisamente em Porto Seguro” (LEITE, 2008, p.190). Apesar disso, Rinaldo Leite (2008) lembra que a capitania de Porto Seguro só foi incorporada à Bahia em 1761. Todavia, a cidade e a chegada da frota cabralina teve um papel central na narrativa nacionalista que reconhecia o estado como berço da civilização brasileira.

No momento em que os conselheiros defendiam a distinção das cidades baianas coloniais e de feição colonial como patrimônio nacional, as narrativas regionalistas afloram em suas falas. É o que acontece quando o Conselho Estadual passa a pleitear a preservação de Cachoeira. Os discursos de valorização do seu conjunto urbano e arquitetônico e seu reconhecimento enquanto cidade histórica será marcante no CEC. Cachoeira aparecia, assim, **“entre as mais importantes cidades históricas da Bahia e do Brasil, figura, sem o menor favor, Cachoeira, pelo destacado papel que representou desde o período colonial até o primeiro terço do século XX, como importante polo de desenvolvimento”**. E por este motivo a cidade do Recôncavo “pelo artigo 139 de nossa Constituição Estadual, tenha sido declarada monumento estadual, credora, portanto, de particular atenção do poder público”⁴³⁸.

Para Simas Filho, nas primeiras décadas do século XX, a cidade sofre um declínio econômico, apesar da importância de Cachoeira na colônia e de sua relevância nos anos que antecedem a independência da nação. A partir daquele momento, a cidade do Recôncavo entrou em um longo período de decadência econômica. Encontra-se justamente na parada do desenvolvimento da cidade a razão “que a conservou quase intacta para nós, preservando-se de mudanças bruscas, descabidas e da renovação irracional – como sucedeu em outras cidades”. Aqui, mais uma vez, Cachoeira é enaltecida como **“o mais completo conjunto de uma cidade histórica baiana plenamente formada em condições de ainda ser preservada, na sua qualidade de monumento estadual”**⁴³⁹.

⁴³⁸ Américo Simas Filho, Revista da Cultura da Bahia, 1969, p. 42, grifo meu.

⁴³⁹ Américo Simas Filho, Revista da Cultura da Bahia, 1969, p. 43, grifo meu.

Ao mesmo tempo, buscou o seu reconhecimento como uma das principais cidades históricas nacionais, marcado pelo discurso de cidade símbolo da independência nacional em terras baianas. A cidade decretada Monumento Estadual da Bahia teve seu reconhecimento engendrado por narrativas históricas que a consagravam como um dos mais importantes símbolos da narrativa nacional baiana, sustentando o papel protagonista da Bahia no processo de emancipação política do Brasil. Cachoeira deveria ser preservada por exercer, desde a sua fundação, o papel de capital importância no estado. O CEC legitima Cachoeira como palco de um dos acontecimentos mais importantes e patrióticos da história brasileira: a independência da nação.

Para Américo Simas Filho, “**a brilhante história da Cachoeira, cujos primórdios remontam a segunda metade do século XVI**, quando teve início a ocupação e povoamento da região, se estende por todo o período colonial”. Sendo justamente no fim do período colonial o momento mais marcante da história da cidade, quando Cachoeira na “campanha da Independência” manifesta “**sua decisiva participação lhe valeu o título singular de ‘Heróica’**”⁴⁴⁰, protagonizando a luta contra as tropas portuguesas no Recôncavo Baiano. Simas Filho referia-se ao fato acontecido em 1821, quando as elites dos engenhos de açúcar a declararam capital do estado, momento em que Cachoeira assumiu um papel decisivo no processo da independência da nação.

Desse modo, o patriotismo esteve presente nos discursos de valoração da cidade do Recôncavo. O discurso patriótico do CEC da Bahia se mostra oportuno, no momento em que o culto ao ideário cívico-patriótico era difundido pelo regime, bem como pelas instituições intelectuais e educacionais brasileiras. Cachoeira, a cidade que resistiu aos portugueses e lutou pela independência do Brasil, deveria tornar-se um símbolo do patriotismo dos baianos nas palavras de Fernando Fonseca.

A êsses homens a tantos outros que, mais tarde, com espírito de brasilidade, se levantaram pela independência, em Santo Amaro, São Francisco do Conde e em especial Cachoeira, a êsses devem os baianos de hoje a sua admiração e a sua homenagem. Homens que

⁴⁴⁰ Américo Simas Filho, Revista da Cultura da Bahia, 1969, p. 43, grifo meu.

mostrando o quanto amaram a terra e o quanto desejavam defendê-la. Pelos séculos a fora, são exemplos de bravura e do amor que se solidificaram, unindo cada vez mais a nacionalidade (Fernando L. Fonseca, Revista da Cultura da Bahia, 1969, p. 67, grifo meu)

Para a historiadora Maria Aparecida de Sousa (2005), a intelectualidade instalada no Instituto Geográfico Histórico da Bahia no início do século XX apresentava a Bahia como palco da luta pela independência do Brasil. E quando este tema era tratado, recebia destaque o papel desempenhado pela “Vila de Cachoeira que, durante a guerra, sediou o Conselho Interino de Governo, instalado em setembro de 1822, e foi responsável pela articulação das forças contrárias à permanência das tropas portuguesas na capital” (SOUSA, 2005, p. 187).

O processo que ergueria Cachoeira a Monumento Nacional se instaura no Conselho Federal de Cultura algum tempo depois da intensa defesa dos conselheiros baianos em favor de sua preservação, sendo mais exato, em dezembro de 1970. Arthur Cezar Ferreira Reis, então presidente do Conselho, dirigiu-se ao Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, elucidando que competia ao CFC a tarefa de valorizar o patrimônio histórico e artístico nacional e por esta razão coube aos conselheiros redigir a proposta para que Cachoeira fosse convertida em Monumento Nacional. Deste modo, o CFC aprovou, em conjunto, pela Câmara de Arte e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o parecer que sugeria ao Governo da República contemplar a cidade tricentenária de Cachoeira àquela honraria por meio de um decreto presidencial.

Observamos que o parecer de Reis fundamenta-se nas narrativas históricas e nos valores arquitetônicos de Cachoeira para que esta fosse reconhecida como símbolo da nacionalidade brasileira. Basta ver que o intelectual enfatiza tanto a distinção do seu conjunto urbano e do bom estado de conservação das suas construções seculares quanto o **“seu significado na história cívica do Brasil”**⁴⁴¹. Além disso, lembra que outras cidades brasileiras haviam recebido tal honraria pelo Poder Público federal até aquele momento, dentre as quais estavam: Ouro Preto (1933), Mariana (1945) Alcântara (1948)

⁴⁴¹ O trecho com aspas foi retirado do parecer de Arthur Cezar Pereira Reis, publicado na Revista Cultura, organizada pelo Conselho Federal de Cultura, nº 42, dezembro de 1970, p. 44-45.

e Parati (1966)⁴⁴². Desse modo, para o intelectual, Cachoeira, portão de entrada para o sertão baiano, tornava-se merecedora de equiparar-se a estes “**núcleos venerados de civilização e cultura**”, devido à semelhança que possuía com as “**idades-monumentadas**”⁴⁴³.

Em Cachoeira, como já foi dito, encontram-se algumas edificações tombadas isoladamente pelo Iphan, desde os primeiros anos de fundação, entre 1938 e 1940. Dentre estes estão: as casas de Anísio Teixeira e Ana Neri, o Convento Nossa Senhora do Carmo e a Igreja Nossa Senhora do Carmo, além da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário e outras construções do século XVII e XVIII, sobretudo exemplos de arquitetura religiosa⁴⁴⁴. As construções coloniais mais expressivas de Cachoeira já estavam protegidas pelo Iphan há décadas, por consequência disto, Reis defendia os esforços para salvaguardar a cidade em sua integridade, diante da nobreza do patrimônio histórico e artístico encontrado em Cachoeira, “**um acervo raro de quarteirões intatos de igrejas e conventos, de casas nobres e sobrados típicos**”⁴⁴⁵. Perante isso, o intelectual reconhecia a importância da proteção de todo o conjunto urbano, ampliando e assegurando, por meio de um decreto, uma proteção sistemática à cidade tricentenária da Bahia.

Em seguida, após discorrer sobre ações pontuais de restauração que o Iphan havia realizado em Cachoeira, Arthur Cezar Ferreira Reis se volta para as narrativas históricas que justificaria sua consagração a Monumento da nação. Torna-se notório neste momento a presença no texto dos discursos patrióticos que valorizam o passado de Cachoeira, manifestando o culto ao civismo da época. É oportuno recordar que o ideário cívico compôs a cultura política da ditadura-civil militar. Desta maneira, a cultura cívica e o reconhecimento do passado glorioso cachoeirense estão imbricados no discurso do intelectual do CFC, notadamente, quando o conselheiro reconhece as lutas patrióticas que ali sucederam no passado.

⁴⁴² Lembrando que Porto Seguro só receberá a titulação de Monumento Nacional em 1973, dois anos após Cachoeira, também por meio de um decreto do executivo militar, outorgado pelo presidente Médici.

⁴⁴³ O trecho com aspas foi retirado do parecer de Arthur Cezar Pereira Reis, publicado na Revista Cultura, organizada pelo Conselho Federal de Cultura, nº 42, dezembro de 1970, p. 44-45.

⁴⁴⁴ Para Mário de Andrade, um dos valores no qual teria moldado a identidade nacional seria a religiosidade, característica esta que levou a arquitetura religiosa ter sido símbolo do patrimônio nacional nas primeiras décadas de atuação do SPHAN. Ver (NATAL, 2007).

⁴⁴⁵ Ibidem.

Para Arthur Cezar Ferreira Reis, o legado histórico de Cachoeira data do momento em que a elite cachoeirense a decretou sede da capital da província, quando identifica como símbolo deste evento a sede do governo provisório: o Paço da Câmara. Nota-se assim em seu discurso a presença da narrativa da vitória dos baianos contra os lusitanos entre 1822 e 1823 quando interpreta que o Paço da Câmara **“está ligado, como nenhum outro edifício do Recôncavo, a Independência da Bahia”**. Posteriormente, Reis manifesta mais uma vez que a ditadura civil-militar havia organizado e institucionalizado neste período uma cultura cívica no Brasil apontando que se aproximava a celebração do sesquicentenário da liberdade da pátria, em 1972, encontrando Cachoeira um símbolo deste acontecimento. O intelectual explora essa ideia reconhecendo que a cidade foi palco do primeiro ato da emancipação política do país, corroborando com a narrativa da intelectualidade baiana que defendia a Bahia como protagonista no processo de ruptura com Portugal quando baianos deram suas vidas pela pátria⁴⁴⁶, como podemos observar abaixo:

Ao celebrar, em 1972, o sesquicentenário da liberdade da pátria, o Poder Público – na exata forma do mandamento constitucional – poderá oferecer a visitação, ao conhecimento e ao respeito de quantos prezam as tradições brasileiras, **uma Cidade preservada nos seus traços históricos e nos seus encantos artísticos, além de que ela representa como patrimônio cívico, pois que foi ali, antes de 7 de setembro, que se deu o passo material que seria ultimado no ato do imperador Pedro I**⁴⁴⁷.

No dia 18 de janeiro de 1971, em Brasília, o presidente militar Emílio Garrastazu Médici converteu em Monumento Nacional a cidade de Cachoeira, localizada no recôncavo baiano, por meio do decreto federal nº 68.045. O ato do decreto contou com a presença de vários ministros que compunham o governo dentre os quais estavam o ministro de educação e cultura Jarbas Passarinho, Mário David Andreazza, Marcus Vinicius de Moraes, Antonio Dias Leite Jr, João Paulo Reis Velloso e João Costa Cavalcante. Naquela data, o presidente militar Emílio G. Médici usando da prerrogativa que lhe foi atribuída e garantida por meio da constituição federal e perante:

⁴⁴⁶ O trecho com aspas foi retirado do parecer de Arthur Cezar Pereira Reis, publicado na Revista Cultura, organizada pelo Conselho Federal de Cultura, nº 42, dezembro de 1970, p. 44-45.

⁴⁴⁷ Ibidem, Grifo meu, p. 44.

Necessidade urgente de ser assegurada a proteção especial ao acervo arquitetônico e natural da tricentenária cidade de Cachoeira, no Estado da Bahia” (...) Considerando, outrossim, que nessa salvaguarda **atende às tradições cívicas da Cidade, capital da província durante as lutas pela independência da Pátria ali iniciadas em 23 de junho de 1822, e que culminaram em 2 de julho de 1823, com a entrada triunfante do Exército Patriótico Libertador na Bahia**⁴⁴⁸

Como se vê, o discurso do patriotismo percorrerá o processo de patrimonialização de Cachoeira, seja no Conselho da Bahia, no Conselho Federal de Cultura e no decreto de Médiçi ao decretá-la monumento nacional⁴⁴⁹. Ao mesmo tempo em que pleiteavam a patrimonialização de Cachoeira, os membros do Conselho Estadual de Cultura defendiam a região que a cidade estava instalada como a verdadeira Bahia. O velho Recôncavo tornar-se-ia a imagem mais fidedigna da antiga Bahia para os membros do CEC. José Calasans, ao dissertar sobre o folclore da região do estado, afirmou que aquelas terras haviam sido palco dos mais importantes eventos históricos da Bahia e da nação. Os engenhos e o açúcar são tomados como o símbolo da civilização que ali se formou nos primeiros séculos de colonização portuguesa, foi palco de resistência às invasões holandesas e assistiu à emergência da cultura do fumo, outra fonte de riquezas de suas elites rurais. Nas palavras de Calasans, a luta das elites da região travada contra os colonizadores lusitanos é novamente rememorada, uma vez que **O velho Recôncavo (...) serviu de palco a importantes e, muitas vezes, decisivos acontecimentos da história baiana e brasileira**⁴⁵⁰. A decadência econômica instalada no Recôncavo também é descrita pelo intelectual. Com certo saudosismo, Calazans descreve ainda diversas imagens associada ao Recôncavo, que vai desde fidalguia dos senhores do açúcar em suas casas-grandes, até a escravidão e práticas culturais que surgem da vinda dos africanos escravizados na civilização do açúcar e do fumo.

⁴⁴⁸ Decreto federal nº 68.045 que converte Cachoeira Monumento Nacional, decretado pelo Presidente Militar Emílio G. Médiçi, o texto se encontra no Processo de tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico de Cachoeira, nº Processo: 843-T-71 (grifo nosso).

⁴⁴⁹ É bom lembrar que no terceiro capítulo desta tese discorreremos sobre o processo que elevou Cachoeira a Monumento Nacional sob um decreto do presidente militar Garrastazu Médiçi. A elevação contou com o apoio do CFC, que redigiu um parecer favorável ao decreto federal.

⁴⁵⁰ José Calasans, Revista da Cultura da Bahia, 1970, p. 43-44, grifo meu.

O intelectual baiano vai mais além. Seu discurso encontrava no Recôncavo e na capital a verdadeira imagem da Bahia. Ali se encontrava ainda o legítimo tipo regional baiano. Por meio do discurso da alteridade, legitima Salvador e a região circunvizinha como a imagem mais fiel da Bahia. Para Calazans, as demais regiões do estado, como o sul cacaueiro, o nordeste de Antonio Conselheiro, a área do Rio São Francisco pastoril e a Chapada Diamantina são tomadas como contraponto à legítima e autêntica Bahia do Recôncavo. As demais áreas e processos de povoamento do estado tornam-se o outro em relação à capital e à civilização do açúcar. Apesar de pleitearem a preservação de diversos sítios urbanos localizados nas referidas regiões do estado, como Porto Seguro, Rio de Contas, Lençóis e Mucugê, para os conselheiros estas não eram representantes legítimas da Bahia⁴⁵¹.

A velha Bahia, tantíssimas vezes evocada aqui, ali, acolá, é, em verdade, o velho Recôncavo. A zona açucareira, de profundas raízes mergulhadas na área Colonial, marcou muito mais a Bahia do que a área cacaucultora, quase nossa contemporânea, o nordeste pastoril e místico que Antônio Conselheiro empolgou, a imensa zona san-franciscana ou a região mineradora das Lavras Diamantinas. **O tipo regional da Bahia, a baiana, com sua indumentária típica, seu taboleiro, seu torço, seus balangandãs, seus orixás, existe, apenas, na capital baiana e seu Recôncavo**⁴⁵².

Mais do que isso, tal como Godofredo Filho, as falas dos demais conselheiros baianos acabam por revelar a imagem de Bahia que essa intelectualidade apresentava: a Bahia tomada exclusivamente como Salvador e Recôncavo. Embora se dediquem a períodos distintos, os estudos de Rinaldo Leite (2006) e Anselmo Carvalho (2013) sustentam uma interpretação que destaca a centralidade de Salvador e do Recôncavo no discurso regionalista baiano. De fato, o discurso patrimonial segue essa mesma tendência apresentada pelos dois autores, contudo, nesse caso em específico, como

⁴⁵¹ Como veremos no terceiro capítulo, o discurso de alteridade com as cidades históricas do litoral estará presente também no processo de reconhecimento das cidades históricas do Sertão baiano, sobretudo aquelas localizadas na Chapada Diamantina. Em vez de um legado baiano, serão percebidas e construídas como heranças da civilização mineira, de famílias vindas das Minas Gerais no século XVIII e XIX.

⁴⁵² José Calasans, Revista da Cultura da Bahia, 1970, p. 44, grifo meu.

veremos, nota-se que as fronteiras sertanejas do interior do estado são tomadas de diferentes maneiras pela elite intelectual baiana.

4.3. As cidades históricas nacionais dos sertões da Bahia

Intelectuais que se dedicaram a causa patrimonial na Bahia trataram também de se dedicar a compreender o processo de colonização que ocorreu nos sertões do que hoje faz parte da Bahia e Nordeste, como fez Godofredo Filho. É o que encontramos na narrativa histórica que equipara os sertanistas baianos aos bandeirantes paulistas e data das primeiras décadas do século XX, de autoria de Godofredo Filho, que se dedicou ao tema em 1939. Em um artigo publicado na Revista do Sphan, intitulado “A torre e o castelo de Garcia D’Ávila”, o intelectual baiano dissertou sobre a edificação erigida nos primeiros séculos da colonização. Nele, buscou legitimar que, **“se, aos bandeirantes do ciclo paulista, as mais das vezes coube desbravar o melhor de nossa natureza, - as terras férteis e ricas do Brasil central e do oeste, - aos bandeirantes baianos destinou-se a aridez de intérminas caatingas”**⁴⁵³. Nesse sentido, assim como os paulistas, os bandeirantes baianos também foram responsáveis pelo processo de conquistas de territórios pelos sertões.

A Bahia também contribuiu com a formação da nação brasileira, contudo, em vez do oeste, **“deve-se a exploração e colonização do Nordeste. O S. Francisco e grande parte dos territórios de Pernambuco, Piauí, Maranhão e Ceará, foram devassados pelos nossos intrépidos sertanistas”**⁴⁵⁴, denominados por Godofredo Filho como bandeirantes do ciclo baiano. O discurso de Godofredo Filho procurou legitimar os sertanistas baianos enquanto desbravadores e grandes conquistadores do território nacional, assim como os bandeirantes paulistas, os equiparando enquanto responsáveis pela conquista do território. Em sua abordagem, os bandeirantes baianos, assim como os paulistas, adentraram o sertão do atual Nordeste e conquistaram extensos territórios. Pesava ainda o fato de, no Sphan, a narrativa nacionalista ter consagrado as cidades

⁴⁵³ Godofredo Filho, Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1939, p. 251-252, grifo meu.

⁴⁵⁴ Ibidem.

coloniais mineiras enquanto símbolos totêmicos da nação. Esses conjuntos urbanos e arquitetônicos foram reconhecidos por meio da narrativa paulista como frutos da epopeia dos bandeirantes nas Minas Gerais⁴⁵⁵. Tal discurso é explicitado por Godofredo Filho quando afirma que:

Quase sempre, a iniciativa e êxito de tão grandes empresas levou-os a Casa da Torre, a mais audaz e poderosa do Brasil colonial. Os Ávilas, além de se afoitarem, pessoalmente, ao mais longínquo sertão, ordenaram, sob a direção de subordinados seus, entradas de que resultariam excelentes descobertas. Muitos dos melhores bandeirantes do Sul, e outros do Norte, estiveram, ora sob o controle direto dos senhores da Torre, ora associados às expedições que estes organizaram⁴⁵⁶

Observa-se aqui que as ideias de Godofredo Filho circularam no Conselho Estadual de Cultura, pois Fonseca realiza uma leitura similar quando aponta que os bandeirantes paulistas não haviam sido os únicos desbravadores do país. A Bahia também teve os seus desbravadores, denominados de sertanistas. A casa da torre dos

⁴⁵⁵ Nas primeiras décadas do século XX, os estados de São Paulo e Minas Gerais despontavam como as principais forças econômicas e políticas no Brasil, com destaque para o primeiro. Em função do desenvolvimento econômico do estado, no início do século XX, as elites paulistas controlaram a política nacional. Com isto, seus intelectuais construíram o passado nacional a partir do seu próprio passado histórico, isto é, centrado nos principais representantes da narrativa paulista: nos bandeirantes. De acordo com essa visão, as elites paulistas, através da cultura material, estabeleceram na história nacional uma ideologia do homem bandeirante paulista como formador do Brasil. Essa mitologia foi manipulada graças à cultura material que compôs o Museu Paulista junto a uma historiografia que também legitima o bandeirante como formador da identidade nacional (FUNARI, 1999). No ano de 1919, intelectuais paulistas, dentre os quais Mário de Andrade, Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade partiram de São Paulo numa viagem pelo Brasil em busca da origem da nação. Na viagem, os modernistas percorreriam o estado de Minas Gerais, mais precisamente as cidades coloniais mineiras, Oswald de Andrade, na ocasião, “batizou a viagem a Minas como Viagem de descoberta do Brasil, (...) dentro desta proposta modernista de visitar o passado brasileiro, naquilo que ele possuía de mais genuíno, com o intuito de descobrir as origens da nacionalidade para se construir um país moderno” (NATAL, 2007, p. 121). A narrativa de São Paulo como célula inicial do Brasil estava presente na viagem realizada por Mário de Andrade com os demais modernistas, à vista que “se proclamavam os bandeirantes do século XX, isto é, aqueles aos quais caberia a tarefa de redescobrir as preciosidades esquecidas no interior do Brasil, aqueles que iriam redescobrir, enfim, a própria nação” (NATAL, 2007, p. 121). A presença do regionalismo paulista na interpretação da arte e arquitetura mineira como representativa do Brasil, pois os modernistas paulistas “consideravam Minas Gerias uma civilização nascida da empresa dos bandeirantes paulistas. Essa ideia de ligação entre São Paulo e Minas rendeu a imagem de Minas como uma fruta paulista, ou seja, uma sociedade descendente da sociedade paulista” (VENTURA, 2000. Apud Natal, 2007. p. 122).

⁴⁵⁶ Godofredo Filho, Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1939, p. 251-252, grifo meu.

Dias d'Ávila e os Adôrno eram um símbolo dos civilizadores baianos, que germinou tantas cidades pelo interior. Até mesmo os jesuítas são tomados como “baianos” pelo integrante do Conselho Estadual de Cultura. Para ele, no passado colonial, os clérigos da Companhia de Jesus partiram da Bahia para conquistar vastos territórios e civilizar a nação. Em síntese, o discurso nacionalista de Fernando Fonseca pleiteia a Bahia como colonizadora e civilizadora da nação. Os sertanistas, as famílias Adôrno e d'Ávila, juntamente com os jesuítas, tornam-se os desbravadores da nação nos primeiros séculos de colonização, os progenitores de tantas cidades pelo país.

É tempo de lembrar os fatos notáveis, as coisas imperecíveis e os filhos ilustres da Bahia, fatos que a história não registrou, coisas que ficaram abandonadas e os personagens que honraram a sua terra e são hoje esquecidos. **É suficiente a história da colonização para elevar o nome da Bahia ao panorama das grandes realizações. Os desbravamentos dos sertões que marcaram a conquista territorial para o norte e o oeste, os Adôrno, os Dias d'Ávila e tantos outros que conseguiram levar bem longe a semente civilizadora das novas cidades. Os jesuítas construtores de aldeias, que semearam o cristianismo pelas plagas hostis do Brasil de antanho**⁴⁵⁷.

É curioso notar aqui que, enquanto a intelectualidade baiana centraliza o discurso patrimonial no Recôncavo e em Salvador, outra visão preservacionista eclode no interior do estado. Referimo-nos ao discurso preservacionista que emerge quando Lençóis desponta como candidata à distinção de patrimônio nacional, o que na verdade acabou sustentando o processo de patrimonialização de Rio de Contas e Mucugê. O restante da Bahia era pensado pelos conselheiros como um espaço colonizado pelo baiano, que partia do Recôncavo e Salvador, e em alguns casos do litoral sul. Mas em vez de adotar essa versão do CEC, uma determinada intelectualidade da Chapada Diamantina passa a defender que o acervo arquitetônico da região era um legado da civilização mineira.

É importante lembrar que a visão que atribui a arquitetura da Chapada Diamantina como zona de influência estética mineira não emerge na década de 1970. No processo de tombamento das edificações isoladas de Rio de Contas que ocorreu em

⁴⁵⁷ Fernando L. Fonseca, Revista da Cultura da Bahia, 1969, p. 67, grifo meu.

1951 já estava presente a ideia central dessa interpretação. Jair Brandão, do 2º Distrito do Iphan, fora responsável pelo estudo das edificações da cidade colonial, fundada no ciclo da mineração do ouro no século XVIII. Em sua avaliação, Jair Brandão comentou que:

Minas do Rio de Contas sendo uma povoação que parou no século XIX, não é, pelo menos, no seu ponto de vista arquitetônico, uma cidade decadente. Está longe do aspecto de ruínas que nos apresenta Jaguaripe ou São Francisco de Conde. As ruas, sobretudo a de entrada pela rodagem, são calçadas pelas grandes lages, admiravelmente aparelhadas pela natureza, características da região. **Zona de influência mineira, como em toda Chapada Diamantina, as casas de Rio de Contas já não apresentam nas suas portas e janelas o verde tão característico dos sobrados bahianos. Chegamos a raspar algumas portas, com a perfeita confirmação de que o azul é a côr secular na terra**⁴⁵⁸.

Pouco mais de uma década depois, na década de 1960 foi a vez de Walfrido Moraes escrever sobre essa questão em “Jagunços e heróis”. No referido livro, publicado em 1963, Moraes legitima a visão que toma a parte central da Chapada Diamantina, as Lavras baianas, como “um avanço das atividades mineradoras de Minas Gerais para a província da Bahia” (BRITO, 2013, p. 69-70). Sustentamos essa visão num trabalho anterior de acordo com as falas de Moraes, quando afirmou que:

Como era de se prever, não tardou que centenas, milhares de pessoas se abalassem para as novas minas. **À maioria daqueles mesmos aventureiros, parentes e aderentes que desceram do Tijuco e do Grão-Mogol** há dez ou doze anos passados, juntavam-se, agora, outros tantos das mais diversas procedências, na pracata, no lombo de burros, nos carros-de-bois gementes, de todo jeito, enfim – com os mesmos utensílios e instrumentos de trabalho. (MORAES, 1973, p. 13)

⁴⁵⁸ Processo de tombamento dos monumentos, 1951.

Quase uma década mais tarde, em 1971, o grupo de lençoenses que representou o poder municipal no II Encontro dos Governadores defendeu um argumento similar ao de Walfrido Moraes. Nesse sentido, “a ‘civilização do diamante’ da Bahia foi percebida assim como herança de Minas Gerais, como uma continuidade cultural da mesma região que foi valorizada no Iphan desde sua fundação” (BRITO, 2013, p. 73). Exatamente como a interpretação de Moraes os representantes de Lençóis defenderam que no momento da descoberta do diamante grupos vindo de várias partes ali chegaram, mas destacam que foi principalmente o grupo vindo de Minas Gerais que legou à cidade oitocentista esse passado de riqueza patrimonial.

Como acontece com todas as cidades antigas e tradicionais, Lençóis também tem seu passado histórico eivado de belíssimas páginas, originárias dos minérios explorados na região. **Todo rosário de formação histórica, cultural e religiosa está relacionado com a vida de mineração do "metal", como diziam os antigos exploradores vindos das diversas regiões e em número mais volumoso da província das Minas Gerais.** Esta população exploradora trouxe-nos uma bagagem diversificada de luxo, grandeza, cultura, civilização e aventuras misturadas no bojo da opulência de costumes dos mais variados matizes de sabor colonial, tendo como contrapeso a beleza dos lundus, batuques, crenças rebuscadas de superstições que davam uma tonalidade coreográfica própria do negro escravo africano. Do quadro nasceu a base da civilização Paróquia de Santa Isabel do Paraguaçu, origem da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Lençóis⁴⁵⁹.

É evidente que essa visão da Chapada Diamantina como legado da civilização mineradora dos oitocentos não emerge para sustentar a reivindicação de tombamento dos conjuntos ali existentes. É curioso notar, porém, que no momento em o discurso preservacionista emerge em Lençóis, quando Walfrido Moraes torna-se um dos seus principais defensores, estranhamente os desbravadores do Tijuco e do Grão-Mogol se junta aos desbravadores paulistas em pleno meado do século XIX. Em carta enviada a Jarbas Passarinho, em 25 de junho de 1971, no momento em que pede que “providências” sejam tomadas para o “cadastramento e tombamento da Cidade dos

⁴⁵⁹ Anais do II Encontro de Governadores, 1971, p. 288-289.

Lençóis”, Moraes parece entrar em contradição com sua própria interpretação ao dizer que “todo o patrimônio arquitetônico que nos foi legado pelos pioneiros e pelos bandeirantes que aqui se fixaram em busca das imensas riquezas do nosso sub-solo”. Até poderia estar se referindo aos bandeirantes que descobriram as minas de ouro na Bahia setecentista, contudo não faz qualquer referência a Rio de Contas ou à extração de ouro. Nesse sentido, legar aos bandeirantes uma cidade que fora erguida na segunda metade do século XIX parece demasiado forçado, assim como atribuir a esta uma continuidade da civilização diamantina mineira do século XVIII, contudo, sob o ponto de vista patrimonial mostrou-se uma versão acertada, tendo em vista que tanto os bandeirantes como as cidades coloniais mineiras estiveram no cerne da narrativa patrimonial modernista do Sphan.

Sendo assim, em um jogo de alteridade, Lençóis, localizada nos sertões da Bahia, era tomada pelos membros do CEC enquanto legado civilizatório dos sertanistas baianos. Por outro lado, Walfrido Moraes e os representantes políticos de Lençóis a compreendeu enquanto uma continuidade da civilização do Tejuco e Grão-Mol das Minas Gerais e mais forçosamente como legado dos bandeirantes paulistas. É claro que pode ser tomado como uma estratégia de parte do próprio movimento preservacionista, mas indo um pouco além, essa interpretação pode ser tomada enquanto uma reação de Walfrido Moraes à homogeneização da Bahia, da versão que sempre identifica a Bahia do Recôncavo e de Salvador.

Cerca de dois anos após Walfrido Moraes enviar a carta a Jarbas Passarinho, e de toda a mobilização dos moradores de Lençóis no II Encontro dos Governadores, o seu tombamento percorre os trâmites burocráticos do Iphan, chegando então a uma de suas últimas fases: o parecer de um membro do Conselho Consultivo do órgão. Na ocasião, foi designado para a tarefa o intelectual baiano Pedro Calmon, um dos membros do Conselho Federal de Cultura mais entusiastas do discurso preservacionista. O parecer mostrou-se em perfeita harmonia com os discursos defendidos por Walfrido Moraes e pelos representantes de Lençóis no conclave de Salvador em 1971. Em sua fala, Calmon ressaltou que:

Não só homologamos o julgamento – porque Lençóis deverá ser preservada na sua arcaica e bela estrutura-, como lhe juntamos argumentos veementes: **porque Lençóis deve ser conhecida como um nobre e raro modelo de cidade feita, refeita, contrafeita ao sabor do povoamento ambicioso, repetindo no século romântico (o XIX), a aventura mineira do século barroco (XVIII). Eis um sugestivo polo turístico, instalado nas quebradas da serra, para onde se deslocou em 1843 a paixão do diamante, que um século antes explodira no “serro” de Minas; com a diferença, de que ali eram minas gerais, e aqui foram minas restritas. Não deram para estabelecer uma civilização, como a do ouro. Deram contudo para criar à sua imagem uma sociedade adventícia em transição para uma cultura agarrada ao solo, isolada nas alturas, ciosa de tradição, fiel ao arraial, que se urbanizou ao leão da escalada, sem pretensões externas, o engenho anterior à engenharia, com aquela amorável desarrumação do acampamento que se transformaria em vila conservando, na irregularidade do traçado e na improvisação do casario, a história de conquista. Há por isso uma inevitável semelhança panorâmica com as velhas cidades mineiras. É a cidade típica (exemplarmente representativa) da corrida às faisqueiras, que a decadência, pela exaustão, deixou quase intacta nos seus aspectos inconfundíveis**⁴⁶⁰.

Conforme fica evidente, a narrativa sustentada pelos representantes políticos de Lençóis e Walfrido Moraes não somente constava na peça de parecer de Pedro Calmon, como acaba sustentando sua defesa em favor da preservação de Lençóis. Para o membro do Conselho Consultivo do Iphan⁴⁶¹, Lençóis era a continuação da civilização da mineração que surge no interior da América Portuguesa no século XVIII, uma versão desse processo de povoamento dos oitocentos. Está presente toda uma interpretação histórica que produz uma comparação de Lençóis com as cidades coloniais mineiras. No final do documento, dentre várias indagações, Pedro Calmon questiona se poderia “o núcleo magnífico da mineração de outrora desfigurar-se, ou perecer, sem o conseqüente desfalque do patrimônio artístico e histórico da Nação?” Resposta essa que vem em seguida, afirmando que “**resolutamente a tais interrogações com a opinião e o voto. Opinamos pelo tombamento em conjunto**”⁴⁶². Vale lembrar que, seguindo uma prática comum dos membros do CFC, de homenagear seus pares intelectuais⁴⁶³, ao final

⁴⁶⁰ Parecer de Pedro Calmon no Conselho Consultivo do DPHAN, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1973 (Processo de tombamento de Lençóis: 0847-T-71, p. 26-27, grifo meu).

⁴⁶¹ Calmon igualmente era membro do Conselho Federal de Cultura.

⁴⁶² Parecer de Pedro Calmon no Conselho Consultivo do DPHAN, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1973 (Processo de tombamento de Lençóis: 0847-T-71, p. 27).

⁴⁶³ Como bem sustenta Tatyana Maia (2013).

de seu voto, Calmon lembrou que aquela cidade era a terra natal de Urbano Duarte e Afrânio Peixoto. Segundo Mangili (2015), em 1951 a casa onde nasceu Afrânio Peixoto foi a primeira edificação de Lençóis a ser “atribuído um valor patrimonial” (MANGILI, 2015, p. 91) ⁴⁶⁴.

Mas não foi somente Lençóis que fora valorizada por ser herança do desbravamento dos bandeirantes no interior baiano. A cidade colonial de Rio de Contas recebeu tal distinção. No estudo encomendado por Godofredo Filho, o arquiteto Fernando Machado Leal produz um estudo histórico sobre a cidade, empenhando-se em explicar o processo de povoamento da região no momento da descoberta do ouro. É curioso notar que logo nos primeiros parágrafos Fernando Leal parece reproduzir a leitura de Godofredo Filho sobre o processo de povoamento dos sertões, ao dizer que “se as bandeiras e sertanistas paulistas têm tido o destaque merecido na história pátria, não se deve esquecer a atuação igualmente importante dos sertanistas e bandeirantes bahianos para o devassamento e posse do interior do Brasil”. E ainda comenta que “a atuação de expedições partindo do litoral baiano começam nos primórdios da colonização efetiva do país” ⁴⁶⁵. Quer dizer, antes mesmo de apresentar uma densa análise histórica sobre a descoberta do ouro no nascer do século XVIII, Leal defende Rio de Contas como legado baiano. Leal destacou ainda o fato de Rio de Contas ter apoiado ativamente a independência do Brasil, quando na época a Câmara de Vereadores ordenou “prender e processar os portugueses que se manifestassem contra a Independência” ⁴⁶⁶.

No parecer da arquiteta do Iphan, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, enfatiza-se o “valor histórico da cidade” de Rio de Contas, quando “localizada em ponto bastante interiorizado de nossa civilização, ainda assim, participou da história nacional: no séc. XVIII, como centro de mineração e, no seguinte, juntou-se às manifestações em

⁴⁶⁴ Mangili (2015) confirma que a casa não foi tombada na época em que fora pleiteada. Comenta igualmente que a edificação se tornou uma casa de cultura, numa parceria do Conselho Federal de Cultura, prefeitura e governo do estado.

⁴⁶⁵ Estudo produzido por Fernando Machado Leal sobre a formação de Rio de Contas. O documento não é datado, mas por conta da correspondência de Godofredo Filho a Renato Soeiro acreditamos que tenha sido produzido em 1972 (Processo de Tombamento de Rio de Contas: 891-T-73, p. 3).

⁴⁶⁶ Ibidem, p. 12-13.

torno da independência”⁴⁶⁷. Seguindo a mesma direção, Gilberto Ferrez – relator do processo no Conselho Consultivo do Iphan – comenta que a resenha histórica de Fernando Leal que não se debruça somente sobre a história da “cidade, fundada em 1745, como da região, desde o início da conquista do interior da Bahia e Minas Gerais pelos bandeirantes”. Só faltou Ferrez lembrar que os bandeirantes a que Leal referia-se eram na verdade baianos. No fim das contas, o parecer do conselheiro do Iphan deu a impressão que Rio de Contas era um legado dos bandeirantes paulistas, justamente a visão criticada por Leal. De todo modo, Ferrez deu seu parecer favorável ao tombamento, tendo em vista que Rio de Contas **“teve um papel civilizador durante toda a época de ouro e as lutas para nossa independência”**⁴⁶⁸.

Como fica evidente, os discursos que engendraram o reconhecimento das cidades coloniais e de feição colonial baianas no Iphan no decorrer da ditadura civil-militar estava em perfeita harmonia com a visão de história-pátria do regime, mas houve casos, como o tombamento de Mucugê e Monte Santo, que trouxeram à tona outro tipo de valorização daqueles conjuntos. A primeira tem início em 1977 e a segunda em 1981. E não por acaso nos dois casos Paulo O. D. de Azevedo foi quem produziu um olhar diferenciado sobre esses conjuntos no momento em que propôs seus tombamentos ao Iphan. Por outro lado, mais uma vez, as duas cidades em questão receberam a comparação com os conjuntos mineiros coloniais. Monte Santo, na verdade, em vez de toda sua integridade, o tombamento abarcou determinado trecho do sítio urbano e o santuário religioso colonial. A comparação nesse caso não se manifestou sobre o seu conjunto urbano, e sim em relação ao conjunto religioso existente na Serra de Monte Santo que circunda a área urbana. Para Azevedo:

O santuário de Monte Santo é, provavelmente, a primeira manifestação de “Sacro-Monte” (Séc. XVIII) no Brasil, anterior inclusive ao de Congonhas do Campo e incomparavelmente mais extenso. **É obra profundamente arraigada à cultura popular**

⁴⁶⁷ Parecer de Dora Monteiro e Silva de Alcântara referente ao Pedido de Tombamento – Rio de Contas – Ba (Processo de Tombamento de Rio de Contas: 891-T-73, p. 60).

⁴⁶⁸ Parecer de Gilberto Ferrez referente ao Pedido de Tombamento – Rio de Contas – Ba (Processo de Tombamento de Rio de Contas: 891-T-73, p. 65).

sertaneja e ligada a um dos mais dramáticos episódios da vida brasileira: a Guerra de Canudos⁴⁶⁹.

E é justamente nessa fala de Azevedo que está a mudança de olhar. Em vez de valorizar as cidades coloniais e de feição colonial por conta de sua origem portuguesa e fidalga, como fizera Godofredo Filho e demais membros da intelectualidade baiana instalada no Conselho Estadual de Cultura, Azevedo direciona sua atenção para um conjunto urbano e religioso justamente por ser uma manifestação da cultura popular nordestina. O pedido de tombamento de Azevedo surpreende ainda ao reconhecer outros elementos de cultura material que o santuário produzia. Assim como fez em Mucugê e Rio de Contas, Azevedo denunciou intervenções realizadas pelo poder municipal naquele conjunto, mas em vez de um casarão a sua preocupação era com a desfiguração das mais belas tradições do santuário: “a procissão com tochas que se realiza desde sua fundação”. Observe que, diante da interferência do prefeito em instalar postes elétricos no santuário, a preocupação do intelectual baiano era a desfiguração de uma prática cultural e não com uma edificação em si.

Mais à frente Azevedo destaca os perigos que corria aquele patrimônio, uma vez que havia um interesse de empresas de mineração na serra onde estava localizado o santuário. Comenta ainda que diante da intenção do governo estadual de instalar na cidade o Museu do Sertão “é necessário que o seu principal monumento seja protegido”. E complementa que:

É preciso também que se faça justiça à cultura popular, dando a esta manifestação de paisagismo espontâneo a condição de monumento nacional. no meu entender o tombamento deverá incluir todo o acidente orográfico com seus seis quilômetros de extensão e trezentos e poucos metros de altura, pois é a serra com seu perfil que lembra o Monte Calvário que foi sacralizada pelo povo⁴⁷⁰.

⁴⁶⁹ Correspondência de Paulo Ormino David de Azevedo a Ary Guimarães, diretor do 2º Distrito do SPHAN (Processo de tombamento de Monte Santo: 1060-T-82 p. 32).

⁴⁷⁰ Ibidem, p. 33, grifo meu.

É interessante notar ainda que os trechos do sítio urbano somente são valorizados por Azevedo por ser parte integrante da Via Crucis, algo que a documentação fotográfica produzida por sua equipe reforça. A argumentação realizada por Azevedo no pedido de tombamento de Monte Santo e seu santuário permeou a análise de tombamento do corpo técnico do Iphan, inclusive a **“apreciação sobre o valor do monumento devido ao aspecto paisagístico, assim como pela expressão de cultura popular”**⁴⁷¹, como lembrou a arquiteta Dora Monteiro e Silva de Alcântara. Ao final do processo, o acervo paisagístico, natural, urbanístico e arquitetônico da Serra do Monte Santo foi tombado, incluindo tal como sugerido por Azevedo “toda a área da Serra do Monte Santo (...). No núcleo urbano, a área objeto de proteção inclui os seguintes logradouros, em toda sua extensão: rua Senhor dos Passos, rua Frei Apolônio Toddi, rua Coronel José Cordeiro, rua Barão de Geremoabo e rua das Flores”⁴⁷².

Antes de qualquer coisa é importante lembrar que a proteção de Mucugê teve início em 1977, quando Paulo O. D. de Azevedo envia ao então diretor regional do Iphan Fernando da Rocha Peres o pedido de tombamento de um casarão ali localizado, ou seja, no momento em que Renato Soeiro ainda permanecia à frente do Iphan. Naquela ocasião, a correspondência em apreço já especificava que um dos elementos mais interessantes de Mucugê era justamente a arquitetura popular típica da Chapada Diamantina. Para Azevedo:

Esquecida na febre mineira, Mucugê conservou melhor do que qualquer cidade da região. Naturalmente não se encontra ai as grandes igrejas barrocas das Minas Gerais, **senão um conjunto muito harmonioso de arquitetura espontânea que o homem apenas completa a obra da natureza. Nesta região, a arquitetura é muitas vezes apenas um complemento de um lajedo ou de um fechamento de uma gruta**⁴⁷³.

⁴⁷¹ Parecer da arquiteta Dora Monteiro e Silva de Alcântara referente ao pedido de tombamento de Monte Santo, Bahia, 9 de novembro de 1982 (Processo de tombamento de Monte Santo: 1060-T-82 p. 174).

⁴⁷² Carta do subsecretário do IPHAN, Irapoan Cavalcanti de Lyra, ao prefeito de Monte Santo Antonio Cordeiro de Andrade (Processo de tombamento de Monte Santo: 1060-T-82 p. 158).

⁴⁷³ Correspondência de Paulo O. D. de Azevedo enviada a Fernando da Rocha Peres, 29 de novembro de 1977 (Processo sobre o tombamento de Mucugê, p. 6 e 7).

A comparação de Mucugê com as cidades coloniais mineiras não se resume a essas palavras. Em um estudo anterior, sustentamos que Azevedo “reconheceu a influência arquitetônica de Minas [Gerais] nas igrejas da Chapada [Diamantina]” (BRITO, 2013, p. 82), onde está localizada Mucugê, Lençóis e Rio de Contas⁴⁷⁴. Há um reforço numa documentação produzida pela equipe do Ipac-Bahia⁴⁷⁵ de que aquelas cidades localizadas na Chapada Diamantina, dentre as quais Mucugê, recebessem a distinção de patrimônio nacional, quando destacam que “a região da Chapada Diamantina tendo sido palco da corrida do diamante, que foi intensificada na 2a. metade do século passado, guarda hoje, em suas cidades, as marcas que contam, **através de traçados urbanos ou linhas arquitetônicas de casarões ‘coloniais’**, a história da mineração nos sertões da Bahia”. Para tanto, além dos elementos arquitetônicos “coloniais” encontrados em Mucugê e região, há uma valorização da arquitetura vernacular produzida em harmonia com a natureza circundante da Chapada Diamantina. O cemitério de Mucugê, tomado pela equipe do Ipac-Bahia como o monumento mais expressivo daquela localidade, que “**pelos estilos de seus túmulos, pela distribuição estética e equilibrada dos mesmos e pela sua integração perfeita com a paisagem do sítio onde se encontra erigido. (...) os mausoléus brotam da rocha nua, como a vegetação, numa integração similar as ‘locas’ e ‘tocas’**”⁴⁷⁶. As “tocas” e “locas” recebeu grande atenção de Azevedo no volume do Inventário produzido sobre essa região, quando as descreve como “lapas complementadas por alvenarias de pedras secas, que serviam de habitação a garimpeiros. Possuem, normalmente, um ou dois ambientes”⁴⁷⁷.

Outra vez, os aspectos valorizados por Azevedo no conjunto de Mucugê estiveram presentes nas justificativas do corpo técnico do Iphan. Nesse sentido, a cidade oitocentista fora reconhecida por sua arquitetura popular ter se integrado de maneira

⁴⁷⁴ O documento por nós apreciado fora um trecho do Inventário da Serra Geral Chapada Diamantina.

⁴⁷⁵ O estudo aludido fora produzido pela Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, pela coordenação de planejamento e pesquisas sociais. Acreditamos que Paulo O. D. de Azevedo tenha sido o responsável pela pesquisa, pois era sua equipe do IPAC-BA que realizava aqueles estudos referentes ao tombamento de Mucugê.

⁴⁷⁶ Acreditamos que o estudo referido tenha sido produzido pela equipe do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (Processo sobre o tombamento de Mucugê, p. 41, grifo meu).

⁴⁷⁷ Azevedo, 1980, introdução. Apud BRITO, 2013, p. 83.

harmônica com a natureza rochosa da Chapada Diamantina. É o que revela a fala de Dora Monteiro e Silva de Alcântara em seu parecer produzido no Iphan.

No conjunto edificado de Mucugê, 2 elementos sobressaem, pelo caráter de criatividade; gosto a um tempo popular e, simultaneamente, de identificação com as sugestões do local: **as naturais e as construídas. Referimo-nos ao cemitério, cujos túmulos reproduzem as formas das igrejas, com seus arcos e sobretudo com seus campanários, lembrando, ao mesmo tempo as pontas rochosas das elevações pedregosas que envolvem a cidade. Pensamos, também, no conjunto de casas, feitas das próprias pedras da encosta que se situam; uma alvenaria de pedra seca, com cobertura de palha, solução que integra elementos naturais e construídos, de forma bem íntima**⁴⁷⁸.

Paulo Ormino David de Azevedo igualmente foi responsável por construir uma ideia de cidade histórica no momento em que reivindica a preservação de determinadas cidades existentes no interior do estado. Diferentemente de Godofredo Filho e demais conselheiros, Azevedo estava preocupado em preservar não somente aqueles conjuntos que expressavam a monumental arquitetura luso-brasileira, mas também aqueles sítios de feição colonial em que o fazer popular eram predominantes. Não estamos com isso dizendo que Azevedo tenha revolucionado a narrativa de Bahia instaurada pela intelectualidade baiana instalada no Conselho Estadual de Cultura e no 2º Distrito do hoje Iphan, até porque ambas as cidades foram reconhecidas por conta da arquitetura colonial e de feição colonial. Mas é interessante notar que em vez dos grandes homens e das grandes narrativas nacionais, o arquiteto tenha deslocado seu olhar para sítios urbanos em que o sertanejo fosse peça central. E isso nada tem a ver com a questão temporal, pois como vimos, quase em meados da década de 1980 Pedro Calmon ainda defendia a mesma concepção de Bahia no momento em afirmava o mérito de Salvador ter sido capital da América Portuguesa.

⁴⁷⁸ Parecer de Dora Monteiro e Silva de Alcântara referente ao pedido de tombamento do Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Mucugê – Bahia, Rio de Janeiro, 4 de abril de 1979 (Processo sobre o tombamento de Mucugê 1979, p. 49, grifo meu).

Considerações finais

Se no momento do golpe de 1964 a Bahia possuía um pequeno acervo urbano e arquitetônico protegido pelo Dphan, localizado, sobretudo em Salvador, no fim da ditadura civil-militar esse estado passou a ter uma grande quantidade de cidades históricas nacionais. A narrativa que fora produzida por esse processo de patrimonialização as legitimou enquanto cidades históricas nacionais, engendradas por suas narrativas regionalistas que após essas duas décadas de reconhecimento nacionalizaram-se. Em resumo: **Porto Seguro** e **Santa Cruz Cabrália** foram reconhecidas como as terras onde desembarcaram os primeiros portugueses, os civilizadores da nação. Ali estão: o Monte Pascoal, a primeira porção de terra avistada pelos lusitanos no mar em suas caravelas, a praia que se realizou a missa inaugural das vastas terras de Santa Cruz, o “berço da nossa nacionalidade”, um “velho rincão” que “ostenta brasões agalardoados da sacrossanta epopeia de 1500”⁴⁷⁹.

Salvador, a “primeira capital do país”, que nos primórdios da nação foi construída sob uma alta encosta, cercada com seus vários fortes e fortalezas, estes a proteger as terras gordas da cana-de-açúcar. A “cidade berço da civilização brasileira” onde “inspira-se o patriotismo como na moldura veneranda dos seus mais ilustres cenários”⁴⁸⁰. Salvador fora igualmente reconhecida como “uma cidade cuja amplitude e a qualidade dos quarteirões antigos são compatíveis às mais célebres cidades históricas europeias”⁴⁸¹. Itaparica, erguida na ilha de mesmo nome, localizada na Baía de Todos os Santos, trata-se de um “conjunto, valorizado pelo sítio que ocupa, ligado a Salvador até mesmo visualmente, assim como pela significação que possui como testemunho

⁴⁷⁹ Os trechos com aspas foram retirados da carta do prefeito de Porto Seguro, Bahia, Adelar Maria de Andrade ao Ministro da Educação, Clovis Salgado, de 1 de outubro de 1957. A carta demonstra que já existia uma reivindicação do poder local desde 1959. Contudo, somente em 1968 foi que teve início o processo de tombamento (Processo de tombamento do Conjunto arquitetônico e paisagístico de Porto Seguro, nº processo: 800-T-68.).

⁴⁸⁰ Os trechos com aspas foram retirados dos textos do parecer de Miguel Calmon, de 13 de maio de 1984, sobre o tombamento do Centro Histórico de Salvador e da Ata da reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio e Artístico e Histórico Nacional, realizada em 31 de maio de 1984, em Salvador, Bahia (processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico Centro Histórico da Cidade de Salvador, nº processo: 1093-T-83).

⁴⁸¹ O Trecho com aspas foi retirado do processo de tombamento do Centro Histórico de Salvador, Bahia, quando neste estudo encontramos em um dos textos utilizados, uma citação do relatório da Unesco produzido por Michel Parent sobre a capital da Bahia Parent, Michel, (1967).

histórico”⁴⁸². **Cachoeira**, palco da principal e sangrenta luta pela independência do Brasil, onde bravos ‘brasileiros’ lutaram e morreram contra os colonizadores portugueses em um patriótico. Ali está o “Paço da Câmara, ligado, como nenhum outro edifício do Recôncavo, às lutas da independência na Bahia”⁴⁸³.

Rio de Contas, fundada pelos “bandeirantes bahianos”, após estes terem descoberto uma batelada de ouro, sim! A Bahia também teve seus próprios desbravadores bandeirantes! Vila que irradiava a cultura civilizada pelo sertão da colônia portuguesa, “uma verdadeira new-town colonial”⁴⁸⁴. **Mucugê** e **Lençóis**, a primeira e a mais importante povoação da “civilização do diamante”, respectivamente. Edificada sobre as rochas da Chapada Diamantina numa simbiose com a natureza circundante, Mucugê parece brotar das rochas, numa perfeita harmonia arquitetônica. Lençóis e Mucugê, heranças do “esplendor, grandeza e luxo” trazidos na epopeia dos “desbravadores vindo das Minas Gerais” trazidos pela descoberta dos diamantes no sertão baiano. Lençóis é ainda terra de Afrânio Peixoto e Urbano Duarte⁴⁸⁵. **Monte Santo**, reconhecida como “a primeira manifestação de Sacro-Monte do Brasil”, erguido no sertão baiano, anterior até mesmo ao Santuário de Congonhas, Minas Gerais⁴⁸⁶. O santuário que provocou admiração de Spix e Martius, Euclides da Cunha e do contemporâneo cineasta Glauber Rocha⁴⁸⁷. O Santuário onde a manifestação estética da gente sertaneja pode ser preservada.

⁴⁸² O Trecho com aspas foi retirado do processo de tombamento do O conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Itaparica, na Bahia.

⁴⁸³ O trecho com aspas foi retirado do parecer de Arthur Cezar Pereira Reis, publicado na Revista Cultura, organizada pelo Conselho Federal de Cultura, nº 42, dezembro de 1970, p. 44-45.

⁴⁸⁴ Os trechos com aspas foram retirados do estudo histórico sobre Rio de Contas, realizado pelo arquiteto Fernando Leal, relata também trechos do relatório produzido por arquiteto Paulo Ormino de Azevedo sobre o sítio urbano seiscentista, (Processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico da Cidade de Rio de Contas, Bahia, nº Processo: 0891-T-73).

⁴⁸⁵ Os Trechos com aspas que foram retirados do processo de tombamento do Conjunto arquitetônico e paisagístico, especialmente o cemitério de Mucugê, Bahia e no discurso dos intelectuais de Lençóis, foram encontrado nos anais do II Encontro dos Governadores realizado em Salvador, em 1971 (nº Processo: 0974-T-78).

⁴⁸⁶ Os Trechos com aspas foram retirados de um estudo produzido pelo arquiteto Paulo Ormino de Azevedo, apresentado no processo de tombamento do conjunto arquitetônico, urbanístico, natural e paisagístico de Monte Santo, Bahia (nº Processo: 1060-T-82).

⁴⁸⁷ Estas narrativas foram enunciadas, sobretudo, entre 1966 e 1985, quando tem início os processos de preservação dos sítios urbanos mencionados. A única narrativa aqui anterior a esta data se recai sobre

Por fim, podemos concluir que a Bahia logrou a preservação de um grande número de cidades coloniais e de feição colonial, nove para ser mais exato, ao mesmo tempo em que buscava consolidar a atividade turística no estado e legitimar determinadas visões sobre seu passado. Ao final desse processo de patrimonialização, se pensarmos em suas cidades históricas nacionais, a imagem do passado da Bahia acaba deslocando-se para outras fronteiras. A Bahia continua a ser a Cidade da Bahia e o seu Recôncavo açucareiro. A preservação de Salvador, Cachoeira e Recôncavo reforçam essa visão. Todavia, os sertões, a Chapada Diamantina, o litoral do “descobrimento”, os ciclos do ouro e do diamante e a religiosidade popular acrescentam-se ao passado da Bahia. Em nível nacional, ao final desse processo de reivindicação, soma-se ao exclusivo repertório de cidades históricas nacionais uma maior diversidade de sítios urbanos. Embora predominantemente no estilo colonial, após uma intensa mobilização de suas elites o repertório de cidades históricas nacionais amplia-se, seja na questão espacial-geográfica, seja na questão histórica. A expansão da patrimonialização das cidades baianas pode ser compreendida dentro dessa perspectiva.

Ao final, podemos dizer que a elite política e intelectual da Bahia logrou, após diversas frentes e sendo motivada por diferentes interesses, a patrimonialização de grande parte de suas cidades coloniais e de feição colonial. É verdade que muitas destas cidades reconhecidas como históricas ficaram no caminho. Mas se pensarmos bem, ao que tudo indica a reivindicação regionalista baiana em prol da preservação de seus conjuntos mais expressivos teve sucesso. É claro que fatores externos foram fundamentais para pensar num novo modelo de cidade histórica, mas acreditamos que a patrimonialização de Porto Seguro, Cachoeira, Lençóis, Rio de Contas, Mucugê, Itaparica, Monte Santo, Santa Cruz Cabralia e do centro antigo de Salvador só foi possível graças aos desdobramentos políticos e intelectuais da ditadura civil-militar instaurada em 1964. Em meio à difusão do nacionalismo patriótico do regime, uma determinada elite política e intelectual soube levar à frente, com muito empenho, diga-se de passagem, um extenso processo de patrimonialização.

Porto Seguro, de 1959, contudo, o processo de tombamento deste conjunto urbano só tem início em 1968, neste período que acreditamos vivenciar num novo momento da política patrimonial brasileira e a que se dedica este estudo.

Documentação

Anais do I Encontro de Governadores: 1970

Anais do II Encontro de Governadores: 1971

Boletim do Conselho Federal de Cultura

Boletim do Pró-Memória

Cartilha: A Bahia constrói seu futuro sem destruir seu passado, sem numeração. Governo de Antonio Carlos Magalhães (1971-1975). Salvador, BA: [s.n.], [1984].

Jornais O Globo, A Tarde, Tribuna da Bahia, Jornal da Bahia, Correio da Bahia, Diário de Notícias, Diário de Pernambuco, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil, entre outros, datados entre os anos 1966 e 1983.

Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. 30 anos do IPAC nos jornais. Salvador, BA: IPAC, 1997. 351 p. (Edição comemorativa).

MAGALHÃES, Antonio Carlos. Discurso de posse do Dr. Antonio Carlos Peixoto de Magalhães na Academia de Letras da Bahia, em 30 de novembro de 1983. Salvador, BA: Empresa Gráfica da Bahia, 1983. 29 p.

Legislação de proteção de bens culturais da Bahia. Secretaria de Educação e Cultura, Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, Salvador, 1978.

Livro do tombamento dos bens imóveis, Volume I, 2016. Estado da Bahia, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia.

Lista de bens tombados nos Livros do Tombo do Iphan, 2016. Bens tombados e processos de tombamento em andamento (atualização: 16.03.2016). http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_Bens_Tombados_marco_2016.pdf

PARENT, Michel. Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico (tradução de Rejane Maria Lobo Vieira) in: LEAL, Claudia F. Baeta (org.). As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN; Copedoc, 2008.

_____. Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique. Paris: Unesco, 1968.

_____. Un Vasto Programa de turismo cultural en el Brasil. El Correo, n.6, 1968.

Processo de tombamento 0843-T-71 referente ao Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Cachoeira; Monumento Nacional (Cachoeira, BA);

Processo de tombamento 0973-T-78 referente ao Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Itaparica;

Processo de tombamento 1060-T-82 referente ao Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Monte Santo

Processo de tombamento 0800-T-68 referente ao Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Porto Seguro;

Processo de tombamento 0847-T-71 referente ao Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Lençóis.

Processo de tombamento 0891-T-73 referente ao Conjunto Arquitetônico da Cidade de Rio de Contas; Processo de tombamento 0974-T-78 referente ao Conjunto arquitetônico e paisagístico, especialmente o cemitério, da cidade de Mucugê;

Processo de tombamento 1021-T-80 referente ao Conjunto Paisagístico em Santa Cruz Cabrália, especialmente o Ilhéu da Coroa Vermelha, orla marítima e o Conjunto Arquitetônico E Paisagístico Da Cidade Alta, que inclui a Igreja Matriz de N. Sra. da Conceição e a Casa de Câmara e Cadeia;

Processo de tombamento 1093-T-83 referente ao Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico Centro Histórico da Cidade de Salvador.

Processo de tombamento dos monumentos: Casa à Rua Barão de Macaúbas; Antiga Casa de Câmara e Cadeia, na Praça Senador Tanajura (atual Fórum); Casa natal de Abílio César Borges, à Rua Barão de Macaúbas; Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento; Ruínas da Igreja de Sant'Ana. Livro Histórico, 1951, IPHAN Regional Bahia.

Revista Brasileira de Cultura. Rio de Janeiro: CFC, v. 1-20, 1969-1974.

Revista de Cultura da Bahia, Conselho Estadual de Cultura da Bahia, nº 1-14, 1968-1980, Salvador.

VIANA FILHO, Luiz. Petroquímica e industrialização da Bahia, 1967-1971. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1984, 154 p.

Bibliografia

AGUIAR, Leila Bianchi. Porto Seguro, berço da nacionalidade brasileira. Dissertação defendida no Programa de História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

ALENCASTRO, L.F. de. O golpe de 1964 e o voto popular. *Novos Estudos CEBRAP* (Impresso), v. 98, p. 5-11, 2014.

ANDRADE, Rodrigo M. F. Rodrigo e o SPHAN. Rio de Janeiro: MinC; Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. Diógenes Rebouças e a modernização de Salvador. *Drops* (São Paulo), v. 14, p. 1-1, 2014.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A Invenção do Nordeste e outras artes. 1ª ed. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, 1999.

AZEVEDO, Paulo Ormino David de. Inventário como instrumento e proteção: a experiência pioneira do IPAC-Bahia. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz R. (Orgs.). *Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. p. 61-89.

_____ La lenta construcción de modelos de intervención en centros históricos americanos. In: Fernando Carrión. (Org.). *Centros Históricos de América Latina y el Caribe*. Quito: 2001, v. , p. 297-315.

_____ PCH: a preservação do patrimônio cultural e natural como política regional e urbana. *An. mus. paul.*[online]. 2016, vol.24, n.1, pp.237-256. ISSN 0101-4714.

BOMENY, Helena. Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

_____. Os Guardiões da Razão: Modernistas Mineiros. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

BHABHA, H. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora da UFRMG. 1997.

BRAGA, Vanuza Moreira. Relíquia e exemplo, saudade e esperança: o SPHAN e a consagração de Ouro Preto. 2010. Dissertação de mestrado do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós- Graduação em História, Política e Bens Culturais.

BRITO, Carolino Marcelo de Sousa. Ruínas sobre a Serra do Sincorá: o processo de patrimonialização de Mucugê e do Cemitério Santa Isabel (1970-2012). Dissertação

defendida no Programa de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanços e perspectivas. In: III Enecult - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2007. Anais do Terceiro Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2007.

CALHOUN, Craig. O nacionalismo importa. In: DOYLE, D. H.; PAMPLONA, M. A.. (org.) Nacionalismo no mundo. Rio de Janeiro. Record, 2008.

CANDIOTTO, C.. Verdade e Diferença no pensamento de Michel Foucault. *Kriterion* (UFMG. Impresso), v. 48, p. 203-217, 2007.

CARVALHO, Anselmo Ferreira Machado. “A Bahia constrói o seu futuro sem destruir seu passado”: políticas culturais, turismo e baianidade na modernização da Bahia (1967-1983)/ Dissertação do Mestrado de História da UEFS – Feira de Santana, 2013. 177.

CASTRO, Claudio de Moura; ROJAS, Eduardo. Préstamos para la conservación del patrimonio histórico urbano Desafíos y oportunidades. Washington, D.C. Agosto de 1999— No. SOC— 105. Publicado na página: <https://publications.iadb.org/en/publication/15139/prestamos-para-la-conservacion-del-patrimonio-historico-urbano-desafios-y>, acessado em 9 de setembro de 2018.

CHUVA, Márcia. Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. v. 1. 480p.

CORDEIRO, Janaina Martins. Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre o consenso e o consentimento Brasil (1972). Tese de doutorado em História, UFF, 2013.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979. Dissertação de Mestrado, UnB, Brasília, 2012.

COSTA, Milene Ribas da. O Estado e a SUDENE: trajetória do planejamento regional no Brasil. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 2016.

DANTAS NETO, P. F.. Tradição, autocracia e carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974). 1. ed. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. v. 1. 587p.

DAVALLON, Jean. À propos des régimes de patrimonialisation : enjeux et questions. Patrimonialização e sustentabilidade do património: reflexão e prospectiva, Nov 2014, Lisboa, Portugal. <halshs-01123906>.

DIAS, J. A.. Rumo ao Palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982). 1.^a ed. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016. v. 01. 256p.

EKERMAN, Sérgio Kopinski. Paulo Ormindo David de Azevedo em seis obras. Vitruvius Projetos, 198.01 crítica ano 17, jun. 2017. <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/17.197/6554>

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Salvador das Mulheres: Condição Feminina e Cotidiano Popular na Belle Époque Imperfeita. Dissertação de História.

FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997;

FONSECA, Maria Cecília Londres. “A Invenção do Patrimônio e a Memória Nacional” In: BOMENY, Helena (Org.). Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 85-101.

_____ O patrimônio em processo: trajetória da política federal da preservação no Brasil, Rio de Janeiro; Editora UFRJ – Minc-IPHAN. 3^a Ed. 2009.

_____ Da modernização à Participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico. org: Antônio Augusto Arantes. Volume 24. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória, 1996.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. 1995, p.231-249.

_____ Microfísica do poder. Editora Vozes. 1999.

_____ Segurança, Território, População. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandao. Sao Paulo, Ed. 2008.

_____ Sobre a arqueologia das ciências. Em Teoria e estruturalismo da linguagem. Ed. Vozes, 1971.

FUNARI, P. P. A cultura material e a construção da mitologia bandeirante: problemas da identidade nacional brasileira. Locus (Juiz de Fora), v. 2, n. 1, p. 29-48, 1995.

GOMES, M. A. A. F. ; FERNANDES, Ana . Pelourinho. Turismo, Identidade e Consumo Cultural. In: Marco Aurélio A. de F. Gomes. (Org.). HISTORIA, CULTURA E CIDADE. SALVADOR: UFBA, 1995, v. , p. 47-58.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2005.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. A Bahia civiliza-se... ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador (1912-1916). Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 1996.

_____ A “baianidade” das elites nas primeiras décadas republicanas: identidade regional e projeto político. In: Lígia Bellini; Antonio Luigi Negro; e Evergton Sales Souza. (Org.). Tecendo histórias. Espaço, política e identidade. 1ªed.Salvador: EDUFBA, 2009, v. , p. 181-198.

_____ A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

MAIA, Tatyana de Amaral. Os cardeais da cultura nacional : o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975) / organização da coleção Lia Calabre. – São Paulo : Itaú Cultural : Iluminuras, 2012. 260 p.

_____ “O patrimônio como expressão da nacionalidade: a função do Estado no setor cultural; Políticas Culturais em Revista, 1(1), p. 88-103, 2008.

MARCELO, Hernan Venegas. Patrimônio cultural e turismo no Brasil em perspectiva histórica: encontros e desencontros na cidade de Paraty. Tese em História, Universidade Federal Fluminense, 2011.

MATTOS, Ana. T. G. S. Nem português, nem mineiro... baiano e nacional, com todo respeito: a atuação da Bahia no campo do patrimônio brasileiro. Dissertação de Mestrado profissional em Preservação do Patrimônio Cultural. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DF, 2014, Brasil.

MOTTA, Lia. Cidades mineiras e o Iphan, p. 124-140. Cidade: história e desafios / Lúcia Lippi Oliveira, organizadora. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 2002. 295 p.

MOTTA, Lia; THOMPSON, A. Inventário. Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural, sem ano de publicação, 39 p. Acessado na página do Iphan: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/64/inventario>

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. v. 1. 429p .

- NASCIMENTO, F. (2016). Formar e questionar? Os cursos de especialização em patrimônio cultural na década de 1970. *Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material*, 24(1), 205-236. <https://doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0108>
- NATAL, Caion Meneguello. Da casa de barro ao palácio de concreto: a invenção do patrimônio arquitetônico no Brasil (1914-1951)/Tese de História defendida no Programa da Unicamp– Campinas, SP: [s.n.], 2013.
- _____. Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933 - Campinas, SP, 2007. Dissertação de mestrado em História, UNICAMP.
- OLENDER, M.. Uma "medicina doce do patrimônio?": O inventário como instrumento de proteção do patrimônio cultural ? limites e problematizações. *Arquitextos* (São Paulo), v. 124, p. 01-01, 2010.
- OLIVEIRA, Marcelo Souza. Xavier Marques entre os intérpretes do Brasil: raça e nação na Primeira República. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2013.
- PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. *Arquivos da Memória*, Lisboa, n. 2, p. 4-23, 2007.
- PEREIRA, Cecília Ribeiro. O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Desenvolvimento Urbano, 2012.
- PERES, Fernando da Rocha. *Memória da Sé*. Salvador: Macunaíma, 1974.
- PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia : difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador) . 2 ed. – Salvador : EDUFBA, 2011. 366 p. il.*
- POMIAN, Krzysztof. "Coleção". In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984.
- PRATS, Llorenç. *Antropologia y patrimonio*. 1997, 1ª edición. Barcelona, Editora Ariel AS.
- REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN. In: _____. (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Org.). A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RUBINO, Silvana. As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 1991.

SANT'ANNA, Márcia G.. A Recuperação do Centro Histórico de Salvador: origens, sentidos e resultados. RUA. Revista de Arquitetura e Urbanismo, v. 8, p. 44-59, 2003.

_____ Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990.. 1. ed. Salvador: Editora Oiti, 2014. v. 1. 454p.

_____ El Centro Histórico de Salvador de Bahia: paisaje, espacio urbano y patrimonio. In: Carrión, Fernando. (Org.). Centros Históricos de América Latina y el Caribe. Quito: UNESCO/BID/MCC/FLACSO, 2001, v. 1, p. 177-197.

SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. Políticas públicas de reafrikanização: tombamento dos terreiros de candomblé no estado da Bahia. Dissertação de Mestrado do Programa Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, 2015, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). Por uma história política. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

SOTO, Cecília Ana Vasquez. Trajetória histórica do Conselho Estadual de Cultura e as políticas culturais na Bahia (2014). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2012.

SOUSA, M. A. S. de. História, Memória e Historiografia: a Independência na RIGHBa. Politéia (Vitória da Conquista), v. 3, p. 175-194, 2005.

TEIXEIRA, F. e GUERRA O. 50 Anos da Industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. Bahia Análise & Dados, Salvador, v.10 n.1, Julho 2000, p.87-98.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. Redes intelectuales en América Latina. Santiago: Instituto de Estudios Avanzados, Editora Universidad Santiago de Chile, 2007.